

**Eliana Correia Brandão Gonçalves**  
(Organizadora)

# FILOLOGIA E HISTÓRIA

PERSPECTIVAS DIALÓGICAS E CONTEMPORÂNEAS



Criação Editora

# FILOLOGIA E HISTÓRIA:

PERSPECTIVAS DIALÓGICAS E CONTEMPORÂNEAS

Organizadora

Eliana Correia Brandão Gonçalves

ISBN

978-85-8413-605-6

[doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-605-6](https://doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-605-6)

.....

EDITORA CRIAÇÃO  
CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes  
Christina Bielinski Ramalho  
Fábio Alves dos Santos  
Gilvan Rodrigues dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

.....

**Eliana Correia Brandão Gonçalves**

(Organizadora)

# FILOLOGIA E HISTÓRIA

PERSPECTIVAS DIALÓGICAS E CONTEMPORÂNEAS



**Criação Editora**

ARACAJU, 2025

Copyright 2025 by Eliana Correia Brandão Gonçalves

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

G635f Gonçalves, Eliana Correia Brandão (Org.)  
Filologia e História: perspectivas dialógicas e contemporâneas / Organizadora: Eliana Correia Brandão Gonçalves. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2025.  
404p E-book: PDF  
ISBN 978-85-8413-605-6  
doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-605-6

1. Educação. 2. Filologia. 3. Formação de Professores. 4. História. I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

CDD 370.7  
CDU 377.8

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão (org.). **Filologia e História: perspectivas dialógicas e contemporâneas**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2025. E-book (PDF). ISBN 978-85-8413-605-6

## **FILOLOGIA E HISTÓRIA: APRESENTAÇÃO**

A coletânea “Filologia e História: perspectivas dialógicas e contemporâneas” reúne diversos capítulos resultantes de trabalhos apresentados por professores e pesquisadores de universidades nacionais e internacionais, durante o COFHIS. A obra traz diálogos de diferentes questões e temas atuais de pesquisa, sob olhares diversos, possibilitando uma interação entre as áreas de estudos filológicos, paleográficos, diplomáticos, linguísticos, lexicográficos e historiográficos e criando uma aproximação com o público-alvo dessa produção: estudantes da Graduação e da Pós-Graduação, docentes e pesquisadores das áreas de Letras, Linguística, História e áreas afins e professores e pesquisadores da Educação Básica.

As discussões aqui apresentadas coloca em pauta questões acessadas pela tradição e materialidade textual e pela ativa leitura de fontes, incentivando diálogos sob o prisma inter e transdisciplinares, entre todos aqueles interessados nas questões tratadas na obra, e contribuições para diversas pesquisas.

Na obra estão reunidos 14 capítulos com discussões diversas sobre o texto, a língua do texto, sua escrita e sua história, que colaboram para repensar as áreas do saber que lidam com o texto e se articulam com a Filologia e a História, em suas múltiplas perspectivas. São compartilhados saberes e experiências, promovendo-se a difusão desses conhecimentos e dessas pesquisas, nos diversos âmbitos sociais e culturais, para além da universidade.

Nesse viés, o primeiro capítulo da coletânea, *Percursos e desafios das relações entre história e filologia: do passado à contemporaneidade*, de autoria de Maria Filomena Gonçalves, apresenta reflexões sobre “escrita e memória” e “Filologia e História” – atentando nas múltiplas conexões desses binômios, do passado até à contemporaneidade.

No capítulo intitulado *O filólogo como minoria social*, Ivo Castro trata de algumas questões de sua autobiografia para contar como se tornou linguista e filólogo, mediando discussões sobre os estereótipos que prevalecem na concepção do que é ser filólogo e do que é Filologia e sobre a prática filológica e seus percursos.

Em *A edição de textos históricos: escolha e finalidade*, Célia Marques Telles desenvolve um estudo acerca de experiências na edição de textos históricos, nas quais foi usada a metodologia filológica, com enfoque para a finalidade da edição, o tipo de edição a ser aplicado, o paratexto editorial e a leitura semi-diplomática.

O capítulo *Hipóteses acerca do registro de um vocábulo arcaico em um documento português quinhentista*, de autoria de Phablo Roberto Marchis Fachin e Luana Leão Silva, apresenta uma discussão que relaciona a compreensão adequada do que se transcreve com o conhecimento de fatos linguísticos diacronicamente, com base em um manuscrito do século XVI e o registro do grupos <ct> e <ui> no vocábulo “fruto”.

No capítulo intitulado *Manuscritos dos séculos XVIII e XIX: da escolha e preparação da fonte às possibilidades de estudos do léxico*, Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto e Carolina Akie Ochiai Seixas Lima abordam possibilidades de estudos do lé-

xico, a partir de manuscritos produzidos nos séculos XVIII e XIX e editados semidiplomaticamente por filólogas de Estados brasileiros.

Em *Edição de textos sobre a escravização e a resistência negra*, Eliana Correia Brandão Gonçalves apresenta reflexões sobre a experiência com o estudo filológico e das tradições discursivas de fontes históricas setecentistas que registram petições demandadas pela população negra e que podem ser compreendidas como movimentos da resistência.

No capítulo intitulado *Quilombos e revoltas escravas no mundo Atlântico*, do autor Danilo Luiz Marques, são apresentadas discussões sobre a história da resistência escrava nas Américas e no Caribe, que está repleta de comunidades de escravizados fugitivos que lutaram contra a escravidão e receberam diferentes nomes.

O capítulo intitulado *Uma arqueologia das liberdades: tipologia documental e redes de sociabilidade na produção das alforrias cartoriais no Rio de Janeiro, século XVIII*, de autoria de Philippe Manoel da Silva Moreira apresenta um debate a respeito dos aspectos qualitativos das alforrias na capitania fluminense, demonstrando que para um indivíduo ter de fato seu status jurídico modificado com a aquisição da alforria, ele precisaria legitimar a negociação em instâncias diversas.

No capítulo *Atas do Club Cupim: Tradições Discursivas em um cenário de luta abolicionista no século XIX*, Valéria Severina Gomes e Cristiane Alves de Lima analisam atas do Club Cupim, refletindo sobre aspectos da produção dessas atas, no cenário de resistência e de luta abolicionista pernambucano, no século XIX, e quais estratégias de verbalização e de textualização

evidenciam o contexto sócio-histórico e o caráter revolucionário das atas do Club Cupim.

Em *Edição filológica e estudo de Tradições Discursivas: Cartas da Vila de Camamu do século XVIII*, Tamires Sales de Quadros e Eliana Correia Brandão Gonçalves apresentam reflexões sobre a edição e o estudo de tradições discursivas de Cartas do século XVIII referentes às vilas de Cairu e Camamu, com base na edição semidiplomática de uma Carta (1731) assinada por Manuel Fonseca Jordão.

O capítulo *Um livro de registro civil no ano de 1899: uma questão de cor no estudo paleográfico-diplomático de textos da cidade da Bahia*, de Arivaldo Sacramento de Souza, traz reflexões sobre um livro de Registro Civil de nascimento do século XIX do Distrito de Sant'Anna, na Cidade de Salvador, desenvolvendo um estudo de caso, que possibilita o estudo diplomático do tipo documental, de sua disposição e de elementos variáveis que aparecem nesses registros civis.

Em *Cultura e poder através do discurso jurídico: "o auto de defloração de M. J.*, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz apresenta um estudo do Auto de Defloração de M. J., documento jurídico lavrado no início do século XX, em Santo Amaro – BA, que registra o contexto da produção dos Autos, que relatam histórias de jovens defloradas, ou seja, que foram desvirginadas, com ou sem a utilização de violência.

No capítulo intitulado *Violência contra as populações indígenas na Bahia: leitura filológica de documento do século XVIII*, Pollyana Macêdo de Jesus e Eliana Correia Brandão Gonçalves apresentam uma análise filológica do manuscrito setecentista *Notícia da Viagem*, que registra relatos a respeito do período

em que o Capitão Barreto esteve viajando pela região conhecida por Comarca dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia, passando por vilas e aldeias indígenas da Bahia.

Por fim, o capítulo *Temirecô, emirekó: gênero, casamento, poder e colonização*, de Vânia Maria Losada Moreira, apresenta a importância e o protagonismo das mulheres indígenas no contexto colonial da América portuguesa, mostrando como esse campo de investigação tem despertado crescente interesse, mas que o tema continua sendo pouco explorado, problematizado e conhecido.

Finalizamos com o nosso agradecimento às/aos autoras/ autores pelas suas valiosas contribuições na construção dos diálogos promovidos nessa coletânea.

Convido as/os leitoras/leitores a ingressar na leitura da obra e espero que a diversidade de temas de trabalhos aqui reunidos possam colaborar para outros olhares sobre a filologia, a língua, os textos e a história.

Boa leitura!

**Eliana Correia Brandão Gonçalves**



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PERCURSOS E DESAFIOS DAS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E FILOLOGIA: DO PASSADO À CONTEMPORANEIDADE Maria Filomena Gonçalves	13
O FILÓLOGO COMO MINORIA SOCIAL Ivo Castro	43
A EDIÇÃO DE TEXTOS HISTÓRICOS: ESCOLHA E FINALIDADE Célia Marques Telles	63
HIPÓTESES ACERCA DO REGISTRO DE UM VOCÁBULO ARCAICO EM UM DOCUMENTO PORTUGUÊS QUINHENTISTA Phablo Roberto Marchis Fachin Luana Leão Silva	85
MANUSCRITOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: DA ESCOLHA E PREPARAÇÃO DA FONTE ÀS POSSIBILIDADES DE ESTUDOS DO LÉXICO Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto Carolina Akie Ochiai Seixas Lima	107
EDIÇÃO DE TEXTOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA NEGRA Eliana Correia Brandão Gonçalves	143
QUILOMBOS E REVOLTAS ESCRAVAS NO MUNDO ATLÂNTICO Danilo Luiz Marques	171

UMA ARQUEOLOGIA DAS LIBERDADES: TIPOLOGIA DOCUMENTAL E REDES DE SOCIABILIDADE NA PRODUÇÃO DAS ALFORRIAS CARTORIAIS NO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII	195
Philippe Manoel da Silva Moreira	
.....	
ATAS DO CLUB CUPIM: TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM UM CENÁRIO DE LUTA ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX	219
Valéria Severina Gomes	
Cristiane Alves de Lima	
.....	
EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS: CARTAS DA VILA DE CAMAMU DO SÉCULO XVIII	241
Tamires Sales de Quadros	
Eliana Correia Brandão Gonçalves	
.....	
UM LIVRO DE REGISTRO CIVIL NO ANO DE 1899: UMA QUESTÃO DE COR NO ESTUDO PALEOGRÁFICO DIPLOMÁTICO DE TEXTOS DA CIDADE DA BAHIA	273
Arivaldo Sacramento de Souza	
.....	
CULTURA E PODER ATRAVÉS DO DISCURSO JURÍDICO: "O AUTO DE DEFLORAMENTO DE M. J."	319
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz	
.....	
VIOLÊNCIA CONTRA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA BAHIA: LEITURA FILOLÓGICA DE DOCUMENTO DO SÉCULO XVIII	341
Pollyana Macêdo de Jesus	
Eliana Correia Brandão Gonçalves	
.....	
TEMIRECÔ, EMIREKÓ: GÊNERO, CASAMENTO, PODER E COLONIZAÇÃO	361
Vânia Maria Losada Moreira	
.....	
SOBRE A ORGANIZADORA	389
SOBRE OS AUTORES	390

# PERCURSOS E DESAFIOS DAS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E FILOLOGIA: DO PASSADO À CONTEMPORANEIDADE

.....

**Maria Filomena Gonçalves**  
Universidade de Évora-ECS/DLL  
CIDEHUS.UÉ/FCT - UIDB/00057/2020

## INTRODUÇÃO

Falar de Filologia e de História é falar de escrita, representação e memória, o que em tempos de império de realidade virtual e de apagamento da memória determina um exercício de revisitação das origens daquelas duas áreas das Humanidades, há muito autónomas, embora tenham, na sua génese moderna, uma matriz comum. Tal como a definimos atualmente, a Filologia assenta na possibilidade de representar a linguagem humana por meio da escrita, dependendo, pois, de uma materialidade (documento escrito) que capta a língua e se corporiza em textos. Assim, a Filologia é, *lato sensu*, uma disciplina da escrita, sendo que esta é sempre uma “representação” (etimologicamente, “tornar presente”) que torna visível o intangível, vale dizer, a língua oral. Nesse sentido, a escrita é um artifício no qual as sociedades investiram, ao longo da sua história, uma carga simbólica, passando a ser manifestação de poder, legitimação, prestígio social, diferencial cultural, exclusão, hierarquização, valores que extravasam, evidentemente, a mera função de translação da fala, tanto mais que o material

primário desta (sonoro) e o da escrita (gráfico) transmitem dimensões distintas do que é uma língua. Mas se esta se torna visível por meio da escrita, é também graças a ela que a memória se materializa em testemunhos que sobrevivem à natureza etérea da palavra proferida – *Uerba uolant, scripta manent*).

Artífice da memória da língua (nas suas camadas), a escrita é igualmente um testemunho das percepções sociais, culturais e psico/cognitivas alicerçadas em torno da língua ao longo do tempo.

A definição da Filologia como disciplina da escrita assenta, pois, em profundas raízes genéticas. O termo é tão antigo que já na época dos Alexandrinos remetia para o tratamento dos textos literários e, depois de muitos séculos de aplicação à exegese das sagradas escrituras, no período medieval, transfere-se para a leitura dos textos escritos em vernáculos recentes. Tão longa tradição acabará por facultar, no século XIX, as fundações da moderna Filologia que, segundo Contini (1992, p. 6), “culmina na crítica textual”.

No entanto, o surgimento da Filologia, como área de conhecimento científico, deve compreender-se no contexto do esforço epistémico e taxonómico levado a cabo por autores que tinham nas ciências naturais (botânica e zoologia) um modelo de ciência. No último quartel do século XIX, o termo “filologia” é um nome que recebia a “ciência da linguagem humana”, junto com denominações como glótica, glotologia e linguística. Tomada *lato sensu*, a Filologia abrangia todos esses domínios.

A lexicografia contemporânea recolhe o percurso do termo, conforme se observa no Dicionário Houaiss (2001), obra que aponta 1597 como a data da primeira atestação da unida-

de lexical “filologia”, cujas acepções remetem para a antiga tradição clássica e para o despontar da disciplina científica: na primeira acepção, filologia corresponde ao “estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos”; na segunda, com atestação de 1805, define-se como o “estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos”; na terceira, atestada no século XX, filologia tanto abrange os documentos escritos como a história interna da língua neles plasmada (“o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p. ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica”; na quarta, o âmbito da filologia restringe-se ao “estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), esp. para a edição de textos”, remetendo para “ecdótica” (Spina, 1977). Neste verbete, por sua vez, este termo (com primeira atestação em 1961; Houaiss, 2001) corresponde à “ciência que busca, por meio de minuciosas regras de hermenêutica e exegese, restituir a forma mais próxima do que seria a redação inicial de um texto, a fim de que se estabeleça a sua edição definitiva; crítica textual”. Daqui se conclui que, de acordo com o testemunho lexicográfico (Houaiss, 2001), desde o século XX coexistem duas acepções – uma mais abrangente

e outra mais restritiva do labor filológico, ainda que a segunda tenda a predominar.

Do ponto de vista do registo da mudança epistemológica, na definição de História como ciência, ao contrário da de Filologia, o dicionário de Houaiss (2001) não oferece elementos que indiquem a evolução do paradigma, consoante se conclui da definição lexicográfica – “ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico” –, embora também na área do labor histórico essa mudança tenha acontecido, uma vez que se abandona um “paradigma tradicional”, alicerçado numa narrativa de cariz factual, de acordo com a sucessividade do eixo cronológico, para, depois, na década de 70, se assumir como uma *Nova História* (“história global”, segundo Braudel), com novas abordagens com vista à compreensão integral dos processos históricos, contemplando tanto as mentalidades como as mudanças sociais, demográficas, económicas e outras, corrente histórica que ganhou fôlego na década de 80. Mas o dicionário de língua não dá conta da renovação metodológica e compreensiva por que passou a História.

Nas secções seguintes vamos refletir sobre os binómios referidos nesta introdução – “escrita e memória”, por um lado, e, por outro, “Filologia e História” –, atentando nas suas múltiplas conexões, do passado até à contemporaneidade.

## **FILOLOGIA E HISTÓRIA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA**

Na história da ciência, desde os anos 60 do século XX registaram-se várias propostas de conceptualização da mudan-

ça científica. Segundo Kuhn (1962), a mudança opera-se como “revolução” que se traduz no surgimento de um “paradigma científico” distinto do anterior. Foucault (1966), por sua vez, postula o conceito de “ruptura epistemológica” e, no mesmo ano, Chomsky (1966) aceita a alternância, cíclica, entre duas perspectivas epistemológicas, a saber, a racionalista e a empírica. Já na década de 80, e no que diz respeito à história da ciência linguística, Koerner (1989) identifica vários “modelos descritivos do saber”: modelo da progressão linear; modelo da linha principal; modelo pendular; modelo da continuidade *vs* descontinuidade; modelo do progresso relativo; modelo da influência extralinguística. Todos eles traduzem diferentes concepções da ciência e do seu objeto e, é claro, das práticas dos investigadores, sendo que alguns desses modelos coexistiram. Ora, no último quartel do século XIX, para sinalizarem a nova episteme da ciência da linguagem os estudiosos procuraram, como referido atrás, uma designação adequada a esse paradigma científico, ora usando “glótica”, ora “glotologia” (Coelho, 1881), ou, ainda, simplesmente “filologia” ou “linguística”. Deses pioneiros de finais do século XIX e dos inícios do seguinte trata a secção seguinte.

## **FILOLOGIA, GLÓTICA OU GLOTOLOGIA: OS PIONEIROS**

Cunhado pelos Gregos, o termo “filologia” é palavra antiga na língua portuguesa, tendo o seu primeiro registo lexicográfico português em Bluteau (1720, p. 482), em cujo *Vocabulario Portuquez, e Latino* (1712-1721) ocorre uma definição que revela a latitude conceptual do termo:

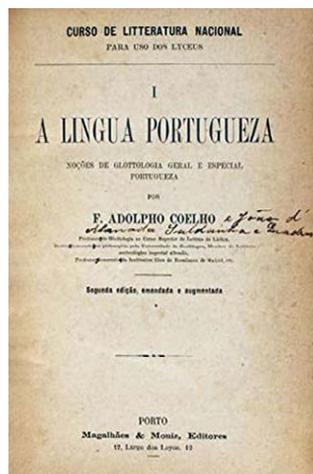
He Palavra Grega composta, por *Philos*, amigo, & *Logos*, discurso, & *Philologia* val o mesmo que estudo das letras humanas, começando a Grammatica, (que antigamente era a principal parte da *Philologia*), & prosseguindo com a eloquência Oratoria, & Poetica, com as noticias da Historia antiga, & moderna com a intelligencia, interpretação, & Critica dos Authores, com a erudição sagrada, & profana & geralmente com a comprehensão & applicação de todas as cousas, que podem ornar o engenho, & Discurso humano. Rigorosamente falando, Philologia he a parte das sciencias que tem por objecto as palavras, & propriedade dellas. Alguns confunde a Philologia com a mesma Grammatica [...].

Ora, se a palavra filologia tinha longa tradição e abrangia vários tipos de atividade em torno do texto, como testemunho de língua e cultura, o facto de os filólogos do último quartel de Oitocentos procurarem alternativas àquele nome justificar-se-á porque a denominação afirmava e circunscrevia a cientificidade dos estudos da linguagem humana. Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) foi quem, desde os meados de Oitocentos, mais indagou nesta questão, aceitando vários nomes como equivalentes, entre eles a “filologia comparada”, conforme se observa a seguir:

*A linguística, ou glottica ou glottologia, a que tambem se chamou philologia comparada, é o estudo científico das linguas. [...] a glottologia estuda as linguas por ellas mesmas. [...]. A glottologia é porém uma sciencia historica, como a philologia e não uma sciencia natural. A linguagem não é producto natural, mas sim um producto social, como o direito, a religião, a arte (Coelho, 1881, p. 3. Negrito nosso).*

Extraído de *A Língua Portuguesa. Noções de Glotologia Geral e Especial* (1881), este trecho é um dos muitos em que Adolfo Coelho trata de clarificar a natureza da ciência da linguagem, fazendo a destrição conceptual entre as várias denominações que aquela então recebia, assunto que o filólogo retomou em sucessivas publicações, não raro refundindo textos precedentes, o que revela a sua preocupação com a afirmação epistemológica da nova ciência.

**Figura 1** – Adolfo Coelho e a Glotologia



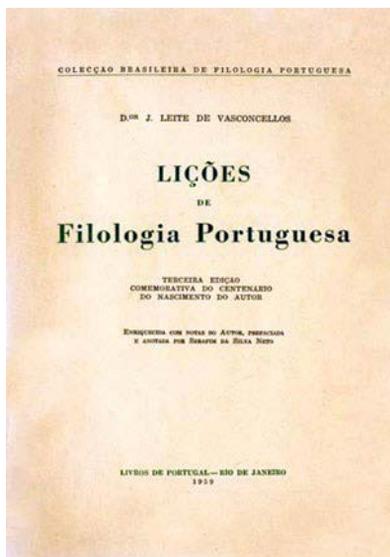
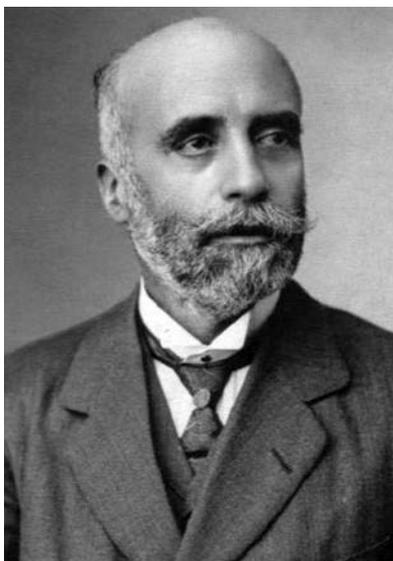
Fontes: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Adolfo\\_Coelho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Adolfo_Coelho); <https://www.abebooks.com/LINGUA-PORTUGUEZA-NO%C3%87%C3%95ES-GLOTOLOGIA-GERAL-ESPECIAL/30746215588/bd>

Para essa discussão contribuiu igualmente José Leite de Vasconcelos (1858-1941) que, tal como Adolfo Coelho, integrava a plêiade de filólogos oitocentistas (Prista; Albino, 1988) que adotou e aplicou o método histórico-comparativo em Portugal, criando uma escola filológica portuguesa. Nos *Opúsculos* (1888)

que consagrou à filologia portuguesa, Leite de Vasconcelos expôs a sua acepção lata de filologia:

No seu sentido mais usualmente aceito a **Filologia**, seguindo **o desenvolvimento das linguas desde a origem em determinado grupo, mostrando as influências diversas a que estas obedecem, e descobrindo as leis de transformação**, dá ao literato a consciência do instrumento que maneja, mostra ao historiador uma das fases mais instrutivas da vida do homem, e a ajuda a despertar ou a afirmar no público o espírito sempre fecundo da nacionalidade (Vasconcelos, 1888, p. 842. Negrito nosso).

**Figura 2** – Leite de Vasconcelos e as *Lições de Filologia*



Fontes: <https://www.wook.pt/autor/jose-leite-de-vasconcelos/15725>; <https://www.livraria-ferreira.pt/livro/licoes-de-filologia-portuguesa/>

A estes pioneiros não eram estranhas manifestações da cultura humana que se situavam no âmbito de várias disciplinas – etnografia, etnologia, heráldica, numismática, passando pela história e a literatura, até à história da língua, a dialetologia, a etimologia, a lexicologia, a lexicografia, a edição de textos (a atual crítica textual) –, porquanto todos esses conhecimentos auxiliavam o labor filológico, conforme sublinha F. Adolfo Coelho a propósito do âmbito geral da filologia:

O estudo da lingua, como a archeologia, a historia, a epigraphia, a mythologia, são para a philologia auxiliares, não fins; mas como o estudo das linguas, a archeologia a historia, etc., não estavam constituídos ainda quando se começou o estudo das litteraturas, como os que se occuparam d'estas tiveram necessariamente se de occupar d'aquellas, comprehendeu-se sob o nome de philologia todos esses diversos ramos de conhecimentos (Coelho, 1881, p. 2).

Em sintonia com circunscrição geral da filologia, Coelho delimita o escopo da filologia portuguesa, cujo objeto não pode ser outro senão o “estudo dos **monumentos** litterarios da lingua portugueza sob todos os pontos de vista” (Coelho, 1881, p. 22. Negrito nosso).

Décadas depois, Leite de Vasconcelos, cuja definição de filologia continua a ser lata, retoma a questão nas *Lições de Filologia* (1926, p. 8), aí considerando que esta compreende a “*História da língua* (Glotologia, Glótica, Linguística, e seus ramos), com a Estilística e a Metrificação; a *História literária* (1. *História da literatura*, em sentido amplo), com a Crítica literária; 2) *Bibliografia* (aplicação prática da Filologia, quando se edita criti-

camente, e se comenta, um texto)”, donde se conclui que todos estes domínios coadjuvam uma análise completa dos testemunhos escritos da língua.

## A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E FILOLOGIA

No século XIX, como atrás se referiu, era estreita a relação entre a Filologia e a História, já que esta cooperava com os objetivos daquela, fornecendo-lhe elementos para o que Adolfo Coelho (1881, p. 22) chamava de “estudo dos **monumentos** literarios da lingua portuguesa”. Vem à colação um parêntesis para, à luz da lexicografia contemporânea, esclarecer a origem e o significado de “monumento”. Socorremo-nos aqui de Houaiss (2001), segundo o qual provém do “Lat. *Monumentum* – deriva da raiz indo-europeia; e esta também se aplica a uma das funções nucleares do espírito (lat. *mens, mentis*), a memória”. Por isso, sem “traços” não existe memória nem monumento, consoante relembra Catroga (2001, p. 24), para quem os primitivos traços remetem para a “sequência de impressões deixadas pela passagem de um animal e, por extensão, qualquer vestígio humano voluntário ou involuntário que venha a ser ritualizado com o tempo”.

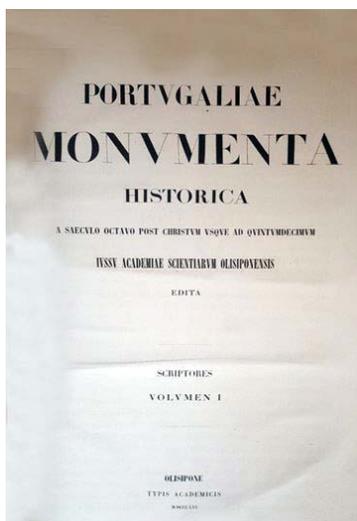
A relação entre Filologia e História é, com efeito, estreita, uma vez que a segunda depende de testemunhos escritos que lhe servem de fonte e a primeira centra o seu labor no texto escrito em que a língua está documentada. Mas a sua relação alicerça-se igualmente no facto de que tanto a história como a língua escrita constituírem um “rito de recordação” (Catroga, 2001, p. 40), pois se a escrita é uma representação do modo pri-

macial de qualquer língua – oral –, a história é uma narrativa que, para registar e perpetuar o passado, depende da palavra escrita. Ambas se irmanam, por conseguinte, seja na comum dependência de documentos (“monumentos”, na expressão de Leite de Vasconcelos), seja na memória do passado, seja, ainda, na vinculação à escrita. Como elemento civilizacional e cultural, durante muito tempo esta foi fruto exclusivo da mão humana, com tudo o que tal supunha (suportes de escrita, utensílios, práticas), para ter depois uma mediação técnica – os tipos móveis, a imprensa, a tipografia –, e, já nos nossos dias, graças às tecnologias digitais, ganhar formas de produção que permitem novas práticas de escrita e leitura, bem distintas das assentes na unidimensionalidade de um fólio ou uma página.

Os documentos carregam, assim, a memória coletiva em forma de texto, pelo que reunir acervos monumentais foi e continuará a ser imprescindível à preservação dessa memória. É precisamente no decurso do século XIX que se assiste ao resgate da memória documental / textual do português, preocupação motivada pelos valores do Romantismo, entre eles o cultivo dos vestígios (os “traços”) do passado. Assim, códices e livros, monumentos e ruínas, ou os mais diversos testemunhos materiais da história coletiva, passam a merecer o interesse dos intelectuais e escritores daquele tempo, que neles viam verdadeiros tesouros da memória coletiva, vale a pena recordar que em Portugal, desde a época medieval, a preocupação em reunir e preservar documentos fundamentais para a vida do reino ficara plasmada na criação em 1378 da Torre do Tombo, que em 1823, depois de várias vicissitudes, adquire o estatuto de Real Arquivo da Torre do Tombo, ampliando, as-

sim, as suas funções. No impulso dado à recolha de memória textual, destacam-se precisamente dois escritores românticos, a saber, Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877). Reconhecido historiador e escritor, o segundo compulsionou a documentação que a Academia das Ciências viria a publicar a partir de 1856 sob o título de *Portugaliae Monumenta Historica*<sup>1</sup>, obra nuclear para a reconstituição da memória do reino até ao século XV.

**Figura 3** – Alexandre Herculano e *Portugaliae Monumenta Historica*



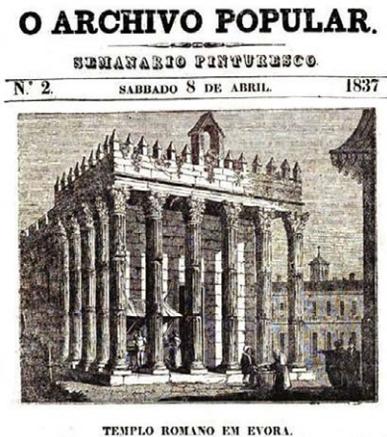
Fontes: [https://en.wikipedia.org/wiki/Alexandre\\_Herculano](https://en.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Herculano); <https://purl.pt/12270/4/>

Bem ao gosto romântico, que cultuava o passado, os seus ambientes e vestígios, Alexandre Herculano zelou igualmente

<sup>1</sup> A publicação, que se prolongou até 1917, apresenta secções distintas (*Scriptores, Leges et Consuetudines, Diplomata et Chartae, Inquisitiones*) repartidas por volumes.

pela recuperação do património monumental do país, tendo promovido uma subscrição pública com vista a que o templo romano de Évora fosse devolvido à sua primordial condição, já que, devido a sucessivas intervenções, àquele espaço havia sido dada outra finalidade, conforme pode observar-se na imagem publicada em 1837 no *Archivo Popular* (cf. a seguir).

**Figura 4** – Templo romano de Évora

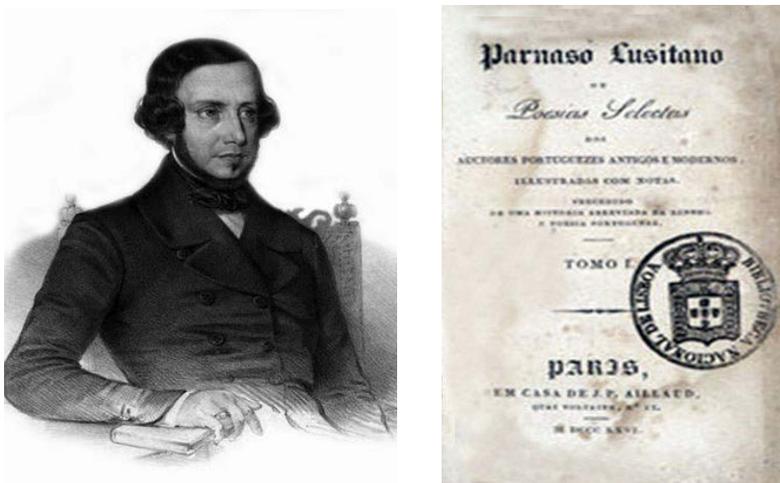


Fontes: <https://www.pinterest.pt/pin/344806915197539838/>; <http://wikipedia.org>

O culto da memória histórica traduzia-se, pois, em caboucar (Castro, 1996, p. 2) testemunhos escritos, mas também em procurar ruínas e vestígios das várias camadas históricas, o que levou, entre outras intervenções, a buscas em arquivos e escavações arqueológicas. Quer no caso do património textual quer no do património monumental, estamos perante um processo reconstrutivo que assenta nas remanescências de séculos de história. Mas se Alexandre Herculano foi um bom guardião da memória histórica, o mesmo poderá dizer-se de

Almeida Garrett, poeta e fundador do Teatro Nacional (Teatro Nacional de D. Maria II), que forrageou os melhores testemunhos da poesia nacional e da história da língua (Garrett, 1826), vale dizer, da memória linguística. O seu *Parnaso Lusitano* (1826), obra em geral pouco conhecida, é, contudo, uma fonte relevante para a discussão da elaboração normativa do Português Europeu (Verdelho, 2000).

**Figura 5** – Almeida Garrett e o *Parnaso Lusitano*



Fontes: Biblioteca Nacional de Portugal - <https://purl.pt/96/1/bio/iconografia/09.jpg/>

Biblioteca Digital Portuense: <https://bibliporto.wordpress.com/tag/almeida-garrett/>

## A FILOLOGIA E AS PRÁTICAS DO HISTORIADOR

Nas seções anteriores tratámos de mostrar a natureza da relação entre filologia e história que, como se viu, assenta essencialmente em dois aspectos: por um lado, ambas lidam com material escrito e, por outro, uma e outra enfrentam os proble-

mas inerentes à leitura e transcrição do que está averbado no documento que, por esse processo, se converte em texto. Este é um dos pontos em que filólogos e historiadores mais divergem – os critérios ou normas para a edição textual (Castro; Ramos, 1986) –, porquanto os primeiros tendem a manter todas as marcas do passado, privilegiando por isso transcrições/edições fiéis ao original – conservadoras –, ao passo que os segundos tendem a sobrepor o conteúdo aos traços linguísticos da época representada, motivo por que não raro modernizam aspectos presentes no documento, alguns deles tão só irrelevantes na aparência. Os historiadores atuais são, contudo, cada vez mais sensíveis à importância da preservação das marcas linguísticas das fontes que manuseiam. A transcrição das *Memórias Paroquiais* (1758) (<http://www.cidehusdigital.uevora.pt/portugal1758>)<sup>2</sup>, realizada por historiadores do Centro de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, segue critérios que, mau grado as intervenções dos transcritores, ainda são aceitáveis para o filólogo, não obstante aqueles terem atualizado aspetos como os seguintes: uso de maiúsculas e minúsculas, quer no interior quer no início de palavra; alternância entre u/v, representativa de consoante; introduzir ponto de parágrafo quando existe ou quando assume a forma de vírgula; desenvolvimento de abreviaturas sem assinalar o desenvolvimento. A título de ilustração, veja-se um excerto – edições fac-similar e modernizada – da Memória paroquial da Senhora da Ajuda, Comarca de Elvas, Ajuda, 1758, 9 de abril (ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 1, n.º 62, p. 433-436).

---

<sup>2</sup> É de salientar que o CIDEHUS Digital não disponibiliza apenas a transcrição destes textos, já que eles têm sido objeto de tratamento no âmbito das Humanidades Digitais (Vieira et al., 2021).

Excelentissimo Reverendissimo Senhor.  
Resposta dos interrogatorios que Vossa Excelentissima me ordenou fizesse.

Luis Roiz Borrvalho, parochio confirmado pello Santissimo Padre Beneditto dessimo quarto, em esta parochial igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, termo e bispado de Elvas, provincia do Allentejo e juis provido na ditta freguezia (sendo datta do prelado e de sua natureza annual) por ser Sé vacante; a congrua são sinco moyos de trigo, e dois de sevada.

Consta de trinta e hum vizinhos; e duzentas e vinte pessoas.

Está situada em monte e descobre a cidade de Elvas, da qual dista duas legoas, e a villa de Jurumenha da qual dista hũa; tem hũa, aldeija distante da igreja seiscentos passos, que lhe chamam Venda, que consta de seis vezinhos.

O orago hé de Nossa Senhora d'Ajuda. A igreja hé de hũa nave, tem sinco altares a capella-mayor que hé de Nossa Senhora d'Ajuda e os mais são de Nossa Senhora do Rozario, de Santo Antonio, o Senhor Jezus e as Almas.

Tem três irmandades: a Senhora do Rozario, Santo Antonio, e as Almas. Não há nesta freguezia mais que parochio e sanchristão.

Tem hũa hermidia chamada São Raphael, está destilhada e sem portas, e as paredes com algumas raxas, e só a cappella-mayor está boa a qual hé de abobeda, aonde está a pintura do Santo, hé muy milagrozo, e advogado das sezões.

Os frutos que nesta freguezia se recolhem, são trigo, senteyo e sevada; e podendo recolher muytos mais mantimentos os não recolhem por se utilizarem das terras para pastajem dos gados, por cujo interesse tem deyxado cahir a mayor parte dos montes que há nesta freguezia, que tendo legoa e meya de comprimento, e outro tanto de largura; e trinta e sinco herdades se acham só.

453  
 N. S. da Ajuda <sup>10</sup> Elva 1757 11 11  
 P. S. 11 11 11  
 Resposta dos interogatórios que V. S. M. me ordenou fazer.  
 Luis. Piz. Bernalte Parroco Confirmado pelo Santo Sumo Padre.  
 Beneficente do mesmo quarto em esta Parochia Igreja de Nossa Senhora  
 da Ajuda termo e Diocese de El Rey Provincia de Alentejo e muy  
 priorado na dita frequencia de São João de Fátima e de sua Parochia  
 Annual, por ser São Jacinto, do mesmo termo e diocese e de  
 e deo de São João, Comita de Trinta e Quatro Vizinhos e dezentas e vinte  
 pezoas, esta situada em monte e descobre a fidalga de El Rey a qual  
 dita Igreja se compo e abrita de Juramento, da qual dita Igreja tem sua  
 Aldeia distante da Igreja setenta e quatro pezoas que se chama de São João  
 Comita de São Vizinhos e de Nossa Senhora da Ajuda a  
 Igreja de de sua Nave tem cinco altares a capella mayor que se de No  
 ra Senhora da Ajuda e os mais São de Nossa Senhora do Espirito de  
 Santo Antonio e de São João e as Almas tem tres Hermanidades a Sa  
 ntana do Espirito, Santo Antonio e as Almas Não ha nesta fre  
 quencia mais que Parroco e sacristão, tem sua Ermida cha  
 mada São Raphael, esta desollada e sem portay e as paredes sem  
 al gomo e raxos e se a capella mayor esta deca a qual se de noventa  
 e duas esta apintura do Santo e muy milagroso e a imagem dos  
 sezaõ, os frutos que nesta frequencia se recolhem, São trigo, lin  
 deyo, e cevada e podendo recolher muytos muytos mantimentos  
 os não recolhem por se desliziarem das terras para jurisdicção dos  
 gados, por cujo motivo tem deixado ca lra a mayor parte dos mo  
 tos que ha nesta frequencia, que sendo logo, empe de se por o m  
 to, e culto do Santo de Siquina, e Trinta, e Sima e de S. Carlos.

O simples confronto da imagem do manuscrito com a transcrição mostra precisamente a intervenção feita nas maiúsculas. Ora estas, como é sabido, não são apenas fruto das práticas de escrita de cada época, pois desempenham nos textos funções de vária natureza que, de acordo as obras metalinguísticas analisadas por Verdelho (1994), se agrupam em três: “estruturantes” (cooperam na organização interna do texto), “distintivas” (apontam categorias sintáticas e semânticas distintas, relativamente a vocábulos homógrafos) e “conotativas”, ao mostrarem a valorização ou dignificação do que é “designado pelos vocábulos e também da pessoa a quem se endereça o texto escrito” (Verdelho, 1994, p. 463).

Quando o transcritor/editor altera as maiúsculas originais, em função do uso atual, está a subtrair ao texto uma informação histórica que pode ser relevante. O mesmo se poderá dizer das intervenções atualizadoras no domínio da pontuação. Apesar das modificações introduzidas em virtude das normas de transcrição adotadas, este exemplo mostra como os historiadores conservaram marcas linguísticas relevantes para os estudiosos da língua do século XVIII. Vejamos. Ademais de aspectos gráficos – uso de <z> por <s> (*freguezia, Rozario*), de <s> por <c> (*sinco, senteio*), de <ss> por <c> (*dessima*) ou de <x> por <ch> (*raxa*) –, são de realçar grafias que denotam realizações vocálicas (átonas) particulares em palavras como *abobeda, utelizarem, vezinhos* e *destilhada*<sup>3</sup>. No entanto, é claro que esta transcrição não serve para estudos sobre o uso das maiúsculas no século XVIII.

<sup>3</sup> Neste trabalho não nos ocupamos da questão das variantes fónicas e gráficas. Sobre o assunto, veja-se: Cameron et al. (2020) e Cameron et al. (2022, *no prelo*).

## FILOLOGIA: DO ANTIGO AO FILÓLOGO ATUAL

As edições oitocentistas de documentos antigos revelam que os autores, em conformidade com a cultura filológica da sua época, intervinham nos textos alterando-lhes a feição linguística. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora, é um bom exemplo da prática editorial que caracterizou o século XIX. Senão vejamos. Rivara editou as *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (1842) que Francisco José Freire (1719-1773), escritor e intelectual neoclássico, também conhecido como Cândido Lusitano, deixara em manuscrito (BPE, Cód. CXIII/2-1, ms. 1768). O simples cotejo entre um fólio do manuscrito de Freire e a página correspondente da edição de Rivara mostra o grau de intervenção do editor que, de facto, não se limita a homogeneizar oscilações gráficas. Embora louvável, o labor de bibliotecário eborense altera, conforme se mostrou em trabalho anterior (Gonçalves; Banza, 2013), traços que, a exemplo de muitas outras edições oitocentistas, tornam a edição rivariana inábil para o estudo da língua do século XVIII. A contradição entre um conteúdo do século XVIII e uma forma linguística moldada no século seguinte determina que as *Reflexões da Língua Portuguesa* hoje conhecidas, publicadas por Cunha Rivara em 1842, apenas em parte nos sirvam de fonte linguística. Abaixo reproduzimos as tabelas comparativas (Gonçalves, Banza, 2013, p. 26-27) que ilustram alguns aspectos das intervenções editoriais no texto.

**Quadro 1** – Pontuação e maiúsculas

MANUSCRITO	EDIÇÃO
Muito ha que para...	Muito há que para
... da Lição de todos os Authores, que geralmente são tidos por Classicos...	... da lição de todos os Auctores que geralmente são tidos por Clássico
... mudámos de opinião, persuadindo-nos, de que este Livro...	Mudámos de opinião, persuadindo-nos de que este livro...
... com a correcção, e energia, que lhe he devida	... com a correcção, e energia que lhe é devida...
A ordem que seguiremos, será dividir...	A ordem, que seguiremos, será dividir...
... satisfazendo assim a huns reparos que nos fizeram...	... satisfazendo assim a uns reparos, que nos fizeram...
... passaremos a mostrar, que esta não he...	... passaremos a mostrar que esta não é...
Livro	livro
Tratado	tratado
Linguagem	linguagem
Partes Parte	partes parte

Fonte: Gonçalves e Banza (2013: 26)

**Quadro 2** – Desenvolvimento de abreviaturas

1 <sup>a</sup>	primeira
2 <sup>a</sup>	segunda
3 <sup>a</sup>	terceira

Fonte: Gonçalves e Banza (2013: 27)

Contudo, é graças à edição oitocentista que hoje conhecemos<sup>4</sup> tão valiosa obra para a história do pensamento normativo sobre o léxico português, uma vez que a obra não

<sup>4</sup> A obra teve 2<sup>a</sup> edição, que reproduz a 1<sup>a</sup>, saída da Typographia do Panorama em 1853. Ainda não se fez, que saibamos, o cotejo entre estas edições das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*.

voltou a ser editada, estando hoje disponível em várias bibliotecas digitais.

Desde o século XX, as mudanças técnicas e tecnológicas – fac-símile de documentos, microfilme, digitalização – têm vindo a mudar não só os recursos ao dispor dos filólogos ou editores mas também a própria conceptualização da materialidade do texto que, transcendendo a monodimensionalidade, agora pode assumir carácter pluridimensional.

Fruto da computação e das ferramentas que esta aplica ao processamento, tratamento, pesquisa e arquivo de massas textuais – domínio consagrado nos últimos anos como *Humanidades Digitais* (Bezuti, 2009; Mcgann, 2014; Driscoll; Pierazzo, 2016) –, emergiu uma nova filologia (Lavagnino, 1997; Cerquigliani, 2000; Lose, 2010; Morrás, 2003; Gonçalves; Banza, 2013), também ela “digital”. Verdadeira cartilha de fundamentos, o *MANIFESTO for the Digital Humanities* (2010, p. 1) esclarece a natureza desta área nos seguintes termos: “The digital humanities designate a “transdiscipline”, embodying all the methods, systems and heuristic perspectives linked to the digital within the fields of humanities and the social sciences”. Ninguém duvida de que as *HD* ultrapassaram o carácter puramente instrumental, assumindo-se como área de produção de conhecimento, com vocação transdisciplinar. Com efeito, se as *HD* permitem, por um lado, um grau de manipulação do texto e formas de pesquisa no seu conteúdo inimagináveis há trinta anos, por outro, possibilitam um texto digital (Paixão de Sousa, 2009), multimodal, com diversas possibilidades de visualização e várias camadas de informação, o que tem evidentes repercussões no ato de leitura. Na verdade, a mudança

introduzida pela “galáxia digital”, que constitui uma verdadeira revolução social e cultural, só parece comparável, primeiro, à criação da escrita e, segundo, à invenção da imprensa, a “galáxia de Gutenberg”, na célebre expressão de MacLuhan (1962), quando o homem se tornou um ser tipográfico (“the making of typographic man”), alterando-se para sempre quer as formas de difusão da palavra escrita e da cultura quer a própria percepção daquelas. É uma revolução que, por pervadir todos os âmbitos da atividade humana – individual, social, científica e humanística –, convoca os filósofos para uma reflexão sobre os efeitos e as consequências de uma vivência dominada pelo ambiente digital.

A revolução inerente à “filologia digital” supõe a emergência de um quadro teórico-metodológico associado a uma episteme que, travejada na filologia *soit disant* “clássica” (Blecu, 1983; Cambraia, 2005), torna as operações tradicionais<sup>5</sup> desta mais ágeis e seguras, como se observa no caso da “collatio” semiautomática (Boto, 2019), facilitada por programas como *Justa Commons* ou CollateX, ainda que um e outro requeiram dos utilizadores diferentes competências prévias. De certo modo, a filologia digital tem-se desenvolvido a par da linguística de corpus<sup>6</sup>, porquanto uma e outra, a despeito de propósitos e metodologias distintos, são tributárias de recursos computacionais, lidando ambas com os problemas técnicos e linguísti-

---

<sup>5</sup> A ecdótica tradicional – veja-se Spina (1977) – estabelece as seguintes: *fontes criticae, collatio codicum, examinatio, selectio, dispositio textus, emendatio*.

<sup>6</sup> A linguística histórica ganhou novo impulso graças à computação e à possibilidade de estudar a mudança a partir de *corpora* históricos, vale dizer, grandes massas textuais de várias épocas, previamente preparadas por forma a serem pesquisáveis (Banza et al., 2015).

cos subjacentes àquilo a quem McGann (2014, p. 41) chama de “archival memory”.

Não cabe aqui expor as muitas potencialidades da filologia digital, tanto mais que existe já uma extensa bibliografia sobre o assunto, mas sublinharemos, por um lado, o papel daquela no que tange à preservação e arquivo da memória (a já mencionada “archival memory”) e, por outro, a potenciação de recursos especializados para diferentes tipos de edição<sup>7</sup>, diversos tipos/géneros textuais, distintas épocas (“filologia digital clássica”, Berti, 2019; filologia digital medieval, do renascimento, etc.) ou autores.

Do mesmo modo, as disciplinas auxiliares da filologia têm beneficiado dos desenvolvimentos das *Humanidades Digitais*, de que é exemplo cabal o programa *Transkribus*, vocacionado para a leitura de manuscritos, que abriu espaço para uma “paleografia digital”. O interessante, quer no caso da filologia quer no da paleografia, é que os recursos digitais não só não dispensam como até revalorizam o conhecimento tradicional do filólogo<sup>8</sup> (Duarte, 2020) e do paleógrafo (Lose, 2010), o que vem corroborar o carácter transdisciplinar das *HD* que, não obstante serem tecnológicas, não deixam de ter um escopo humanístico. Desconhecemos se por este via se ultrapassará a tão propalada crise das Humanidades, cujo prestígio regrediu ao mesmo tempo que as tecnologias se afiançavam na socieda-

---

<sup>7</sup> Sem nos adentrarmos na definição de “edição digital”, sublinhamos que esta costuma socorrer-se de *Text Encoding Initiative* – TEI, linguagem de programação XML.

<sup>8</sup> À atividade deste também é indispensável a linguística, sendo a inversa igualmente verdadeira, conforme mostra Ramos (2019). Além disso, haveria que considerar, ainda, a relação destas duas áreas com a da historiografia linguística, em linha com o exposto por Sáez Rivera (2006).

de como instrumentos quotidianos, ademais de promissoras alternativas laborais. Eis que a filologia, qual Fénix, ressurgue graças aos recursos tecnológicos, num caminho sem retorno que se faz num contexto em que o mundo clama por soluções sustentáveis (ODS). Ora, perante os desafios da sustentabilidade, num tempo em que o equilíbrio entre ambiente, diversidade cultural e criatividade são fundamentais, a preservação da memória (material e imaterial), plasmada tanto em manuscritos como em livros, passa por unir tradição e inovação. É isso que fazem, em última instância, as *Humanidades Digitais*, pois servem, em igual medida, ao filólogo e ao historiador, assim como a outros investigadores de fontes da memória.

## NOTAS FINAIS

No século XIX, os filólogos debateram-se com a demonstração da “episteme” da Filologia, a Glotologia ou Glótica, pugnando por um paradigma científico em contraponto às concepções e práticas precedentes, consideradas “acientíficas”. A partir da década de 60 do século XX, a introdução de tecnologias nas práticas de linguistas, filológicos e historiadores acarretou uma mudança na própria conceptualização do objeto “texto”, mas, na atual centúria, este passou a ser manipulado como nunca acontecera na história da transmissão textual, já que o meio digital enriqueceu a apresentação textual, tornou-a “interativa” (Duarte, 1997), com aparatos críticos em consonância com diferentes objetivos e tipos de edição, possibilitando a coexistência de vários testemunhos e tipos de edição, assim como vários tipos de pesquisa de con-

teúdo (concordâncias, redes de ontologias, entre muitas outras hipóteses).

Ninguém negará que são infinitas as perspectivas futuras abertas pelas chamadas *Humanidades Digitais*, ancoradas nos avanços inesgotáveis da computação e no processamento de linguagem natural (PLN), que estimularam o regresso à filologia (De Man, 1986) e a recriação das Humanidades *tout court*. Num século de acelerada e instigante digitalização, em que as tecnologias parecem adquirir vida própria, ainda continuamos a lidar com muitos dos velhos problemas que desafiaram os filólogos e os historiadores do século XIX: resgatar e preservar a memória textual. Porém, na contemporaneidade, os modos de preservação e arquivo são outros. Perante uma herança filológica que se reinventa graças aos recursos eletrónicos, cabe aqui perguntar que tipo de edição faríamos hoje das *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire, uma vez que dispomos de um pdf. da edição oitocentista, ademais do manuscrito eborense<sup>9</sup>. Parece evidente que deveria ser uma edição digital – filologicamente conservadora –, que nos devolvesse os traços do manuscrito da BPE, e que, se possível, dialogasse com as duas edições do século XIX, por meio de uma rede de relações cruzadas, ademais de nos oferecer um *lexicon* geral da obra, recursos que certamente contribuiriam para a história do léxico (e não só) do português clássico.

Por último, cabe igualmente perguntar como será uma filologia digital sem manuscritos, já que, nas práticas de escrita,

---

9 Temos notícia de outros testemunhos na Academia das Ciências de Lisboa. Porém, a informação carece ainda de confirmação.

o teclado e o ecrã de um computador portátil têm vindo a substituir a caneta e o papel. Com a digitalização da sociedade em geral, o espaço da escrita manual parece ser, cada vez mais, residual. Assim, num futuro não muito longínquo, que está longe de ser ficção, o filólogo e o historiador lidarão sobretudo com documentos exclusivamente digitados e digitalizados, logo, sem os desafios paleográficos da escrita manual, memória textual que contrastará com a enorme massa de manuscritos de séculos passados. O meio digital é o novo espaço<sup>10</sup> dominante da escrita, e nele se anulam as diferenças do traçado manual porque o instrumento é o teclado, igualitário mas despersonalizado. É claro que outros problemas se levantarão, quer ao filólogo quer ao historiador, cujo labor continuará a centrar-se em documentos e em textos, ainda que estes apenas tenham existência digital.

## REFERÊNCIAS

BANZA, A. P.; RODRIGUES, I.; SAIAS, J.; GONÇALVES, M. F. A historical linguistics corpus of Portuguese (16th-19th centuries). In: GIPPERT, J.; GEHRKE, R. (eds.). **Historical Corpora Challenges and Perspectives**. Tübingen: Narr Verlag, 2015, p. 281-289.

BERTI, M. (ed.). **Digital Classical Philology. Ancient Greek and Latin in the Digital Revolution**. De Gruyter Saur, 2009.

BLECUA, A. **Manual de crítica textual**. Madrid: Castalia, 1983.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Portuguez, e Latino** (Letra O-P). Lisboa: Na Officina de Paschoal da Sylva, 1720.

BOTO, S. La collatio semiautomática al servicio de la edición del Romanceiro de Almeida Garrett. In: MARTOS, J. LL.; MANGAS, N. A. (eds.).

---

10 O termo/conceito “suporte” não se adequa à natureza da escrita digital.

**Pragmática y metodologias para el estudio de la poesia medieval.**

Colección Cancionero, Romancero e Imprenta, 2. Alacant: Universitat d'Alacant, 2019, p. 115-126. Disponível em: [https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/13417/1/Convivio\\_2018.pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/13417/1/Convivio_2018.pdf).

BUZETTI, D. Digital editions and text processing. In: DEEGAN, M.; SUTHERLAND, K. (eds.). **Text editing, Print and Digital World**. Farnham: Ashgate, 2009, p. 45-61.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMERON, H. F.; GONÇALVES, M. F.; QUARESMA, P. Linguistic and orthographical classic Portuguese variants. Challenges for NLP. In: FINATTO, M. J.; VIEIRA, R.; POLLAK, S.; SATURNINO, L. (eds.). **Proceedings of the Workshop on Digital Humanities and Natural Language Processing, co-located with International Conference on the Computational Processing of Portuguese** (PROPOR 2020), vol. 2607. Évora (Portugal): CEUR-WP, 2020, p. 43-48. Disponível em: <http://ceur-ws.org/Vol-2607/short1.pdf>.

CAMERON, H. F.; GONÇALVES, M. F.; OLIVAL, F.; VIEIRA, R. Spelling variants in the 18th century Portuguese: constraints on natural language processing. **Programming Digital Humanities**. Springer, 2022 (no prelo).

CERQUIGLINI, B. Une nouvelle philologie. In: **Philologie à l'ère de l'internet**. Budapest, 2000. Disponível em: <http://magyar-irodalom.elte.hu/colloquia/000601/cerq.htm>.

CHOMSKY, N. **Cartesian Linguistics: A chapter in the history of rationalist thought**. New York: Harper & Row, 1966.

COLLATEX. **Software for Collating Textual Sources**. Disponível em: <http://collatex.net/>.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. Lisboa: Quarteto, 2001.

CASTRO, I. Para uma história do português clássico. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (eds.). **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**, vol. II, Lisboa: Colibri, 1996, p.135-150.

CASTRO, I.; RAMOS, M. A. **Estratégia e tática da transcrição** (tiré à part du volume Critique Textuelle Portugaise – Actes du Colloque), Centre Culturel Portugais, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1986.

COELHO, F. A. **A língua portuguesa**. Noções de glotologia geral e especial portuguesa. Porto: Livraria Universal, 1881.

CONTINI, G. **Breviario di ecdótica**. 2<sup>a</sup>. ed. Torino: Einaudi, 1992.

DRISCOLL, J.; PIERAZZO, E. (eds.). **Digital Scholarly Editing**. *Theories and Practices*. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11647/OBP.0095.02>.

DUARTE, L. F. Para uma edição interactiva de textos antigos. In: CASTRO, I. (Org.). **Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, II (Linguística História, História da Língua), 1997, p. 411-417.

DUARTE, L. F. **Os palácios da memória: ensaios de crítica textual**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/47057>.

DE MAN, P. The Return to Philology. In: **The Resistance to Theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986, p. 21-26.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.

FREIRE, F. J. **Reflexões sobre a língua portuguesa**. Lisboa: Typographia da Sociedade de Propagação de Conhecimentos Uteis, 1842.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. Fontes metalinguísticas para o português clássico. O caso das Reflexões sobre a Língua Portuguesa. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (coord.). **Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia**. Col. Biblioteca – Estudos & Colóquios, Série e-Book, n<sup>o</sup> 1, Évora: CIDEHUS, 2013, p. 73-111. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1088>.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (coord.). **Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia**. Col. Biblioteca – Estudos & Colóquios, Série e-Book, n<sup>o</sup> 1, Évora: CIDEHUS, 2013 (edição na OpenEdition, 2016). Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1073>.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

JUXTA COMMONS. Disponível em: <http://juxtacommons.org/home/index>.

KOERNER, K. **Practicing Linguistic Historiography**. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

KUHN, Th. **A estrutura das revoluções científicas**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003 (1ª ed. 1962).

LAVAGNINO, J. Excerpted: reading, Scholarship, and Hypertext Editions. **Journal of Electronic Publishing**. vol. 3, issue 1, sept., 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0003.112>.

LOSE, A. D. Edição digital de texto manuscrito: filologia no séc. XXI. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 42 (jul.-dez.), 2010, p. 11-30.

MACLUHAN, M. **The Gutenberg galaxy. The making of the typographic man**. Toronto: Toronto University Press, 1962.

McGANN, J. **A New Republic of Letters: Memory and Scholarship in the Age of Digital Reproduction**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

MANIFESTO for the digital humanities, 2010. Disponível em: [http://tcp.hypotheses.org/files/2010/07/Pages-de-Aff\\_Dh40x60-EN2BIS.pdf](http://tcp.hypotheses.org/files/2010/07/Pages-de-Aff_Dh40x60-EN2BIS.pdf).

MORRÁS, M. Informática y crítica textual: realidad y deseos. In: VEGA RAMOS, M. J. (coord.). **Literatura hipertextual y teoría literaria**. La Rioja: Mare Nostrum Comunicación, 2003, p. 225-240. Disponível em: [https://www.academia.edu/678820/Informatica\\_y\\_critica\\_textual\\_realidades\\_y\\_deseos](https://www.academia.edu/678820/Informatica_y_critica_textual_realidades_y_deseos).

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Conceito material de um “texto digital. **Texto Digital**. Florianópolis, v. 5, n. 2, dez. 2009, p. 159-187. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/issue/view/1429>.

PRISTA, L.; ALBINO C. **Filólogos portugueses entre 1868 e 1953** (Catálogo de Exposição organizada para o IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995). Lisboa: Colibri/APL, 1996.

RAMOS, M. A. De quanta filologia precisa um linguista e de quanta linguística precisa um filólogo. In: CARRILHO, E.; MARTINS, A. M.; PEREIRA, S.; SILVESTRE, J. P. (orgs.), **Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro**. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019, p. 1239-1301.

SÁEZ RIVERA, D. M. Crítica textual, historiografia linguística e historia de la lengua. In: PONS RODRÍGUEZ, L. (ed.). Madrid/Frankfurt am Main: **Historia de la lengua y crítica textual Iberoamericana/Vervuert**, 2006, p. 267-302.

SPINA, S. **Introdução à ecdótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

VASCONCELOS, J. L. de. **Opusculos**, vol. IV (Filologia), Parte II, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

VASCONCELOS, J. L. de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

VERDELHO, T. *Garrett* e o pensamento normativo na língua portuguesa. In: **Colóquio Letras**, 153/154, Julho-Dezembro 1999, 2000, p.107-126.

VIEIRA, R.; OLIVAL, F., CAMERON, H. F.; SANTOS, J., SEQUEIRA, O.; SANTOS, I. Enriching the 1758 Portuguese Parish Memories (Alentejo) with Named Entities. **Journal of Open Humanities Data**, 7, 20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/johd.43>.

# O FILÓLOGO COMO MINORIA SOCIAL

---

Ivo Castro

Faculdade de Letras/

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

## 1.

Quando cheguei ao Brasil das primeiras vezes, entre os anos 80 e 90, verifiquei que muita gente ficava desapontada ao me ver. Eu tinha então 40 e poucos anos e muitas pessoas mostravam-se espantadas como, sendo tão novo – relativamente –, apesar disso tinha escrito livros de Filologia. Imaginavam talvez que, estudando e escrevendo sobre coisas antigas, deveria ser ou tão antigo como elas, ou prematuramente envelhecido e encarquilhado pelo manuseio das relíquias de outros tempos.

Descortina-se aqui um certo retrato-tipo do filólogo, que é apenas parte da realidade, e uma certa concepção restritiva do que é Filologia, que irei discutir adiante, pois um e outra (retrato e concepção) me parece fornecerem justificação suficiente para o título que escolhi para esta apresentação que vos trago: *O Filólogo como Minoria Social*. Devo, no entanto, e por amor da verdade, confessar que uma parte do título se deve a oportunismo, por desejar associar-me ao espírito de um congresso dedicado à resistência a estruturas totalitárias, resistência que admiro compassivamente, mas a que não dediquei significativa pesquisa nem trabalho pessoal. Peço, portanto, que não levem o título demasiado a peito.

Falarei primeiro num tom mais ou menos autobiográfico, para contar como me tornei linguista e filólogo e, em seguida, tratarei dos estereótipos que prevalecem na concepção do que é ser filólogo e do que é Filologia, para mostrar como deles pode emergir uma imagem de coisas justificáveis, racionais e úteis, que são praticadas por poucas pessoas e gostariam de ser reconhecidas por algumas pessoas mais, mas não muitas. Trata-se, realmente, de questões de minorias.

Falarei depois da prática filológica, das coisas úteis que podem ser feitas e para cujo prosseguimento deveriam ser dirigidos os esforços de planeamento da pesquisa, no final do que iremos concluir que é em ambientes laboratoriais que esses esforços mais frutuosamente se desenvolvem e não em espaços de espectáculo e de massas. A Filologia é uma planta de dentro de casa, ou mesmo de estufa. A agarofobia é inata ao filólogo e compromete tanto o seu espaço laboral como o tipo de apresentação pública que prefere. Como gostava de dizer Stendhal, é assunto «to the Happy Few», para poucos mas bons.

## 2.

Quando comecei a estudar Filologia, no final dos anos 60, não se pode dizer que a arte estivesse na sua infância em Portugal, porque havia já um longo percurso corrido em que se perfilavam prestigiosos marcos miliários como Epifânio da Silva Dias, grande editor dos *Lusíadas*, Carolina Michaëlis, a editora do *Cancioneiro da Ajuda* e de Sá de Miranda, Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Rodrigues Lapa e Lindley Cintra, sem esquecer, do lado brasileiro, nomes como

Oskar Nobiling, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha. Era um percurso comum e partilhado, em que a nacionalidade do sábio pouco contava e predominava a sensação de que os grandes textos da literatura antiga portuguesa colocavam problemas não só aos eruditos portugueses mas também, e talvez principalmente, à ciência internacional. Afinal, todos tínhamos bem presente que a primeira edição monográfica de um trovador galego-português tinha sido empreendida por um suíço-americano, Henry R. Lang, editor do cancionero de D. Dinis (Lang, 1894). E que a segunda se devia a um alemão-brasileiro, Oskar Nobiling, editor do cancionero de João Garcia de Guilhade (Nobiling, 1907), sua tese de doutoramento defendida na Alemanha, na universidade de Bonn, mas escrita em português, segundo nos informa Yara Frateschi Vieira (Nobiling, 2007, 11). E seguia-se um brasileiro dos quatro costados, Celso Ferreira da Cunha (Cunha, 1999), que editou o cancionero de Paio Gomes Charinho em 1945, o de João Zorro em 1949 e o de Martin Codax em 1956, ao mesmo tempo que em Itália numerosos autores se dedicavam a uma série longa e ilustre de edições individuais dos nossos trovadores (por nossos, entenda-se de portugueses e de galegos, mas também, porque não?, de brasileiros, a quem pertence por igual o legado da língua e da literatura originadas na Europa). E, para completar as minhas recordações de estudante, era nesses anos que Rodrigues Lapa acabava de publicar a sua edição das cantigas de escárnio e maldizer (Lapa, 1965). Onde estava ele nessa altura? Exilado no Brasil. E onde publicou a edição? Na Editorial Galaxia, de Vigo. Isto basta quanto ao carácter internacional do tema.

O ponto que acabo de firmar é este: em Portugal, no tempo da minha formação, a Filologia era um campo de actividade que estava quase totalmente na mão de estrangeiros e não tinha um formato estritamente nacional. Nas aulas do meu mestre Cintra, aprendia-se Filologia prática: «como editar os textos» segundo processos (melhor dito, segundo receitas) que eram muito semelhantes para todo o tipo de problemas e de textos, que se limitavam aos aspectos das normas e critérios de transcrição e da colação dos testemunhos, esta feita mais com a intenção de detectar e emendar os erros do que de adivinhar a genealogia da transmissão textual. Na verdade, as receitas que Cintra nos dava eram aquelas que tinha aprendido em Madrid com Menéndez Pidal. A Filologia que se praticava em Lisboa era, portanto, espanhola de nascença, mais exactamente pidaliana.

Era uma filologia altamente prestigiosa, devido às grandes edições que originou, mas era uma disciplina completamente desprovida de preocupações teóricas e de discussões sobre o método. E suponho que foi esse vazio que me atraíu para o seu estudo mais aprofundado.

Embora não tivessem preocupações teóricas e achassem que todos os textos se podiam editar da mesma maneira, os editores de texto seguiam todos eles a teoria tradicional da crítica textual, a chamada crítica dos erros comuns atribuída a Karl Lachmann. Todos se sentiam, portanto, perseguidores daquele original que tinha saído puro e íntegro das mãos do autor e passado para as mãos de copistas que (além de clinicamente desinteligentes e semi-analfabetos) maltrataram o original e as cópias que dele foram nascendo e fizeram tudo

por arredar o texto que nos chegou das suas primícias autorais. Sendo sua missão, deles editores, remontar a corrente, quais salmões sábios, e redescobrir na nascente aquilo que o autor verdadeiramente tinha escrito. Dos obstáculos que esta visão de regresso ao Paraíso apresentava não creio que alguém em Portugal na altura cuidasse.

E, no entanto, as revisões da teoria e as consequências de método daí decorrentes já tinham adquirido então uma variada história noutros países: na Itália, Pasquali, Contini, Segre e Roncaglia estavam montando um dispositivo neo-lachmanniano que continua a dar provas de ser o quadro indicado para editar textos com uma transmissão linear encimada por arquétipo reconstituído. Em França, Bédier, que tinha começado por ser lachmanniano, converteu-se em agnóstico: se não é possível reconstituir um arquétipo convincente, então edite-se fielmente apenas um testemunho bem escolhido, porque ele não é uma confecção moderna e sim um pedaço autêntico do passado. É uma maneira céptica mas eficaz de resolver o problema sem sair das premissas lachmannianas em que ele havia sido colocado primitivamente. E estava ainda por nascer uma realmente nova inversão de paradigma, que ocorreu quando caiu na mesa do filólogo um novo tipo de documento, que fora desconsiderado pelos lachmannianos, o manuscrito autógrafo, que numa penada veio descartar as preocupações dominantes do editor de texto: para quê tentar comparar as versões mais recentes e a partir delas inferir a versão que lhes deu origem, se essa versão existe, saída das mãos do autor e oferecida à nossa leitura? A edição passou nesse caso a ser uma reprodução muito conservadora da forma original do texto: o

autógrafo. A comparação entre cópias perdeu quase todo o interesse, limitando-se a verificar se alguma delas guardava anotação tardia do autor, que devesse ser incorporada na edição; e a curiosidade desviou-se para as correcções, cancelamentos e emendas que o autor deixou no autógrafo durante o processo de escrita (ou para a comparação de vários autógrafos, se existissem, para determinar a cronologia da reescrita, sendo intuitivo que a emenda mais recente é a mais autorizada, porque anula as anteriores).

Esta Filologia feita a partir de originais autógrafos (a que muitas vezes chamam impropriamente Crítica Genética) não pretende devolver-nos a palavra única e primitiva do autor, mas antes mostrar como o autor hesitou entre várias palavras e construções de frase, colocou e retirou certas imagens ou elementos narrativos, para depois os restituir intactos ou modificados. Em suma, pretende mostrar, como num filme, os gestos do autor e, com extrema cautela, os pensamentos que talvez tenha tido e que podem ter motivado aqueles gestos de escrita para, finalmente, produzir o texto final que decidiu publicar. É uma Filologia que não se satisfaz em chegar a esse resultado, mas prossegue o seu labor e edita o texto em termos que têm afinidades com a edição tradicional. Mas não deixa por isso de ser uma Filologia completamente diferente da tradicional, um modelo destinado a responder a desafios que, por serem modernos (ou pelo menos mais recentes) e por pertencerem a autores que ainda estão em vias de consagração (candidatos a clássicos), não pareciam dignos da atenção dos filólogos à antiga.

Quando comecei a estudar, na verdade a palavra *Filologia* estava presente na designação do meu curso, mas as matérias

em si eram consideradas como Literatura, Linguística e Línguas, e as fronteiras entre elas não eram muito nítidas. Na minha faculdade, em certos anos todas as matérias de Linguística eram ensinadas por professores de Literatura, o que permite adivinhar os temas e sobretudo os textos que eram analisados. Tinha muito bom acolhimento a ideia de que os grandes textos dos grandes escritores continham tudo o que de bom, digno de ser estudado e replicado como modelo, existia na língua e na cultura de um povo. Daqui resultavam posicionamentos mais ou menos nacionalistas, mesmo ufanistas, mas também resultaram análises muito penetrantes do material linguístico da obra literária, na linha de autores como Leo Spitzer, Wolfgang Kaiser e Eugenio Coseriu.

A verdade é que de Filologia pura e dura pouco se curava. Tanto assim era que, quando as grandes transformações curriculares ocorridas na universidade portuguesa a partir de 1975 permitiram abrir o ensino a matérias novas, a Filologia, apesar de centenária, foi acolhida como novidade cuja personalidade própria derivava do seu desejo de autonomização tanto quanto aos estudos literários como quanto aos estudos linguísticos. Na minha faculdade, o ensino autónomo da Filologia nasceu mais encostado aos estudos linguísticos, e nestes aos de História da Língua, porque essa era a minha área. Como designação preferencial foi adoptada a etiqueta *Crítica Textual*, porque a etiqueta *Filologia* não tinha boa imagem. Mesmo hoje, em que ninguém é punido por se intitular filólogo (tão pouco é premiado), a designação mais corrente continua a ser a de *Crítica Textual*.

O percurso que o seu ensino tem tido desde então caracteriza-se pela continuidade e pela baixa quantidade de partici-

pantes (quer ensinantes, quer estudantes). Caracteriza-se também por uma vertente bastante consistente e conseguida de produção científica, em grande parte manifestada em edições de texto, mas igualmente em estudos doutrinários e metodológicos, estudos de caso e dissertações acadêmicas. Mas olhando para isso tudo, não há como não reconhecer que a existência da Filologia nos estudos de Humanidades em Portugal se define como uma ciência de nicho, que motiva simpatia, mas também alguma expectativa.

Aqui temos a principal razão por que se lhe aplica a classificação de minoritária.

### 3.

E é este o centro de gravidade da minha conferência. Um outro motivo para assim pensar encontra-se numa experiência que sofri há poucas semanas, e que poderia ter sido traumática, como irão ver.

Apresentaram-me as novas maravilhas da Inteligência Artificial, materializadas na aplicação chamada ChatGPT, à qual experimentei dirigir uma pergunta, para ver como funcionava. Como o equipamento que tinha na mão era o meu *iphone*, fiz uma pergunta tipo *selfie*: pedi que dissesse o que sabia sobre os meus livros. A resposta veio pronta e quase reverencial, em português europeu e sem erros gramaticais, com elogios genéricos e nada fundamentados, sem críticas ou restrições que pudessem ser contenciosas.

A mesma pergunta, repetida em momentos posteriores e a partir de localizações fora de Portugal, rendeu respostas em

português brasileiro, nenhuma delas cópia da outra, todas elas redacções independentes e com informações contraditórias: segundo uma, licenciiei-me na universidade de Lisboa e dou-torei-me na de Coimbra, enquanto outra resposta afirma exactamente o oposto. Mas todas as respostas me atribuem datas de nascimento longínquas, que me tornam mais velho, e todas elas me dão por completamente falecido, falando de mim no pretérito perfeito simples, sempre muito simpaticamente, como é próprio das necrologias. Fora isso, todas comungam de uma mesma extrema confusão nos dados informativos: títulos parecidos com os meus, mas mesclados, datas trocadas, co-autorias com colegas que muito estimo mas com quem nunca trabalhei, em suma, pedaços de coisas reais ou parecidas com o real, misturadas ao acaso. Ao acaso? Talvez não, mas seguramente com falta de *links* que teriam sido essenciais para controle e autenticação da informação. Dizem-me que isso será remediado com a multiplicação das bases de dados acedidas e com apuramento de algoritmos.

Mas num erro fundamental todas as respostas concordaram em tombar: apenas falam da minha actividade como linguista, autor de manuais de linguística histórica, e todas silenciam as edições críticas que fiz e todas as minhas actividades de natureza filológica, incluindo naturalmente o ensino. Talvez haja alguma razão para essa omissão. Se ela é reparável com o tempo ou não, haveremos de saber.

#### 4.

Será que a semântica do termo *Filologia* pode ter contribuído para este silenciamento, por dificultar a associação entre atividades de linguista e de filólogo? É verdade que o termo não tem significado unívoco em todas as línguas e suas terminologias. Tratando-se de um vocábulo com presença na linguagem erudita durante muitos séculos, muitas culturas e muitos contextos, dificilmente escaparia a alguma variação polissêmica. E não lhe faltam conotações recheadas de sentimento.

No jargão acadêmico inglês, *Philology* tende a aparecer associado a *Historical Linguistics*, e nem sempre é bem-vindo. Uma conhecida enciclopédia de Linguística (Bright, 1992) não distingue Filologia como tema distinto e digno de receber uma entrada própria, apenas a mencionando no glossário como dependente da Linguística Histórica e portanto – comento eu – tornando ainda mais incompreensível que o ChatGPT não tenha feito essa mesma associação no meu caso. A definição que a enciclopédia dá de Filologia é esta:

Traditionally, the study of language history, sometimes including the historical study of literary texts; also called comparative philology. (Bright, 1992, 4: 323)

Mattoso Câmara, cuja formação era norte-americana, concorda com esta definição no seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, dizendo:

Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da linguística. (Câmara, 1964, 146)

Mas reconhece, citando o testemunho de Leite de Vasconcelos, portanto da tradição portuguesa, que existe «um sentido mais lato para filologia, muito generalizado em português»; é esse «o estudo linguístico, especialmente diacrónico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral» (Câmara, *ibidem*). O que mais interessa a Mattoso Câmara é distinguir a sua linguística, entendida como estudo da língua oral fundamentado em recolhas directas por entrevista (método favorito da antropologia e da dialectologia), do estudo da língua dos textos escritos que, dada a sua proveniência quase sempre literária, acaba por ser estudo da língua dos escritores e, na prática, um capítulo da literatura. Tal Filologia teria por isso de se remeter ao estatuto de disciplina associada à História e à Literatura.

O que, no entanto, não é facilitado pelo facto de, do lado dos estudos literários, também quererem livrar-se da Filologia. O *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega*, de Jacinto do Prado Coelho (Coelho, 1981), tal como a enciclopédia de Bright, recusa-se a abrir um artigo dedicado a «Filologia», aconselhando os interessados a consultar os artigos «Linguística» e «História Literária» (Coelho, 1981, 2, 337). O problema que se coloca (ou colocava, porque estes posicionamentos não são de hoje) apresentava-se, assim, como um problema de sobrevivência da Filologia como disciplina científica dotada de personalidade própria e merecedora de investimento.

Muito pouco ajudaram neste transe certas tentativas de defesa da Filologia como, por exemplo, uma proclamação lapidar, de que faz eco Luciana Stegagno-Picchio em ensaio rico de reflexões sobre o problema que aqui nos ocupa: a «meta

derradeira que o filólogo se propõe e que continua sendo sempre a mesma» seria, segundo a mestra de Roma, nada menos que «entender, no sentido mais amplo do termo, quanto um outro homem, mesmo distante no tempo e no espaço, confiou aos signos; reproduzir em si o processo histórico e o momento intuitivo que levou àquela expressão linguística e poética» (Stegagno-Picchio, 1979, 214). Apesar de nesta hipérbole os *signos* não serem do Zodíaco e deverem ser entendidos, mais modestamente, como o signo linguístico de tipo saussuriano, a definição proposta faz-nos recuar a tempos vetustos em que todo o conhecimento era abarcado por duas grandes ciências: a Filosofia, que se encarregava do pensamento puro, habitante dos espíritos, e a Filologia, senhora dos produtos do pensamento materializados no escrito. Mais recuado que isto, só o Paraíso.

## 5.

Correndo os riscos inerentes a excessivas generalizações (mas que venho fazendo desde há minutos senão isso?), afirmaria que muitos historiadores da língua e linguistas diacrónicos (que não são exactamente a mesma coisa, embora possam ser a mesma pessoa em momentos diversos da sua acção) não gostam de ser chamados de *filólogo*, termo que têm por quase tão insultuoso como *gramático*. No gramático vêem um normativista irremediavelmente cego às evidências de variação, ou seja de vitalidade da língua. No filólogo, desconfiam que seja um amador das belas-letas, que atribui aos embelezamentos retóricos e aos «momentos intuitivos» o mesmo valor proba-

tório que reconhecemos numa colecção de documentos tabeiónicos etiquetados e convertidos em base de dados. Suponho que todos quantos me escutam reconhecem este mundo de decisivas contradições de posicionamento profissional, e que têm na matéria opiniões e opções consolidadas.

O que nem sempre estas grandes profissões fazem é atentar nos pequenos gestos que todas incluem, quase instintivamente, no processo das suas actuações, gestos de que depende o seu êxito, mas que, se forem mal inspirados, podem comprometer o processo no seu todo e as conclusões que dele esperam.

Por *mal inspirado*, refiro-me, por exemplo, a entrevistar um informante sem fazer o esforço de mimetizar até ao limite do credível a sua apresentação e as suas maneiras, ou a explicar com demasiado pormenor a esse informante quais os objectivos da pesquisa, o que o pode levar a dar as respostas que julga serem desejadas em vez das que lhe seriam mais naturais, ou a escolher para uma recolha de dados escritos a edição do texto que temos mais à mão, sem curar de averiguar da sua qualidade, ou a empreender a edição de um texto antigo a partir do manuscrito que se acha na cidade em que vivemos, independentemente da genealogia sugerida pela estemática das cópias conhecidas, ou a presumir que todos os exemplares de um livro antigo são equivalentes e que dispensam ser colacionados e estematizados, pois podem ocultar variantes tão significativas como as dos manuscritos, ou a acreditar na data e nas auto-afirmações de autenticidade de qualquer documento de chancelaria, sem o submeter a crítica histórica.

Poderia continuar a enumerar sem fim as imprudências e as anedotas que ocorrem na fase da preparação (laboratorial)

do dispositivo de pesquisa, e da escolha dos materiais a serem analisados, e das competências requeridas para decifrar escritas, etc., mas prefiro atalhar para a pergunta global que tudo isso implica: quem se preocupa com todos esses pequenos gestos preparatórios da pesquisa linguística, ou literária, ou histórica, pequenos gestos que, curiosamente, são os mesmos para qualquer das grandes inquirições que se armam – quem o faz está sendo linguista, ou historiador, ou (termo que, se não existe, deveria ser inventado) literatista?

A resposta é: – Não, está sendo filólogo. Está certificando a qualidade das fontes antes de elas serem utilizadas para a recolha e tratamento dos dados por parte de outras ciências.

Daqui nasce a opinião, bastante corrente, de que a Filologia de hoje, longe de ser uma escada para o céu, é um conjunto de práticas ancilares, de encomendas feitas por ciências mais ilustres. De facto, essas práticas existem e servem para evitar que essas ciências julguem errado a partir de dados maus. Irei ocupar-me disso imediatamente, mas voltarei depois à questão da ancilaridade, para mostrar como ela é, na verdade, uma questão de interdependência e colaboração subsidiária.

## 6.

Primeiro, o trabalho pericial. A Filologia recorre sucessiva ou cumulativamente a técnicas de observação e mensuração de certos objectos produzidos pelo registo físico do discurso ou da imagem, aquilo a que menos complicadamente chamamos *textos*. Tipicamente, estes são superfícies sólidas que recebem e conservam marcas de tinta ou incisão, a que chamamos

escrita ou desenho. Mas não nos escapa que a tecnologia moderna proporciona outras formas de registo, e por conseguinte exige técnicas mais elaboradas de leitura e análise.

A maior parte destas técnicas acha-se organizada em disciplinas, cujos nomes são mais fáceis de reconhecer uns que outros: paleografia, diplomática, sigilografia, codicologia, manuscriptologia, scriptologia, bibliografia material, e alguns mais.

Estas disciplinas têm cada uma delas seu objecto próprio, sua história, seu código de valores, sua forma de aprendizagem e seus profissionais especializados. Mas é quando são utilizadas em associação umas com outras que geralmente produzem os melhores resultados, que podem favorecer autênticas descobertas de documentos ou dados ocultos, visíveis apenas porque foram procuradas com modos de visão enriquecidos.

Quando várias destas disciplinas são chamadas a colaborar na observação de um objecto de natureza textual, que nome genérico melhor se adequa a esse conjunto de operações senão o de Filologia? Só ela recobre ao mesmo tempo preocupações tão variadas como o estudo das técnicas e dos materiais que serviram à produção escrita de um texto, quer se trate de um autógrafo, quer das suas cópias; o estudo das condições históricas (sociais, económicas, biográficas) que rodearam e influenciaram a produção do texto e o estudo dos seus itinerários e lugares de pouso (colecções particulares, arquivos, bibliotecas); o estudo da sua conservação, mutilações e restauros; o estudo, no caso das cópias, do número, condições e protagonistas dos actos reprodutórios. Além de lhe interessar o texto como objecto físico, é inevitável o seu interesse pelas componentes

gráficas, gramaticais, lexicais e discursivas do texto que ele suporta (sem esquecer que essas componentes têm outras disciplinas que delas se ocupam, mas que, para o fazer, precisam de coordenadas sobre quando, como, onde, e por quem o texto foi produzido). Interesses, preocupações e necessidades que não surgem apenas perante documentos vindos do passado: é também preocupação da Filologia, e possivelmente a mais visível de todas, estudar as técnicas de produção e difusão moderna do texto gráfico e visual, aproximando-se assim de processos de *copy-editing* (ou editoração) e de produção de edições digitais. Noutro plano, mais recente ainda, interessa-lhe sofisticar meios de autenticação da autoria humana (com o pensamento posto, claro está, nos aproveitamentos permitidos pela Inteligência Artificial).

Deste modo, chegamos à verificação de que o afã posto pelas antigas ciências literárias e linguísticas em descartarem a Filologia das suas imediações teve um duplo efeito – esvaziaram a Filologia das suas atribuições tradicionais mas criaram um espaço intermédio propício a acolher as disciplinas de apoio filológico, a que acho apropriado aplicar o nome de Filologia, se estivermos preparados para depois gastar algum tempo a explicar que esta é outra, menos romântica e bastante mais proveitosa para as necessidades de hoje e de amanhã.

## 7.

Mas, como disse atrás com alguma veemência, esta Filologia não é apenas a soma de várias disciplinas auxiliares. O que lhe dá consistência maior é a proposta de um pensamento

que não só unifica essas disciplinas, por meio de objectivos comuns, como revisita e critica as visões tradicionais de Filologia, não para as recusar, pois todas têm seu campo e mantêm sua utilidade intacta, mas para as adaptar ao convívio com novos objectos de estudo e novas perguntas que eles colocam. Sugiro muito esquematicamente de que se trata.

No plano epistemológico, em que se definem e compartilham as disciplinas do conhecimento, é hoje preciso reconhecer que o manuscrito autógrafa (e outros produtos manufacturados pelo autor) coloca problemas e oferece dimensões de interesse que não têm paralelo na Filologia tradicional. Por isso, embora seja aceitável que a questão se resolva através de um alargamento do conceito, creio ser mais claro e económico falar de duas Filologias irmãs: uma *Filologia 1* dedicada a textos de original ausente (perdido ou ainda não descoberto), consistindo num conjunto de tentativas de aproximação a esse original, normalmente através da produção de edições críticas; e uma outra *Filologia 2*, mais recente, ocupa-se de textos cujo original está presente e não precisa de ser reconstituído, seja um manuscrito ou dactiloscrito autógrafa, sejam documentos emanados do autor e expressivos da sua vontade declarada. Também esta culmina com uma edição crítica, de modelo parcialmente diferente. Ambas têm por objectivo último oferecer ao leitor e ao estudante uma versão tão próxima quanto possível do original, na *Filologia 1*, e uma reprodução tão fiel e completa quanto possível do original existente, na *Filologia 2*. Ambas igualmente devem fazer acompanhar essa edição de aparatos e de estudos que informem o leitor de todos os dados relevantes para compreender como o texto foi escrito

e conservado através dos tempos e, ainda, de quais foram os procedimentos editoriais seguidos, para que o leitor possa fazer a sua própria avaliação crítica da edição crítica.

No que acabo de dizer, revelam-se e escondem-se centenas de diferenças e semelhanças entre as duas Filologias. É aqui que se pode revelar útil recorrer aos contributos de outras ciências, pondo-as ao nosso serviço. Às ciências históricas, vamos pedir a sua experiência na crítica externa dos documentos, e também cronologias, biografias, organização de arquivos e, crucialmente, os quadros culturais em que foram escritos os textos que nos interessam. Mas não lhes pedimos ajuda na decifração paleográfica nem na transcrição dos textos, porque aos historiadores só interessa o teor do documento, e não os pormenores da linguagem, que são para nós essenciais. Aos historiadores literários pedimos o que é razoável e esperável. Quanto à teoria da literatura, grande consumidora das nossas edições críticas, agradecemos as suas reflexões sobre o conceito de texto como objecto aberto e não unívoco, foco de uma variação que deve ser preservada e não escondida; sobre o papel que a recepção pode ter na transmissão do texto e, em certos casos, na sobrevivência da escrita do texto após sua primeira publicação; agradecemos ainda a sua desconfiança em relação às intenções do autor, que a *Filologia 2* acolhe inteiramente, nisso se distanciando da *Filologia 1*, que colocava a adivinhação dessas intenções entre os seus fins principais; e, finalmente, em consonância com o que antecede, postulamos que o fim principal da edição de autógrafos deve ser a publicação da derradeira forma definida pelo autor, acompanhada de todo o percurso redaccional que conduziu até ela. Como se vê, no dá

e toma entre ciências vizinhas, talvez sejamos mais devedores que serviçais.

## 8.

É tempo de rematar.

Atribuem a Gaston Paris, quando interrogado sobre o que era Filologia, uma resposta digna de Luís XIV: “Filologia – é o que eu faço”. Quem desconhecer a obra do maior filólogo francês do séc. XIX ficará na mesma. E talvez dê a sua preferência a uma outra definição, bem mais explícita: segundo Roman Jakobson, a Filologia consiste em ler devagar, ou seja, ler muito pouco durante muito tempo para poder ler muito bem. É uma definição que faz pensar no *close reading*, o ler de perto da Teoria da literatura, quanto à dimensão temporal requerida. Mas *close reading* implica aplicar activamente o microscópio às fibras da linguagem utilizada para fabricar o discurso, ao passo que o processo de Jakobson é contemplativo: deixar que o discurso se revele ao observador sem pressas.

Confesso que não acompanho até ao fim nenhuma destas opiniões. Para mim, o segredo de uma produtiva leitura filológica encontra-se em *ler de novo*, em ler e reler, pois na segunda leitura vemos coisas que o texto não revelara da primeira vez, e da terceira leitura mais revelações se esperam, e assim por diante. Trata-se, afinal, de substituir na abordagem de Jakobson o aspecto permansivo pelo iterativo.

## REFERÊNCIAS

BRIGHT, William (ed.) 1992, **International Encyclopedia of Linguistics**, 4 vols., New York-Oxford, Oxford University Press.

CÂMARA, Joaquim Mattoso 1964, **Dicionário de Filologia e Gramática referente à Língua Portuguesa**, 2ª ed. Rio-S. Paulo, Ozon Editor.

COELHO, Jacinto do Prado 1981, **Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega**, 3ª ed., Porto, Figueirinhas.

CUNHA, Celso, 1999, **Cancioneiro dos Trovadores do Mar**, ed. Elsa Gonçalves, Lisboa, INCM.

LANG, Henry R., 1894, **Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal**, Halle, Niemeyer.

LANG, Henry R., 2010, **Cancioneiro d'El Rei Dom Denis e Estudos Dispersos**, ed. Lênia M. Mongelli e Yara F. Vieira, Niterói, EdUFF.

LAPA, Manuel Rodrigues, 1965, **Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses**, Vigo, Galaxia.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana, 1979, O método filológico. In: **A Lição do Texto. Filologia e Literatura**, Lisboa, Edições 70, 211-235.

NOBILING, Oskar 1907, **As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade. Trovador do século XIII**, Erlangen, Junge.

NOBILING, Oskar 2007, **As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e Estudos Dispersos**, ed. Yara Frateschi Vieira, Niterói, EdUFF.

# A EDIÇÃO DE TEXTOS HISTÓRICOS: ESCOLHA E FINALIDADE

---

Célia Marques Telles  
Universidade Federal da Bahia/ CNPq

## INTRODUÇÃO

Retomamos, de início, uma afirmativa de F. de Saussure (2004 [2002]) a propósito do “campo de atividade especial do filólogo”:

[...] como, entre outros, a crítica dos textos, a crítica de manuscritos e de edições, a paleografia e a epigrafia, a explicação (hermenêutica) dos autores, a lexicografia a gramática, a métrica de obras versificadas, etc. O filólogo poderá, ainda, se for o caso, se tornar momentaneamente arqueólogo, jurista, geógrafo, historiador, mitólogo, etc., ocupando-se, geralmente, de tudo o que contribui, de perto ou de longe, para a melhor compreensão do espírito ou da letra dos autores. [...] (Saussure, 2004 [2002], p. 152).

Isto nos leva ao título proposto: *A edição de textos históricos: escolha e finalidade*. Muito mais, ainda, levou-nos ao momento de preparação da nossa tese de doutorado, pois pretendia – como o fizemos – editar um manuscrito quinhentista da chamada literatura de viagens.

Inscrevemos como tema da tese a edição do ms. FP 56 da BNF, que intitulamos *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia* (Telles, 1988a). Trata-se de um dos manuscritos trazidos em cópia microfilmada pelo mestre Nilton Vasco da Gama, quando esteve fazendo cursos na École Pratique des Hautes Études, em 1954-1955.

Dele existiam já duas edições, uma de 1940 de A. Fontoura da Costa (COLECÇÃO DE ROTEIROS..., 1940 [1563<sup>1</sup>], outra de 1969 de Luiz de Albuquerque (O LIVRO DE MARINHARIA..., 1969 [c.1533-1541]. Além disso é o único manuscrito de viagens, afirma A. Fontoura da Costa (1960), de que se tem uma cópia, depositada no Maritime Museum of Greenwich (ms. NTV/7), editada por ele.

Na subseção *As fontes da Coleção de roteiros* informamos que a coletânea “[...] encerra textos de origens diversas” (Telles, 1988a, v. 1, p. 47-55). Luís de Albuquerque (1994, v. 2, p. 616 b) define o *livro de rotear* como: “[...] genericamente, uma compilação de roteiros”.

Antes de avançar nessas considerações é preciso lembrar a noção de *paratexto*, termo cunhado, dentro do processo de construção do texto literário, por G. Genette em *Palimpsestes: la littérature au second degré* (1982).

Em *Paratextos editoriais* (Genette, 2009 [1987], aparece ampliado – em 1987 – o objeto texto, quando fala da *ilustração*, afirmando ser “um estudo que supera os limites do simples literário” (Genette, 2009 [1987], p. 357).

<sup>1</sup> Data *in fine* do manuscrito, antecedida da assinatura de A. Thevet, como assinala Luís de Albuquerque (1969, p. 9 e Fig. 3), remetendo para uma anotação de Charles Boxer no ms.NTV/7 (de quem foi comprado o manuscrito pelo National Maritime de Greenwich).

G. Genette, na *Introdução*, explica:

O paratexto compõe-se, pois, de um conjunto heteróclito de práticas e de discursos de todos os tipos e de todas as idades que agrupo sob este termo, em nome de uma comunidade de interesse, ou convergência de efeitos, que me parece mais importante do que sua diversidade de aspectos (Genette, 2009 [1987], p. 10).

Em resumo, entende-se como *paratexto* as relações que um texto tem com o seu entorno (Telles, 2016, p. 20).

O estudo inicial dos paratextos da *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia* mostrou as fontes da coletânea (Costa, 1940, p. 28-29; Albuquerque, 1969, p. 33-41). A primeira delas, refere-se à origem dos roteiros:

I *Roteiro da navegação d'aqui p̄ra a India e*

II *Viag̃e da India p̄ra Purtugal, s(cilicet) de Monte de Li ou de Couçhim trata da vinda ao Reino*, que são atribuídos ao piloto Diogo Afonso, como se comprova na tradução setecentista de Johannes Hvgonis Linscotanis, no *Le grand router de mer*, a segunda parte da *Histoire de la navigation* (Linschot, 1619), os capítulos 2-4 e 8-9 da sua coletânea (Telles, 1988a, v. 1, p. 48).

Ao *Roteiro da navegação d'aqui p̄ra a India* correspondem:

- cap. II – *Cours du voyage des Indes, appointé par Diego Alfonso, portugais pilote du Roy* (Linschot, 1619, p. 3-6).
- cap. III – *Navigation du Cap das Correntes vers les seches appellees Baixos de India, & dela a Moçambique* (Linschot, 1619, p. 6-7).

- cap. IV – *Navigation de Moçambique aux Indes* (Linschot, 1619, p. 7-8).

Ao roteiro *Viagê da India pera Purtugal, s(cilicet) de Monte de Li ou de Couçhim trata da vinda ao Reino*, correspondem:

- cap. VIII – *Cours de la navigation des Indes au Cap de Bonne Esperance, signé par um autre Pilote Portug[a]is* (Linschot, 1619, p. 16-17).
- cap. IX – *Navigation de Monte Delin montagne celebre en la coste de Malabar, en Portugal* (Linschot, 1619, p. 17-19).

Mais um dos roteiros da *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia*, o X [*Conheçença do canal das Ilhas Primeiras: de todos os pçrtos e costas atç Moçambique*], corresponde no *Le grand routier de mer* ao cap. X *Des vraies signes & índices du Cap das Correntes, & ylhas Primeiras, de tous les havres & costes iusques a Moçambique* (Linschot, 1619, p. 19).

Duas outras fontes da *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia* **são indicadas pelos editores** (Costa, 1940; Albuquerque, 1969):

- o *Livro de marinharia de Bernardo Fernandes* (1940 [c. 1548]: o registro das *Lembranças dos temporais e luas novas e velhas nas partes da India e costa do Brasil com as Antilhas, por acidentes da lua*;
- o *Livro de marinharia de João de Lisboa*: as 4 anotações sobre o *Cabo de Boa Esperança*, as 4 relativas ao *Cabo das Agulhas*, 1 registro sobre *Momtes*, o *Tytulo das Rotas que sã do Cabo de Boa Esperãça: ate Magadoxo*, 2 registros sobre *As ylhas primeiras* e *Ylhas primeiras*, 3 anotações

sobre *Moçambique*, 1 roteiro *De Moçambique ao Rio de Fernam veloso* e 1 descrição *Rio de Fernão Veloso* (Lisboa, 1903).

## A EDIÇÃO

A primeira etapa do trabalho de edição consiste de dois passos fundamentais, simultâneos e progressivos.

- 1) A transcrição semidiplomática do texto, de que são destacados três critérios: o caráter conservador, o desenvolvimento das abreviaturas e a utilização de operadores (descritivos) marcando algumas das características textuais.
- 2) A revisão do referencial teórico para a sociohistória do texto (Petrucci, 2003 [2002], p. 7-9), inclusive da língua do texto.

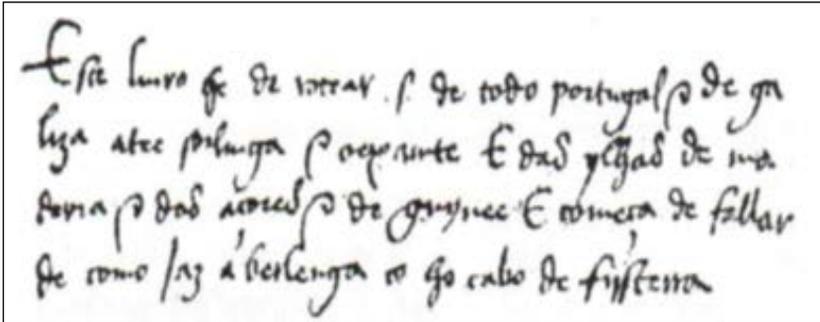
Ainda uma observação quanto à grafia dos textos, quando se deve ter cuidado de usar o referencial teórico, em boas edições, dos gramáticos e ortografistas (ou ortógrafos se assim quiserem), como Pero de Magalhães de Gândavo (1981 [1574]) nas *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa* e Duarte Nunes do Leão (1983 [1596]), na *Ortografia da língua portuguesa reduzida a Arte e preceitos*, para o século XVI; para o século XVII, a *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa* de Alvaro Ferreira de Vera (2009 [1631]); ou João de Moraes Madureira Feijo (1734; Gonçalves, 1992) na *Orthographia ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portuguesa*, para o século XVIII.

## PARA UMA EDIÇÃO DE DOCUMENTO HISTÓRICO

Exemplo interessante de edição de texto histórico é aquele relativo ao comportamento de Antonio Baião, ao editar o *Manuscrito de Valentim Fernandes* (O MANUSCRITO..., 1940). Antonio Baião preparou uma edição diplomático-interpretativa, de caráter conservador, que permitiu ser feito um estudo de características fonéticas da *scripta* (Telles, 2009; 2005; 1999).

Trata-se do mais antigo roteiro em língua portuguesa, com uma data ao final do texto (f. 349r): “Esto foy **ãno** de Christo. 1463”. A. Fontoura da Costa (1960, p. 454) afirma que Valentim Fernandes o teria copiado entre 1506 e 1508. Trata-se de um manuscrito em letra gótica cursiva. Como se vê no excerto da Figura 1, a seguir:

**Figura 1** - f. 292r, L. 1-4, do Códice Valentim Fernandes (Munique, Bibl. do Estado, Cod. Hisp. 27)



Este liuro he de rotear *s(cilicet)* de todo Portugal e de galiza atee sorlinga e oexante E das ylhas de madeira e dos açores e de guynee E começa de fallar de como Jaz a berlenga co ho cabo de fiisterra (f. 292r, L. 1-4).

Fonte: O MANUSCRITO..., 1940, p. 209.

Trata-se do título do *livro de rotear* do manuscrito Valentim Fernandes, cujo início se acha no f. 292r, de que se oferece a leitura conservadora (do próprio Baião), uma vez que, segundo os critérios adotados na edição de Antonio Baião para os títulos, este editor usa as letras maiúsculas (O MANUSCRITO..., 1940).

Para o Ms. FP56, neste momento, foi separado como ilustração o mais curto roteiro, intitulado *Do cabo das Corremtes*, de que, na Figura 2, são mostradas uma edição fac-similar, uma edição diplomática e a edição crítica da tese de doutorado. Em primeiro lugar a edição face a face do sétimo roteiro, seguida da edição crítica (Telles, 1988b):

**Figura 2** – Edições para o sétimo roteiro

a) Edição facsimilar	b) Edição diplomática
	<p style="text-align: center;">Do cabo das Corremtes</p> <p><sup>10</sup>Sabe q(ue) por Esta terra. ao longo do mar. toda he feita em montinhos pequenos he m(ui)tas Manchas d'area feita Em farpas muito meudas q(ue) parecem. Caminhos E tudo. praya d'area E jaz acosta nordeste E su <sup>15</sup>dueste E toma da coarta de leste E aqui se chama o cabo das corrétes: ~ (f. 37v, L. 9-16)</p>
c) uma proposta de edição crítica	
<p style="text-align: center;">[VII] / [CONHEÇENÇA] DO CABO DAS CORRENTES</p> <p>Sabe q(ue) por esta terra, ao longo do mar, toda e feita em montinhos piquenos e m(ui)tas manchas d'area feita em farpas muito meudas q(ue) parecem caminhos, e tudo praya d'area. E jaz a costa nordeste e sudeste e toma da quarta de leste. E aqui se chama o Cabo das Corrétes. (L. 613-619),</p>	

Fontes: TELLES, 1988a; 2005.

É bom notar que as marcas pontuacionais (Telles; Souza, 2017) no Ms. FP56, como se vê neste excerto, são o ponto (.), o dois pontos, o til (~) e o coordenante *e*, geralmente maiúsculo. O grafema *E* tanto equivale ao coordenante *e* (*EJaz*, L. 14, *E su / dueste*, L. 14-15, *E aqui* (L. 15), quanto à forma verbal da 3.p.s. do presente do indicativo (*E tudo*, L. 13): o grafema é exatamente o mesmo. Este grafema *E*, nos dois casos, apresenta uma variação livre de uso com a grafia *he*: em *he feita* (L. 11) está como a forma verbal da 3.p.s. do presente do indicativo, enquanto em *he m(ui)tas* (L. 11) equivale ao coordenante *e*. Nem o ponto, nem a maiúscula (*Esta*, L. 10, *Manchas*, L. 12, *Jaz*) mostram uso semelhante ao moderno: são marcadores do discurso. O dois pontos (L. 16) indica pausa maior e o til (L. 16), um parágrafo.

Daí, o primeiro problema: qual edição fazer? Uma edição crítica ficou impossibilitada devido ao fato de não ter sido possível, àquela época, conseguir-se uma cópia do ms. NTV/7.

Ora, desde os anos 90 do século XX, Albertina Ribeiro da Gama e eu, em consequência das aulas de Crítica Textual e de Paleografia, na Pós-graduação e na Graduação, nos preocupávamos com o problema da fidedignidade da edição do texto, a lição conservadora (Gama; Telles, 2001). Tema a que voltamos em 2009 (Telles, 2009) e, mais recentemente, em colaboração com Alícia Duhá Lose, em *Qual edição e o que editar* (Lose; Telles, 2017).

A opção recaiu em uma edição de caráter filológico, em leitura parcialmente conservadora – conforme as diretrizes utilizadas naquela época – com um aparato filológico e um aparato crítico, englobando a comparação com os elementos paratextuais. A preocupação com um modelo de edição fidedigna norteou este comportamento.

Desse modo, as fontes – tradução para o francês do século XVII e os excertos dos livros de marinharia – foram confrontadas com o texto correspondente na *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia*, no *aparato filológico*, dispostos como se segue: a) as variantes textuais das duas edições novecentistas integraram o aparato crítico; b) o aparato crítico foi colocado ao pé de página do texto editado.

A propósito das variantes textuais, uma delas, proveniente do ms. NTV/7, acha-se no texto correspondente àquele do f. 13r do ms.FP 56: onde nele se tem *aRamcaõ*, a edição de A. Fontoura da Costa traz *arrumeam*, como se pode observar na Figura 3:

**Figura 3** - Uma variante textual do ms. NTV/7 na edição de Fontoura da Costa

Ms. FP 56, f 13r, L. 9-13	Edição semidiplomática
	<p>[...] a causa disto não he senão co  <sup>10</sup> amto mais Tromêta nas Ilhas coamto.                  mais se <i>a Ramcaõ</i> E bota &lt;†&gt;ysto cõ as                  aguas                  E Ventos q(ue) vem de sima. das ylhas                  pera                  ocabo deboa Esperança [...]</p>
<p>Edição de Fontoura da Costa:                  [...] a causa disto não é senão quanto mais tormenta nas ilhas quanto mais se <i>arrumeam</i> e bota isto com as águas e ventos, que vêm de cima das ilhas para o Cabo da Boa Esperança.</p>	

Fontes: TELLES, 1988a; COLEÇÃO DE ROTEIROS..., 1940, p. 33.

Na figura 3, além da variante textual *arrumeam* (em lugar de *A Ramcaõ*), verifica-se que a edição de Fontoura da Costa moderniza a língua do texto, o que leva a que se perca o registro de formas como *tromêta* (L. 10) e *pera* (L. 12), substituídas

pelo editor (o que seria, neste caso, uma variante editorial), respectivamente, por *tormenta* e *para*.

A propósito da variação *A Ramcaõ ~ arrumeam*, uma das fontes paratextuais, a tradução de J. H. van Linschot, do roteiro de Diogo Afonso (o primeiro dos roteiros da coletânea de Manuel Álvares), deixa claro dever ali estar *arrancaõ*, quando descreve os chamados *sinais*:

[...] A mesure que vous poursuivez vostre route ces Sargasso & Trombas viennent a diminuer: dequoy vous ne devez pas estre en peine: car ces herbages & bourgeons procedent de l'esmotion de la mer en ceste contree là, de sorte que plus le temps est rude sur les dites Isles, plus la Mer rend de telles choses, qui avec le vent & les vagues venans de là, sont poussees vers le Cap de bonne Esperance. Dont vous serez advertiz, quand vous trouverez telles choses de singler cent cinquante lieues arriere des dites Isles, pour eviter tormente<sup>2</sup> (Linschot, 1619, p. 4, L. 28-35)

A indicação desses sinais no roteiro de Diogo Afonso, na descrição feita por Linschot em sua tradução, conduz a aceitar melhor o registro do ms. FP 56, certamente de data anterior, *a Ramcaõ*: 1) indicam a origem do *sargaço* e das *trombas*, “ces

---

2 Traduzindo: “[...] A medida em que seguirdes vosso caminho, esses Sargaço & Trombas vêm a diminuir: do que não deveis ter receio, pois essas ervas e ramagens são provenientes dos movimentos bruscos do mar nesta região, de modo que mais o tempo é ruim nas ditas Ilhas, mais o mar produz tais coisas, as quais com o vento & as ondas vindas de lá, são empurradas para o Cabo de Boa Esperança. Portanto deveis estar atentos, quando encontrardes tais coisas, para navegar cento e cinquenta léguas por detrás das ditas Ilhas a fim de evitar tormenta”.

herbages & bourgeons procedent de l'esmotion de la mer"; 2) explicam como tais *sinais* flutuam na direção do Cabo de Boa Esperança, "plus le temps est rude sur les dites Isles, plus la Mer rend de telles choses, qui avec le vent & les vagues venans de là, sont poussees vers le Cap de bonne Esperance". A força do mar e do vento arrancam o *sargaço* e as *trombas* do fundo, que flutuam e são levadas pelas ondas para a costa do Cabo de Boa Esperança. A forma *arrumeam* (leitura errada na cópia de Thevet?), indica apenas o *rumo* dos sinais, sem assinalar o perigo para a navegação. Este é um dos exemplos que permitem aos editores traçar o caminho dos textos.

Ao fazer a sua edição do ms. FP56, Luís de Albuquerque procede à colação com o ms. NTV/7 (Albuquerque, 1969, p. [43]), comportamento que o levou à seleção do manuscrito parisiense, e apresenta no texto editado: "[...] a causa disto não é senão quanto mais tormenta nas ilhas quanto mais se arrancam; e bota isto com as águas e ventos que vêm de cima das ilhas para o Cabo de Boa Esperança (O LIVRO..., 1969, p. 66, L. 8-10).

Aqui, Luís de Albuquerque acrescenta uma nota (n. 110): "Linschoten **dá uma razão diferente**; ... *ces herbages et bourgeons procedent de l'esmotion de la mere* [sic] *en ceste contrée* [sic] *la, ...*" (O LIVRO..., 1969, p. 66, n. 110). Desse modo, o paratexto seiscentista, tradução do roteiro original, foi decisivo para a escolha do "melhor manuscrito".

## A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Na Filologia, como já afirmava Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em cursos entre 1911 e 1913 – mesma época em que

Saussure (2004 [2002] enumerava as tarefas do filólogo – entre as nove etapas de que se ocupa o filólogo, encontram-se três diretamente relacionadas aos estudos históricos: a terceira “Estudo das alusões históricas”, a sexta “A história dos manuscritos” e a sétima “A determinação da autenticidade dos documentos”. Além dessas, a nona etapa, “A determinação do valor literário e histórico do texto”, toca parcialmente aos estudos históricos (Vasconcelos, 1946, p. 143).

A finalidade da edição de documentos históricos não exige uma fidedignidade na reprodução da *scripta* do texto documental, mantem-se, entretanto, sempre a fidelidade ao texto documental.

Uma consulta aos dicionários terminológicos vai mostrar a gama de edições que podem ser utilizadas pelo editor do texto. O *Glossário de crítica textual* de Luiz Fagundes Duarte (201- [1997] traz, nessa versão, 15 tipos de edições. A partir de duas delas, definimos *edição semidiplomática* e *edição diplomático-interpretativa*.

A primeira estende a compreensão de edição diplomática (ou paleográfica), quando são desenvolvidas as abreviaturas, mantem-se o uso das maiúsculas e das minúsculas e usam-se operadores para indicar os “movimentos textuais”.

Define Duarte (201- [1997], s.v.) edição diplomática como:

[...] reprodução tipográfica rigorosa da lição de um testemunho, conservando todas as suas características (erros, lacunas, ortografia, fronteiras de palavra, abreviaturas, etc). Também se diz edição paleográfica. Está a cair em desuso porque a reprodução fotográfica tem tomado o seu lugar (esta tem, contudo, alguns inconvenientes também).

A segunda prende-se ao sentido dois de edição interpretativa, reduzindo a sua extensão, quando não faz a modernização do texto. Duarte (201- [1997, s.v.) traz duas acepções para edição interpretativa, na segunda fundamenta-se a nossa definição:

[1] edição crítica de um texto de testemunho único; nesta situação, o editor transcreve o texto, corrige os erros por conjectura (*emendatio ope ingenii*) e regista em aparato todas as suas intervenções. [2] Edição de um texto de testemunho único ou de um determinado testemunho isolado de uma tradição, destinada a um público de não-especialistas: para além da transcrição e da correção de erros, o editor actualiza a ortografia e elabora notas explicativas de carácter geral (Duarte, 201- [1997], s.v.).

Ilustramos com exemplos da edição do *Livro Velho do Tombo* (LIVRO VELHO..., 2016; LIVROS DO TOMBO... 2016). Um dos documentos que vem trasladado duas vezes é o doc. 81, o *Testamento de Gabriel Soares de Souza*, datado de 1584, que é anexado (juntado) ao doc. 50, *S(enten)Ca detransaução por termo dedizistença deaução / delibello assinado por Domingos degouea eoDoutor / MartinhoBarboza deArahujo eoReuendo[sic]Dom Abba= / de desambento aCujo Requerimento sepassou sobrep(ar)te / da terra de GabrielSoares alias sobre as terras da Piedade*, datado de 1706.

1) LVT, doc 81, *Testamento de Gabriel Soares de Souza*:

a) Edição fac-similar (excerto da f. 163v, L. 25-34; *Scriptor* 14, Escrivão da Causa, que faz o traslado dos documentos lançados às f. 162v-166v).



b) Edição semidiplomática

Testamento de Gabriel Soares de Souza  
Iezus Maria

Em nome do Padre e do Filho e do Espiritu Santo Amen / Saibam q(uan)tos este Instromen-  
to uirem Como no anno do Nasimento de nososenhör Jezus Christo de mil equinhentoseoi-  
tentae Coatro annos aos des dias domes de Agosto da Cidade dosalvador estando Eu Ga-  
brielsoares deSouZa deCaminho peraEspanha sam ebemdisposto emtodo omeuEnten-  
dimento e pRefeito JuiZo asimedamaneira que oDeos em mim pos pondoopen-  
samento em meus peCados temendo aEstreitaComtaquedellas heidedaranososenhör  
DeTreminei faZer esteTestamento emoqual deClaro minha deradeira uontade [...]

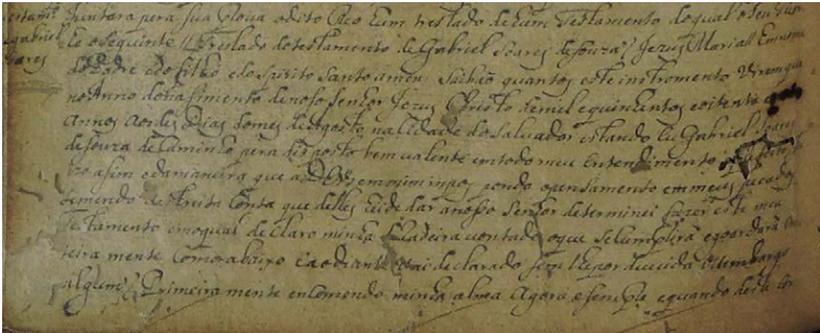
(LIVROS DO TOMBO, 2016, 163v, L. 25-34)

c) Edição diplomático-interpretativa

Em nome do Padre e do Filho e do Espiritu Santo, Amen. / Saibam quantos este Ins-  
tromen- / to virem como, no anno do nascimento de Noso Senhor Jezus Christo de mil  
e quinhentos e oi- / tenta e coatro annos, aos des dias do mes de Agosto, da Cidade  
do Salvador, estando eu Ga- / briel Soares de Souza de caminho pera Espanha, sam  
e bem disposto, em todo o meu enten- / dimento e prefeito juizo, assim e da  
que o Deos em mim pos, pondo o pensa- / mento em meus pecados, temendo a  
estreita comta que dellas hei de dar a Noso Senhor, / detreminei fazer este Testamento,  
em o qual declaro minha deradeira vontade [...] LIVRO VELHO DO TOMBO, 2016, v.  
2, p. 352, L. 1-15).

2) LVT, doc 50, juntada do traslado do *Testamento de Gabriel Soares de Souza*:

- a) Edição fac-similar (excerto da f. 125v, L. 38-46; *Scriptor* 10, Escrivão da Causa, que faz o traslado dos documentos lançados às f. 100v-159r).



b) Edição semidiplomática

[...] hum traslado dehum TesTamento do qual oseu Theor he osequinte//+Treslado dotesTamento deGabriel soares desouza / Jezus Maria // Emnome doPadre edofilho edo spirito santo amen, Saibaõ quantos esTe insTromento Virem que noAnno donasimemro denososenhor Jezus ChrisTo demil equinhentos eoitenta ecoatro Annos Aos des Dias domes deAgosTo na Çidade doSaluador esTando Eu Gabriel soares desouza deCaminho pera3 disposTobem ualente emtodo meu Entendimento epRefeito Ju izo asim edamaneira que aDEVs emmim inpos pondo opensamento em meus pecados temendo AesTreita Conta que delles hei de dar anosso senhor determinei fazer esTe meu TesTamento em oqual deClaro minha deRadeira uontade [...]

(LIVROS DO TOMBO, 2016, 125v, L. 38-46)

3 Aqui falta um trecho “Espanha, sam,”, restaurado na edição diplomático-interpretativa, de acordo com o original trasladado (doc. 81).

### c) Edição diplomático-interpretativa

hum Treslado de hum Testamento, do qual o seu theor / he o seguinte. Treslado do Testamento de Gabriel Soares de Souza. Jezus, Maria, em nome / do Padre e do Filho e do Spirito Santo Amen. Saibaõ quantos este Instrumento virem que, / no anno do nasimento de Noso Senhor Jezus Christo de mil e quinhentos e oitenta e coatro / annos, aos des dias do mes de Agosto na Cidade do Salvador, estando eu, Gabriel Soares / de Souza, de caminho pera Espanha, sam, disposto, bem valente, em todo meu entendimento e prefeito Ju- / izo, asim e da maneira que a Deus em mim inpos, pondo o pensamento em meus pecados, / temendo a estreita conta que delles hei de dar a Nosso Senhor, determinei fazer este meu / Testamento, em o qual declaro minha deradeira vontade.

(LIVRO VELHO DO TOMBO, p. 262, col b, L.19-p. 263, col a, L. 1).

## E POR FIM...

Voltamos à proposta feita: *A edição de textos históricos: escolha e finalidade.*

- 1) O caminho percorrido mostrou duas experiências na edição de textos históricos, nas quais foi usada a metodologia filológica.
- 2) Viu-se como a finalidade da edição é que determina o tipo a ser aplicado.
- 3) Explicou-se de que modo o paratexto editorial auxilia no estudo socio-histórico do texto editado.
- 4) Buscou-se mostrar que a leitura semi-diplomática deve ser a base para todo o trabalho de edição que se vai fazer.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís de. 1994. Livros de rotear. *In*: ALBUQUERQUE, Luís de. (dir.). **Dicionário de história dos descobrimentos portugueses**. Lisboa: Caminho. v. 2.

ALBUQUERQUE, Luís Mendonça de. 1969. Estudo crítico. *In*: O LIVRO DE MARINHARIA DE MANUEL ÁLVARES. 1969 [c. 1533-1541]. Lisboa: Junta de Investigação de Ultramar. p. 5-41. Ed. de Luís Mendonça de Albuquerque. Introd. de Armando Cortesão. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Coimbra, 5.

COLECCÃO DE ROTEIROS, DE MANUEL ÁLVARES. 1940 [1563]. *In*: ROTEIROS PORTUGUESES INÉDITOS DA CARREIRA DA ÍNDIA DO SÉCULO XVI: I - Roteiro para a Índia e Oriente de autor anônimo; II – Coleção de roteiros, de Manuel Álvares; III – Primeiro roteiro de Vicente Rodrigues; IV – Derotero de las Islas Primeras e de Angoxa, de João Baptista Lavanha; V – Roteiro, de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira [Reimão] com a assistência de João Baptista Lavanha. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias. p. 25-84. Prefaciados e anotados por A. Fontoura da Costa.

COSTA, A. Fontoura da. 1960. **A marinharia dos descobrimentos**. 3. ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

COSTA, A. Fontoura da. Preâmbulo II. 1940. *In*: COLECCÃO DE ROTEIROS, DE MANUEL ÁLVARES. 1940 [1563]. *In*: ROTEIROS PORTUGUESES INÉDITOS DA CARREIRA DA ÍNDIA DO SÉCULO XVI: I - Roteiro para a Índia e Oriente de autor anônimo; II – Coleção de roteiros, de Manuel Álvares; III – Primeiro roteiro de Vicente Rodrigues; IV – Derotero de las Islas Primeras e de Angoxa, de João Baptista Lavanha; V – Roteiro, de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira [Reimão] com a assistência de João Baptista Lavanha. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias. p. 25-85. Prefaciados e anotados por A. Fontoura da Costa.

COSTA, A. Fontoura da. 1960. **A marinharia dos descobrimentos**. 3. ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

COSTA, A. Fontoura da. Preâmbulo II. 1940. *In*: COLECCÃO DE ROTEIROS, DE MANUEL ÁLVARES. 1940 [1563]. *In*: ROTEIROS PORTUGUESES INÉ-

DITOS DA CARREIRA DA ÍNDIA DO SÉCULO XVI: I - Roteiro para a Índia e Oriente de autor anônimo; II – Coleção de roteiros, de Manuel Álvares; III – Primeiro roteiro de Vicente Rodrigues; IV – Derotero de las Islas Primeras e de Angoxa, de João Baptista Lavanha; V – Roteiro, de Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira [Reimão] com a assistência de João Baptista Lavanha. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias. p. 27-30. Prefaciados e anotados por A. Fontoura da Costa.

DUARTE, Luiz Fagundes. 201- [1997]. **Glossário de crítica textual**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

FEIJO, João de Moraes Madureira. 1734. **Orthographia ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza**. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarcha. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source>. Acesso em 13 de maio de 2015.

GAMA, Albertina Ribeiro da; TELLES, Célia Marques. 2001. A lição conservadora e a análise linguística do texto. In: SOARES, Maria Elias (org.). **Congresso Internacional da ABRALIN**, 2: anais. Fortaleza: ABRALIN. v. 1, p. 463-465. Boletim da ABRALIN, 26.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. 1981 [1574]. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa**: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Ed. facsimilar da 1. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional. Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

GENETTE, Gérard. 2009 [1987]. **Paratextos editoriais**. Tradução Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê.

GENETTE, Gérard. 1982. **Palimpsestes**; la littérature au second degré. Paris: Seuil.

GONÇALVES, Maria Filomena. 1992. **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII**; para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura Portuguesa. (Identidade: Língua Portuguesa).

LEÃO, Duarte Nunes do. 1983 [1596]. Ortografia da língua portuguesa reduzida a Arte e preceitos. In: LEÃO, Duarte Nunes do. **Ortografia e origem da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. Introd., notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. p. 43-186.

LINSCHOT, Iean Hvgves de. 1619. Le grand routier de mer: contenant une instruction des routes & cours qu'il convient tenir en la navigation des Indes Orientales, & au Voyage de la coste du Bresil, des Antilles, & du Cap de Lopo Gonçalves; avec descriptions des costes, havres, isles, vents, & courants d'eaux, & autres particularitez d'icelle navigation; le tout fidelement recueillis des memoires & observations des pilotes espagnols & portugais. Nouv. trad. de flameng em François. *In*: LINSCHOT, Iean Hvgves de. **Histoire de la navigation aux Indes Orientales**: contenant diverses descriptions des lieux iusques à présent descouverts par les portugais; observations des coustumes & singularitez de delà, & autres declarations; avec annotations de P. Palydanvs, Docteur em médecine, sur la matière des plantes & especeries; *item* quelques cartes geographiques, & autres figures. 2. éd. augm. Amsterdam: Chez Iean Evertsz Cloppenburch, marcha nt libraire. Avec privilege pour 12 ans.

LISBOA, João de. 1903. **Livro de marinharia. Tratado da agulha de marear**: roteiros, ondas e outros conhecimentos relativos à navegação.. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva. Copiado e coordenado por Jacinto Ignacio de Brito Rebelo.

LIVRO DE MARINHARIA DE BERNARDO FERNANDES: 1940 [c. 1548]. Lisboa: Agencia Geral das Colónias; Divisão de Publicações e Biblioteca. Pref. e notas por A. Fontoura da Costa.

LIVRO DE MARINHARIA DE MANUEL ÁLVARES. 1969 [c. 1533-1541]. Lisboa: Junta de Investigação de Ultramar. Ed. de Luís Mendonça de Albuquerque. Introd. de Armando Cortesão. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Coimbra, 5.

LIVROS DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA. 2016. Salvador: Mosteiro de São Bento da Bahia. Edição semidiplomática de Célia Marques Telles (*LVT* e *L3T*), Marla Oliveira Andrade (*L1T*), Alícia Duhá Lose (*L2T*), Aldacelis dos Santos Barbosa (*L4T*). Disponível em: [www.saobento.org/livrosdotombo](http://www.saobento.org/livrosdotombo).

LIVRO VELHO DO TOMBO. 2016. *In*: LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Gregório, Dom (OSB) (Coord.). 2016. **Coleção Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador: Memória & Arte. v. 2.

LOSE, Alícia Duhá; TELLES, Célia Marques. 2017. Qual edição e o que editar. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana, BA, v. 18, n. 2, p. 271-293, maio-ago.

O MANUSCRITO “VALENTIM FERNANDES”, oferecido à Academia por Joaquim Bensaúde. 1940. p. 210-240. Lisboa: Academia Portuguesa da História. Leitura e revisão de António Baião.

PETRUCCI, Armando. 2003 [2002]. **La ciencia de la escritura**: primera lección de paleografía. Tradução Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

SAUSSURE, Ferdinand de. 2004 [2002]. **Escritos de linguística geral**. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum; Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix. Org. e edit. por Simon Bouquet e Rudolf Engler, com a colab. de Antoinette Weil.

TELLES, Célia Marques. 2016. O paratexto do Atlas linguístico do Brasil. *In*: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; RIBEIRO, Silvana Soares Costa; PAIM, Marcela Moura Torres; TELES, Ana Regina Torres Ferreira (org.). **ALiB: 20 anos de história**. Salvador: Quarteto. p. 19-38. Documentos 7: Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

TELLES, Célia Marques. 2009. A chamada *lição conservadora* na edição de textos. **Scripta Philologica**, Feira de Santana, BA, n. 5, p. 253-266.

TELLES, Célia Marques. 2005. Edições semidiplomáticas de textos quatrocentistas não literários. *In*: TELLES, Célia Marques; SOUZA, Risonete Batista de (org.). **Encontro Internacional de Estudos Medievais**, 5, 2003, Salvador. Anais [...]. Salvador: Quarteto. p. 77-84.

TELLES, Célia Marques. 1999. Um *Livro de rotear* quatrocentista. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador, n. 23-24, p. 33-42, jun.-dez..

TELLES, Célia Marques. 1988a. **Coleção de roteiros portugueses da “Carreira da Índia” no século XVI**: edição do manuscrito FP 56 da BNP. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. 3 v.

TELLES, Célia Marques. 1988b. Nota preliminar. *In*: TELLES, Célia Marques. **Coleção de roteiros portugueses da “Carreira da Índia” no século XVI**: edição do manuscrito FP 56 da BNP. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. v.1, f. 1-9.

TELLES, Célia Marques; SOUZA, Risonete Batista de. 2017. Marcas pontuacionais nos *Livros do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia. **Re-**

**vista da ABRALIN**, v. 16, n. 1, p. 93-127, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1310>.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. 1946. **Lições de filologia portuguesa**: segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 12/13, seguidas das “Lições de português arcaico”. Lisboa: Revista de Portugal.

VERA, Alvaro Ferreira de. 2009 [1631] **Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa**. São Paulo: Paulistana. Apresentação, transcrição e notas de Waldemar Ferreira Netto.



# HIPÓTESES ACERCA DO REGISTRO DE UM VOCÁBULO ARCAICO EM UM DOCUMENTO PORTUGUÊS QUINHENTISTA

---

Phablo Roberto Marchis Fachin  
Universidade de São Paulo

Luana Leão Silva  
Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

Em 1956, quando Serafim da Silva Neto publica seu primoroso livro *Textos medievais portugueses e seus problemas*, entre os objetivos norteadores da obra estava a tentativa de facilitar a leitura de manuscritos, distantes cronologicamente do leitor, por meio da exposição dos “mais importantes problemas relativos aos textos medievais portugueses” e da forma “como se deve tratar um texto medieval” (Silva Neto, 1956, p. 12). Destacaram-se, nesse intuito, os problemas ocasionados pela má compreensão de letras e pelo desconhecimento de fatos linguísticos, os quais configuram de modo muito significativo a base para uma edição fidedigna, principalmente com vistas a estudos diacrônicos. De lá para cá, o olhar sobre os documentos, sua materialidade, escrita e alcance histórico tem sido aprofundado e acompanhado de critérios mais precisos em relação às normas de transcrição e ao caráter conservador das edições. No entanto, mesmo para um pesquisador experiente,

características da escrita e do estado de conservação do suporte de determinados textos podem, ainda hoje, oferecer dificuldades de identificação, o que significa dizer que continuamos a enfrentar problemas semelhantes aos compartilhados por Silva Neto em 1956.

Megale (1998), ao analisar trabalhos de edição da *Demanda do Santo Graal*, apresenta um caso interessante de problema relativo à má compreensão de letras pelo editor. Trata-se de um equívoco de leitura entre as formas “soterre” e “cofre”, em escrita medieval. De acordo com o filólogo, Auguto Magne leu “eu irei buscar, preto ou longe, um cofre”. Lição corrigida por Joseph Marie Piel para “eu irei buscar perto ou longe u o soterre”. O caso, embora corrigido por Piel em 1945, não impediu que a forma inexistente “cofre” chegasse a ser lexicografada e situada no período de escrita do texto medieval, sendo abonada em verbete “cofrinho”, no *Dicionário Etimológico*, de José Pedro Machado, em 1967 (Megale, 1998, p. 13).

Mais recentemente, Lara e Fachin (2021), ao editar importante manuscrito sobre a história de Palmares, também levantam problemas decorrentes da edição do texto e de sua tradição, principalmente ao longo dos séculos XIX e XX. Embora produzido originalmente no XVII, seu processo de escrita foi silenciado pela historiografia, sendo desconhecido o seu trajeto desde a sua produção até ser impresso pela primeira vez pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1859. Na versão publicada pela revista, por exemplo, há diferenças significativas em relação ao original que está na Torre do Tombo, em Portugal. Há substituição de palavras e expressões, modificações na pontuação, na paragrafação e, em espe-

cial, nos nomes dos mocambos e das lideranças dos Palmares.

Se há algum tempo, a dificuldade de acesso a determinadas fontes documentais e a escassez de transcrições confiáveis eram empecilhos para qualquer pesquisador; ao longo das últimas décadas, o acesso tem sido facilitado e tem crescido o número de grupos de pesquisas de diferentes instituições que têm procurado operar de maneira conservadora, produzindo material genuíno para pesquisas de diferentes naturezas. No entanto, os desafios continuam a existir. Continuamos, como já defendia Megale (1998, p. 4), na “busca de dados que permitam segurança na transcrição dos textos das diferentes épocas de modo a propiciar conjunto confiável de *corpora*”.

Tendo como base essas considerações, neste texto apresentamos uma discussão que relaciona este dois aspectos: a compreensão adequada do que se transcreve e o conhecimento de fatos linguísticos diacronicamente. O trabalho tem como base um manuscrito produzido no século XVI e o registro do grupos <ct> e <ui> no vocábulo “fruto”, o qual pode apresentar oscilação entre “fructo” e “fruito”. O documento selecionado para o estudo permite verificar como o tipo de letra, a qualidade do suporte e elementos linguísticos podem ser contrastados para o alcance de uma transcrição fidedigna.

## O MANUSCRITO QUINHENTISTA

Intitulado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo como “Contrauto antre o cabidoo e oabade de rronfff[e] sobre o casall de villa Juste da dita freiguesia”, o documento tem por objetivo a resolução de uma contenda entre religiosos no século XVI

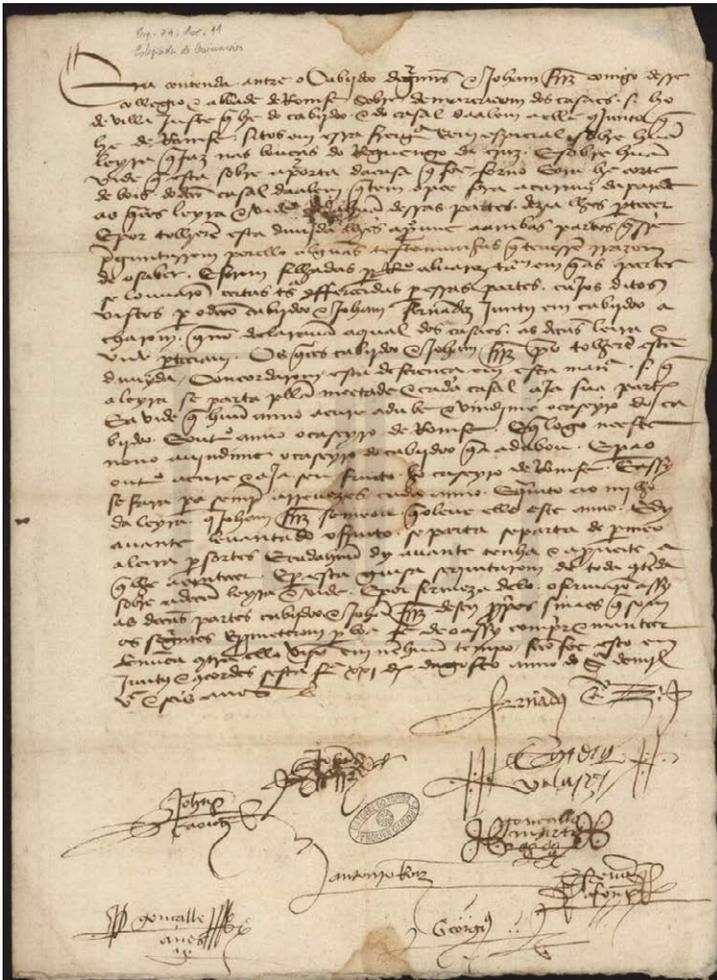
por causa de terras e a plantação existente nela. Inicialmente apresenta-se a causa da disputa, em que se deflagra o valor contratual do manuscrito. Depois disso, a concordância das partes com a decisão da divisão das terras e do uso compartilhado da vide, prometendo cumpri-la, mantê-la e não contestá-la “em nêhũũ tempo”. O manuscrito que se inclui como base deste trabalho, constitui-se, portanto, de uma natureza contratual entre um Cabido, isto é, a corporação de cônegos de uma Catedral, e um abade, título concebido a um religioso superior de uma abadia, de Ronfe, a respeito do repartimento de um casal, uma porção de terra, que se localizava na Vila Juste da dita freguesia, na região de Guimarães, no Norte de Portugal, no período que se indica pela data 21 de agosto de 1506.

O texto originalmente não apresenta título. Proveniente de Guimarães, Portugal, o suporte é papel, composto por uma folha, dobrada ao meio, formando um bifólio. Apenas os *rectos* 1 e 2 estão escritos. No *recto* 1, encontra-se a seguinte anotação: Contrauto antre o cabidoo e oa | bade de rronfff[e] sobre o casall de | villa Juste da dita freiguesia. No *recto* 2, o teor do documento, seguido de assinaturas. O manuscrito encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sob a cota atual de *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 74, n.º 11. A sua cota original era Gaveta 9, mç. 4, n.º 100 <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4668201>. A sua primeira edição pública foi realizada por Fachin e Monte (2019).

Datado do século XVI, a escrita de tal documento corresponde ao encargo da expressão de signos gráficos como papel social e de representação de vínculos de poder, sobretudo por

tratar de uma diligência territorial, traduzida por uma prática rigorosamente formal no contexto da época, em território europeu. Abaixo seguem a imagem fac-similar do documento e a sua transcrição.

Figura 1: imagem do Contrato



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

HIPÓTESES ACERCA DO REGISTRO DE UM VOCÁBULO ARCAICO  
EM UM DOCUMENTO PORTUGUÊS QUINHENTISTA

- Era contenda antre o Cabijdoo *deguimarães* e *Joham fernandiz* conigo desse<sup>1</sup>  
collegio e abbade de Romfe Sobre demarcacom dos casaes . *scilicet* . ho  
de villa Juste *que* he do cabijdoo . e do casal daalem a elle *conjunto que*  
he de Romfe . sites em essa *freiguesia* Eem especial . sobre hũa  
5 leyra *que* Jaz nas bouças do Reguengo da cruz . E sobre hũa  
vide *que* esta sobre aporta dacasa *que* foe forno Eora he corte  
de bois . do dicto casal daalem . *que* tem opee fora acaram da parede  
as *quaees* leyra e vide [qua]da hũa dessas partes . *dezia* lhes *perçeçer*  
Epor tolherê esta duujda lhes aprouue aambas partes *que* sse  
10 *preguntassem* porello algũas *testemunhas que* teuessê rrazom  
de o saber . Eforom filhadas *per Rodrigo aluarez tabeliam* em *que* as partes  
se louuarõ certas *testemunhas* offerecidas *per* essas partes . cujos ditos  
vistos *per* odicto cabijdoo e *Joham fernãdez* Juntos em cabijdoo . a  
charom . *que* nõ declarauã aqual dos casaes . as ditas leira e  
15 vide *per*teciam . Os *quaees* cabijdoo e *Joham fernandiz* por tolherê esta  
duuyda / Concordarom esta deferença em esta *maneira . scilicet . que*  
a leyra se parta pella meetade e cada casal aja sua parte  
Ea vide *que* hũũ anno acupe adube e viindjme o caseyro do ca  
bijdoo . Eoutro anno o caseyro de Romfe . *Eque* logo neeste  
20 nouo aujndime o caseyro do cabijdoo *que* a adubou . Eperao  
outro acupe e aja . seu fructo . ho caseyro de Romfe . Eassy  
se fara *pera sempre* arreuezes . cada anno . E *quamto* ao mjelho  
da leyra . *que* *Joham fernandiz* semeou . *que* o leue elle este anno . Edy  
auante leuantado o fructo . se parta [[separta]] de *permeo*  
25 aleira *per* sortes E cada hũũ dy auante tenha e *aproueite* o  
*que* lhe acontecer . Eper esta guisa sequitarom de toda *contêda*  
sobre adicta leyra *e*vide . Epor firmeza delo . o firmarõ assy  
as dictas partes cabijdoo . e *Johã fernandiz* deseos *proprios* sinaes *que* som  
os seguintes E *prometerom per* boa fe de o assy *comprir e* manteer  
30 E nũa *contra* ello vjãr em nêhũũ tempo / *feito* foe esto en  
Juntos e *concordes* sexta *feira xxj dias* dagosto anno do *Senhor* demj  
*quinientos* eseis anos<sup>2</sup>

- 
- 1 Transcrição de acordo com Fachin e Monte (2019, p. 39).  
Acima dessa linha encontra-se a seguinte anotação tardia: ter'. 74, doc. 11 | Colegiada  
de Guimarães.
- 2 Não foi possível identificar e desenvolver as assinaturas.

## O DOCUMENTO E A SUA ESCRITA

Ao analisar a escrita do documento, verificam-se formas caligráficas angulosas, ainda resquícios do período gótico; notam-se as linhas ordenadas assiduamente retas e ligeiramente à direita, aquiescendo uma maior margem à esquerda e mantendo assinaturas dispostas ao rodapé, que estruturam o conteúdo do contrato e relaciona partes acerca de um terreno a ser aquinhoadado. De acordo com Fachin e Monte (2019, p. 25),

Fruto de ambiente notarial-religioso, o contrato quinhentista possui uma forma de escrita bem peculiar para o período. Denominada cortesã, a letra empregada no documento não é de fácil leitura, com cursividade bem acentuada, com ligações entre letras e palavras e muitas abreviaturas, exige do leitor paciência no seu estudo, o processamento da escrita muitas vezes desfigura determinadas letras.

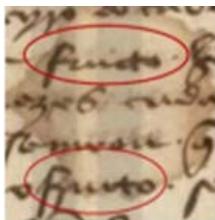
O manuscrito é notoriamente produzido em um período de grandes transformações em Portugal, já com significada atividade também relacionada ao descobrimento de novas terras. Por parte da literatura historiográfica, o século XVI marca o final do que se denominou *português médio* e início do *português clássico* (Castro, 2006). O estado de língua do documento, no entanto, apresenta ainda características linguísticas conservadoras diante de fenômenos considerados balizadores desses períodos, a exemplo das terminações nasais.

Em termos de nasalidade, os dados do documento revelaram que, embora no período, em algumas regiões

portuguesas e em textos analisados por diversos pesquisadores, mudanças na representação das terminações nasais com vistas à convergência e unificação haviam se concretizado ou estavam em concretização, fato constatado pelas variantes documentadas por Cardeira (2005 e 2013), nesse mesmo período, poderia haver usos da língua mais conservadores, em regiões específicas, que não refletiam ainda tais processos por meio de particularidades gráficas, ou seja, não refletiam toda a instabilidade própria do português médio já em processo de transição para o português clássico na primeira metade do XVI, revelada pela instabilidade do registro das terminações nasais em questão. Pelo visto esse tipo de representação não seria um problema gráfico para o escriba do contrato. (Fachin e Monte, 2019, p. 33)

O caráter conservador da escrita não implica regularidade gráfica no contrato, como observado também na produção de outros tipos documentais, períodos e autores. No caso do termo em análise neste trabalho, ao caráter gráfico variável do manuscrito, acrescenta-se a oscilação de registro do vocábulo *fruto*, apresentada pela transcrição publicada por Fachin e Monte (2019): *fruito* e *fructo*.

**Figura 2:** destaque das ocorrências no manuscrito



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Em um mesmo contexto, os termos são escritos proxima-mente, o que indicaria o mesmo vocábulo, entretanto, com um detalhe que os distingue: na 21ª linha, quando aparece pela primeira vez, observa-se o registro da palavra “fruito” na transcrição dos autores em questão, a dar ênfase no diacrítico marcante do “i”; porém, em sua segunda ocorrência, duas linhas abaixo (24ª linha), se ausenta do diacrítico, sugerindo o vocábulo “fructo”:

outro acupe e aJa . seu fruto . ho caseyro de Romfe . Eassy  
se fara pera sempre arreuezes . cada anno . E quamto ao mjho  
da leyra . que Joham fernandiz semeou . que o leue elle este anno.  
Edy auante leuantado o fructo . se parta [[separta]] de permeo  
(Fachin e Monte, 2019, p. 39)

Além de possível oscilação durante a produção do texto, o estado de conservação do documento, com uma mancha sobre a parte em que as ocorrências estão localizadas, pode facultar a dúvida sobre o espaço dos sinais gráficos de ambos os registros, que teria a capacidade de ser um fator determinante para a identificação de diacrítico na primeira grafia ou pelo desaparecimento dele na segunda, originando a hesitação do registro a ser estabelecido na transcrição. Em vista do questionamento, este trabalho busca elucidar brevemente a probabilidade das derivações dos vocábulos, supondo a hipótese mais adequada das ocorrências para compreensão e legibilidade em torno do contexto, em congruência aos princípios de análise de aspectos paleográficos e filológicos, os quais apresentam a função de viabilizar a compreensão do documento e a aquisição da pesquisa sobre o português quinhentista que envolve a escrita do manuscrito, em dicionários e obras associadas ao

período, que registram ocorrências lexicais semelhantes, em adição ao acesso ao arquivo e apoio prévio da transcrição realizada por Fachin e Monte (2019), fundamental para a realização deste sintético estudo.

## REGISTROS E CONTEXTOS DE USO

Os dois registros em questão, “fructo” e “fruito”, somente aparecem no manuscrito nas linhas 21 e 24. Coutinho (1976, p.147) caracteriza essa variação como metaplasmo por subtração diante do arcaísmo ao termo moderno, que, consoante a uma análise por similaridade, poderia se referir ao termo “fruto”, com a manutenção do “c” (fructo) ou inserção do “i” (fruito), resultado do processo de transformação do grupo latino -ct para o português, primeiro por vocalização, depois por supressão. Contudo, a se pensar no contexto da natureza contratual do documento, pode assemelhar-se também ao termo jurídico “usufruto”, que possui a origem etimológica latina *usufrutus*. Para apurar essa questão, buscaram-se registros de tais ocorrências em obras do período.

No *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico*, de Raphael Bluteau (1729), os vocábulos “fructuosamente”, “fructuoso” e “fruta” encontram-se desta forma:

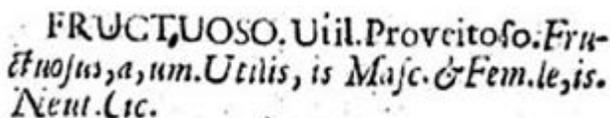
**Figura 3:** “FRUCTUOSAMENTE. Utilmente. Utiliter. (ic.”



FRUCTUOSAMENTE. Utilmente.  
Utiliter. Cic.

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

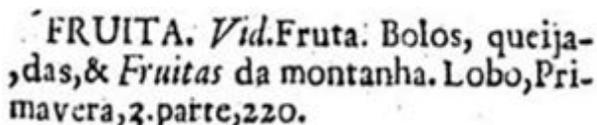
**Figura 4:** “FRUCTUOSO. Util. Proveitoso. Fructuo,a, um. Utilis, is Masc. e Fem. le, is. Neut. (ic.)”



FRUCTUOSO. Util. Proveitoso. Fructuo,a, um. Utilis, is Masc. & Fem. le, is. Neut. (ic.)

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

**Figura 5:** “FRUITA. Vid. Fruta. Bolos, queijadas e Frutas da montanha. Lobo, Primavera, 3ª parte, 220.”

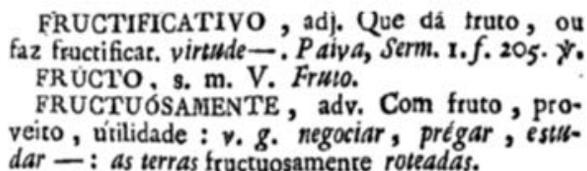


FRUITA. Vid. Fruta. Bolos, queijadas, & Frutas da montanha. Lobo, Primavera, 3.ª parte, 220.

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Já no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de 1789, do padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, obtém-se o termo “fructificativo”, “fructo”, “fructuosamente” e também “fruíto”:

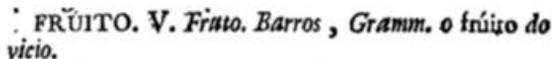
**Figura 6:** “FRUCTIFICATIVO, adj. Que dá fruto, ou faz fructificar, virtude - Paiva, Serm, I. f.205. FRUCTO, s.m. V. Fruto. FRUCTUOSAMENTE, adv. Com fruto, proveito, utilidade: v.g. negociar, pregar, estudar - : as terras fructuosamente roteadas.”



FRUCTIFICATIVO, adj. Que dá fruto, ou faz fructificar. virtude — . Paiva, Serm. 1. f. 205. ꝯ.  
FRUCTO, s. m. V. Fruto.  
FRUCTUÓSAMENTE, adv. Com fruto, proveito, utilidade : v. g. negociar, pregar, estudar — : as terras fructuosamente roteadas.

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

**Figura 7:** “FRŪITO.V. Fruto. Barros, Gramm. o frũito do vício”

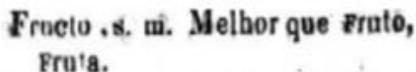


FRŪITO. V. Fruto. Barros, Gramm. o frũito do vício.

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

No *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, de 1832, somente o vocábulo “fructo” é disposto:

**Figura 8:** “Fructo . s.m. Melhor que fruto, fruta”.

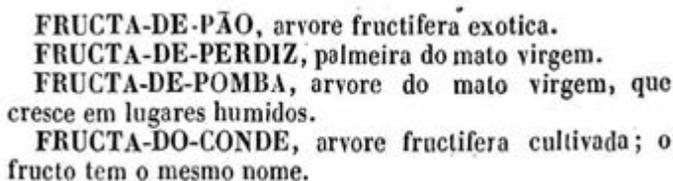


Fructo . s. m. Melhor que fruto,  
fruta.

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Em *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza*, de 1853, de Braz da Costa Rubim, encontra-se uma variedade semântica do vocábulo “fructa” para denominar aos frutos de árvores específicas:

**Figura 9:** “FRUCTA-DE-PÃO, arvore fructifera exotica. FRUCTA-DE-PERDIZ, palmeira do mato virgem. FRUCTA-DE POMBA, arvore do mato virgem, que cresce em lugares humidos. FRUCTA-DO-CONDE, arvore fructifera cultivada; o fructo tem o mesmo nome.”



FRUCTA-DE-PÃO, arvore fructifera exotica.  
FRUCTA-DE-PERDIZ, palmeira do mato virgem.  
FRUCTA-DE-POMBA, arvore do mato virgem, que  
cresce em lugares humidos.  
FRUCTA-DO-CONDE, arvore fructifera cultivada; o  
fructo tem o mesmo nome.

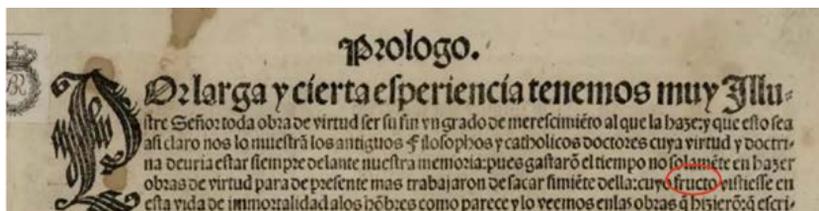
Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Ao consultar as palavras no “Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval”, projeto desenvolvido por Antônio Geraldo da Cunha, o vocábulo “fructo” assume a semântica do

português moderno de “fruto” em textos do século XIV e XV, como em “Primeyra partida” de Afonso X, do século XIV, com edição de José de Azevedo Ferreira (“[...] e que rrecebessẽ **fructo** tal que sempre lhys durasse.”) e no texto arcaico inédito de Virgeu de Consolaçon, presente na edição crítica de Albino de Bem Veiga (“[...] *nõ pode seer que assi nõ seja, que da maa raiz da honrra mal cobijçada possa nacer **fructo** do amor de Deos*”), igualmente à semântica do vocábulo “fruito”, como no texto do século XV, “Vida de Santa Maria Egipcíaca”, de edição dirigida por Ivo Castro (“[...] e cada huõ trazia o fruto do sseu trabalho em ssua conçiença [...].”).

Ademais, os vocábulos estão presentes em textos literários arcaicos, como “fructo” em “Los Seys Libros Del Delphin” de Luys de Narvaez, no entanto na língua espanhola, porém a compreender o léxico do século XVI, como similar ao documento-objeto:

**Figura 10:** “[...] cuyo fructo vivesse em esta vida de immortalidad a los hõbres como parece y lo vemos em las obras[...].”



Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

O registro como “fructo” não foi detectado em nenhum desses posteriores materiais, restritos aos termos “fructo” ou “fruito”, e foi somente identificado no “Glossário de Cantigas de Santa Maria” de Afonso X, o sábio, editado por Walter Mettmann, apontando-se como um vocábulo relacionado à “fruito”:

**Figura 11:** “*Fruicto* (80.20 E) v. *fruito*.”

**fruicto (80.20 E) v. fruïto**

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

**Figura 12:** “*fruito s.m.: fruto: 80.20 pois que bēit' é / o fruto de ti; 208.36 quando chegou o tempo que aas colmēas van / por fillar o fruto delas; 270.37 desta jaz escrito en libro Genesy / que seu fruto britass' o demo; 415.31 Bēeyto será / aquel fruto que de ti naçerá*”

*fruito s. m. : fruto : 80.20 pois que bēit' é /  
o fruto de ti ; 208.36 quando chegou  
o tempo que aas colmēas van / por  
fillar o fruto delas ; 270.37 desta jaz  
escrito en libro Genesy / que seu fruto  
britass' o demo ; 415.31 Bēeyto será /  
aquel fruto que de ti naçerá.*

Fonte: IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Os exemplos de registros apresentados corroboram para a verificação da existência de oscilação entre as formas *fructo* e *fruito* ao longo da história do português, e mesmo em um único documento, resultado da falta de regularidade gráfica ao longo do tempo em manuscritos de diferentes natureza e período. Dessa forma, cumprindo o primeiro aspecto em destaque na discussão apresentada por este capítulo: o conhecimento de fatos linguísticos diacronicamente.

Paralelamente a isso, importa também considerar a compreensão adequada do que se transcreve, aspecto que envolve a habilidade do pesquisador para a identificação de grafemas e alógrafos do manuscrito em leitura, assim como suas particularidades, gráficas e de conservação, uma vez que a legibilidade de uma escrita também depende do estado em que se encontra determinado documento.

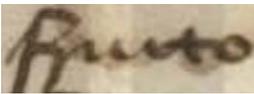
Considerando os dois aspectos ao transcrever o contrato e diante da dúvida quanto ao registro de “fructo” ou “fruito”, é preciso verificar os signos dispostos no manuscrito e dessa forma, a constituição gráfica das ocorrências:



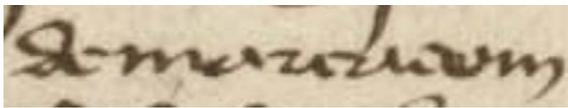
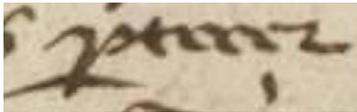
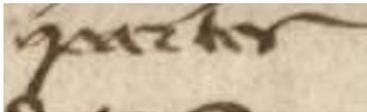
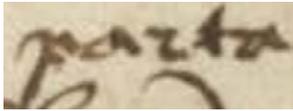
Ao dispor o alfabeto relacionado a ambos os termos incógnitos do documento, presentes da 21ª linha (termo 1 – com diacrítico) e na 24ª linha (termo 2 – sem diacrítico), compreende-se:

Ocorrência 1		
	O primeiro símbolo é, em comparação aos demais signos que cabem ao longo do documento, um “f” minúsculo:	
	A letra seguinte é um “r” minúsculo, que se inicia conectado ao “f” e alonga-se até a próxima letra:	
	Após, apresenta-se a letra “u”:	
	Posteriormente à letra “u” e a letra sucessora, impõe-se o diacrítico característico da letra “i”:	
	Ligado ao “c”, apresenta-se a letra “t”:	
	E por último, um “o” minúsculo, também anguloso:	

HIPÓTESES ACERCA DO REGISTRO DE UM VOCÁBULO ARCAICO  
EM UM DOCUMENTO PORTUGUÊS QUINHENTISTA

Ocorrência 2		
	O lexema inicia-se com um “f”	
	Muito conectado ao “f”, apresenta-se a letra “r” em um formato recorrente ao longo do manuscrito	
	Em seguida, nota-se a letra “u”	
	Então, impõe-se a letra “c” de forma muito angulosa, semelhante a um “u”	
	Posteriormente, a letra “t”	
	Por último, “o”	

Por se tratar de acesso a uma versão digitalizada do manuscrito, de um trecho com uma mancha no suporte, também há possibilidade de o pingo que se considera de um <i> ser resultado do estado de conservação do documento, como uma mancha. Para além do diacrítico, a proximidade de registro de <i> surge também a partir do alongamento do <r>, que poderia ser compreendido por se aglutinar ao <u>. Nesse sentido, entretanto, tal característica de alongamento do grafema <r> é recorrente em seus empregos, exigindo cautela ao transcrever:

2ª linha - palavra “demarçom”	
8ª linha - palavra “perçeçer”	
11ª linha - palavra “partes”	
17ª linha - palavra “parta”	

Independente da resolução da dúvida, é fundamental que o editor explicithe os critérios que o levaram a determinadas escolhas e como isso pode ter implicações de diferentes naturezas. O labor filológico resulta em uma nova versão do texto editado, um novo testemunho na composição da sua tradição. Nesse contexto, as suas escolhas ao longo do processo de edição podem, ao mesmo tempo, contribuir para o conhecimento mais aprofundado do uso que se fazia da escrita em determinado período, como também, no caso de equívocos de leitura e de registro, criar falsos dados linguísticos.

Casos como o de “fructo” e “fruito” conduzem o filólogo a um caminho emaranhado de teorias e métodos, no qual é preciso colocar em diálogo diferentes critérios, como o paleográfico e o linguístico, por exemplo. O que acaba coincidindo com os aspectos levantados por Silva Neto (1956): a compreensão adequada do que se transcreve e o conhecimento de fatos linguísticos diacronicamente. Por se tratar de apenas um docu-

mento, o caso exigiria ampliar o olhar por outros textos, para que o estudo permita verificar como o tipo de letra, a qualidade do suporte e elementos linguísticos podem ser contrastados para o alcance de uma transcrição fidedigna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo na área da Filologia, “a ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais” (Castro, 1992, p.124), em interface com outras ciências, entre elas, a Paleografia e Linguística, visa à tarefa de possibilitar a acessibilidade a diferentes tipos de textos, englobando a tarefa de selecionar os termos mais elucidativos e fidedignos à história do documento.

Subsistindo fatores que dificultem o reavivo autêntico do material, como a má conservação que pode ter sido o agente da produção do diacrítico ou apagamento em ocorrência da mancha, que ao serem objeto de análise e submetidos aos processos metodológicos da paleografia, adquirem o importante potencial de transparecer memórias históricas e linguísticas de muita relevância, cabe ao filólogo apresentar detalhadamente as razões de suas escolhas e explicitar as implicações desse processo.

Dado o exposto e em evidência do contexto contratual do documento, convém relacionar ambos os termos ao maior resultado encontrado nos dicionários do português arcaico: apesar da distinta grafia, os vocábulos se relacionam à “fruto”,

o órgão de proteção ao amadurecimento das sementes de um organismo, sobretudo do milho: tanto a considerar o diacrítico e corresponder o termo manuscrito à “fruito”, “fructo” ou a desconsiderar o pingo característico de um “i” e supor o vocábulo “fructo” – todas as opções são semanticamente cabíveis ao contexto. Dessa forma, toda grafia escolhida não comprometeria a compreensão geral da passagem.

Ao integrar as palavras no cenário de um contrato, individualmente resulta a hipótese do termo “usufruto”, que poderia traduzir juridicamente o conceito que caberia ao Direito das coisas, tratando de um “direito conferido a alguém, durante certo tempo, de gozar ou fruir de um bem cuja propriedade pertence a outrem, de retirar-lhe os frutos e as utilidades que produz”, segundo Houaiss (2001), entretanto, embora a semelhança, aproximação lexical e a origem etimológica latina provinda de *usufructus*, o contexto realmente relaciona-se à compreensão direta à “fruto”.

Tendo em vista esses dois contextos, a continuidade da dúvida abre caminho para novos estudos, novas leituras, transcrições e edições. A Filologia e ciências afins ainda continuarão em plena atividade.

## REFERÊNCIAS

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V**. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa,

Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. (Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/> .Acesso em 15 de nov. de 2021)

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Ivo. (1992) **Enquanto os escritores escreverem**. In: Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Campinas: UNICAMP. Vol I - Conferências Plenárias.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval**. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014 (Disponível em: <http://medieval.rb.gov.br/verbete.php?verbete=fructo&id=45366>. Acesso em 15 de nov. de 2021)

FACHIN, Phablo Roberto Marchis; MONTE, Vanessa Martins do. **E prometeram per boa fe de o assy comprir e manteer - estudo filológico de um contrato quinhentista**. In: TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; SIMÕES, J. S. (Org.). História do Português Paulista. Série Estudos, Vol. V, 1. ed. São Paulo: 2019.

HOUAISS, Antonio. Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 2001.

METTMANN, Walter; O SÁBIO, Afonso X;. **Glossário Das Cantigas de Santa Maria**. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1972. (Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/38856916/Glossario-das-Cantigas-de-Santa-Maria-por-Walter-Mettmann-parte->. Acesso em 15 de nov. de 2021)

NARVAEZ, Luys de. **Los Seys Libros Del Delphin**. Valladolid, 1538. (Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/435454672/Narvaez-Luys-de-Los-Seys-Libros-Del-Delphin>. Acesso em 15 de nov. de 2021)

PINTO, Luís Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. (Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/> . Acesso em 15 de nov. de 2021)

RUBIM, Braz da Costa. **Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Bbito, 1853. 80 p. Nesta edição o nome da tipografia aparece grafado de maneira incorreta “Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Bbito”, enquanto se encontra como “(...) de Paula Brito” no colofão. O procede na página de rosto o título de Impressor da Casa Imperial. (Disponível em: [https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-brasileiro-para-servir-de-complemento-aos-dicionarios-da-lingua-portuguesa/?page\\_number=39#dic-viewer](https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-brasileiro-para-servir-de-complemento-aos-dicionarios-da-lingua-portuguesa/?page_number=39#dic-viewer). Acesso em 15 de nov. de 2021)

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. (Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/dicionario-da-lingua-portuguesa-recompilado-dos-vocabularios-impresos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/?q=fruto> . Acesso em 15 de nov. de 2021)

SILVA NETO, Serafim da. **Textos medievais portugueses e seus problemas**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.



# MANUSCRITOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: DA ESCOLHA E PREPARAÇÃO DA FONTE ÀS POSSIBILIDADES DE ESTUDOS DO LÉXICO

---

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto  
Universidade Federal do Oeste da Bahia

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima  
Universidade Federal de Mato Grosso

*O estudioso do léxico, que pode ser o próprio filólogo, precisa, ao considerar uma dada língua, em qualquer sincronia, ter como ponto de partida, para a realização dos seus estudos, um texto fidedigno (Almeida, 2006, p. 229-230).*

## PALAVRAS INICIAIS

Todo “estudioso do léxico” que preze pelo trabalho que deseja realizar deve ter ciência e consciência da importância da escolha da fonte, de preferência, preparada com rigor filológico, a fim de ter segurança e sentir-se seguro para utilizá-la como *corpus* da sua pesquisa, caso contrário, como atesta Almeida (2006, p. 229-230), o pesquisador corre o risco de “arruinar os resultados alcançados com a sua pesquisa”, o que, de fato, não é e nem deve ser o desejo de nenhum cientista.

Apesar de não serem recentes, os estudos do léxico vêm adquirindo inegável notoriedade neste século, a partir de pes-

quisas desenvolvidas em variados centros de investigação científica, a título, por exemplo, das universidades brasileiras, nas quais variadas dissertações de mestrado, teses de doutoramento e demais pesquisas, frutos de projetos e de pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa, têm sido publicadas nos bancos de dados das respectivas universidades e em periódicos científicos, o que vem demonstrando o quão profícuo é o campo de investigação do léxico de uma língua natural.

Especificamente, no Brasil, temos acompanhado o desenvolvimento de trabalhos inseridos na Lexicologia, na Lexicografia e na Terminologia, ciências que têm como objeto de estudo e análise o léxico. Ademais, o que tem despontado nos últimos anos são inúmeras possibilidades de estudos do léxico, a partir de *corpora* distintos, dentro dos quais encontram-se manuscritos produzidos nos séculos XVIII e XIX, em Mato Grosso e na Bahia, e preparados para fins linguísticos, neste caso, para estudos do léxico.

Partindo disso, neste texto, o nosso objetivo é apresentar possibilidades de estudos do léxico, a partir de manuscritos produzidos em épocas passadas e editados semidiplomaticamente pelas autoras deste capítulo.

Buscando ter êxito nesse pleito, abordamos nas seções que se seguem as ciências do léxico, a escolha e preparação filológica de documento(s) a ser(em) estudado(s), bem como uma amostra de possibilidades de análise do léxico em manuscritos dos séculos XVIII e XIX e as nossas considerações, até então, finais, seguidas das referências que utilizamos para a elaboração deste texto.

## **SOBRE AS CIÊNCIAS DO LÉXICO: ALGUNS COMENTÁRIOS**

Que o léxico seja considerado um sistema aberto, múltiplo e infinito de palavras “gramaticais e lexemáticas” (Abbade, 2006) e o nível linguístico mais extralinguístico que existe não restam dúvidas, entre os seus teóricos. Do mesmo modo, para se estudar o léxico, o pesquisador adentra na história e na cultura de um povo, através do uso que este faz da língua (Abbade, 2006), justamente por ser esta resultado do pacto social que os seus falantes fazem entre si.

Entretanto, esse tipo de declaração, pautada no fato de serem os estudos da língua e do léxico realizados há bastante tempo, induz-nos a pontuar que, como descreveram Abbade (2006), Nunes (2010) e Orsi (2012), a partir das primeiras anotações acerca do léxico, este passou a ser objeto de estudo na Índia e no Ocidente, quando a morfologia das palavras passou a ser estudada, no século IV a.C., e quando a confecção de dicionários e o estudo da palavra na perspectiva filosófica foram realizados, no século XVIII.

Desde então, os trabalhos recentes voltados para os estudos do léxico têm destacado a intrínseca relação entre léxico, cultura e sociedade, já que toda a nomeação e escolhas lexicais se dão a partir da cultura de um dado povo do presente ou do passado, do Brasil ou de fora deste, que leva em consideração, na constituição do seu léxico e das suas lexias, a dicotomia, cunhada por Saussure ([1916] 1970), significante e significado, este último definido a partir de fatos da cultura da sociedade que o sancionou.

Desta feita, ao focalizar como objeto de estudo o léxico, as suas ciências determinam como foco de análise o signifi-

cante e/ou o significado, tendo-se em vista que a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, no Brasil, atêm-se ao estudo de lexias, que compõem uma língua natural. Em outros termos e de forma sumarizada, enquanto a Lexicologia “[...] estuda as palavras de uma língua em todos os seus aspectos [...]” (Vilela, 1994, p. 9), a Lexicografia dedica-se à coleta sistemática do léxico e à elaboração e confecção de dicionários, e a Terminologia, por sua vez, “[...] possui seu objeto primordial definido: o termo técnico-científico. É esse objeto que marca a identidade da área, embora a fraseologia especializada e a definição terminológica também tenham passado a integrar seus horizontes de pesquisa.” (Krieger; Finatto, 2016, p. 20).

Compreende-se, portanto, que a Lexicologia e a Lexicografia estudam o léxico geral e a Terminologia o léxico especializado (Biderman, 2001b), já que é “[...] uma disciplina autônoma e multidisciplinar, situada na convergência da linguística, da lógica, da ontologia, das ciências da informação e das diferentes áreas do conhecimento científico” (Krieger; Finatto, 2016, p. 20).

Logo, para se estudar o léxico de uma língua, deve-se conhecer os objetivos e os campos de aplicação de cada uma das suas ciências e, a depender dos fins pretendidos, traçar os caminhos que levarão o pesquisador a acessar, levantar, inventariar, analisar, descrever e catalogar as lexias constantes nos *corpora* selecionados. Assim, nitidamente observamos que esses caminhos, passíveis para o trabalho com documentação manuscrita nos séculos XVIII e XIX, partem do acesso que o filólogo/ lexicólogo/ lexicógrafo/ terminólogo tem, a partir da língua, do texto.

Para isso, contudo, tais especialistas podem adotar duas vias de trabalho possíveis: ou seleciona textos, cujas edições sejam fidedignas, para a realização das suas pesquisas ou, quando não há ou quando não se tem confiabilidade nas edições disponíveis, o estudioso do léxico, que pode ser o próprio filólogo, prepara o texto, a partir da sua reprodução, para fins linguísticos, mais especificamente para os estudos do léxico.

Antes de preparar a edição do texto, é necessário, porém, destacarmos o quão determinante é, para o trabalho do filólogo/ lexicólogo/ lexicógrafo/ terminólogo, a escolha da fonte, que será, depois de reproduzida, estudada lexicalmente. Sobre isso, na próxima seção, apontamos a Filologia/Crítica Textual na preparação de edições confiáveis para fins linguísticos e alguns pontos importantes quando da escolha da fonte primária para a realização de pesquisas em Linguística.

## **SOBRE A ESCOLHA DA FONTE, O CORPUS**

Antes de se proceder à escolha da fonte, o pesquisador precisa, caso necessite ou opte pela sua edição, ter profundo conhecimento de ciências como a Filologia/Crítica Textual, Paleografia, Codicologia, Diplomática e História (contexto histórico) em que o manuscrito foi produzido, tendo-se em vista que, a partir daqueles saberes especializados, a preparação da fonte tem maior probabilidade de ser útil e confiável para fins linguísticos.

Para atender a essa finalidade, Toledo Neto (2020, p. 192-208), ao listar “normas de transcrição para textos manuscritos do passado”, conduz-nos à reflexão de que o texto manuscrito, objeto de estudo,

[...] pode ser dividido em três diferentes níveis de exame:

**Nível material:** suporte material e tintas;

**Nível formal:** roupagem paleográfica (forma e realização das letras, diacríticos, pontuação etc.) e gráfica (grafos, alógrafos, diacríticos, pontuação etc.), assim como as repercussões do nível gráfico na representação fonética e morfológica de variantes históricas e dialetais das palavras.

**Nível substancial:** níveis morfossintático, **lexical** e semântico de um testemunho.

O estudo do texto a partir dessa tríplice divisão deve ser feito sempre a partir do pressuposto de que o texto (assim como seus testemunhos) é produto de um **ambiente sócio-histórico e cultural determinado.**” (Toledo Neto, 2020, p. 192-193, grifos nossos).

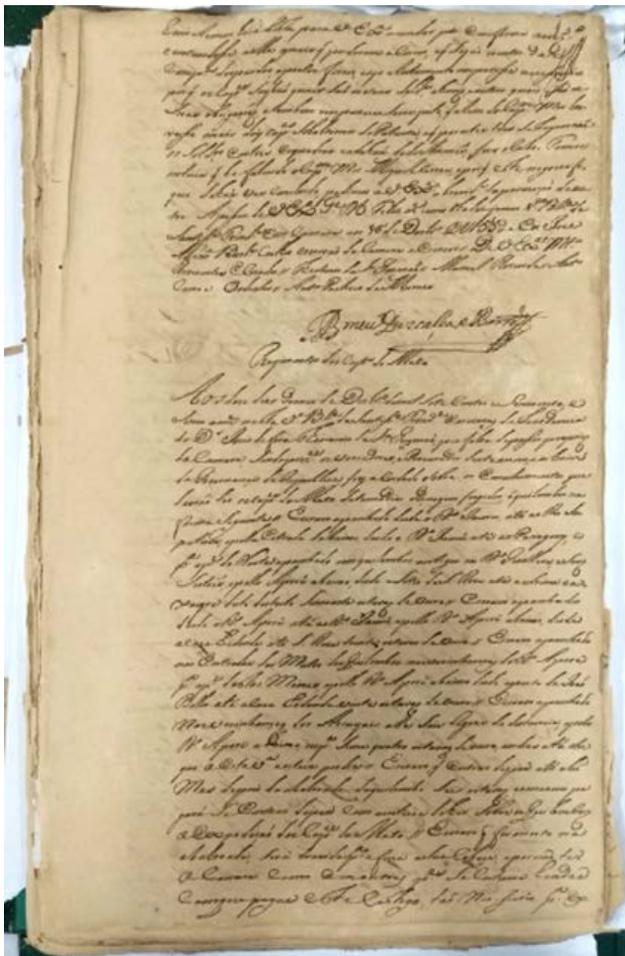
Logo, a materialidade, a formalidade e a substância são traduzidas como os conhecimentos codicológicos, paleográficos, morfossintáticos, lexicais e semânticos necessários para o estudioso, que se dedica ao manuscrito, visto como “produto” de uma história, de uma cultura e de uma sociedade determinadas. Nesse sentido, tais saberes são uma condição *sine qua non* para o efetivo exercício de preparação da fonte de estudo.

Assim, ao refletir sobre quais aspectos levar em consideração ao escolher uma fonte, o pesquisador deve, em primeiro lugar, decidir sobre o tipo de fonte a ser selecionada e o objeto, aos quais se designam a pesquisa. Nesse sentido, duas perguntas tornam-se de extrema relevância: O que queremos com a fonte? Temos acesso ao original ou a cópias?

De acordo com Spaggiari e Perugi (2004, p.18-19), a cópia manual de documentos foi realizada até meados do século XV, era o meio pelo qual os homens transmitiam e preservavam, para a posteridade, o patrimônio cultural da nossa civilização no que diz respeito a inúmeros campos do conhecimento como, por exemplo, a ciência, a religião, a política, a literatura, a história etc. No que se refere ao que consideramos como original, os autores afirmam que “[...] o original, no sentido material, pode ser escrito pelo próprio autor (autógrafo) ou escrito sob controle direto dele (idiógrafo)” (Spaggiari; Perugi, 2004, p.18-19).

Para este trabalho, contudo, dedicamo-nos a dois tipos de fonte manuscrita do século XVIII, que serviram como *corpus* de pesquisa. A primeira, sendo uma fonte manuscrita pertencente ao acervo do Arquivo Público de Mato Grosso-MT, *Livro de registro de provisões, portarias, cartas expedidas e recebidas dos governos de D. Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho – 1751-1770*, tendo como fundo a Secretaria de Governo, e como série *Livro – C – 06 – Estante 01*, de onde trabalhamos com o Regimento dos Capitães do Mato (1755), documento pertencente a este livro de registros e exemplificado nas imagens 1, 2 e 3. A segunda fonte é composta de dois mapas históricos da Capitania de Mato Grosso (séc. XVIII), pertencentes ao Arquivo do Exército de Lisboa e apresentados nas imagens 4 e 5.

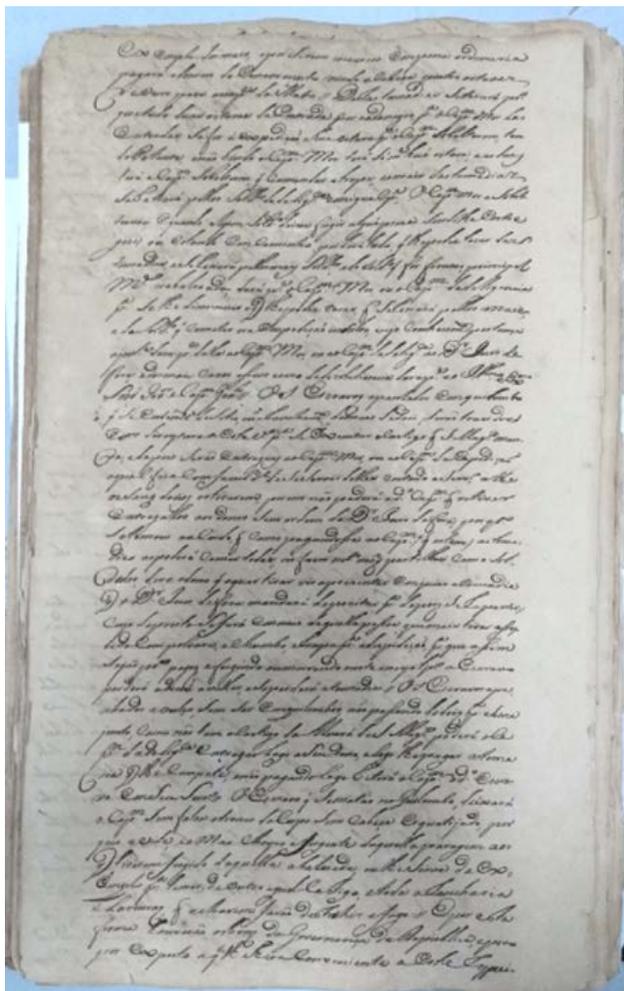
**Imagem 1:** Regimento dos Capitães do Mato (séc. XVIII)



Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso<sup>1</sup>

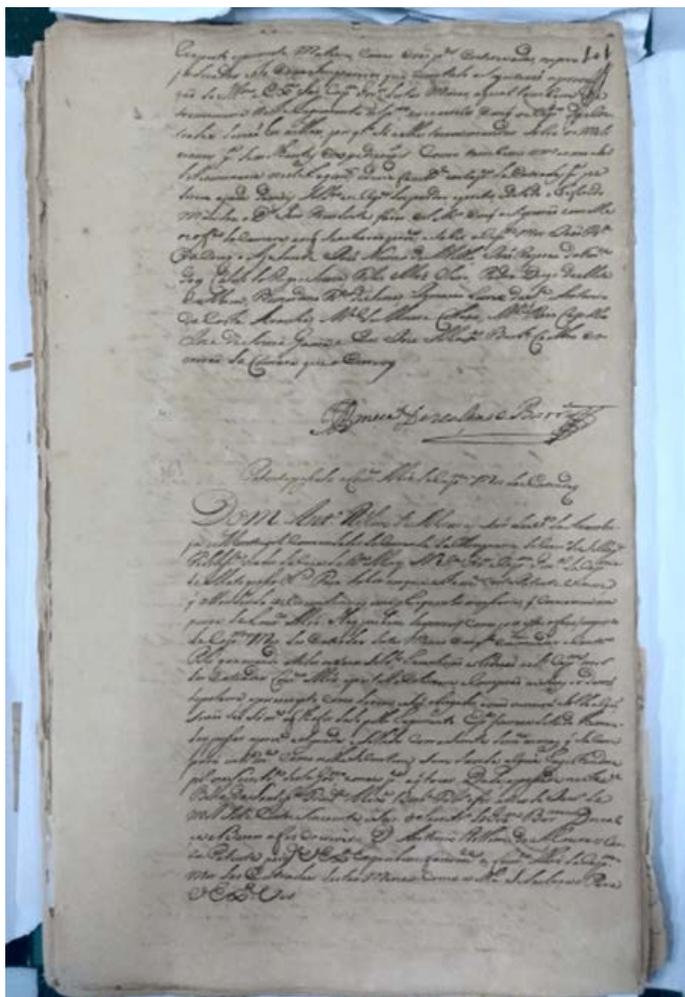
1 <http://atom.apmt.mt.gov.br/atom>. O referido manuscrito não se encontra digitalizado e disponibilizado no site do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, os fac-símiles aqui apresentados foram coletados em visita de estudo presencial e agendada, em 2019. Os fac-símiles apresentados neste trabalho foram coletados antes da Pandemia do COVID-19, que fez com que inúmeros estabelecimentos deixassem de atender presencialmente a partir de março de 2020.

**Imagem 2:** Regimento dos Capitães do Mato (séc. XVIII)



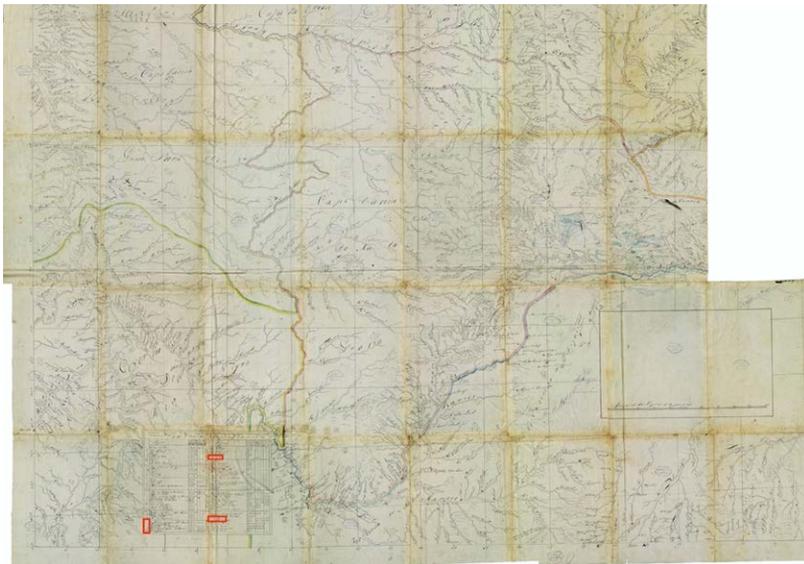
Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

Imagem 3: Regimento dos Capitães do Mato (séc. XVIII)



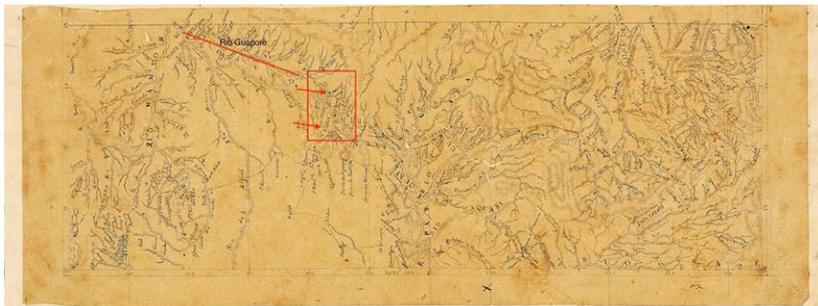
Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

**Imagem 4:** Mapa Histórico da Capitania de Mato Grosso (séc. XVIII)



Fonte: PT-GEAEM-10003-1-7A-95 (DIE) - Arquivo do Exército de Lisboa – Portugal<sup>2</sup>

**Imagem 5:** Mapa Histórico-Geográfico de Mato Grosso (séc. XVIII)



Fonte: PT-GEAEM-10003-1-7A-95 (DIE) - Arquivo do Exército de Lisboa - Portugal<sup>3</sup>

<sup>2</sup> <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt> Os referidos mapas fazem parte de um conjunto de mapas históricos pertencentes ao acervo do Arquivo do Exército de Lisboa, mas não estão disponibilizados em formato digital on-line e foram coletados em visita de estudo, feita em 2018, por Carolina A. O. Seixas Lima.

<sup>3</sup> Idem.

Respondendo à pergunta, anteriormente apresentada, o que queremos com essas fontes? Além de transcrever e editar o seu conteúdo histórico, é, também, apresentar os *corpora* relacionados a nomes de lugares da Capitania de Mato Grosso.

Para isso, analisamos filologicamente o manuscrito *Regimento dos Capitães do Mato*, escrito em 1755, na cidade Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso. No manuscrito estudado, o principal assunto, exemplificado nas linhas 8 a 12 do fôlio 1r “Escravo apanhado desde oRio Iauru até o Rio Se | petuva, epellaestrada debaixo desde o Rio Iaurú ate aoPara- goay, e | para a parte do Norte, apanhado nos quilombos anti- gos no Rio Guallera e seus | Sertões, epello Aporé abaixo, desde oSítio deSanta Roza ate a ultima ca | xoeyra deste destrito Sin- coenta oitavas deOuro. //”, é o acordo sobre os pagamentos, conforme a distância que os capitães do mato percorriam para capturar escravos fugidos.

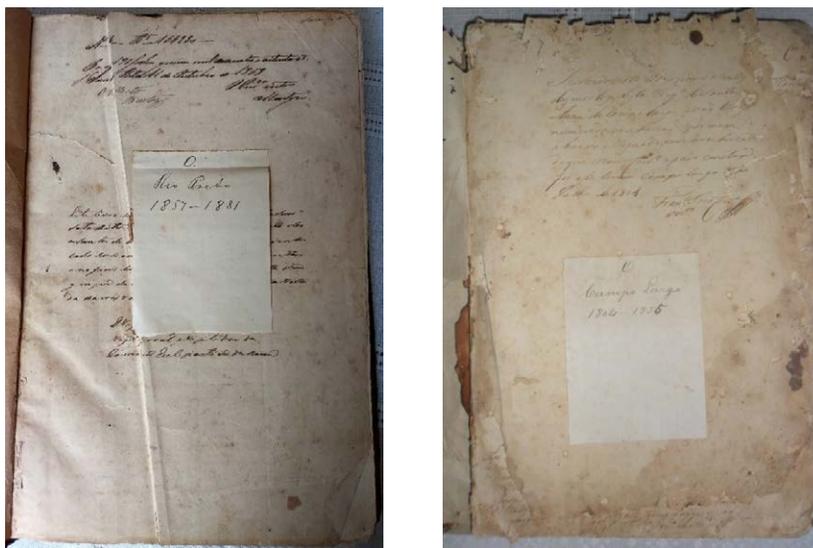
Para Spina (1977, p. 78), “[...] a fotografia do texto é o fac-símile, que reproduz com muita fidelidade as características do original: o formato, o papel, as ilustrações, as imagens, e até a cor e o tamanho”. O fac-símile selecionado para este estudo do *Regimento dos Capitães do Mato* possui três imagens, as quais serão numeradas da seguinte forma: fôlio 1r, para a primeira página, fôlio 1v, para a segunda e fôlio 2r, para a terceira. O manuscrito é iniciado na metade do primeiro fôlio e finalizado na metade do terceiro, e se localiza no *Livro de registro e provisões, portarias, cartas expedidas e recebidas dos governos de D. Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho (1751-1770)*.

Em relação ao século XIX, o que queremos é apresentar algumas das *causae mortis* que aparecem em duas fontes ma-

nuscritas, que foram selecionadas e editadas filologicamente. A primeira pertence à Freguesia de Santa Rita do Rio Preto, escrita entre 1857 a 1881, em tinta preta, do tipo ferrogálica, em 200 fólios, redigidos no recto e verso, por diferentes punhos, em papel com pauta, que compõe um livro com encadernação original. A segunda, pertencente à Freguesia de Santa Anna do Campo Largo, compreende o período de 1804 a 1855, escrita em tintas marrom e preta, dos tipos carbonada e ferrogálica, respectivamente, também trata-se de um livro com 200 fólios, escritos no recto e verso, em papel com pauta, com encadernação original e redigido por punhos distintos.

As duas fontes estão sob a guarda da Cúria Diocesana de Barreiras-BA que, gentilmente, concedeu-nos acesso à documentação do seu acervo, composto por um total de 191 livros, de localidades diferentes da região Oeste da Bahia. Em ambos os documentos o assunto abordado é a morte de pessoas, com nomes, raça, faixas etárias, filiação ou matrimônio, *causae mortis*, vestimenta, local de sepultura e data do registro de óbito diferentes, conforme exemplificado no excerto a seguir, retirado das linhas 23 a 30 do fólio 72r, lavrado em 1870, do Livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita do Rio Preto: “Bernardino, pardo, com dois mezes de idade e fi= | lho ligitimo de José Rodrigues de Macêdo ede Candida Ma= | ria de Jezus falleceu de pleuriz e emvolto em habito azul, foi | sepultado no cimiterio da Formosa aos vinte trez de Outu= | bro de mil oito sentos esetenta, edepois pôr mim simplis= | mente emcommendado: para constar mandei fazer | este assento em que me assigno”. A seguir, estão apresentados os primeiros fólios, termo de abertura, de cada um dos documentos.

**Imagem 6:** Termo de abertura dos Livros de óbitos das Freguesias de Santa Rita do Rio Preto e Santa Anna do Campo Largo-BA



Fonte: Acervo da Cúria Diocesana de Barreiras – BA

## A TEMPORALIDADE

A definição de temporalidade faz parte de uma base comum, o tempo, e está diretamente atrelada ao conceito de História (com inicial maiúscula) que, segundo Silva e Silva (2009, p. 182-185),

[...] está atrelada ao pensamento de Marc Bloch, para quem a História é a ciência dos Homens no tempo. E se tal definição de Marc Bloch não é consenso (visto que muitos discordam da cientificidade da História), pelo menos tem o mérito de incluir o tempo, esse sim, indispensável a qualquer definição de História. (Silva; Silva, 2009, p.184).

Nesse sentido, não podemos deixar de apresentar o conceito de tempo, adotado, neste trabalho, de Silva e Silva (2009, p. 390):

O tempo, como produção humana, é uma ferramenta da História, visível em instrumentos como o calendário e a cronologia. Cronologia é a forma de representar os acontecimentos históricos no tempo, o que exige um calendário e uma noção de contagem do tempo. Todas as civilizações possuem uma data que convencionam como o início do tempo e, logo, o início da história. Assim, contando a partir dessa data – que representa normalmente o início do mundo – demarcam os anos e os séculos, situando cada acontecimento. Nessa perspectiva, o calendário, o ano, o século e a cronologia são invenções da mais alta importância para a História como a entendemos hoje. Juntas compõem o tempo cronológico, medição adotada pelos historiadores. E, no entanto, cada cultura tem uma maneira específica de ver o tempo, muitas delas inclusive prescindindo do calendário. Dessa forma, nem todo tempo histórico é tempo cronológico, pois uma sociedade pode não registrar seus acontecimentos em uma cronologia, não possuindo uma organização de anos e séculos, sem que isso faça com que ela deixe de ter história. Nesse sentido, a História é a experiência humana pensada no decorrer do tempo, mesmo sem cronologia.

Portanto, devemos nos ater à ideia de que, para o historiador, o passado e o presente oportunizam a coleta de dados daquilo que há mais sólido em sua conjuntura, o tempo. De acordo com Reis (2006, p. 182), “[...] o ser do passado é a sua

‘representação’, que está situada no presente.” Para o mesmo autor (2006, p. 183) “[...] o que o historiador deseja é produzir um ‘conhecimento da mudança’, uma descrição do transcurso dos homens finitos em sua experiência de finitude, que ele considera paradoxalmente o único apreensível e cognoscível.”

Para os estudos filológicos há que se preocupar, no que diz respeito à temporalidade da fonte, ou seja, ao ‘tempo da produção humana’, e para isso o pesquisador deve indagar “como, quando, onde, por que e por quem a fonte foi produzida?” Essas perguntas servirão como um guia de pesquisa e coleta de dados para que o filólogo tenha condições de interpretar o *corpus* e dele definir os *corpora* que o levarão aos resultados de pesquisa.

## O CONTEXTO HISTÓRICO

Tanto aos estudos filológicos quanto aos históricos há a necessidade de que o pesquisador tome conhecimento do contexto histórico que cerca a documentação que serve de fonte de pesquisa. Nesse sentido, as circunstâncias em que a fonte foi concebida são de máxima importância para a sua interpretação. Para a Filologia, segundo Bassetto (2001, p. 43-62),

Circunstâncias são todas as variáveis que “estão ao redor” de algo. Situar um documento em seu contexto histórico, cultural, social e político pode facilitar a compreensão de sua mensagem, esclarecer tópicos e alusões, além de alinhar autor e obra segundo diversas correntes filosóficas, literárias, políticas etc. Aqui também se aplicam os critérios internos e externos. O local, em que uma obra

foi escrita ou no qual o autor viveu, pode ter considerável importância filológica. (Bassetto, 2001, p.53).

Em se tratando do contexto histórico dos manuscritos sobre a Capitania de Mato Grosso é importante frisar que a preocupação com a fronteira e a necessidade de proteger os limites de terras entre Brasil e as terras espanholas fez com que Portugal sentisse a urgência em enviar alguém que pudesse ser responsável pela ocupação do território que ia das fronteiras do Peru à Bolívia, na região do Rio Guaporé. Além disso, a descoberta de minas nessa localidade demonstrou a necessidade da criação de uma nova capitania.

De acordo com Siqueira (2002, p. 40), “A coroa portuguesa, considerando a distância das minas descobertas no extremo oeste da Capitania de São Paulo, resolveu criar uma nova: a de Mato Grosso, através da Carta Régia de 9 de março de 1748, nomeando, para governá-la, um nobre lusitano, D. Antônio Rolim de Moura”. Então, em 1752, D. Antônio Rolim de Moura chega a Vila Bela da Santíssima Trindade e a funda como a primeira Capitania de Mato Grosso. Como o manuscrito estudado possui a data de 12 de dezembro 1755, é nesse contexto que ele é escrito, três anos após a criação da Capitania.

Em relação aos manuscritos produzidos na região Oeste da Bahia, destaca-se que ambos os livros foram escritos, em sua grande maioria, por vigários das paróquias das respectivas Freguesias, que tinham como objetivo e função principal serem a instituição responsável pelos registros de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos dos habitantes daquelas localidades. Logo, em relação ao contexto histórico, tal documentação torna-se muito importante, tendo-se em vista que boa

parte daquelas localidades não possui ou tem desconhecida a documentação sobre a população daqueles lugares em épocas passadas, o que credita bastante relevância aos registros paroquiais do século XIX das cidades, que compõem a região Oeste da Bahia.

Especificamente, as fontes que estudamos se inserem em um contexto em que as relações e classes sociais acabavam ficando óbvias em algumas certidões de óbitos quando se tratava, por exemplo, do rito *pós mortem* de pessoas que eram economicamente favorecidas, pois as referências à importância daquela pessoa para a comunidade era maior do que as que eram registradas quando se tratavam, por exemplo, de pessoas que eram propriedade particular de terceiros, quer dizer, quando uma pessoa escravizada morria, na maioria das vezes, apenas o prenome, a faixa etária, o nome do seu dono e, em alguns casos, a sua cor e origem “africana” apareciam, informações que nos dão uma amostra de que o contexto histórico ainda era aquele em que as classes sociais menos favorecidas tinham um registro documental diferente de quem, por exemplo, era dono de fortunas, fazendeiro, proprietário ou de visibilidade para a comunidade.

## A TEMÁTICA DO MANUSCRITO

É de suma importância para qualquer pesquisa que o leitor se sinta situado quanto à temática que envolve o *corpus* analisado. Isso porque, segundo Bassetto (2001, p. 53), “[...] o conhecimento das fontes pode facilitar também o conhecimento e a compreensão do conteúdo do texto.” No que se refere ao

*corpus* da Capitania de Mato Grosso, trabalhamos com dois tipos de fontes manuscritas, como demonstradas anteriormente nas imagens 1, 2, 3, 4 e 5.

Nesse sentido, em se tratando do *Regimento dos Capitães do Mato*, Antônio Rolim de Moura assinou esse documento, preocupado com a fuga de negros escravizados:

Entre os anos de 1755 e 1756, a documentação registra a preocupação do capitão general da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, por ‘andarem tantos escravos no mato’, ou seja, com a quantidade de escravos negros fugidos. E, somente nesses dois anos, Rolim de Moura assinou um regimento dos capitães-do-mato, acordando sobre os ‘emolumentos que deviam ter os capitães do mato da tomadia dos negros fugidos e quilombos’ (Lordelo, 2010, p. 93).

Os pagamentos mencionados são as chamadas ‘tomadias’ que significavam a importância paga aos capitães-do-mato, pela captura de negros escravizados fugidos. A princípio, os pagamentos eram previamente acordados entre as partes interessadas [...] “só depois que a rebeldia dos escravos aumentou sobremaneira, [...] os pagamentos dos capitães-do-mato passaram a ser estipulados em tabelas, mediante Regimentos e outros atos expedidos por autoridades governamentais” (Goulart, 1971, p. 93 *apud* Baldo, 1980, p. 23).

Segundo Baldo (1980, p. 34), “Além da denominação de capitão-do-mato, os indivíduos que perseguiam escravos fugidos foram, durante o exercício de suas funções, designados de várias maneiras”, e Lordelo (2010, p. 92) informa as denomi-

nações encontradas para esses homens. Nos documentos de Mato Grosso, temos: “Nos livros de Registros do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, e nos Anais de Vila Bela encontramos as seguintes denominações: ‘capitão-do-mato’, ‘capitães soldados das entradas’, ‘capitães das entradas’, ‘oficiais e soldados do mato’, ‘capitão-mor’”.

Nas documentações do Oeste da Bahia, a temática abordada é, como dito anteriormente, a morte e o ritual *post mortem*. Sobre isso, na primeira fonte estudada, Barreto (2021) identificou, nos 80 fólios iniciais do livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita do Rio Preto, o número de pessoas registradas, o sexo, as *causae mortis*, e destas as que mais mataram pessoas, os locais de habitação e de sepultamento da maioria das pessoas, a cor/raça, classe social daqueles que tinham essas informações constantes nas respectivas certidões de óbitos, o que nos permite afirmar que muitas informações ainda estão passíveis de descoberta, principalmente se levarmos em consideração que, até este momento, nenhuma informação sobre a população daquela Freguesia se sabia. Logo, acreditamos que notícias semelhantes serão encontradas na segunda fonte selecionada, aqui apresentada e, em outros trabalhos, divulgadas.

## **A ESCOLHA DO TIPO DE EDIÇÃO E DA SUA FINALIDADE**

Na obra *Introdução à Crítica Textual* (2005), Cambraia nos esclarece que a escolha do tipo de edição e a sua finalidade estão diretamente relacionadas com a existência de edições anteriores e com o público-alvo. Assim, ao levar em considera-

ção esses dois quesitos, o filólogo deixa explícito quais são os objetivos pretendidos quando, por exemplo, opta por realizar uma edição semidiplomática, ao invés de uma diplomática, bem como qual o público deseja alcançar com a escolha de tal tipo de reprodução do texto.

Partindo disso, compreende-se a necessidade de escolher um tipo de edição apropriado para os objetivos que o pesquisador deseja alcançar, quer dizer, ao selecionar uma dada fonte, devem ser igualmente definidas as finalidades da pesquisa para que a escolha do tipo de edição seja feita, com base no planejamento, pensado, inicialmente, enquanto projeto que, ao ser colocado em prática, conduz o pesquisador ao seu destino final: a preparação da fonte para estudos linguísticos.

No caso do trabalho aqui apresentado, optou-se pela edição semidiplomática que garante a fidedignidade do texto, mantendo o registro linguístico da língua tal qual foi escrita à época, respeitando as fronteiras de palavras, mas desenvolve as abreviaturas para que leitores não especializados possam melhor compreender o texto em questão.

As normas de transcrição e edição adotadas, são inspiradas nas normas prescritas pelo PHPB, Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro<sup>4</sup>, das quais foram utilizadas apenas aquelas que nos auxiliaram no trabalho de edição do texto manuscrito.

---

4 <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao?authuser=0> (Acesso em: 06 nov. 2021)

## **SOBRE OS *CORPORA* ANALISADOS: PERSPECTIVAS DE ESTUDOS DO LÉXICO**

Muitos e variados são os documentos disponíveis em arquivos públicos e privados nos Estados da Bahia e de Mato Grosso. Dos que tivemos acesso em nossas pesquisas, o que temos verificado são as distintas possibilidades de estudos do léxico, a partir da edição realizada para cada texto. Antes, contudo, de apresentarmos algumas das propostas de estudos do léxico que temos pensado e desenvolvido nos nossos trabalhos, alguns dos quais em parceria com os nossos orientandos, é imperativo destacar, a título de exemplo, as possibilidades apontadas por Orsi (2012), Abbade (2011) e Biderman (2001a):

[...] na Lexicologia pode-se avaliar a questão dos campos semânticos; constituir uma rede de relações das palavras de um sistema linguístico; estabelecer a capacidade de ligação das unidades léxicas nos planos morfossintático, sintático e semântico e nos eixos paradigmático e sintagmático; estudar o conjunto de palavras de uma determinada língua ou de um grupo de indivíduos; fazer estimativas sobre o léxico virtual do ponto de vista diatópico (diferenças no espaço geográfico), diastrático (diferenças entre os níveis socioculturais) e diafásico (diferenças entre os diversos estilos) ou, ainda, sistematizar os processos de criação e renovação lexicais (Orsi, 2012, p. 171-172).

A Lexicografia pode servir de embasamento aos estudos lexicais, uma vez que fixa as acepções dos signos lingüís-

ticos e estados de língua diversos e as registra de modo mais sistematizado, podendo ser usada como referência das normas lexicais vigentes nas mais variadas épocas. Além disso, através da produção de obras lexicográficas, como dicionários, glossários e vocabulários, das mais diferentes ordens, como históricos, etimológicos, ortográficos, terminológicos etc., a Lexicografia favorece uma ampla e variada gama de pesquisas no âmbito da Lexicologia, a exemplo dos neologismos, arcaísmos, empréstimos linguísticos, regionalismos, etc. (Abbade, 2011, p. 2).

[...] a Terminologia se ocupa de subconjuntos do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano. Esses subconjuntos lexicais que constituem o objeto dessa ciência reportam-se ao universo referencial. Assim, a Terminologia pressupõe uma teoria da referência, ou seja, uma correlação entre a estrutura geral do conhecimento e o código linguístico correspondente (Biderman, 2001a, p. 160).

Como se pode observar, existem variadas e múltiplas possibilidades de estudos do léxico na Lexicologia, na Lexicografia e na Terminologia. Partindo disso, apresentamos, a seguir, algumas propostas de estudos do léxico em manuscritos dos séculos XVIII e XIX, produzidos por distintas mãos nos referidos Estados, pensadas para e durante a produção deste texto.

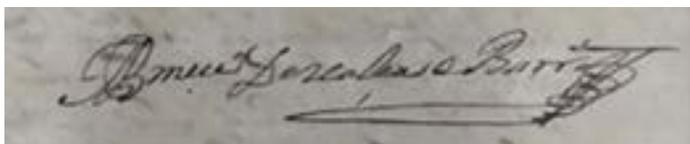
## MANUSCRITOS DO SÉCULO XVIII

Apresentados anteriormente, os manuscritos relativos à Capitania de Mato Grosso foram coletados no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e no Arquivo do Exército de Lisboa (Portugal) dos quais apresentamos, a seguir, os recortes representativos dos *corpora* de análise.

Para Bassetto (2001, p. 51), “[...] autenticidade diz respeito à autoria do texto, que se dirá autêntico se realmente for do autor ao qual se atribui”. Porém, em algumas situações, como nos casos dos manuscritos, a autoria verdadeira não está presente de forma óbvia no texto, logo “[...] a autoria, sobretudo no caso dos manuscritos, frequentemente não é clara; havendo qualquer dúvida, cabe ao filólogo a tarefa de resolvê-la.” (Bassetto, 2001, p. 51).

No caso do *Regimento dos Capitães do Mato*, a autenticidade se encontra na última linha do manuscrito (linha 18, fólio 2r.), onde duas informações aparecem ao lado de uma assinatura, na ordem seguinte: A abreviatura Bmeu corresponde ao nome Bartolomeu Descalça e Barros, e, por fim, aparecerem as cetras (rabiscos que costumavam acrescentar às assinaturas). A imagem a seguir mostra a assinatura completa:

**Imagem 7:** Assinatura constante no *Regimento dos Capitães do Mato*



Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

Durante a edição, foi suposto que as letras “Bmeu” sobrepostas sejam as iniciais do nome do escrivão, pois ele está mencionado na linha 15 do terceiro fôlio, como em: “Eu Joze *Alexandre* Barboza Coelho escrivão da Camara que o escrevy” (linha 15, fôlio 2r).

A expressão “meu Descalça e Barros” pode ter relação com Bartolomeu Descalça e Barros, Secretário do Governo durante o ano em que o manuscrito foi escrito. Siqueira (2005, p. 23) informa sobre ele, “Bartolomeu Descalça e Barros, nomeado, a 29 de outubro de 1749, como Secretário do governo da Capitania de Mato Grosso durante a gestão do 1º capitão-general, D. Antônio Rolim de Moura (1748-1765)”.

Sobre o regimento, destacamos alguns do fôlio 1r, dos quais transcrevemos abaixo:

- Linhas 12 a 14: Escravo apanhado| desde oRio Aporé ate ao Rio Iaurú e pelo Rio Aporé abaixo, desde| acaza redonda até Santa Roza trinta oitavas deOuro.//
- Linhas 14 a 17: Escravo apanhado| nas entradas dos Matos dosQuilombos nasvezinhanças doRio Aporé| para aparte destas Minas, e pelo Rio Aporé abaixo desde oporto de Ioão| Bello até acaza redondavinte oitavas deOuro.//
- Linhas 17 a 20: Escravo apanhado| nasvezinhanças dos Arrayais ate seis legoas de distancia, epele| Rio Aporé abaixo, ou para Sima quatro oitavas deOuro, em dias até che| gar aesta Villa aoitava por dia.//

No que se refere ao estudo do léxico, para este trabalho destacamos dos manuscritos estudados alguns nomes de rios e lugares.



**Quadro 1:** Nomes de rios e lugares (séc. XVIII)

Fólios	Nomes de rios	Lugares
Fólio 1r, linha 8; linha 9; linha 13	Iauru; Iaurú	Arrayais/ rancharia/ lavouras
Fólio 1r, linha 8; linha 9	Sepetuva	porto de João Bello
Fólio 1r, linha 9	Paragoay	Sítio <i>Santa Roza</i>
Fólio 1r, linha 10	Rio Guallera	Quilombos antigos/ Matos dos quilombos
Mapa histórico	Guaporé	Vila Bella; <i>Vila do Cuyabá</i> ;
Mapa histórico-geográfico	Guaporé; Rio Galera	<i>Villa Bella</i>

Além dos rios, há outros lugares também mencionados. São eles: “quilombos”, os mais recorrentes no documento, presentes em todos os fólios, “cachoeira” (linha 11 e 12, fólio 1r.), “casa redonda” e “sítio Santa Roza” (ambos na linha 14, fólio 1r.), “porto João Bello” (linha 16 e 17, fólio 1r.) e “Arraiais” (linha 18, fólio 1r.).

Os locais “casa redonda” e “cachoeira” não foram localizados especificamente quais eram, nos estudos. Sobre os quilombos, aparecem na maior parte sem especificação, porém, na linha 15 do primeiro fólio, são descritos com uma informação sobre as suas localidades, sendo eles perto do rio Guaporé: “Quilombos nas vizinhanças do Rio Apore” (linha 15, fólio 1r.).

O trabalho com o *Regimento dos Capitães do Mato* aqui apresentado é apenas uma breve análise filológica do documento de 1755, escrito em Vila Bela da Santíssima Trindade. Durante a coleta de dados, encontramos um outro manuscrito com o título *Regimento dos Capitães do Mato* também assinado por Luiz Pinto de Souza Coutinho, em 02 de novembro de 1769, na Vila do Cuiabá. Mas, infelizmente, por conta da Pandemia

do Covid-19, o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso suspendeu o atendimento presencial, fato que não nos permitiu o acesso ao documento que serviria para confrontar as informações já analisadas.

Há muito a ser explorado com esse tema e nesse período histórico. Esta pesquisa foi resultante de um trabalho de iniciação científica, desenvolvido pela discente Bruna Corrêa Araújo e orientado pela docente Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, no Curso de Graduação em Letras, na Universidade Federal de Mato Grosso.

## MANUSCRITOS DO SÉCULO XIX

As fontes manuscritas apresentadas e pertencentes às Freguesias de Santa Rita do Rio Preto e Santa Anna do Campo Largo, e acondicionadas no acervo da Cúria Diocesana de Barreiras-BA, têm passado pelo tratamento filológico para, em seguida, serem estudadas lexicalmente. Sobre isso, discorreremos, a seguir, sobre o andamento das pesquisas com ambos os livros, tendo-se em vista que toda a análise linguística pretendida parte do uso de textos cuidados filologicamente.

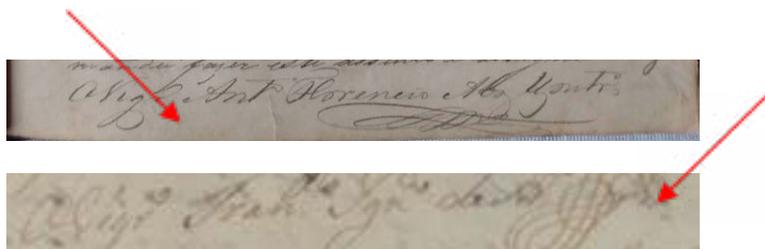
O livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita do Rio Preto teve os seus 48 fólios iniciais editados e estudados lexicologicamente pelo bolsista de Iniciação Científica Luiz Henrique de Oliveira França, em 2018/2019 (França; Barreto, 2019a; 2019b). Em seguida, Barreto (2021) deu continuidade à edição do referido livro, que já teve os seus 80 fólios iniciais estudados filológica e lexicalmente. Entretanto, devido às condições de degradação do manuscrito, Barreto (2021) optou por não ma-

nuseá-lo após o fólho 80r, tendo-se em vista que trata-se de um manuscrito de testemunho único, que ainda não foi digitalizado e que o manuseio dos demais fólhos poderia comprometer ainda mais a existência da referida fonte documental.

Em vista disso, iniciamos, em outubro de 2021, a edição do livro de óbitos da Freguesia de Santa Anna do Campo Largo, tendo-se em vista que o suporte material ainda suporta o seu registro fotomecânico. De ambos os livros, entretanto, algumas possibilidades de estudos do léxico são o estudo lexicológico das *causae mortis*, iniciado por França e Barreto (2019b) na primeira fonte, terminológico, mais especificamente das fraseologias constantes nas certidões de óbito, e antroponímico e toponímico, estes últimos ainda não iniciados no *corpus* selecionado pelo fato de estarmos trabalhando, primeiro, na edição dos textos, para fins de estudos lexicais.

Sobre as edições, os tipos escolhidos foram a fac-similar e a semidiplomática, já mencionadas anteriormente, e realizadas de acordo com os critérios estabelecidos por Megale e Toledo Neto (2005, p. 147-148). Sobre a autenticidade dos manuscritos, em ambos há, em algumas das assinaturas, laçadas ou cetras, que autenticam as informações apresentadas, conforme exemplificado na imagem a seguir.

**Imagem 10:** Assinaturas de Vigários nos livros de óbitos das Freguesias de Santa Rita do Rio Preto e de Santa Anna do Campo Largo, respectivamente



Fonte: Acervo da Cúria Diocesana de Barreiras – BA  
Fotografias: Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto

Em relação ao estudo do léxico, as lexias relativas às *causae mortis* que aparecem nos documentos são “catarrão, febre, pleuris, estupor, inflamação, moléstia interna, mal de sete dias, falecer da vida presente (para mortes sem causas aparentes), morte apressada, velhice” etc. Para o estudo dessas lexias, temos nos amparado teoricamente no método dos campos lexicais, sistematizado por Coseriu ([1977] 1991), sobre o qual não discorreremos neste texto, para não alongá-lo ainda mais.

De todo modo, o que verificamos é que há muito a ser estudado filologicamente e lexicalmente, principalmente quando se tratam de documentações produzidas e armazenadas nas recônditas cidades do interior do Oeste da Bahia, sobre as quais pouco ou nada se sabia, até o momento em que tivemos acesso àquelas. Ademais, neste texto, o que fica nítido é que os trabalhos aqui apresentados não se encerram, ao contrário, abrem caminhos e possibilidades para pesquisas dantes impensadas, já que não tínhamos conhecimento da existência de tais fontes históricas, que nos ajudarão a “reconstruir” as histórias das pessoas e das cidades há muito esquecidas ou pouco conheci-

das na referida região, na Bahia, em Mato Grosso e no Brasil. Além disso, os resultados dessas pesquisas contribuirão para a perpetuação das informações constantes nos manuscritos analisados e para o estudo da nossa língua, ainda pouco conhecida, quando se tratam de textos escritos por pessoas e em localidades distantes das grandes capitais brasileiras.

## **PALAVRAS (POR ENQUANTO) FINAIS**

Ao decidir realizar pesquisas lexicais, tendo-se como *corpora* fontes manuscritas históricas, o pesquisador lida, inicialmente, com o desafio de julgar e de decidir se tomará como fonte de pesquisa uma edição realizada por terceiro(s) ou se o próprio pesquisador, na dúvida sobre a confiabilidade da edição a que teve acesso, fará a sua própria edição, preparada para estudos linguísticos e a partir de conhecimentos técnicos do pesquisador do léxico que, neste caso, deverá ser, também, um filólogo.

Dessa decisão resultará um trabalho com credibilidade ou não, já que a escolha de um *corpus*, cuja edição seja confiável torna-se primordial. Logo, apesar dos estudos lexicais não serem recentes, nas últimas duas décadas, os estudos do léxico têm ganhado notoriedade no cenário científico, principalmente por conta dos avanços nesse campo do conhecimento, o que tem gerado um leque de possibilidades de estudos do léxico, a partir, especialmente, de fontes históricas, preparadas filologicamente.

Nesse cenário inseriu-se este texto que teve como objetivo discutir a importância e quais critérios levar em consideração

quando da escolha da fonte de pesquisa. Nesse pleito, dialogamos sobre temporalidade, contexto histórico, temática, escolha do tipo de edição e da sua finalidade para, em seguida, apresentarmos alguns documentos dos séculos XVIII e XIX, que temos trabalhado filológica e lexicalmente, mostrando e abrindo possibilidades de estudos lexicais com base em documentos históricos de Mato Grosso e da Bahia.

Ao finalizar este texto, contudo, ao invés de apontarmos soluções, abrimos caminhos para outras pesquisas subsequentes às nossas e novas possibilidades de pesquisas lexicais com documentos ainda não encontrados ou estudados em outros tantos longínquos lugares do interior do Brasil. Assim, deixamos abertas as portas para novas pesquisas, disseminadas em outros meios de divulgação e em outros textos, por nós e/ou pelos pesquisadores que nos leem, a serem escritos, em outros momentos e oportunidades.

## REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. *In*: TEXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 213-225.

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. Filologia: Uma linha para a lexicologia tecer os seus pontos. *In*: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (org.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 228-239.

BALDO, Mário. **O capitão-do-mato**. 1980. 137p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27033/D%20%20>

BALDO%2c%20MARIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BARRETO, Josenilce Rodrigues de Oliveira. Estudo filológico de um livro manuscrito oitocentista do Oeste da Bahia. In: LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas; BARRETO, Josenilce Rodrigues de Oliveira (org.). **Estudos filológicos em Estados brasileiros**. Belo Horizonte, MG: Tradição Planalto, 2021. p. 77-94.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: Edusp, 2001.

BIDERMAN, Maria Thereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMT, 2001a. p.13-22.

BIDERMAN, Maria Thereza Camargo. Terminologia e Lexicografia. **TradTerm**, São Paulo, n. 7, p. 153-181, 2001b.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSERIU, Eugenio ([1977]). **Princípios de semântica estrutural**. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1991.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos e documentos luso-brasileiros, séculos XVI ao XX**. 5 ed. rev. e aum. Curitiba: CRV, 2019.

FRANÇA, Luiz Henrique de Oliveira; BARRETO, Josenilce Rodrigues de Oliveira. Edições fac-similar e semidiplomática de um livro de óbitos novecentista de Santa Rita do Rio Preto-Ba. **Philologus**. Rio de Janeiro, CIEFIL, ano 25, n. 73, p. 110-129, jan./abr. 2019a.

FRANÇA, Luiz Henrique de Oliveira; BARRETO, Josenilce Rodrigues de Oliveira. Enveredando pelo léxico: algumas incursões sobre as causa mortis presentes em um livro de óbitos novecentista do Oeste baiano. **Philologus**. Rio de Janeiro, CIEFIL, ano 25, n. 74, p. 137-158, maio/ago. 2019b.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso**: Fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796). 2010. 128p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em: <[http://ppghis.com/ppghis/biblioteca-virtual-2/dissertacoes/download/5\\_dissertacoes/176-escravos-negros-na-fronteira-oeste-da-capitania-de-mato-grosso-fugas-capturas-e-formacao-de-qui-lombos-1748-1796.html](http://ppghis.com/ppghis/biblioteca-virtual-2/dissertacoes/download/5_dissertacoes/176-escravos-negros-na-fronteira-oeste-da-capitania-de-mato-grosso-fugas-capturas-e-formacao-de-qui-lombos-1748-1796.html)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Silvio Almeida (org.). **Por minha letra e sinal**: documentos do ouro do século XVII. Cotia, SP: Ateliê Editorial/FAPESP, 2005.

NUNES, José Horta. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica (org.). **Introdução às ciências da linguagem**: A palavra e a frase. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 149-172.

ORSI, Vivian. Lexicologia: O que há por trás do estudo das palavras?. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (org.). **Ciências da Linguagem**: O fazer científico? v. 1. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2012. p. 163-177.

REIS, José Carlos. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Trajetória do Tribunal de Justiça de **Mato Grosso: 130 anos**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 20-23.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual: história, metodologia, exercícios**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.

SPINA, S. **Introdução à Edótica: crítica textual**. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. **Travessias interativas**. São Cristóvão/Sergipe, v. 10, n. 20, p. 192-208, 2020.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia portuguesa**. Coimbra: Almeida, 1994.



# EDIÇÃO DE TEXTOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA NEGRA

---

Eliana Correia Brandão Gonçalves  
Universidade Federal da Bahia

## INTRODUÇÃO

Na agenda política e cultural, cada vez mais é observada a urgência do resgate e da democratização de fontes históricas sobre a escravidão que registram os rastros de resistência negra, em variados suportes, em contraposição aos discursos de ódio e de hierarquização étnico-racial, cultural e linguística, que, infelizmente, tem marcado o cenário brasileiro, durante séculos, na tentativa de invisibilizar a história e a cultura afrodiaspóricas. Contemporaneamente, com as mudanças epistêmicas, são observadas iniciativas de reconhecimento e inclusão da pluralidade do nosso país e de partilhas de memórias da população negra, que possam viabilizar diálogos para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e o combate ao racismo.

Nessa reescrita da história, o estudo de fontes reverbera as reminiscências das lutas de africanos e afrodescendentes pretos e pardos por direitos e conquistas sociais e contra as raízes perversas da escravidão na nossa história, com seus contextos, variações e especificidades. Nesse cenário, são apresentados alguns interrogantes: Qual a importância do comprometimento ético, político e histórico do editor, na es-

colha do que editar? Diante dos ajustes, que se fazem necessários, em contextos de decolonialidade, por que não incluir em nossas agendas filológicas questões críticas de raça, gênero e classe, que reverberam nos textos editados da nossa história? Afinal, os textos que testemunham a escravização e a resistência são atravessados por diversas trilhas: as minorias sociais, as alteridades, os territórios, as etnias, os gêneros, as classes, as afetividades, os corpos e as línguas.

Pelo seu olhar crítico, articulado com a Historiografia, a Filologia conecta-se às questões sobre memórias que são acedadas pela tradição, pela materialidade textual e pela ativa leitura filológica decolonial dos documentos remanescentes do período colonial e pós-colonial, marcados por narrativas de violências, coletivas e individuais, no âmbito dos grupos e dos sujeitos subalternizados e silenciados na história.

Nesse caminho, o estudo enfatiza a metodologia das abordagens filológicas e das tradições discursivas presentes em requerimentos com petições demandadas pela população negra. Para refletir sobre a questão, parte-se da edição semidiplomática e do estudo linguístico de Requerimento de Faustina Correia, mulher preta que cumprira sentença em Lisboa, à rainha [D. Maria I], solicitando o seu regresso à capitania da Bahia. Atribuído ao século XVIII e depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, o documento está disponível na Fundação Biblioteca Nacional, que é depositária oficial de vários manuscritos referentes à história do Brasil e da Bahia.

## EDITAR TEXTOS HISTÓRICOS

A práxis mediadora e democratizadora da Filologia tem por objetivo a curadoria de textos, manuscritos, impressos, datiloscritos ou digitoscritos, produzidos no passado e no presente, centrando-se na edição e na divulgação desses textos, por meio da leitura crítica de suas materialidades, suas histórias, seus aspectos linguísticos, suas escritas e dos agentes envolvidos na sua produção, transmissão, circulação, recepção, conservação e guarda.

O trabalho de editar é uma atividade crítica, ativa e de reconstrução, que mobiliza soluções diferenciadas, adotando critérios teórico-metodológicos, de acordo com a diversidade textual, finalidade da edição e o público-alvo. O termo Filologia traz na sua essência a polissemia, sendo marcado por pluralidade de acepções, vertentes, objetivos e métodos. Entre os variados conceitos de Filologia discutidos por Castro (1995), destacamos:

“[...] o estudo das técnicas e dos materiais que serviram à produção escrita de um texto, quer se trate de um autógrafa quer das suas cópias; o estudo das condições históricas (sociais, económicas, biográficas) que rodearam e influenciaram a produção do texto e o estudo dos seus itinerários e lugares de pouso (coleções particulares, arquivos, bibliotecas); o estudo da sua conservação, mutilações e restauros; o estudo, no caso das cópias, do número, condições e protagonistas dos actos reprodutórios. Além de tudo isto, que tem a ver com o texto como objecto físico, e de um inevitável interesse pelas com-

ponentes gráficas, gramaticais, lexicais e discursivas do texto [...] e possivelmente a mais visível de todas, estudar as técnicas de publicação moderna do texto e preparar as respectivas edições.” (Castro, 1995, p. 604).

A prática filológica embasa-se na constituição de *corpora* de textos, que reavaliam e ressignificam a história das práticas de resistência da população negra no Brasil, em seus variados modos de violências, confrontos e tensões, políticas e culturais – reiterando o papel ativo da Filologia.

Para Marquilhas (2009, [p. 1]), a Filologia, articulando-se ao seu objetivo primordial o “[...] estudo do texto escrito segundo a perspectiva da sua produção material [...]”, centra-se em recriar as “[...] coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito”. No contexto dos documentos históricos, a ação de editar considera a descrição e estudo material, com indicação do gênero textual ou tipo documental; análise das características escriptográficas; a apresentação de comentários do editor; e a explicação dos contextos históricos de produção, circulação e recepção, visto que o sentido de qualquer texto depende também das formas que eles chegam aos leitores. Nesse viés, são adotadas etapas e normas criteriosas para apresentação da edição do texto propriamente dito, que são compartilhadas com o público e, por vezes, é realizado um estudo linguístico do texto, em alguns casos a partir da organização de produtos lexicográficos, como glossários ou vocabulários.

Desse modo, na interpretação dos dados materiais, linguísticos e históricos dos textos, em sua perspectiva crítica e

metodológica, a Filologia compreende cada produção textual como testemunho que resulta da ação do tempo, do espaço, da cultura, da política e das ideologias. Portanto, a leitura filológica de documentos históricos remete a etapas criteriosas de edição que perpassam pela reflexão sobre a história social do texto, os materiais disponíveis, a delimitação de critérios de edição, consoantes com o objetivo da edição, o público-alvo e a apresentação do texto editado propriamente dito (Gonçalves, 2018). Esses procedimentos vão requerer do editor o conhecimento da escrita do texto, do sistema ortográfico da época, além do sistema baquigráfico, visto que os documentos históricos apresentam diferenciadas abreviaturas.

Seguindo a perspectiva de análise filológica de Cano Aguiar (2000), um estudo filológico caracteriza-se por uma abordagem histórico-cultural, interpretativa e linguística dos textos, organizando diferentes modelos editoriais de acordo com os seus leitores, especializados ou não especializados, o tipo documental, a tradição textual, se monotestemunhal ou politestemunhal, e o perfil editorial de conservação ou de modernização das características linguísticas do texto, promovendo um diálogo ativo com as áreas de Historiografia, Linguística, Literatura, Arquivologia e Humanidades Digitais.

E, em um espaço de disputas de narrativas, reitera-se a contribuição da Filologia na decolonização de saberes e discursos, por meio da recuperação, divulgação e circulação de outras memórias e da preparação de edições criteriosas de textos, em variados suportes, reavaliando a escravização e as ações de luta do povo negro, que podem ser interpretadas como movimentos de resistência. Para Mignolo (2010), a de-

colonização é um processo de intervenção epistêmica que se desprende e se desvincula de projetos conceituais impostos e vinculados ao poder colonial, que sujeita colonizador e colonizado, subjetivando, invertendo e transformando as políticas do conhecimento, por meio de lutas políticas persistentes, a exemplo dos movimentos negro e indígena, contra o racismo, o patriarcalismo e as desigualdades sociais, e por outras éticas anteriormente negadas pela lógica colonial.

No estudo filológico dos textos sobre as vivências negras, as diversas situações textuais nos levam a atravessar fronteiras disciplinares e a propor interpretações que aliam categorias linguísticas e literárias à problematização político-discursiva dessas produções, pois acreditamos que, do ponto de vista filológico decolonial, precisamos desarquivar essas memórias, por vezes fraturadas e silenciadas.

## **PRÁTICA EDITORIAL, MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS TEXTOS DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA**

A prática editorial multiplica as perguntas sobre o nosso objeto, o texto, pluralizando o conceito de memória e de história, convocando os rastros dos sujeitos nas discontinuidades das marcas do tempo no texto, socializando produtos editoriais e permitindo a recriação e a circulação de outras narrativas, que venham a se somar na reconstrução e valorização de outras representações étnico-raciais e étnico-sociais.

O texto é ao mesmo tempo objeto material e caminho para o desenvolvimento da atividade filológica (Gumbrecht, 2007). Nesse viés, essa prática, ao mesmo tempo subjetiva e

político-cultural, de selecionar e editar os fragmentos textuais da história requer comentários filológico-históricos e comprometimento crítico sobre os modos de fazer, os modos de dizer, as formas de partilhar memórias e de ensinar as narrativas históricas.

O conhecimento das memórias negras arquivadas nos textos é indireto e indiciário. Desse modo, é preciso colaborar para garantir direitos à memória histórica, decifrando os rastros, preservando os sinais e as vozes discordantes e reavaliando os procedimentos adotados no decorrer da leitura filológica. No entender de Richard (2002, p. 194), na seleção, montagem e reconstrução da memória são deslocados “[...] os vestígios da experiência para novas *superfícies de inscrição*, para que se reformulem a partir das localizações do presente, abertas ao desafio de um aqui e agora [...], com o fim de criar novas trilhas e outras formas de atualização.

Cada texto tem a sua história, trazendo seus modos de dizer, de imagens dos lugares e de vivências de sujeitos conhecidos e anônimos, que figuram nas narrativas históricas sobre o Brasil. Portanto, seguindo essas reflexões, estudar filologicamente esses textos é também considerar a resistência e o protagonismo da população negra (Reis; Silva, 1989), no contexto imposto pela escravização colonial e pós-colonial.

O tema da escravização mercantil no Brasil tem ampla discussão em diversas áreas de estudo e, diante desse complexo sistema que se incorporou no cotidiano do nosso país, essa história foi narrada de diversas maneiras ao longo do tempo, a depender da perspectiva de estudo. Segundo Schwarcz e Gomes (2018):

[...] O país não só foi o último a abolir essa forma perversa de mão de obra nas Américas, como aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com escravos em todo o território. Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil.

[.] A escravidão – indígena e africana – esteve presente, de modo combinado e diverso, em várias partes do Brasil, e apresentou diferentes feições econômicas, culturais e demográficas.

Como se conectaram as várias margens africanas com as sociedades que se inventavam nas Américas e no Brasil desde o século XV? A resposta, que nada tem de imediata, leva a revolver as muitas e complexas margens africanas do tráfico atlântico; a organização dos reinos, impérios e microssociedades africanas desde esse século, bem como sua ligação com as Europas e as Américas. Significa, ainda reencontrar algumas sociedades africanas, descobrir suas lógicas organizacionais e desvendar meandros do comércio atlântico. [...] (Schwarcz; Gomes, 2018, , p. 21-22).

No prisma dos estudos pós-coloniais e sociohistóricos, é preciso destronar os discursos de exclusão e invisibilidade de raças e as relações ideológicas de poder que possibilitam e asseguram por exemplo a sobrevivência ou não de um documento. As fontes textuais revelam que, durante o período de colonial

e pós-colonial no Brasil, os corpos negros foram escravizados, desumanizados e cruelmente violentados.

Nessas dimensões e inscrições identitárias e ideológicas, considerando que o Brasil é um país composto por “uma sociedade mestiçada, mas também profundamente marcada pela presença africana (Schwarcz; Gomes, 2018, p. 21)” e a partir do labor editorial, a Filologia promove interlocuções entre a história do texto, a história político-cultural e a história da língua, buscando escavar, no discurso histórico registrado nos textos, o negado, o implícito, o silenciado, o invisibilizado, o apartado, o fraturado.

## **A EDIÇÃO DE REQUERIMENTO DO SÉCULO XVIII**

A edição viabiliza a circulação desses textos em outros suportes, na contemporaneidade, incentivando reflexões epistêmicas sobre as lutas e resistências da geopolítica do conhecimento sobre racismo no Brasil. Nessa trilha, vão sendo tecidas outras histórias e outras memórias, reiterando o lugar político, social, histórico e linguístico da Filologia na elaboração de edições fidedignas com critérios cuidadosos (Fachin, 2009).

Para fins de reflexão, é apresentada a edição do Requerimento setecentista de Faustina Correia, que mostra a condição feminina da mulher preta que cumprira sentença em Lisboa, à rainha [D. Maria I] solicitando o seu regresso à capitania da Bahia e pedindo que seja entregue o seu filho.

Para o estudo e a interpretação do texto, foi escolhida a edição semidiplomática, que tem perfil conservador. A edição semidiplomática é um produto editorial que apresenta o texto,

conservando as características linguísticas – como a ortografia e a pontuação – além de sua constituição gramatical e lexical. É um modelo editorial de mediação intermediária e bastante utilizado na apresentação de textos históricos monotestemunhais ou de um único texto de tradição politestemunhal, escolhido pelo editor. Nesse tipo de edição, as abreviaturas são desdobradas com grifo – itálico, negrito ou sublinhado – por se constituírem dificuldades para a leitura dos textos. Poderá também vir acompanhada de comentários ou notas editoriais.

Em relação às normas de transcrição de textos manuscritos do passado, para Toledo Neto (2020):

A decifração e a transcrição corretas de uma fonte manuscrita fazem parte das tarefas fundamentais do trabalho filológico. Quando prepara uma transcrição que posteriormente venha a compor uma edição, o filólogo pretende padronizar o seu modelo a partir de um conjunto de normas previamente estabelecidas. As normas têm de ser coerentes com o objetivo da transcrição e da sua divulgação. No caso de edições científicas de testemunhos únicos, que estabelecem e estudam o texto como documento de um dado período e cultura, esse objetivo parece-nos nítido: a composição de uma base textual em tipos gráficos – que procure resolver as dificuldades próprias da letra manuscrita e aquelas causadas por acidentes materiais, formais e substanciais do testemunho – para o estudo de especialistas que venham a tomar a transcrição daquele texto – a qual deve refletir a escrita do testemunho – como um ponto de referência fidedigno ao seu modelo.” (Toledo Neto, 2020, p. 193)

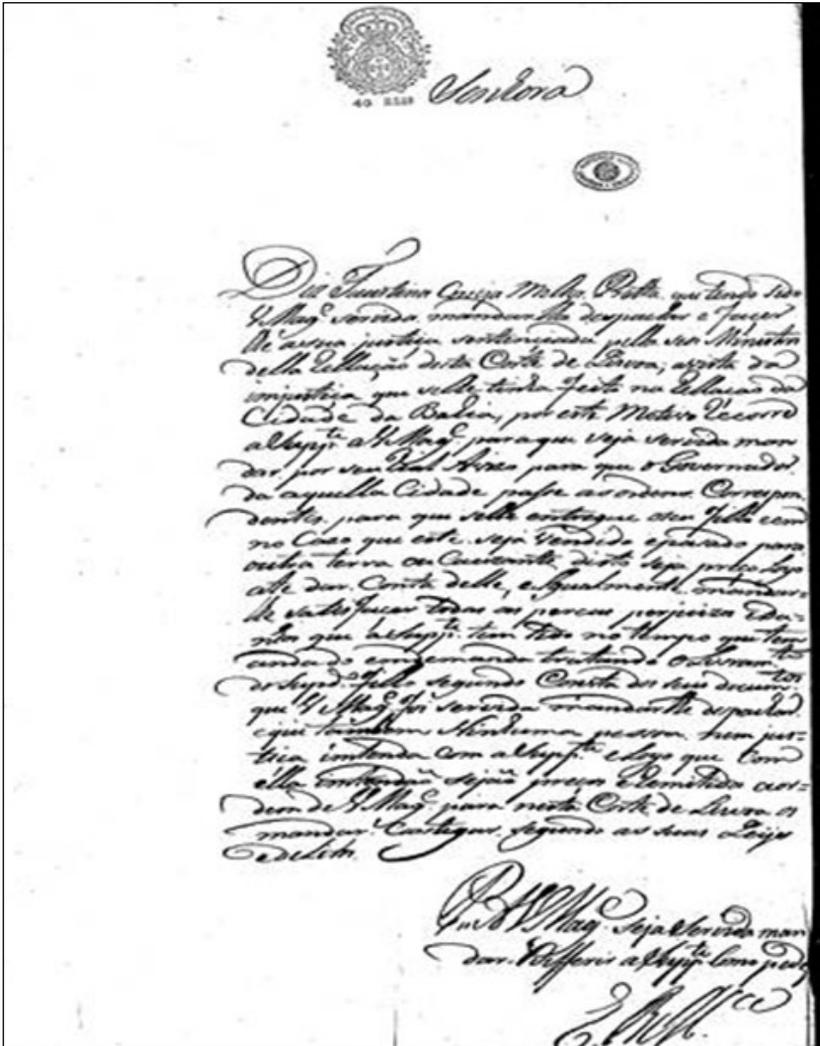
Desse modo, para transcrição conservadora dos documentos foram utilizadas as normas de transcrição e edição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (Cambráia; Oliveira; Megale *et.al.*, 2001):

Critérios da edição semidiplomática:

1. A transcrição será conservadora;
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba;
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “mandarlha”;
4. A pontuação original será rigorosamente mantida;
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração;
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original;
7. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada;
8. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer em nota de pé de página, informando-se a localização;
9. Intervenções do editor hão de ser raríssimas;
10. Letra ou palavra não legível justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível];

11. A divisão das linhas do documento original será preservada na edição. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: Ex.: ||1r.||, ||1v.||. A divisão das linhas do documento será preservada, ao longo do texto, de maneira justalinear.
12. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor, e será feita de maneira contínua por documento.
13. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados em nota de pé de página.
14. As palavras transcritas por conjectura serão marcadas por chaves.
15. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [*inint.*] para vocábulos e [*inint.* + n linhas] para a extensão de trechos maiores.

Figura 1 – Edição fac-similar do Requerimento de Faustina Correia



40 1528

Veneranda

De Faustina Correia Mello, Pósta, ou tendo sido  
Vossa Vossa mandando a despaçar e fazer  
de a sua justiça ordenando pela sua Mente  
della Cellação dita Corte de Leva, e pto da  
impostão que nella tinha feito na Cellação da  
Cidade da Bahia, por este Moteu Record  
alheji a Vossa para que seja verada man  
dar por seu Real Arca para que o Governador  
da aquella Cidade possa acordero Corrup  
cento, para que nella antigas deo yella com  
no Casa que este seja vendida e pncada para  
venda terra em Casimil deo seu pncipal  
este dar Corte delle, e Aguas deo. E mandando  
de castofusca todas as parcos porjeira deo  
nito que heheji. tem tto no tempo que tem  
canda e comenda de tto deo. E mandando  
de heji deo segundo Corte de seu deo.  
que y. M. deo deo mandando de pncada  
e qui tto deo. Mandando pncada. tem just  
tia imonda com alheji. e logo que com  
ello tto deo deo pncada e pncada deo.  
deon de y. M. deo para dita Corte de Leva e  
mandar Corte deo segundo as seus deo  
deleto.

Deo de y. M. deo para dita Corte de Leva e  
mandar Corte deo segundo as seus deo  
deleto.

Fonte: AHU-Baía, cx. 214, doc. 13. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 213, D. 15006

||1r.||

1

Senhora

Diz Faustina Correia molher Pretta que tendo sido  
Vossa Magestade servida mandar lha despachar e fazer  
lhe a sua justiça sentenciada pellos seos Ministros  
5 della Rellação desta Corte de Lisboa; a vista da  
injustiça que selhe tinha feito na Rellação da  
Cidade da Bahia, por este motivo recorre  
a Supplicante a Vossa Magestade para que seja servida man  
dar por seu Real Aviso para que o Governador  
10 da aquella Cidade passe as ordens Correspon  
dentes para que selhe entregue o seo filho e em  
no Caso que este seja vendido e passado para  
outra terra ou [sic] Causante disto seja preço logo  
ate dar conta delle, e Igualmente mandar=  
15 lhe satisfazer todas as percas, prejuízos e Da=  
nnos que a Supplicante tem tido no tempo que tem  
andado em demanda tratando o livramento  
do [inint.] filho segundo Consta dos seus documentos  
que Vossa Magestade foi servida mandarlhe despachar  
20 e que também nenhuma pessoa nem jus=  
tiça intenda com a Supplicante e logo que com  
ella intensão sejam preços e remetidos a or=  
dem de Vossa Magestade para nesta Corte de Lisboa os  
mandar castigar segundo as suas Leyes  
25 e delitos.

Para Vossa Magestade seja servida man  
dar Defferir a Supplicante como pede

*Espera Receber Merce*

- 
- 1 Marca de carimbo em forma de brasão, na margem superior central do fólio: “CAUZA PÚBLICA”.  
Abaixo do referido carimbo, registra-se: “40 REIS”.  
No ângulo direito, abaixo da unidade lexical Senhora: carimbo do “Arquivo Histórico Ultramarino”.

O Requerimento apresenta um fólio escrito no recto, pontuado e acentuado, com 28 linhas. Registra escrita cursiva, com algumas ligaduras, traçado com inclinação para a direita, com uma escrita que revela um escrevente com caligrafia regular e hábil com a arte da escrita. O documento encontra-se depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, série AHU-Baía, cx. 214, doc. 13, com registro AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 213, D. 15006. A imagem digitalizada do manuscrito está disponibilizada no microfilme do “Projeto Resgate Barão do Rio Branco – Capitania da Bahia”.

Na sua materialidade textual, o Requerimento não apresenta registro de datação tópica e cronológica nem assinatura da solicitante (autora da solicitação) nem a assinatura do autor material. No entanto, há o registro da datação tópica e cronológica em um documento que está anexado ao Requerimento, um Aviso, que apresenta o registro da datação com tipo caligráfico distinto do tipo caligráfico do escrevente do Aviso, onde se lê, no ângulo superior esquerdo “Bahia 1799 26 de Abril”. No corpo do Aviso entre as linhas 8 e 9, está registrada a datação “em 26 de Abril de 1799” (Aviso, 1799, . 1r, l. 9). O Aviso também apresenta o registro de assinaturas remetendo a Rodrigo de Souza Coutinho – nomeado para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, função que permitiu a sua visibilidade na historiografia dedicada às relações entre Portugal e Brasil, no final do século XVIII e início do XIX – e Nuno da Silva Tello.

Neste Aviso, destaca-se a importância de se remeter a petição da preta da Cidade da Bahia para despachar como tão bem ordena e que a condução da dita preta à Bahia seja por

conta da Real Fazenda (Aviso, 1799, f. 1r, l. 2-7). No texto, há ausência de dados relativos à sentença de Faustina Correia, para podermos examinar o motivo da condenação ao degredo, em Lisboa. Faustina, uma mulher como tantas outras mulheres, no contexto das memórias negras, que representa a vida de luta e resistência das mulheres em textos históricos do século XVIII, mesmo diante do enclausuramento, que a afasta de seu filho, do silenciamento, da invisibilidade e da violência, que mostram as relações de poder no contexto patriarcal de “dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2004, p.47) ”.

Na margem superior central do Requerimento, há uma marca de carimbo em forma de brasão, com a seguinte anotação, ao lado esquerdo do vocábulo *Senhora*: “CAUZA PÚBLICA”. Abaixo do referido carimbo, há outro registro, “40 REIS” e, no ângulo direito, abaixo da unidade lexical *Senhora*, há o registro de um carimbo do “Arquivo Histórico Ultramarino”.

Sobre as abreviaturas, considerando a classificação de Flexor (2008), foram localizadas três tipos de abreviatura no texto: *abreviaturas por suspensão ou apócope* – quando falta o final do vocábulo, mantendo-se a (s) letra(s) inicial(is). Ex.: V. =Vossa (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 3, 8, 19, 23, 26); *abreviaturas por letra sobrescrita ou sobreposta* – quando a letra inicial ou o prefixo da palavra são inseridos e, em suspensão, normalmente, escreve-se, acima de uma letra, no final, outra de menor porte, para indicar a supressão de letras intermediárias e a terminação da palavra. Exs.: Mag<sup>e</sup> = Magestade (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 3, 8, 19, 23, 26); Supp<sup>te</sup> = Supplicante (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 8, 16, 21, 27); “Supplicante” (f. 1r, l. 16); *livramento* (Requerimento,

1799, f. 1r, l. 17); docum<sup>tos</sup> = documentos (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 18); e *abreviatura por sigla* – quando a palavra é apresentada pela letra inicial. Ex.: Sigla ERM = *Espera Receber Merce* (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 28).

O Requerimento (1799) também apresenta registros ortográficos que testemunham esse período da ortografia, entre os quais:

1. Consoantes dobradas, duplas ou geminadas são observadas no documento: *-tt-*, *-ll-*, *-pp-*, *-nn-*, e *-ff-*. A recorrência a utilização dessas consoantes reafirma o período pseudo-etimológico da história da língua portuguesa: “Pretta” (f. 1r, l. 2); “pellos” (f. 1r, l. 4); “Rellação” (f. 1r, l. 5, ); (f. 1r, l. 8, 21 27); “Supplicante” (f. 1r, l. 16); “aquella” (f. 1r, l. 10); “delle” (f. 1r, l. 21 14); “ella” (f. 1r, l. 22); “ella” (f. 1r, l. 22); “Supplicante” (f. 1r, l. 8, 21 27); “Dannos” (f. 1r, l. 15-16); e “Defferir” (f. 1r, l. 27);
2. Uso de formas verbais, homógrafas e homófonas, de terceira pessoa do plural, através da terminação nasal *-ão*, conforme os exemplos: “imtendão” (f. 1r, l. 22); e “sejão” (f. 1r, l. 22);
3. Uso de *o* por *u*, como pode ser observado em “molher” (f. 1r, l. 2); “seos” (f. 1r, l. 4 ); e “seo” (f. 1r, l. 11), que mostram as diferenças vocálicas em relação à ortografia atual;
4. Utilização de *ç* por *z*, conforme visualizado em “façer” f. 1r, l. ); e “satisfaçer” (f. 1r, l. 15);
5. Uso de *de ç* por *s*, como pode ser visto em “preços” (f. 1r, l. 22); e “Defençor” (1r. L. 9);
6. Utilização de *i* por *e*, conforme registrado em “ninhu-ma” (f. 1r, l. 20);

7. Uso de *m* por *n*, como pode ser visualizado em “imten-  
da” (f. 1r, l. 21); e “imtendão” (f. 1r, l. 22);
8. Utilização de *d* por *t*, como pode ser observado em “im-  
tenda” (f. 1r, l. 21); e “imtendão” (f. 1r, l. 22);
9. Uso de *y* por *i*, conforme registrado em “Leyes” (f. 1r, l. 24).

## EDIÇÃO DE TEXTO E AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS

A análise filológica aliada ao aporte teórico das Tradições Discursivas, possibilita a identificação de componentes linguísticos recorrentes nos gêneros textuais que se traduzem em fórmulas linguísticas. Para tanto, na perspectiva das tradições discursivas, é relevante estudar a composição estrutural que se repete na escrita, a função comunicacional e o contexto situacional, pois os textos constituem o modo de ser das tradições discursivas, principalmente no contexto da administração pública.

A composição da tradição discursiva Requerimento é composta pelos modos de fazer e pelos modos de dizer do gênero textual que são marcados pela evocação e pela repetição de componentes lexicais e fórmulas fraseológicas, vinculadas às práticas históricas e socioculturais da escrita que são utilizadas como modelo pelos escreventes, no contexto da materialidade textual.

As repetições de usos linguístico-discursivos são recorrentes na prática habitual e sociocultural dos escreventes do século XVIII, em particular, na produção de Requerimentos localizados nos acervos da Biblioteca Nacional, instituição custodiadora de vários manuscritos referentes à história da escravidão no Brasil, e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU),

em Lisboa, que guarda os documentos recebidos, produzidos, registrados e acumulados pelos órgãos da administração militar, judicial e eclesiástica do império colonial português.

Desse modo, faz-se necessária a organização de edições conservadoras, a fim de que se possa analisar quais as fórmulas linguísticas adotadas pelos escreventes na composição desse modelo textual burocrático-administrativo, registrado em Requerimentos setecentistas do AHU, que foram produzidos pelo antigo e extinto Conselho Ultramarino (1642-1833), órgão da Administração Pública Portuguesa.

O documento é produzido para ser lido, portanto, são seguidas as trilhas da história dos sujeitos – solicitantes, escreventes, destinatários e leitores, nas narrativas históricas registradas no texto e nos contextos de produção socioculturais. Nesse viés, o gênero textual Requerimento é um produto da cultura e da história, que permite o acesso a fragmentos das memórias acessadas – por meio do aparato teórico-metodológico, adotado na leitura do documento – e norteia as escolhas e os objetivos do editor, ao eleger o texto a ser editado e o tipo de edição a ser democratizado.

Essa prática criteriosa fundamenta o labor editorial na escolha dos critérios de edição do texto para sua ampla divulgação, sinalizando ao leitor, quando se trata do texto e quando se trata de intervenções editoriais.

Na perspectiva da Diplomática, os documentos cumprem funções específicas, por intermédio de suas formas, portanto é preciso “aprender sobre as funções na medida em que eram realizadas por cada produtor de documentos” (Duranti, 2015, p. 209). Nesse caminho, requerimento é um documento di-

plomático, informativo, peticionário e ascendente (Bellotto, 2002), utilizado para fazer petições às autoridades e às instituições, com base na jurisprudência, no âmbito público. Suas origens estão na prática jurídica e, no geral, está vinculado a assuntos de natureza particular. Apresenta modelo regular com fórmulas linguísticas, lexicais e fraseológicas, e repetições, a fim de cumprir seu propósito expressivo e de vincular o texto com outros textos produzidos na mesma tradição textual, com estruturas formais que estão associadas às práticas de cultura escrita do século XVIII.

A linguagem é uma atividade humana norteadada historicamente por técnicas (Coseriu, 1979). Em vista disso, as Tradições Discursivas são resultantes do processo de mudança diacrônica de certas modalidades textuais que apresentam determinados elementos linguísticos identificados cronologicamente e contextualmente. Na leitura de Kabatek (2006), o modelo de Tradição Discursiva surge na Alemanha, no âmbito da Filologia Românica. Assim, a tradição discursiva é marcada pela repetição de elementos vinculados a um texto, a fórmulas textuais ou lexicais, a depender do contexto e da tradição do gênero textual. Para o autor,

[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de

enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados. (Kabatek, 2006, p. 505-506)

Ampliando as leituras, Oesterreicher (1996; 2007), Koch (1997; 2008) e Castilho; Andrade; Gomes (2018) entendem que a trajetória de um texto apresenta mudança e permanência, do mesmo modo que acontece com a língua. Nessa trilha, a leitura histórico-social de Requerimentos manifesta diversificados graus de habilidade dos escreventes, com a escrita de textos administrativos, e revela elementos sócio-históricos que marcam a estruturação da escrita, visto que é a sociedade que atribui função à escrita.

A partir do estudo de documentos peticionários, observa-se que os modos de dizer têm repercussões diretas na historicidade textual e na historicidade linguístico-discursiva, no tempo e no espaço. A análise dos Requerimentos pauta-se no estudo das formas de produção textual por parte dos escreventes e dos recursos linguísticos utilizados para a composição do gênero textual, por meio da evocação das práticas habituais e socioculturais da escrita e da repetição de elementos das tradições discursivas, que são transmitidos historicamente pela materialidade. Assim, uma petição produzida no âmbito jurídico-administrativo cumpria a finalidade do texto, que era a comunicação de uma autoridade de menor prestígio, com alto grau de formalidade e polidez de tratamento, com autoridades de maior prestígio.

Nesse viés, essas fórmulas são modos de fazer, modos de dizer e modos de narrar as solicitações desse tipo de composição textual setecentista. O Requerimento analisado foi produ-

zido no período da escravização que reitera ações de resistência dos sujeitos.

A tradição composicional de um Requerimento é composta das seguintes partes:

1. *Protocolo inicial* – registra a datação tópica (opcional) e o pronome de tratamento: “*Senhor*”, “*Senhora*” ou *Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor*. O protocolo inicial do Requerimento de Faustina Correia mantém a tradição composicional de uso de fórmulas de tratamento, a exemplo da recorrência ao componente lexical “*Senhora*” (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 1). Na linha seguinte aparecem fórmulas fraseológicas que expressam formalidade, começando pela unidade lexical “*Diz*”, “*Dizem*” ou “*Representa*”, que normalmente é registrada antes do nome do interessado; ou nome, qualificação e/ou origem do requerente, e, por vezes, até a indicação da localização espacial do requerente, relativa a sua vila, cidade ou Estado. No caso do Requerimento analisado, temos: “*Diz Faustina Correia mulher Pretta [...]*” (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 2);
2. *Texto* – narração com a fundamentação da solicitação. A petição é normalmente fundamentada nos direitos legais da suplicante/requerente. No texto recorre-se aos modos de dizer da tradição discursiva Requerimento, marcada pela narração do motivo da petição e pela menção direta ou indireta da fala da suplicante: “[...] que tendo sido| *Vossa Magestade* servida mandar lha despachar e fazer| lhe a sua justiça sentenciada pellos seos Ministros | della Rellação desta Corte de Lisboa; a vista da| injustiça que selhe tinha feito na Rellação da|

Cidade da Bahia, por este motivo recorre| a *Supplicante* a *Vossa Magestade* para que seja servida man|dar por seu Real Aviso para que o Governador| da aquella Cidade passe as ordens Correspon|dentes para que selhe entregue o seo filho [...]" (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 2-11).

3. *Protocolo final* – marca a finalização da solicitação. Expresso por fórmulas linguísticas regulares de saudações finais, que registram a espera de recebimento de uma graça ou benefício, singularizando os sujeitos-escreventes, dentro do âmbito institucional, a exemplo temos: ERM ou ERM<sup>ee</sup> (*Espera Receber Mercê/ E Receberá Mercê*). No Requerimento analisado registra-se “ERM” *Espera Receber Mercê*” (f. 1r, l. 28), que é antecedido de outra fórmula fraseológica: “Para *Vossa Magestade* seja servida man|dar Defferir a *supplicante* como pede” (f. 1r, l. 26-27);
4. *Assinatura* – registro opcional nos Requerimentos do século XVIII;
5. *Datação tópica e cronológica* – observa-se no geral a ausência da datação cronológica e presença da datação tópica, no início ou no final do texto.

Considerando os modos de dizer do gênero textual, do ponto de vista da evocação e da repetição, são registrados componentes lexicais recorrentes próprios da esfera jurídica, a exemplo de: “suplicante” (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 8, 16, 21), que é o requerente que faz a solicitação; “despachar” (Requerimento, 1799, f. 1r, 3, 19), expedir providências ou decisões para solucionar uma questão; “Causante” (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 13), equivalente à causador, motivador; “imtenda” (f. 1r, l. 21)

e “intendão” (f. 1r, l. 22), que estão relacionados à ter um intenção ou ação contra; e “Defferir” (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 27), conceder um pedido feito pela suplicante.

O escrevente do Requerimento tinha a função jurídica-administrativa de solicitar formalmente à autoridade, a rainha D. Maria I, em nome de Faustina Correia, a entrega do seu filho e o regresso dela para a Capitania da Bahia. Portanto, o escrevente ou autor material representa essa categoria social que operacionaliza estruturas linguístico-discursivas das práticas socioculturais de escrita, que servem como mediação na criação de uma imagem de uma solicitação com bases legais: “Diz Faustina Correia molher Pretta que tendo sido | *Vossa Magestade* servida mandarilha despachar e fazer | lhe a sua justiça sentenciada pellos seos Ministros | della Rellação desta Corte de Lisboa; [...] (Requerimento, 1799, f. 1r, l. 2-5)”. Essa Tradição Discursiva é adotada como modelo pelo escrevente e por outros sujeitos ligados à administração pública, que recorrem ao discurso jurídico-administrativo próprio da produção burocrática manuscrita da sociedade do século XVIII.

Diferentemente do que é observado nos Requerimentos contemporâneos, que apresentam fórmulas linguísticas hierarquizantes bem diferentes, comparando o Requerimento de Faustina Correia do século XVIII com outros Requerimentos do mesmo século e com outros Requerimentos do século XIX, observamos que, apesar de ocorrer mudança de assunto da tradição discursiva de um gênero textual, não há mudanças significativas nas partes que compõem essa referida espécie documental.

Como se pode observar no documento editado, há fórmulas que se repetem e remetem a alguns indicadores estruturais

próprios da tradição discursiva Requerimento, como pronomes de tratamento, determinadas unidades lexicais, construções fraseológicas peticionárias e saudações finais, que marcavam formalidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa filológica com Requerimentos e outros documentos revelam aspectos da história das vivências negras de escravizadas e escravizados, pretas e pretos, forras e forros, pardas e pardos, alforriadas e alforriados e outros sujeitos, promovendo a construção de uma leitura reatualizada de parte das memórias históricas.

As memórias da resistência negra também podem ser recuperadas em documentos de gêneros textuais diversos, que revelam movimentos de resistência, individuais e coletivos, contra a escravização mercantil que explorou os corpos negros, suas línguas, suas culturas e que nos fazem repensar a questão da valorização de outras representações étnico-raciais e da luta contra o racismo e as desigualdades sociais.

A atividade do editor com as fontes históricas possibilita a partilha de leitura de textos produzidos em épocas pretéritas e o resgate da história dos africanos e afrodescendentes e, conseqüentemente, para outros modos de ler e interpretar as narrativas afrodiaspóricas. Nessa perspectiva, coloca-se no centro das discussões filológicas a elaboração de edições com compromisso ético, político e identitário, resistindo junto com as comunidades e considerando aspectos editoriais, sócio-históricos e os modos de dizer próprios das tradições discursivas.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, v. 8).

CAMBRAIA, César Nardelli; OLIVEIRA, Gilvan Muller de; MEGALE, Heitor; (et.al.). Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: Rosa Virgínia Mattos e Silva. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Vol II: Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas, 2001, v. II, p. 553- 555. Disponível em: <https://phpp.fflch.usp.br/sites/phpp.fflch.usp.br/files/Mattos%20e%20Silva%20%282001%20Org.%29.pdf> . Acesso em: 22.02.2020.

CANO AGUILAR, Rafael. **Introducción al análisis filológico**. Madrid: Castalia, 2000.

CASTILHO, Ataliba T. de; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; GOMES, Valéria Severina (Orgs.). **História do português brasileiro**: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos. São Paulo: Contexto, 2018. v. 7. 416p.

CASTRO, Ivo. Filologia. **Biblos**: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Verbo, 1995, p. 602-609.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história**. Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: EDUSP, 1979.

DURANTI, Luciana. **Diplomática**: novos usos para uma antiga ciência (parte V). Acervo, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196–215, 2015.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de edições fidedignas. **Filologia e Linguística Portuguesa**. 2009; 10-11: 237-262.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-174, ago./dez. 2018.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los poderes de la filología: dinámicas de una práctica académica del texto**. Tradução Aldo Mazzucchelli. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

KABATEK, Johannes. Tradições Discursivas e Mudança Linguística. In: LOBO, Tânia et al. (Orgs.). **Para a História do Português Brasileiro**. v. 6: Novos dados, novas análises, tomo 2. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2006, p. 505-527.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris. (Hrgs.) **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tradução de Alessandra Castilho Ferreira da Costa. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79.

KOCH, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes. **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 53-88.

MARQUILHAS, Rita. Filologia. In: CEIA, Carlos. (coord.). **E-Dicionário de termos literário(EDTL)**. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/filologia/>. Acesso em: 08 set. 2021.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad e gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. Disponível em: < astro. Acesso em: 13 jun. 2016.

OESTERREICHER, Wulf. Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII. In: COLOQUIO INTERNACIONAL, Friburgo em Brisgovia, 26-28 de septiembre, 1996.

OESTERREICHER, Wulf. Gramática histórica, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas-esbozo programático. **Revista de Historia de la Lengua Española**, n. 2, 2007, p. 109-128.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero e política. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Expressão Popular: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Um caminho de retorno como base: Proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. **Travessias Interativas**. São Cristóvão, SE, n. 20, v. 10, p. 192-208, 2020.

# QUILOMBOS E REVOLTAS ESCRAVAS NO MUNDO ATLÂNTICO

---

Danilo Luiz Marques  
Universidade Federal de Alagoas

## INTRODUÇÃO

A história da resistência escrava nas Américas e no Caribe está repleta de comunidades de escravizados fugitivos que lutaram contra a escravidão, as quais receberam diferentes nomes: na Venezuela, eram os Cumbes; na Colômbia, os Palenques; na Antígua, na Jamaica e no sul dos EUA ficaram conhecidos como Maroons; em algumas regiões caribenhas, eram os Maronage; e em Porto Rico e Cuba, Cimaronaje. Aqui no Brasil, primeiramente foram chamados de “mocambos” e posteriormente, “quilombos”<sup>1</sup>. Na África, em 1835, temos uma comunidade formada por escravizados africanos sobreviventes de um naufrágio na ilha de São Tomé, os Angolares.

Segundo Kabengele Munanga, a palavra quilombo é originária dos povos de língua bantu (kilombo), e a existência dessas comunidades no Brasil tem relação “com alguns ramos

---

1 Segundo Beatriz Nascimento: “A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, mas somente em 1740, em 2 de setembro, assustadas frente ao recrudescimento dos núcleos de população negra livres do domínio colonial, depois das guerras do nordeste no século XVII, as autoridades portuguesas definem, ao seu modo, o que significa quilombo: ‘toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles’ (Nascimento, 1985, p. 41-49).

desses povos bantus cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire” (Munanga, 1996, p. 53-63). Para um melhor entendimento e captação do sentido da formação dos quilombos, é importante atentar ao que aconteceu nas áreas bantas nos séculos XVI e XVII. Nos quilombos era implantada:

[...] uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos). (Munanga, 1996, p. 53-63).

Para João José Reis: “A formação de grupos de escravos fugitivos se deu em toda parte do Novo Mundo onde houve escravidão [...], os quais às vezes conseguiram congregiar centenas e até milhares de pessoas.” (Reis, 1996, p. 14-39). Em todas essas regiões, tais experiências de liberdade significaram uma afronta à instituição escravista, um risco para o sistema colonial (Nascimento, 1985, p. 41-49), sendo Palmares o exemplo mais emblemático, tanto no Brasil como nas Américas e no Caribe. Situado onde hoje está Alagoas e Pernambuco, o quilombo pôs em questão a estrutura colonial inteira, e sua população não era constituída exclusivamente de escravizados fugidos e seus descendentes:

Para ali também convergiram outros tipos de trãs-fugas, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu. Mas predominavam os africanos e seus descendentes. Ali, africanos de diferentes grupos étnicos administraram suas diferenças e forjaram novos laços de solidariedade, recriaram culturas. Apesar da falta de dados mais diretos, considerando a direção do tráfico atlântico na época, supõe-se que Palmares foi predominantemente um cadinho de grupos originários do centro-sul da África, gente de grupos linguísticos kikongo, kimbundu, ovimbundo e outros da região Congo-Angola. (Reis, 1996, p. 14-39).

Embora o modelo fosse bantu, os quilombos uniram africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não africanos, recebendo influências diversas, adquirindo características transculturais. Visavam, assim, a formação “de identidades abertas, produzidas pela comunicação incessante com o outro, e não de identidades fechadas, geradas por barricadas culturais que excluem o outro” (Munanga, 1996, p. 53-63).

O quilombo palmarino foi uma comunidade diferente, por “sua longa duração e seu grande número de habitantes, bem como por sua organização socioeconômica. Além disso, foi pioneira nessas dimensões no século XVII” (Gomes, 2011, p. 12). É entendido por alguns historiadores como uma federação de vários agrupamentos, composta por milhares de quilombolas, tornando-se símbolo da resistência colonial contra a escravidão, algo que transporia o seu tempo de “in-

venção original” e experiência histórica vivida e processada, passando por processos de ressignificação da memória ao longo dos séculos posteriores ao término da guerra contra as autoridades coloniais.

Depois do episódio palmarino, “os escravos não conseguiram reproduzir no Brasil qualquer coisa minimamente próxima do que representara o grande quilombo” (Reis, 1996, p. 14-39). Entretanto, a formação de quilombos, foi uma constante até o fim da instituição escrava. Revoltas escravas também foram constantes, como bem sinalizou Stuart Schwartz, onde “quer que a escravidão fosse uma instituição básica, o medo de revoltas de escravos e os problemas de escravos fugidos atormentou colonos e administradores coloniais” (Schwartz, 1987, p. 61-88).

Palmares, apesar de findada a guerra no século XVII, continuou a simbolizar o perigo aos escravistas: “Havia muito receio na continuidade de Palmares no século XVIII, uma quase certeza de que as batalhas de destruição do mocambo do Macaco e a morte de seus líderes ainda não era o fim” (Gomes, 2011, p. 28). Em 1763, o vice-rei Conde de Assumar alertou sobre o suposto risco de surgir “outro Palmares” em Minas Gerais. Já no Rio de Janeiro, em 1792, com medo de mocambos, as autoridades argumentavam que poderia surgir um “novo Palmares”, indicando a necessidade de perseguir os fugitivos a todo custo.

As revoltas e formações de quilombos se caracterizaram como as mais importantes ou impactantes formas de resistência coletiva sob a escravidão. As revoltas tornaram-se mais frequentes a partir do final do século XVIII, sendo favorecidas “pela expansão das áreas dedicadas à agricultura de exporta-

ção e a conseqüente intensificação do tráfico escravo, que fez crescer a população cativa e em particular o seu contingente africano” (Gomes, 2011, p. 83). As rebeliões escravas podem ser consideradas a mais direta e inequívoca forma de resistência em âmbito coletivo. Entretanto, tinham várias facetas e não se limitavam à ideia de destruição da instituição escravista ou de liberdade imediata dos escravizados, muitas “visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios [...] ou punindo feitores particularmente cruéis” (Reis, 1996, p. 14-39).

O intenso tráfico de africanos ao longo da primeira metade do oitocentos “transformou o campo próspero e as cidades maiores em pequenas Áfricas, [...] o que causava temores e às vezes rumores de conspiração, sobretudo depois da Revolta de 1835 na Bahia” (Reis, 1996, p. 14-39). Nesse período, a herança do ônus econômico lançado pelos Palmares ainda estava presente (Almeida, 2008, p. 46), temia-se que revoltas e quilombos afetassem a economia senhorial. Apesar de todo o controle impetrado pelas autoridades, a escravidão era vulnerável.

## **PALMARES E O “IDEÁRIO” DE LIBERDADE**

O quilombo mais emblemático do período colonial brasileiro, localizado nos atuais territórios de Alagoas e Pernambuco, foi formado em fins do século XVI<sup>2</sup>, tendo o seu auge ao longo da segunda metade do século XVII e resistindo por mais de um século às tentativas de invasão e destruição, perpetra-

---

<sup>2</sup> Sua primeira referência em documentação oficial data de 1597.

das pelos “governos coloniais holandeses e portugueses e pelos residentes locais das capitanias vizinhas” (Schwartz, 1987, p. 61-88). Imersa em uma suposta crise da economia açucareira e preocupada com a ideia de prosperidade da pecuária, a hegemonia senhorial concebia Palmares como um obstáculo para a interiorização dos rebanhos, o que constituía um atrativo para a fuga de escravizados (Reis, 2004. P. 30).

O Estado Colonial temia que Palmares estivesse formando uma “nação de escravizados fugitivos”, visando consolidar a liberdade adquirida através de fugas (Lindoso, 2011, p. 66). Por isso, buscou fazer investidas com o objetivo de eliminar o quilombo. Após cerca de 20 expedições sem sucesso no plano de “exterminar” Palmares, o governo da capitania de Pernambuco intensificou as forças antiquilombos, contando com tropas locais e de bandeirantes bem armadas e municadas. Assim, invadiram o quilombo e assassinaram o líder Zumbi em 1695.

No entanto, a história de Palmares não findou com a morte de Zumbi, existem indícios de resistência quilombola no local até o fim do século XVIII, algo pouco estudado na historiografia. O quilombo, apesar de findada a guerra, teve uma forte relação com a história da formação do território alagoano nos séculos XVIII e XIX. A Serra da Barriga ficou sob constante vigilância das autoridades, e ao seu redor foram fundadas vilas importantes no cenário alagoano – atualmente, a região compreende as cidades de União dos Palmares, São José da Lage, Ibateguara, Santana do Mundaú, Chã Preta, Viçosa e Pindoba.

Sávio de Almeida levanta a hipótese da continuação de um Palmares reduzido nas matas fronteiriças de Alagoas e Pernambuco. Segundo ele, a “queda da resistência palmarina não

vai corresponder à queda da resistência na mata” (Almeida, 2008, p. 60). Um dos problemas da historiografia da temática é que se explorou muito pouco o que aconteceu após “a chamada derrocada, desde que, enfaticamente, os ensaios se preocupavam com o desenvolvimento da história dos Palmares e não avançavam para a história após a morte de Zumbi” (Almeida, 2008, p. 60). Segundo Dirceu Lindoso, depois da “destruição” de Palmares, Alagoas apareceu como “um espaço de ocupação político-administrativo, ainda que precário” (Lindoso, 2011, p. 32). Ao se emancipar de Pernambuco, em 1817, já possuía um espaço “definido” e vivia à “sombra” da simbologia de Palmares, que abrangia boa parte do território alagoano entre 1580 e 1710.

Os acontecimentos desse episódio levaram à formação de um ideário de liberdade vinculado à memória do quilombo de forma positiva na mentalidade popular (escravizados, libertos e livres pobres). Em contrapartida, as elites utilizaram um discurso negativo em relação a Palmares, algo reforçado na memória local “através de uma educação oficial que vangloriava a vitória das forças contrárias aos quilombos – da ‘civilização sobre a barbárie’” (Santos, 2013, p. 7-33). Na segunda metade do oitocentos, o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (antigo IAGA e atual IHGA) teve uma participação ativa nesse processo, publicando em suas revistas artigos que marginalizavam os palmarinos.

As autoridades alagoanas oitocentistas temiam que outro quilombo com tamanhas proporções voltasse a existir, e o temor aumentou com as notícias que circulavam em todo o Brasil acerca da revolução ocorrida no Haiti entre 1791 e 1804,

protagonizada por escravizados, e das Revoltas dos Malês na Bahia durante a primeira metade do século XIX, destacando-se a de 1835. O “medo” da formação de um “novo Palmares” existiu na mentalidade das elites alagoanas até o fim do oitocentos, algo que se pode constatar por meio dos relatórios provinciais, da documentação policial, dos códigos de posturas e dos periódicos.

## REVOLTAS ESCRAVAS E O MEDO DA HAITIANIZAÇÃO

Depois da independência, em 1822, o Estado brasileiro tornou-se o responsável por “cuidar de promover o bom tratamento dos escravos e propor arbítrios para facilitar sua lenta emancipação” (Grinberg, 1999, p. 111-146). Todavia, nas décadas seguintes, a classe senhorial brasileira se serviu do Estado Imperial para construir uma unidade (Mattos, 2004) e consolidar uma “dupla expansão: horizontal, em relação aos demais plantadores escravistas [...], e vertical, em relação às pessoas que só detinham a si mesmas como propriedade” (Salles, 2008, p. 49).

Analisando a conjuntura desse período, Tâmis Parron trabalha com o conceito *política da escravidão*, entendido por ele como uma rede de alianças sociais e políticas “costuradas em favor da estabilidade institucional da escravidão, que, por sua vez, consistia no emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais” (Parron, 2009, p.11). Muito presente no parlamento brasileiro do século XIX, a *política da escravidão* pode ser subdividida em duas fases: a *política do contrabando negreiro* (1835-1850) e a *era pós-contrabando* (1850-1865). O tráfico negreiro estava atre-

lado à construção do Estado nacional brasileiro, e foi um misto de planejamento econômico e formação partidária.

A *política da escravidão* está intimamente ligada a um debate mais amplo sobre a natureza do Estado brasileiro no século XIX. A parcela escravocrata da sociedade, a partir dos episódios no Haiti, perguntava-se qual seria a garantia de que algo semelhante não ocorreria no Brasil. A revolução de São Domingos se tornou parte do mundo cognitivo dos escravizados (Ferrer, 2014, p.12), como forma de pensar a liberdade, e significou para a resistência escrava uma ruptura radical possível (Santos, 2012, p.297) – os efeitos e as constantes referências à sua existência foram sentidos em toda a América e no Caribe.

Para Ada Ferrer, os acontecimentos no Haiti modelaram a forma como escravizados e senhores “passaram a ver uns aos outros e a considerar sua situação e seu futuro. Eles mudaram a forma de se referir às punições, expressando em voz alta seu desprezo, compreendendo seu próprio poder ou impotência” (Ferrer, 2012, p.37-53). A preocupação dos escravocratas aumentaria com a chegada das informações da revolta escrava em Demerara no ano de 1823, que ameaçou a ordem colonial britânica na atual Guiana (Costa, 1998). Nas décadas que se sucederam, uma simples menção ao Haiti detinha um poder evocativo.

No mundo atlântico, pontua Ada Ferrer, além de buscar compreender o modo como a revolução haitiana foi apreendida, é necessário examinar as suas instrumentalizações: os objetivos, a natureza e os efeitos do uso sistemático de referências e imagens a uma revolução negra. O que estava por trás desse uso, muitas das vezes, era um projeto de fortalecimen-

to do poder hegemônico escravocrata, as medidas que seriam tomadas para evitar “outro Haiti” e perpetuar a instituição escravista. Sobre as reverberações da revolução haitiana em Cuba, por exemplo, Ferrer entende que na ilha, que estava sob colonização da Espanha e a algumas milhas de distância de São Domingos, tais acontecimentos levaram ao debate e implementação de medidas para reforçar a instituição da escravidão (Ferrer, 2014).

No Brasil, desde meados do século XVI, quando se iniciou o processo de escravidão negra, a existência de quilombos, os assaltos a fazendas, as pequenas revoltas individuais e coletivas e as tentativas de grandes insurreições foram constantes. Nas três primeiras décadas do século XIX, as sombrias expectativas existentes entre autoridades e escravocratas se concretizaram com o desenrolar das insurreições baianas organizadas pelos haussás e nagôs.

E se elas não conseguiram alcançar seus objetivos, nem por isso eram menos atemorizantes. A persistência um dia poderia ter sucesso e em muitos ouvidos educados ressoava ameaçadora, a cantiga entoada em 1823 nas ruas de Pernambuco: “Marinheiros e Caiados/ Todos devem se acabar/ Porque só pardos e pretos/ O país hão de habitar” (Azevedo, 2004, p. 29).

Em seu artigo intitulado *Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos*, Sylvio Romero afirmou que “o Brasil não é e não deve ser o Haiti” (Romero, 1883, p.163), ilustrando, assim, o pensamento de uma grande parcela das elites brasileiras do século XIX acerca da questão escravista. Na Bahia, região

continuamente afetada por sedições de escravizados, o deputado José Lino Coutinho, em 1827, perguntava-se qual “segurança interna pode ter uma nação cujo número dos escravos é excessivo em relação àquele dos indivíduos livres?” (Parron, 2009, p.30).

Nessa conjuntura, os escravizados sabiam os caminhos possíveis a trilhar rumo à conquista da liberdade: além de insurreições, fugas, quilombos e crimes, exploraram as possibilidades e brechas que a legislação brasileira do século XIX apresentava, buscando, assim, gerar benefícios para si e suas famílias. Seria ingenuidade dos historiadores “acreditar que os cativos não tinham conhecimento dos conflitos políticos” (Santos, 2010) que marcaram o século XIX. Obviamente, a população escravizada dispunha de poucos recursos políticos, entretanto, não desconhecia o que se passava no mundo político dos homens livres. Aproveitando-se das divisões existentes entre estes, “selecionaram temas que lhes interessavam do ideário liberal, traduziram e emprestaram significados próprios às reformas operadas no escravismo brasileiro ao longo do século XIX” (Reis, 2000, p. 242-263). Dessa maneira, foram temas subjacentes nas discussões políticas do Império do Brasil: o crescimento econômico, raça, cidadania, ordem social e resistência escrava.

Mesmo diante dos episódios ocorridos no Haiti, em Demerara e na Bahia, autoridades e senhores escravocratas brasileiros projetaram para o século XIX a manutenção da instituição escrava. Para isso, atentaram para as novas demandas criadas no mundo e a coexistência de interesses capitalistas e abolicionistas (Santos, 2012, p. 298). Para João José Reis,

A escravidão brasileira alcançaria seu ápice no século XIX, difundida como estava em todo o território nacional, os diversos setores da economia, conformando praticamente todas as instituições sociais, em especial a família. Saliente-se também que a propriedade em escravos não se limitava a grandes senhores de engenho, fazendeiros e mineradores. Tanto no campo como na cidade era grande o número de pequenos escravistas, donos de um, dois, três escravos, trabalhadores na pequena lavoura, no trabalho de rua ou no de casa. Por todas essas características, os escravos marcaram em profundidade os costumes, o imaginário, a cultura e até, através de uma intensa miscigenação, o próprio perfil étnico-racial de nossa população. Tendo sido o Brasil o último país do hemisfério a abolir a escravidão, em 1888, pode-se dizer que a história do século XIX brasileiro, que viu esse imenso território formar-se enquanto nação independente, se confunde com a história do apogeu e queda do regime escravista (Reis, 2000, p.242-263).

Tecendo comentários sobre a conjuntura política da década de 1820, Tâmis Parron enfatiza o papel central das altas taxas de alforria, dinamizando a sociedade escravista brasileira. Requalificada em termos de “cidadania”, a “inclusão de mulatos e libertos no campo dos direitos civis pode ter servido ao propósito de afastá-los do mundo dos excluídos (escravos) e, assim, prevenir insurreições populares” (Parron, 2009, p.55), fundadas em grande parte na solidariedade de cor (união de cativos e libertos). A partir da constituição de 1826, produziu-se uma ideia falsa de “liberdade civil” para, assim, reproduzir e perpetuar a escravidão, já que o debate em torno do fim do tráfico atlântico havia iniciado.

Uma das primeiras revoltas dos malês planejadas no Brasil ocorreu no ano de 1814 em Salvador, e foi reprimida pelas autoridades baianas. Os revoltosos que conseguiram escapar teriam fugido para Sergipe e Alagoas e conspirado no sentido de dar continuidade a seus projetos de liberdade. Os haussás prevaleceram entre os escravizados “rebeldes na Bahia até pelo menos o levante de 12 de fevereiro de 1816, acontecido no Recôncavo, região que concentrava os engenhos de açúcar, as plantações de fumo” (Reis, 2014, p.68-115) e onde residia boa parte da população cativa.

No início do século XIX, a Bahia importara cerca de 160 mil africanos da Costa da Mina, em sua maioria capturados no contexto do *jihad*.<sup>3</sup> Esse seria, para João José Reis, um dos motivos “por que a Bahia se tornou deste lado do Atlântico, nessa época, o sítio de maior concentração de escravos muçulmanos e o palco por excelência de revoltas haussás” (Reis, 2014, p.68-115), haja vista o contexto de constantes guerras político-religiosas em que os africanos muçulmanos estavam inseridos do outro lado do Atlântico.

Nas primeiras décadas do oitocentos, ocorreu um aumento das tensões envolvendo o controle da população cativa, devido ao número cada vez maior de africanos capturados em guerras na África Ocidental para se tornarem cativos e, em seguida, serem trazidos para a Bahia. Isso gerou “profundos temores por parte das autoridades coloniais de toda América portuguesa. Eram aqueles homens, vivamente preocupados com os ‘ini-

---

3 Segundo Lidice Meyer Pinto Ribeiro, os muçulmanos trazidos para o Brasil na condição cativa eram prisioneiros advindos de guerras político-religiosas da região do Sudão Central, o que hoje equivaleria ao norte da Nigéria. Ver: Ribeiro, 2011, p.139-152.

mingos internos', que tinham que lidar com os levantes" (Silva, 2001, p.9-60), fossem eles efetivos ou potenciais, dos africanos recém-egressos dos conflitos bélicos em sua terra natal.

Assim, a evolução da identidade malê no Brasil recebia influência das ideias, políticas e lutas da sociedade haussá do final do século XVIII. Abelardo Duarte aponta que os haus-sás e os nagôs foram responsáveis por um longo período de inquietação e lutas armadas na Bahia, tendo chegado a Alagoas o reflexo desse irredentismo muçulmano, com a "esboçada e fracassada Revolução ou Insurreição Malê de 1815, que a sagacidade e a diligência do Ouvidor da Comarca das Alagoas Antônio Ferreira Batalha fizera abortar" (Duarte, 1958, p.30-31). O ouvidor da comarca havia sido informado em julho de 1815 de uma suposta conspiração dos malês em Alagoas, os quais estariam planejando uma revolta para dezembro do mesmo ano.

As conspirações e insurreições protagonizadas por escravizados muçulmanos objetivavam forjar "estratégias de resistência capazes de permitir um retorno seguro à África, ou a formação de comunidades autônomas no Brasil, ou ainda a própria superação do regime escravista" (Lovejoy, 2000, p.11-44). Recentemente, autores como João José Reis e Stuart Schwartz vêm concebendo as revoltas escravas e os quilombos "como táticas mutuamente articuladas na guerra dos escravos contra a escravidão" (Schwartz, 1996, p.373-406). Desse modo, na série de conspirações e revoltas que emergiram majoritariamente na Bahia no início de século XIX é possível notar como escravizados urbanos e rurais cooperaram e coordenaram suas ações; a importância e o papel das identidades étnicas; a participação de libertos; e como as fugas e

quilombos podiam contribuir para a coordenação e mobilização dos revoltosos.

Segundo Mariza de Carvalho Soares e Priscila Leal Mello, a planejada rebelião de 1815 em Alagoas contou com escravizados locais e egressos dos movimentos de 1807, 1809 e 1813-1814 na Bahia (Soares, 2006, p.14-25). Abelardo Duarte ensaiou algumas hipóteses relevantes, como a da existência de uma rede de articulação entre os haussás de Alagoas e os da Bahia, indicando que haveria um projeto amplo de resistência escrava. O pesquisador alagoano, analisando as informações presentes nas correspondências do ouvidor Batalha, levantou a ideia de que os haussás que estavam planejando a revolta não seriam apenas os que haviam fugido da Bahia, alegando que os de Alagoas agiam de “comum acordo com os seus companheiros da área baiana e o faziam seguindo um plano perfeitamente traçado, que alguma delação tornou conhecido das autoridades” (Duarte, 1958, p.47). Atentando para as revoltas ocorridas na Bahia antes de 1815 e as que decorreram nas décadas posteriores, é possível vislumbrar a articulação dos revoltosos. Dessa forma, tais informações instigam pesquisadores dessa temática a pensar sobre as muitas conexões entre as rebeliões escravas no Nordeste brasileiro (Mello, 2009, p.157).

A organização dos negros muçulmanos em Alagoas, advinda de um sentimento étnico, reunia haussás e escravizados de outras nações pertencentes a senhores locais que detinham identidades originadas na África Ocidental, o que leva a pensar que as “tensões decorrentes da importação maciça de ‘escravos guerreiros’ não se confinaram à capitania da Bahia” (Silva, 2001, p. 9-60). Em sua pesquisa sobre escravizados muçulmanos no Império do Brasil, Priscila Leal Mello expõe:

[...] os cativos da Comarca de Alagoas, possivelmente em conjunto com negros ali aquilombados e provenientes de revoltas escravas das Capitânicas da Bahia, começaram a tramar uma revolta [...]. Tiveram papéis de destaque o preto mina Joaquim, quem, segundo a autoridades, encomendou armas que guardou consigo, e Inácio, de nação não identificada, e que se autodenominava “comandante” (Mello, 2009, p.158).

Um estudo de maior fôlego sobre esse assunto é o de Luiz Geraldo da Silva, que, examinando documentos do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e do Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano (Recife), elaborou uma lúcida análise sobre o episódio:

[...] a composição do grupo envolvido no planejamento da sedição teve uma configuração situada para além da aliança de caráter étnico que, supostamente, articulou os negros aquilombados e seus pares da vila das Alagoas. Em primeiro lugar, como se viu, cativos de outras “nações”, além da haussá e mesmo escravos de “gentes pobres, que por isso tinham mais liberdade na Vila das Alagoas”, prepararam, encomendaram ou guardaram armas, discutiram os termos do levante e se comunicaram com os aquilombados. Todos estes, “de noite, de grandes distâncias, e pelo interior das matas vinham ao Quilombo dos negros fugidos da sedição da Bahia”. Assim, tal como ocorrera nesta capitania, haussás encabeçaram o planejamento da sedição, mas contataram cativos de outras “nações” (Silva, 2001, p.9-60).

As autoridades da Vila de Alagoas frequentemente acusavam negros muçulmanos fugidos – que estavam refugiados

em um quilombo situado nas matas circunvizinhas – de serem os responsáveis pela revolta. Todavia, segundo Sávio de Almeida, durante as primeiras décadas do século XIX havia um exacerbado sentimento de pânico, portanto a revolta planejada para o Natal de 1815 não poderia decorrer “apenas de um punhado de negros fugidos da Bahia. Negros fugidos existiram muitos, mas, é bem verdade, poucos possivelmente oriundos de uma revolta de vulto” (Almeida, 2008, p.40). Supostamente, os haussás vindos da Bahia encontraram parceiros ideais, os escravizados de pequenos proprietários, denominados pelas autoridades de “gentes pobres”. Esses escravizados possuíam certa liberdade no que diz respeito à mobilidade, pois eram responsáveis pelo próprio sustento e pelo de seus senhores. Provavelmente, muitos exerciam trabalhos de ganho, por isso podiam circular com relativa autonomia e utilizar redes de sociabilidade para manter contato com escravizados e libertos a fim de articular a revolta. Em Recife, uma sedição foi planejada para um domingo, 29 de junho de 1814, dia do Espírito Santo, e acabou sendo descoberta antes que pudesse se efetivar, mas se sabe que o plano contava com a participação de escravizados e forros, principalmente trabalhadores de ganho.

Para Stuart B. Schwartz, a forte orientação islâmica de algumas rebeliões escravas do início do século XIX levou muitas abordagens historiográficas a privilegiar uma explicação religiosa, entretanto estudos recentes sugerem que “nem todos os rebeldes eram muçulmanos ou tinham objetivos especificamente religiosos” (Schwartz, 1996, p.373-406). Na visão de Clóvis Moura, diversas revoltas haussás foram “estudadas, enganosamente, por alguns historiadores, como *revoltas reli-*

*giosas*” (Moura, 1988, p.37), tais pesquisas não atentaram para questões mais gerais de resistência escrava.

O levante de 1815 em Alagoas ocorreu na esteira de duas tentativas de revolta anteriores, em 1807 e em 1809. Nesta última os revoltosos materializaram em parte os seus planos: eles “promoveram uma fuga em massa de escravos de Salvador e do Recôncavo e encetaram ataques esporádicos à Vila de Nazaré, área de agricultura de mandioca” (Reis, 2014, p. 68-115). A revolta de 1814 teve início numa segunda-feira, 28 de fevereiro – o dia anterior, por ser um domingo, era propício para “a mobilização dos escravos, dia de folga, quando estariam mais livres para circular, até para sumir durante algumas horas sem serem notados, se reunir para os últimos retoques do levante e em seguida agir” (Reis, 2014, p. 68-115). Assim, durante a madrugada, aproximadamente 200 homens atacaram armações de pesca de baleia ao norte de Salvador, iniciando a revolta, que foi derrotada na tarde do mesmo dia, durando apenas entre oito e nove horas.

Os rebeldes de 1814 eram guerreiros e se mobilizavam como podiam, tinham um plano militar e pretendiam formar um combate organizado. Eles “usaram armas que estavam acostumados a manejar nas guerras de suas terras: arco e flecha, machado, lança, cutelo e espada, além de archote” (Reis, p. 68-115); poucas armas de fogo foram encontradas, pois eram de difícil acesso. Todavia, não tiveram muita força e acabaram derrotados. Houve rebeldes que conseguiram escapar e adentrar as matas, alguns passaram a integrar bandos de salteadores de estrada e foram desaparecendo do mapa político e policial da Bahia. Provavelmente, muitos destes se estabelece-

ram na comarca de Alagoas e participaram do planejamento da revolta de 1815.

A projetada insurreição negra (malê) em Alagoas estava marcada para acontecer em dezembro de 1815, no dia de Natal, data que não foi escolhida por acaso. Muitas revoltas escravas eram planejadas para os dias de festas, “especialmente as noites festivas, não só porque seus líderes contavam com o relaxamento do controle senhorial, mas porque contavam com a reunião de escravos possuídos por um espírito de redenção” (Reis, 1996 p. 14-39). Na Bahia, de todas as revoltas e conspirações das primeiras décadas do século XIX, oito ocorreram durante o verão, entre dezembro e fevereiro (ciclo natalino e carnaval), outras se deram em dias santos.

Robert Dirks, ao estudar revoltas escravas no Caribe britânico, sinaliza que durante o mês de dezembro ocorria o relaxamento das condições de trabalho (Dirks, 1987), sendo que nos dias de festas os senhores tinham sua atenção voltada para os festejos católicos, assim os levantes podiam acontecer com maior eficácia (Ribeiro, 2011, p. 139-152). Stuart B. Schwartz aponta que era comum planejar rebeliões escravas para momentos do calendário secular e religioso em que o nível de controle estaria baixo, especialmente no Natal, na Páscoa, dia de Nossa Senhora da Guia e de São João (Schwartz, 1996, p. 373-406). Nesse sentido, Abelardo Duarte observa que o Natal de 1815 era uma época “propícia quando a comemoração tradicional [...], como sempre, precederia a atenção dos homens e das famílias, do povo, enfim, entregues aos festejos e aos atos de fé religiosa” (Duarte, 1958, p.35). Tais informações demonstram a capacidade de planejamento e articulação dos escravizados,

os quais conheciam os caminhos e as estratégias que precisariam percorrer para obter êxito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações de origem africana influíram de forma decisiva para o desfecho do cativo no Brasil (Mattos, 2008, p.16), e cada vez mais os pesquisadores que estudam a temática vêm mostrando o protagonismo dos escravizados no processo que culminaria na abolição da escravatura em 1888. Processo esse que não foi pacífico. Tensões e incertezas pairavam na sociedade brasileira de fins do oitocentos, momento em que uma grande questão era debatida entre os escravocratas: quem iria suprir os braços escravizados da lavoura? Outra preocupação era quanto à *segurança* e à *tranquilidade pública*, tão caras à ordem senhorial que estava posta. Havia aqueles que não viam com bons olhos o aumento da população liberta e sua consequente recusa às condições de trabalho impostas por proprietários acostumados com a relação senhor-escravizado.

A hegemonia senhorial, que procurou exercer sua dominação combatendo quilombos, revoltas e fugas, restringindo as alforrias e proibindo as práticas culturais de matrizes africanas, deparou-se com uma forte e articulada resistência escrava, que também se configurou no campo da cultura. Reinventando suas identidades e desenvolvendo, dentro das possibilidades existentes, variadas estratégias para obter meios de subsistência e resistir à instituição escravista, a população africana e seus descendentes tiveram sempre a liberdade em seu horizonte. Além de revoltas e quilombos, houve negociações com os senhores,

ameaças, roubos, sabotagens, suicídios, infanticídios, assassinatos, celebrações e festas negras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana**. Maceió: Edufal, 2008.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. **Tempo**. Niterói, vol.3, n. 6, dez. 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião escrava de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIRKS, Robert. **The Black Saturnalia**. Gainesville: U. of Florida Press, 1987.

DUARTE, Abelardo. **Os negros muçulmanos nas Alagoas: os malês**. Maceió: Caetés, 1958.

FERRER, Ada. **Freedom's mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution**. New York: Cambridge University Press, 2014.

FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. **Almanack**. Guarulhos, n.03, p.37-53, 1º semestre de 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GRINBERG, Keila. Em defesa da propriedade: Antônio Pereira Rebouças e a escravidão. **Afro-Ásia**. Salvador, vol.21-22, p.111-146, 1998-1999.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica**. Maceió: Edufal, 2011.

LOVEJOY, Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol. 1, n.1, 2000, p.11-44.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 5ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem**: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNER, EDUFBA, 2008.

MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião**: o islã negro no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.56-63, dez./fev. 1995/1996.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**. São Paulo, vol. 6-7, p.41-49, 1985.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A Política da Escravidão no Império do Brasil - 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

REIS, Andressa Mercedes Barbosa dos. **Zumbi**: historiografia e imagens. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca - SP, 2004.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p.14-39, dez./fev. 1995/1996.

REIS, João José. Nós achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência escrava no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000, p.242-263.

REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**. Rio de Janeiro, vol.15. n. 28, p.68-115, jan./jun. 2014.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. Negros Islâmicos no Brasil Escravocrata. **Revista USP**. São Paulo, n. 91, p.139-152, set./nov. 2011.

ROMERO, Sylvio. Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos. In: Idem. **Ensaio de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Ed. Moreira, Maximiano e C., 1883.

SALLES, Ricardo. **E o vale era escravo**. Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Irinéia M. Franco dos. A caverna do diabo: o ensaio romântico de Valeriano de Souza e as religiões afro-brasileiras em Alagoas, no séc. XIX. **Sankofa** - Revista de História da África e de estudos da diáspora africana. São Paulo, ano VI, n. XI, p.7-33, ago. 2013.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico**: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, **Ynaê Lopes dos**. Escravidão, moradia e resistência. **Nuevo mundo - Mundos nuevos**. Débats. Paris, 10 jan. 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos econômicos**. São Paulo, vol.17 - número especial, IPE-USP, p.61-88, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.373-406.

SILVA, Luiz Geraldo. Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 25-26, 2001, p.9-60.

SOARES, Marisa de Carvalho; MELLO, Priscilla Leal. O resto perdeu-se? História e folclore – O caso dos muçulmanos em Alagoas. In: BARROS, Rachel Rocha de A.; CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna (Orgs.). **Kulé Kulé** – visibilidades negras. Maceió: Edufal, 2006, p.14-25.



# UMA ARQUEOLOGIA DAS LIBERDADES: TIPOLOGIA DOCUMENTAL E REDES DE SOCIABILIDADE NA PRODUÇÃO DAS ALFORRIAS CARTORIAIS NO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII<sup>1</sup>

---

Philippe Manoel da Silva Moreira  
Universidade Federal Fluminense/  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

## INTRODUÇÃO

No dia 2 de setembro de 1775 no Rio de Janeiro colonial, se inicia o processo pela legitimação da concessão da alforria à Joana Correia, classificada na documentação como “mulher preta natural de Benguela”. Esse caso pode ser analisado através de um requerimento dirigido ao rei D. José, na qual a suplicante, solicita provisão contra o sr. Francisco Lopes de Souza, homem de negócios da capitania fluminense, que com extenso poder e influência sobre a câmara municipal e “orgulhoso e com o costume de comprar a amizade dos ministros daquela cidade” interveio na negociação para aquisição da alforria de Joana junto ao seu senhor à época, o mestre sapateiro Antônio Correia (AHU-Rio de Janeiro, cx. 117, doc. 59)

A partir de então, entre os anos de 1775 e 1779, Joana de Benguela, tem sua história marcada por “perseguições, ódio e

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

vingança” perpetrada pelo suplicado que visava atingir, ao que tudo indica, seu sogro e patrono de Joana Pedro José Ribeiro de Lemos e Faria (AHU-Paraíba, cx. 206, doc. 2070). Na trama, a escravizada foi “presa, seviciada e ameaçada”, tendo seu corpo negro “desnudo e exposto em público nas ruas do Rio de Janeiro” e “depois de executar nela a sua desordenada paixão”, o suplicado “a mandou barra fora a vender para as partes do sul onde se acha deplorando a sua infausta sorte”, tudo isso ocorreu em um “desterro” que durou cerca de dezesseis meses, até que Joana voltou para o Rio de Janeiro por determinação de Vossa Majestade. (Ibidem).

A vingança de Francisco Lopes de Souza em relação a seu sogro, por conta da herança de sua falecida esposa aparece em outras documentações. Em um requerimento de 1776, Pedro José Ribeiro de Faria e Lemos solicita provisão para que sua filha Rosa Clara Caetana de Lemos, “possa recolher-se a um convento”, pois seu genro, Francisco Lopes, viúvo de sua outra filha, “tem lhe faltado com o respeito” (AHU-Rio de Janeiro, Cx. 109, Doc.57). Outra conexão ainda em aberto no caso de Joana de Benguela é qual tipo de relação entre seu senhor, João Correa e o suplicado, Francisco Lopes, e Pedro Ribeiro, seu patrono. Correa faleceu em 1777, um ano depois de ser persuadido por Lopes a vender a escrava Joana. Em seu testamento declarou como uma de suas últimas vontades que:

[...] haverá mais de vinte anos e ainda em vida a defunta minha mulher deu liberdade a uma escrava minha por nome Joana de nação Benguela pelos bons serviços que sempre me fez e desde esse tempo até o presente Sempre estive juristratado [sic] de Sua vida, e de que lhe

passsei Carta de liberdade na nota do Tabelião Bento Pinto, e Caso que alguns de meus herdeiros não queiram aprovar este minha disposição que lhe não pode Ser revogada e nem eu o espero de nenhum deles pelo muito que tenho obrado a Seu respeito, neste Caso a toma na minha Terça para que a dita escrava não seja violentada da posse pacífica em que está e peço as Justiças de Sua Majestade de que em favor da mesma liberdade fação Cumprir esta minha disposição Testamentária e última vontade (ACMRJ Livro AP0156 da Sé (Testamentos e Óbitos / 1776 – 1784) – Página 22).

Intercalando tais informações, podemos apresentar algumas hipóteses iniciais. Primeiro, Joana foi mantida em cativo à revelia das últimas vontades testamentárias da esposa do agora defunto João Correa, pelo período de mais de vinte anos. Segundo, em relação aos estudos sobre demografia escrava, caso pesquisadores que utilizam como base de análise a documentação eclesiástica e que classifique pessoas como Joana como “forra” a partir de informações extraídas de livros de testamentos/Óbitos, sem se atentar para essas peculiaridades documentais, sobretudo, a distinção estrutural entre alforrias paroquiais e cartoriais, podemos ser induzidos ao equívoco ao qualifica-las com a mesma categoria exposta no testamento do esposo, ou seja, seriar fontes eclesiásticas sem cruzar com os dados cartoriais pode inflar os números, repetindo classificações de um mesmo indivíduo, que ora pode aparecer em uma fonte como forro, ora como escravo, ora como liberto.

A partir disso, apresentaremos ao longo do texto, um debate pouco destacado a respeito dos aspectos qualitativos das

alforrias na capitania fluminense. Pretendemos demonstrar que para um indivíduo tivesse de fato seu status jurídico modificado com a aquisição da alforria, ele precisaria legitimar a negociação em instâncias diversas, o que dependia e muito da capacidade de socialização com seus senhores e terceiros, que poderiam influenciar na produção da liberdade por meio do sistema de apadrinhamento, por exemplo. Mesmo assim, herdeiros poderiam questionar a decisão testamentária, já que dar liberdade a pessoas escravizadas no período colonial implicava na diminuição de bens a serem repartidos entre os mesmos, pois era comum que escravos continuassem em cativo a partir da contestação dos herdeiros, caso a alforria não fosse lavrada em cartório (Tapajós, 2009).

Sobre indivíduos como Pedro José Ribeiro de Faria e Lemos, serão aqui classificados com o termo patrono, pois era essa categorização utilizada também na documentação para destacar outros agentes envolvidos na aquisição de alforrias como testamentários, tabeliões, além de pessoas que emprestavam pecúlio para o pagamento das taxas da manumissão, como parentes mais próximos (Lima, 2014; Moreira, 2018). Assim, para demonstrar essas redes de sociabilidade entre patronos, senhores e escravos bem como a tipologia documental, utilizaremos fontes diversas como processos de liberdade do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas e escrituras de liberdade do 1º Ofício de Notas dispostas no Arquivo Nacional, Inventários post-mortem da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e documentos de liberdade da Biblioteca Britânica e do APERJ.

## REDES DE SOCIABILIDADE, TIPOLOGIA DOCUMENTAL E A PRODUÇÃO DAS LIBERDADES NO SÉCULO XVIII

A história de Joana e sua rede de sociabilidade mostra uma interface entre a escravidão e o sistema de justiça colonial e redes relacionais, bem como garante a possibilidade de traçar trajetórias de pessoas escravizadas pelo cruzamento de fontes diversas, onde é possível perceber estratégias de sobrevivência e apadrinhamento por meio das quais podia-se conquistar a liberdade, garantindo assim, certo grau de proteção e acesso social via o acionamento de uma rede de sociabilidade. Todavia, a instituição de tais laços no escravismo sistêmico eram intensamente feito e refeito, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atavam as pessoas mesmo quando não atingiam a forma verdadeira de organização institucional (Simmel, 2006). Portanto, era em meio às essas relações costumeiras, pautadas pela hierarquia social, pela economia e violência sistêmica que os enlaces passavam por toda forma de adaptações, e isso pode ser apreendido quando analisamos a produção da liberdade como processo.

Além disso, mesmo que a norma costumeira<sup>1</sup> se adequasse as demandas dos indivíduos, a densidade da narrativa deste

---

<sup>2</sup> O termo “costumeiro” é aqui utilizado de acordo com o conceito desenvolvido por mim ainda no mestrado na UFRJ, denominado “economia costumeira”. Tal escopo teórico defende que a ideia de costume exposto nas normas (nesse caso as condicionantes expostas nas alforrias) vem das discussões de E. P. Thompson e Karl Polanyi sobre como a economia pode utilizar os costumes locais para penetrar no tecido social. Ver POLANYI, Karl. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012; THOMPSON, E. P. ‘Folclore, antropologia e história social’. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; THOMPSON, E.P. A economia mo-

e de outros casos que demonstraremos ao longo do texto, infere com algum grau de certeza sobre a importância de se obedecer à lei mediante a aquisição da alforria somente a partir da dimensão cartorial, o que aponta que não era a igreja e seus poderes locais que determinava, em termos de legitimidade, qual escravo modificaria seu padrão jurídico.

Para dar solidez a estes argumentos, destaco que tais hipóteses foram extraídas, inicialmente, a partir da análise qualitativa e quantitativa de um banco de dados de alforrias cartoriais que abrangem mais de sete mil linhas de informações dos 1º, 2º, 3º, 4º ofícios de notas da capitania fluminense<sup>3</sup>. Nele foi possível visualizar dentre outros registros: grupos de afinidades de senhores e escravos, cor e origem de ambos, local da morada, profissões e/ou ocupações dos senhores e a ação dos patronos. Trata-se de informações extraídas dos livros de notas, que serviam de rascunho para produção dos documentos necessários ao processo de libertação dos indivíduos, e dos livros de registros gerais, onde eram transcritas as cartas de alforrias.

---

ral revisitada, p. 205. In: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobre as divergências e pontos em comum dos dois autores ver ROGAN, Tim. *The moral economists: R.H. Tawney, Karl Polanyi, E.P. Thompson, and the critique of capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2018.

<sup>3</sup> Esse texto foi desenvolvido a partir das discussões do minicurso “Narrativas de liberdades: justiça, escravidão e aspectos documentais das alforrias na América Portuguesa” no I Colóquio de Filologia e História-GEFILL Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – UFBA no ano de 2021 com a parceria de Douglas Lima. Agradeço imensamente a professora Eliana Correa Brandão pelo apoio, bem como a Rebeca Bomfim e Pollyana Macêdo.

O que ocorria era que os agentes cartoriais se dirigiam até a morada do senhor ou recebia estes em sua casa, junto com testemunhas e demais patronos, munidos do livro de notas e lá redigiam o acordo feito entre as partes, posteriormente, nos registros gerais, eram constituídas as escrituras da liberdade e/ou alforria e a carta que ficava em posse do escravo para comprovar seu status de liberto.

Portanto, será demonstrado ao longo do texto, que as alforrias cartoriais no Rio de Janeiro é um tema muito pouco estudado em suas características qualitativas faltando também aos poucos estudos existentes (Sampaio, 2005), explicitações dos aspectos territoriais e sociais da produção documental. Além do mais, reafirmamos que muitos dos trabalhos relacionados a forros (Soares, 2009; Guedes, 2014) utilizaram em demasia as chamadas “alforrias paroquiais” que, do ponto de vista jurídico, não tinham validade. Inicialmente, e a título de exemplo, para expor algumas disparidades a esse respeito, daremos alguns exemplos historiográficos sobre o não aprofundamento das alforrias em seus aspectos sociais e qualitativos.

Sheila Faria em um importante estudo sobre tal corpus documental, comparou dados do Rio de Janeiro e São João Del Rey. Explicita que analisou em torno de 7.739 alforrias para a capitania fluminense entre os anos de 1700 e 1850. Tal estudo, contemplou os cartórios do 1º, 2º, 3º e 4º ofício de notas (Faria, 2008), entretanto, sabemos que haviam outros cartórios, e mesmo os ofícios analisados não apresentam sua totalidade dos documentos produzidos sobre a população escravizada. Essa afirmação vem do fato de que essa documentação está dispersa em outras instituições além do Arquivo Nacional,

como no APERJ<sup>4</sup>. A análise de Faria, portanto, não contempla a totalidade de tais documentos notariais e nem leva em consideração outras formas de registros documentais seculares, ou seja, que não eram produzidos pelas instituições eclesiásticas e que podem representar mudança no padrão jurídico de es-

- 4 Registros cartoriais envolvendo posse, venda de escravos e produção de cartas de alforrias: Documentação relativa às localidades de Itaguaí, Freguesia do Bananal, Freguesia da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, Iguaçú, São João do Príncipe, Vassouras, Resende e Campos (BR RJAPERJ PP.SPP.0830); Documentação relativa ao atual município de Silva Jardim: Contém registros de escritura, procuração, carta (título/ documento) de liberdade condicional, carta particular (em folha avulsa), alvará de licença, substabelecimento de procuração (BR RJAPERJ CSJ.LNT.6); Parte da documentação do 4º ofício de notas da cidade do Rio de Janeiro. Contém registros de escritura, procuração, carta (título/ documento) de liberdade condicional, carta particular (em folha avulsa), alvará de licença, substabelecimento de procuração (BR RJAPERJ CSJ.LNT.6); Documentos das Coletorias de Magé e Parati endereçados a Diretoria da Fazenda Provincial: Compra e venda de escravos em Magé, Imposto de meia-sisa de escravos (BR RJAPERJ PP.FP.0368); outros documentos sobre escravidão: Documentação relativa à concessão de carta de liberdade a escravos, em Itaguaí e Rio de Janeiro, documentação relativa a escravos libertos em Itaguaí, documentação relativa à arrematação de escravos e pagamento de imposto de meia sisa em Vassouras, Declaração de compra de escravos, em Piraí, verba testamentária de Claudina Custodia Machado libertando escravos, em Itaguaí (BR RJAPERJ PP.SPP.0312); Cartório do 1º Ofício de Justiça de Niterói: Contém registros de escrituras, procuração, carta de liberdade de escravos, substabelecimento de procuração, documentos, transcrição de ata de eleição para presidente e vice-presidente da República, ata de eleição para deputado (BR RJAPERJ C1N.LE.14); Livro de Notas de Compra e Venda de Bens de Raiz de Silva Jardim: Contém registros de escritura, carta de liberdade, compra de terras por papel particular (BR RJAPERJ CSJ.LNT.15) ; Livro de notas do 2º tabelião da nova vila de São Francisco Xavier de Itaguaí: escrituras de dívida de uma escrava, de negação de liberdade e de declaração de contrato de arrendamento, carta e escritura de liberdade, lançamento de carta de alforria. A documentação representa também as localidades de Documentação relativa às localidades Angra dos Reis, Espigão, Prainha (Ilha da Madeira e Itaguaí), Laranjeiras, Rio do Capão, Freguesia de Mangaratiba, São João do Príncipe, Coroa Grande e Estrada da Serra (BR RJAPERJ PP.SPP.1183); Livro de notas do Cartório da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Jurujuba (BR RJAPERJ PP.SPP.1186); Livro do Cartório do 4º Distrito de Iguaçú: Documentação relativa às localidades de Iguaçú, Freguesia de Irajá, Freguesia de Meriti, Sarapuí, Freguesia de Inhaúma, Santa Cruz, Freguesia da Guaratiba, Areal, Macaco, Tijuca, Taquara (em Duque de Caxias), Quebra Cangalhas, Freguesia de Campo Grande ,Freguesia do Engenho Novo (BR RJAPERJ PP.SPP.1066).

cravo para forro, sobretudo, em outras localidades da capitania fluminense. Entretanto, isso não diminui a importância do estudo, mas tal valor historiográfico deve ser atribuído somente a título de amostragem.

Já Vanessa Sanches em uma nota de pesquisa, relata ter analisado um banco de dados de 18.000 manumissões entre os anos de 1840 a 1880, especificamente para a região do Rio de Janeiro Imperial (Sanches, 2014). Comparando os dois estudos para além da diferença gritante entre os números apresentados pelas duas pesquisadoras, há outros aspectos nos referidos textos que devem ser explicitados e que representam divergências. No Caso de Faria, não há em nenhum momento a menção sobre a distinção entre “carta de alforria” e “escritura de liberdade”, o que pode ter sido provocado talvez por alguma disparidade em relação a classificação de tais arquivos nas instituições de resguardo documental, nesse caso o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Essa peculiaridade arquivística, se torna basilar para se analisar a concessão das alforrias como processo de longa duração no âmbito econômico, político e social. A escritura de liberdade<sup>5</sup> era a negociação entre senhores e escravizados. Nela as condicionantes eram constituídas envolvendo também os patronos, que, em muitos casos, emprestavam pecúlio para o escravizado parcelar sua liberdade, no caso da coartação (Pineiro, 2013; Lima, 2014; Moreira, 2018). Lima aponta essas importante diferença documental nas tratativas que envolvem as liberdades em Sabará, nas Minas Gerais do século XVIII:

---

<sup>5</sup> Também pode ser classificada como escritura de alforria.

A construção gramatical das cartas de alforria é permeada pelo uso de pronomes em primeira pessoa. Ao se apresentar no início do documento, o proprietário procura se afirmar como o legítimo “senhor e possuidor” do escravo que está às portas de alcançar a liberdade. Já nas escrituras de alforria, prevalece o uso da segunda pessoa como opção narrativa. O tabelião demonstra ao longo da escritura que as principais informações do documento são diretamente oferecidas pelo detentor da posse legal do escravo. A comparação dos sumários de ambas as tipologias de alforria aponta outro indício que permite perceber as diferenças entre elas. Muitos tabeliões utilizavam o termo “traslado” para fortalecerem a ideia de que não foram os responsáveis pela composição inicial da carta de alforria. O assento no Livro de Notas era apenas a cópia de um documento anteriormente elaborado em outro espaço e que chegou à esfera cartorial mediante solicitação. A ausência de menção semelhante permite inferir que o controle dos tabeliões sobre a estrutura protocolar das escrituras era maior se confrontado à relativa heterogeneidade de redação das cartas (Lima, 2014, p. 84).

Há, segundo Lima, algumas etapas de produção documental onde o mesmo indivíduo pode aparecer como forro ou liberto, no caso de Joana de Benguela ela aparece como forra no testamento da esposa de Correa, no testamento do próprio Correa e provavelmente nos registros de Bento Pinto da Fonseca que foi tabelião do 3º ofício de notas entre os anos de 1745 e 1774 (Macedo, 2007). Nesse esteio, o que Faria aponta como “repetição” em seu texto, é provavelmente uma cópia ou algo

assim da mesma alforria, sendo, portanto, uma dupla produção documental do mesmo processo: primeiro se lançava a escritura de liberdade no livro de notas ou de alforria como uma espécie de rascunho, para depois se produzir a carta que ficava em posse do agora forro/liberto.

Outros fatores também podem nos induzir a equívocos. Em minha dissertação de mestrado, analisei 200 “escrituras de liberdade” até então inéditas do 4º ofício, todas registradas em “livros de notas”, catalogadas e classificadas em períodos posteriores por arquivistas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (Moreira, 2018). Entretanto, recentemente, em minha pesquisa de doutorado, comparei tais características documentais e arquivistas com dados extraídos do 1º ofício de notas da cidade do Rio de Janeiro, o que possibilitou levantar hipóteses sobre a repetição detectada por Faria.

Tais problemáticas foram reforçadas também pela análise comparativa da recente publicação do Endangered Archives Program na Biblioteca Britânica-BB, da coleção dos Livros de Notas dos Tabeliães-LNT de Salvador, entre o final do século XVII e o início do século XX, projeto dirigido pelo professor João José Reis e Gabriela Sampaio da UFBA, com intensa dedicação do pesquisador Urano Andrade<sup>6</sup>. Nele é possível ver que nos livros de notas da “Cidade da Bahia” (Salvador e região metropolitana) há uma cópia da escritura de liberdade, logo abaixo da carta de alforria. Ou seja, em Salvador, a escritura estava em outro tipo de classificação documental.

---

<sup>6</sup> <https://eap.bl.uk/project/EAP703/search?fbclid=IwAR2FIIGU6LuUVzNZvprB3rQUf-zlqxMuyRYOwhVf8eoOijBUk3PwVu3lJa5I>

Contudo, faltava ratificar essa hipótese de dupla produção também em terras soteropolitanas, e isso foi possível, pois Urano Andrade disponibilizou em seu Blog a catalogação feita a partir de todos os livros de escrituras de bens e imóveis<sup>7</sup>. A partir de então, reforçado também pela pesquisa de Pesavento para o Rio de Janeiro onde em alguns livros cartoriais do Rio de Janeiro, negócios envolvendo alforrias representam cerca de 40% (Pesavento, 2009) as chamadas escrituras de liberdade estavam classificadas não somente no registro de notas, mas nos registros gerais ou livros de escrituras. Isso reforça também a ideia de que o negro escravizado tinha sua liberdade negociada no mesmo patamar da venda de bens e imóveis como casas, terrenos, fazendas etc.

Entender a importância desse processo faz todo o sentido se nos afastarmos de “subjetividades políticas” para perceber que o escravizado era classificado nas Ordenações Filipinas como um bem, com valor estipulado no mercado local. Outro dado importante é que além da liberdade ser monetarizada, os agentes cartoriais lucravam com as demandas burocráticas das negociações, através da cobrança dos emolumentos (Telles, 1830).

A conclusão a partir de tal comparação é que, em relação ao Rio de Janeiro, não nos atentamos para as peculiaridades arquivistas na hora de categorizar um indivíduo como forro. Ao comparar com os dados do 1º ofício de notas isso se torna

---

<sup>7</sup> APEB-Governo do Estado da Bahia: SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO FUNDAÇÃO PEDRO CALMON - CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA In <https://uranohistoria.blogspot.com/>

mais evidente, posto que os registros, por vezes, também estão catalogados em livros distintos.

Criado por Mem de Sá a 20 de setembro de 1565, quando nomeou como seu primeiro proprietário Pero ou Pedro da Costa, o 1º ofício de notas talvez seja esse o cartório mais antigo da região Sudeste<sup>8</sup>. Possui 413 documentos que vão do período de 17 de Dezembro de 1609 a 13 de Julho de 1900, assim divididos: escrituras diversas e procurações; 226, escrituras diversas<sup>9</sup>, procurações e traslados<sup>10</sup> afins; 8, escrituras diversas; 77, escritura diversas que inclui venda de escravos, escrituras de compra e venda de escravos, contratos, instrumentos, meios de compra e venda e demais atos translativos, escritura de compra e venda translativo de propriedade; 1, escrituras de compra e venda e atos translativos; 3, contratos com exceção de vendas. Já nos livros de registros gerais que possui 112 documentos que vão de 1704 a 22 de Agosto de 1889, estão assim divididos; registros diversos 31; registros de processos e escritos de liberdade 2; registro de carta de liberdade, casamento de sesmaria e procuração 1; registros de escritos de liberdade, procurações e outros documentos 9; registros de escritos, procurações e outros papéis 4; registros

---

<sup>8</sup> Os documentos liberados do século XVIII surgem esporadicamente a partir dos seguintes anos: 1730, 1731, 1732, 1743, 1744, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1756, 1757, 1773, 1774 e 1775. A partir do ano de 1777 os documentos se encontram liberados para pesquisa até o final do século XIX, sendo que, os documentos que vão de 1782 a 1785 e os que vão de 1809 a 1900 estão microfilmados.

<sup>9</sup> O termo diverso aqui é colocado pela não identificação do tipo de escritura.

<sup>10</sup> Mesmo termo que Douglas Lima aponta como sendo rascunho feito em trânsito para produção de outros papéis para tratativas de escrituras. Ver LIMA, Douglas. A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas / Douglas Lima. - 2014.

de procurações, cartas de liberdade e outros papéis 28; registros de cartas de liberdade e mais papéis avulsos 11; registros de procuração e mais documentos que fizeram parte de escrituras 26 (Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro).

No livro de registros gerais do 1º ofício de Notas encontramos estudos de caso que apontam para tais diversidades documentais. No dia 22 de março de 1775, a reverenda Madre regente do Convento de Santa Tereza do Desterro, deu a um pardo por nome Alexandre José Paes escravo do dito convento, sua “escritura de alforria e carta de liberdade”. Ainda segundo o documento, Alexandre José “oficial de Barbeiro que ficou com o dito convento como se os mais por falecimento do Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de Bobatela governador que foi desta capitania que pelos bons serviços que o dito convento tem dele recebido” deixou o pardo escravizado sob os cuidados da instituição. A partir da tal data o pardo se tornara “forro e liberto e como tal o possa tratar-se e ir para onde lhe parecer como se forro e livre nascesse” (Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro/livro de registros gerais).

Duas hipóteses podem ser vislumbradas a partir das informações no processo de libertação de Alexandre, e que dão mais sustentação aos nossos argumentos. A Primeira questão é que se alforria paroquial tivesse validade, ou seja, se padres tivessem o poder de modificar o status jurídico de um escravo, quais motivos levariam uma instituição católica a registrar o processo em um cartório? A Segunda questão é sobre classificação documental. Alexandre recebe a escritura de alforria

e carta de liberdade<sup>11</sup>, o que lhe confere duas categorias, a de forro e liberto, ou seja, havia uma diferença importante nessas nomenclaturas: nem todo forro era livre, e livre só era quem de fato registrava em cartório a negociação.

Em outro caso, essas e outras reverberações, inclusive no que se refere as “últimas vontades” dos defuntos, demonstram como o escravismo amarrava os indivíduos em várias facetas, o que dificultava o exercício da liberdade e sustentava, ao bel prazer dos senhores, uma economia alimentada por normas costumeiras.

No dia dois de junho do ano de 1749, Margarida Dias, preta forra e viúva de Gabriel da Costa, moradora da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, compareceu a casa do tabelião do 1º ofício de notas Francisco Xavier da Silva, para redigir a escritura e carta de liberdade condicional de uma escrava de nome “Maria de nação Angola” e seus “dois filhos um por nome Tomé mulatinho de idade de seis anos pouco mais ou menos, e outra por nome Rita cabrinha de idade de um ano”. Margarida pele ao tabelião que anote a seguinte condicionante:

[...] enquanto ela dita outorgante for viva serão obrigados os ditos seus escravos a servi-la como até agora tem feito sem contradição alguma, e por seu falecimento lhes dá a todos a alforria e carta de liberdade pelo amor de Deus

---

<sup>11</sup> Alguns livros registram escrituras de liberdade e carta de alforria, outros registram escritura de alforria e carta de liberdade. Isso parece ser de acordo com as categorizações feitas pelo próprio tabelião. O importante é apontar que existe uma diferença entre a escritura, que é onde se anota a negociação, e a carta que ficava de posse do indivíduo escravizado.

para que do tal dia em diante sejam forros e libertos assim a dita preta como os dois seus filhos e como tais possam tratar-se e ir para donde lhes parecer com certidão do seu falecimento como se forros e livres nascessem, sem em nunca houvessem tido cativo algum sem que seus testamenteiros nem outra qualquer pessoa lhe possa impedir a dita liberdade[...] (Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro/livro de notas).

Outras questões podem ser suscitadas a partir da condição imposta à Maria de Angola. A escravizada e seus filhos só poderiam gozar de plena liberdade a partir da morte de Margarida Dias, e deveriam, ao que tudo indica, posteriormente a morte da senhora, andar com uma certidão do seu falecimento para que outros herdeiros da viúva de Gabriel da Costa não lhe questionassem a liberdade. A carta e a escritura foram lavradas para dar sustentação jurídica aos desejos expressos no testamento de Margarida que, provavelmente, tinha alguma relação afetiva com Maria. Assim como no caso Joana de Benguela apresentado inicialmente, Maria não se torna livre a partir do testamento, mas somente após a morte de sua senhora e com as devidas escrituras e cartas lavradas em cartório. Portanto, não se pode influir que a preta escravizada se tornou forra e liberta a partir somente da análise do testamento, ou seja, das últimas vontades de Margarida.

Há casos no livro de registros gerais de alforrias negociadas por párocos, ou seja, alforrias produzidas em documentos eclesiásticos que foram lavradas para atestar outros tipos de condições. No dia seis de julho de 1799 um padre testamenteiro passou a liberdade a escrava “Ana Crioula”:

Eu Padre Manoel dos Santos e Souza Presbítero Secular testamenteiro da falecida Helena da Cruz Passos pela autoridade que me deu a dita falecida no seu testamento dou liberdade a crioula Ana por ter dado, e eu recebido a quantia porque a deixou **quartada**<sup>12</sup> a dita sua senhora e ficara de hoje em diante sendo livre como se nascesse forra do cativo e me obrigo a todo o sempre fazer lhe boa a mesma liberdade e rogo as justiças de Sua Majestade Fidelíssima a façam assim cumprir. Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1799 (Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro/Livro de registro gerais).

O padre Manoel, testamenteiro de Helena Cruz Passos, ficou responsável por receber a quantia que a escravizada acordou com sua senhora para conceder a liberdade. Provavelmente o “Registro de um escrito de liberdade” é um documento avulso produzido no livro de registros gerais para dar legitimidade jurídica a negociação feita a partir do testamento, ou seja, negociação extraída das últimas vontades de Helena. Não foi possível localizar o testamento da senhora, mas podemos inferir que a dita Ana Crioula, não seria liberta somente por meio da concessão da liberdade em testamento sem que antes quitasse a dívida que tinha com sua senhora e que foi recebida pelo padre, já depois da morte de Helena. No mesmo dia, o pároco também libertou a escravizada “Ignácia mulatinha”, filha de Ana Crioula, por meio de mais um “registro de um escrito de liberdade”:

---

<sup>12</sup> Grifo nosso. Modalidade de alforria em que o escravo parcelava a concessão da liberdade.

Eu Padre Manoel dos Santos e Souza Presbítero Secular testamenteiro da falecida Helena da Cruz Passos pela autoridade de que me deu a dita falecida em seu testamento dou liberdade de hoje para sempre a mulatinha Ignácia filha da crioula Ana e ficará sendo livre como nascesse forra de cativo e me obrigo a fazer-lhe boa a dita liberdade e rogo as justiças de Sua Majestade Fidelíssima queiram assim cumprir. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1799 (Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro/Livro de registro gerais).

Mais uma vez um pároco que trata de dar legitimidade a um acordo feito entre uma escrava e sua senhora. Assim, reiteramos que, se analisarmos bem tais fontes em seu aspecto qualitativo, nas entrelinhas, podemos concluir que padre não tinha poder para libertar escravo sem que a negociação fosse lavrada em cartório. O que legitimava a liberdade de um indivíduo eram os tabeliões por meio de escrituras, geralmente nos registros gerais e finalmente a carta de alforria que ficava em posse do indivíduo, como nos dois documentos expostos acima. Era esse o modelo de documento que ficava com o ex-escravizado para que ele pudesse comprovar seu status de forro e/ou liberto. O mais provável é que o indivíduo fosse forro pela categorização nos arquivos paroquiais e se tornava liberto somente através da produção da escritura de liberdade/ou alforria.

Portanto, os números apresentados por Vanessa Sanches de cerca de 18.000 alforrias podem ser pensados somente por meio de inferências, para apresentar um quadro geral de aquisição de liberdade, no século XIX. Entretanto, vamos aos fatos, se Faria computa cerca de 7.739 entre os séculos XVII e XIX,

número muito similar ao computado por mim, como Sanches diz ter feito o levantamento de 18.000 alforrias somente para o século XIX? E como seu trabalho especificou cada condicionante relativa a esses dados?

O que defendemos é que não era “a promessa de liberdade” como dádiva (SOARES, 2009), que de fato sustentava o escravismo e sua economia costumeira, mas as normas expressas nas condições de libertação, um jogo de concessões e negociações que tinha como prisma elementos que perpassavam por anos de socialização entre indivíduos escravizados, senhores, patronos, tabeliões, religiosos e testemunhas. E que envolvia um dos negócios mais lucrativos de todo período colonial. Um cartório movimentava fortunas, os tabeliões cobravam seus emolumentos redigindo normas costumeiras para costurar as relações afetivas e econômicas de senhores e escravos.

Para complementar, no já citado artigo sobre alforrias por substituição de J.J Reis, podemos apreender como esse universo é pouco debatido no que se refere, sobretudo, a importância das condições para sustentação do escravismo na província do Rio de Janeiro. Das seis localidades utilizadas no artigo como exemplo de alforrias condicionadas por substituição, ou seja, quando o escravo dava outro escravo para adquirir a liberdade, somente o trabalho de Márcio Soares aparece como exemplo quantitativo dessa modalidade para Campos dos Goytacazes, no norte fluminense. Segundo a tabela 1(Reis, 2021, p. 235) do texto de Reis, entre os períodos de 1735-1831 Campos teve ao todo 389 alforrias catalogadas por Soares e que dentre essas somente 8 foram alforrias por substituição, ou seja, quando um indivíduo escravizado dá outro escravo em troca de sua liberdade.

Entretanto, apesar de Soares trabalhar com variadas fontes de Campos, inclusive com documentos relativos a dois cartórios (1º e 2º ofício de notas), não há uma distinção nítida dos tipos de concessões nem de condicionantes, somente generalizações numéricas que dão um panorama geral das alforrias, assim como Sanches, e pouco se discute os aspectos quantitativos dos documentos. Soares contraditoriamente afirma em sua tese de doutoramento que:

Hoje se pode afirmar que essas cifras estão subestimadas, uma vez que, quase sempre, foram calculadas apenas a partir de uma análise quantitativa das cartas de alforria sem que se tenha levado em conta que as outras formas legais de manumissão, tais como as ocorridas na pia batismal, as testamentárias e os papéis particulares, posto que nem sempre eram registradas em cartório (Soares, 2006, p. 147)

Ou seja, para Soares, em uma sociedade regida pelo catolicismo, as variáveis da moralidade católica tinham poder de dar legitimidade jurídica as formas e categorias de concessão de alforrias, ou seja, se indivíduos como Ana Crioula e sua filha, Joana de Benguela e Alexandre José foram postos em liberdade pela igreja isso já bastaria para que “se tornassem forras como se livres fossem do ventre de sua mãe”.

A conclusão a que chegamos é que existe uma supervalorização da igreja como detentora de poder de colocar indivíduos em liberdade, inclusive no sacramento de batismo, pela alforria de pia. Isso se tornou um problema, posto que nos casos apresentados acima, mesmo com testamenteiros párocos

e madres donas de escravos, todos tinham que registrar os papéis em cartório para dar legitimidade a condição de forro e/ou liberto. Reiteramos que, diferente do que apregoa a história social, a alforria funcionava em duas dimensões, uma simbólica, dada pela igreja e pelos senhores, e outra econômica e jurídica, dada através da pena do tabelião.

Portanto, entre uma e outra havia um “limbo social”, como no caso Joana de Benguela em que a escravizada ficou mais de vinte anos classificada como forra no testamento da esposa de Antonio Correa. Portanto, no artigo de Reis, há uma ausência de estudos sobre alforrias no período colonial para a capitania fluminense, especificamente sobre o século XVIII. Mas isso não ocorreu por mero descuido de um dos maiores pesquisadores da nossa historiografia, mas pelo fato de não existirem estudos qualitativos sobre as formas de aquisição da liberdade no Rio de Janeiro colonial e sobre alforrias cartoriais como mola propulsora de normas condicionantes que davam sustentação a economia costumeira.

## CONCLUSÃO

Portanto, o que nos dispomos a fazer nesse texto, se desenrolou a partir da análise qualitativa das alforrias cartoriais do Rio de Janeiro que, comparados com os dados de outros corpus documentais e também de Salvador, nos possibilitou levantar uma série de problemáticas sobre a alforria enquanto processo de longa duração. Era preciso que além “de ser deixado livre em testamento”, o escravo lavrasse essa determinação senhorial em cartório, para que os herdeiros não contestassem a vontade do defunto; nesses casos, era necessário também

que o indivíduo escravizado andasse com outro documento que atestasse o falecimento do senhor; outro fato é que existiu uma diferença importante entre ser “forro” e ser “liberto”, ou seja, reiteramos que nem todo forro era liberto; as alforrias paroquiais não tinham validade jurídica; e por fim, eram as condições normativas que amarravam os indivíduos nas teias do escravismo e não a “promessa de alforria”.

É justamente apontamentos como estes feitos por meio da análise qualitativa dos documentos que demonstram o impacto desse tipo de relações na economia costumeira, ou seja, como elemento conciliatórios/normativos somado ao fato do escravismo ser o alicerce das hierarquias sociais na capitania fluminense setecentista. Isso moldou uma mentalidade que amarrava indivíduos escravizados as relações escusas com seus senhores e patronos, fazendo com que tráfico, socialização e a alforria funcionassem como as engrenagens econômicas de uma máquina de submeter indivíduo a condição mais desgraçada da história humana: a escravidão.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

APERJ: Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto Resgate/Arquivo Histórico Ultramarino

APEB-Governo do Estado da Bahia: SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO FUNDAÇÃO PEDRO CALMON - CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA In <https://uranohistoria.blogspot.com/>

Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro/Livro de registro gerais.

Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro/livro de notas.

(Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro) Livro AP0156 da Sé (Testamentos e Óbitos / 1776 – 1784)

Livros de Notas de Salvador (projeto da Biblioteca Britânica). Disponível in: <https://eap.bl.uk/project/EAP703/search?fbclid=IwAR2FIlGU6LuU-VzNZvprB3rQUfzlqxMuyRYOwhVf8eoOijBUk3PwVu3lJa5I>

## BIBLIOGRAFIA:

GUEDES, Ferreira Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio). In FRAGOSO, João; GOUVÊA Maria de Fátima (org.) **O Brasil Colonial**. vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia; WANDERLEY, Marcelo Rocha (orgs.). **Últimas vontades: Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica [séculos XVII e XVIII]**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda/FAPERJ, 2015.

FARIA, Sheila de C. Aspectos demográficos da alforria no Rio de Janeiro e em São João Del Rey entre 1700 e 1850. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008.

LIMA, Douglas. **A polissemia das alforrias: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte/MG: 2014.

MACEDO, Deoclécio Leite. **Tabeliães do Rio de Janeiro do 1º ao 4º Ofício de Notas: 1565-1822**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MOREIRA, Philippe. **Entre forros, senhores e patronos: dons, contradons e política na produção das alforrias cartoriais**. (Rio de Janeiro, 1750-1780). Dissertação de Mestrado, PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

PESSAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos**. Tese de Doutorado. PPGE-UFF, Niterói, 2009.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Em defesa da liberdade: libertos e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português** (Mariana e Lisboa, 1720-1819). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2013.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

REIS, J. J. Por sua liberdade me oferece uma escrava: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. **Afro-Ásia**, [S. L.], n. 63, 2021.

ROGAN, Tim. **The moral economists: R.H. Tawney, Karl Polanyi, E.P. Thompson, and the critique of capitalism**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2018.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial. In: FLORENTINO, Manolo. (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. **Notas de pesquisa sobre as alforrias Condicionais no Rio De Janeiro Imperial**, ANPHU 2014.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SOARES, Márcio. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830**. Apicuri, 2009.

TAPAJÓS, Verônica Maria Nascimento. **As cartas de alforria da Cidade do Rio de Janeiro: diversidades e peculiaridades nas relações de poder senhorial nas primeiras décadas do século XIX**. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2009.

TELLES, José Homem Correa. **Manual do Tabellião ou Ensaio de Jurisprudencia Eurematica**. Lisboa: Impressão Regia, 1830.

THOMPSON, E. P. 'Folclore, antropologia e história social'. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# ATAS DO CLUB CUPIM: TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM UM CENÁRIO DE LUTA ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX

---

Valéria Severina Gomes

Universidade Federal Rural de Pernambuco – PROGEL

Cristiane Alves de Lima

Universidade Federal Rural de Pernambuco – PROGEL

## INTRODUÇÃO

Sempre são bem-vindas iniciativas acadêmicas que buscam agregar diferentes saberes em favor do conhecimento e da busca de soluções para as questões que historicamente desafiam a humanidade. Essa articulação é necessária, sobretudo, no que diz respeito às pesquisas que envolvem a língua(gem), uma vez que as práticas comunicativas se dão por meio de textos cultural e sócio-historicamente situados. Assim também pensa Freire (2011), na obra *Pedagogia da Autonomia*, ao defender que o encaminhamento didático tem sua base nos diferentes saberes.

Nesse sentido, a realização do I Colóquio de Filologia e História, cuja temática central foi a Documentação histórica e narrativas de violência e de resistência nos séculos XVIII e XIX, ocorrido de 16 a 18 de junho de 2021, trouxe à baila múltiplas discussões que retrataram contextos de violência e de resistência em séculos passados e que, de algum modo, se

atualizam em nossos dias. Iniciativas como essa evidenciam, por meio da ciência, a importância de conhecer o passado para atuar no presente. Na ocasião do evento, foi apresentado o estudo que compõe este capítulo, adotando uma perspectiva interdisciplinar que buscou agregar Filologia, Tradição Discursiva e Linguística Sócio-histórica. O nosso lugar de fala é o da Linguística, mas nos pautamos no labor filológico a partir do entendimento de que “a construção linguística e discursiva do texto é resultante da ação do tempo, do espaço e da cultura escrita e, portanto, a história de um texto é complexa, pois sua produção está fundada no sujeito, na linguagem e no discurso” (Gonçalves, 2020, p. 585). Assim como Maia (2012, p. 541), reconhecemos a reciprocidade e a complementaridade que envolve a historicidade da língua e a historicidade dos textos:

A Linguística Histórica consagrada ao estudo das mudanças que a língua sofreu no seu devir temporal precisa dos textos escritos, eles constituem a base documental que sustenta a reconstrução dos processos evolutivos sofridos pela língua na trajetória ao longo do tempo. Mas, numa atitude de reciprocidade e de complementaridade, a Linguística e, principalmente, a Linguística Histórica proporciona os conhecimentos necessários a uma adequada análise crítica e reconstrutiva de textos de sincronias pretéritas.

Adotamos o Modelo de Tradição Discursiva (TD), que emerge da Filologia Românica alemã, uma vez que integra essas duas historicidades e explicita a passagem da intenção comunicativa por um duplo filtro tradicional: a ordem lingüís-

tica que encadeia os signos de uma língua, segundo as regras sintáticas, as escolhas lexicais de acordo com os propósitos sociopragmáticos, por exemplo; e a ordem textual, que atualiza certas tradições discursivas (Kabatek, 2001, p. 99). Para Shibya<sup>1</sup> (2020, p. 570-571), um dos aspectos controversos dentro desse modelo é a relação entre estilo e tradições discursivas, sobre o qual é possível distinguir duas posturas bem diferenciadas:

- a) os estilos não são tradições discursivas, senão variedades diafásicas (ou registros) que se localizam no marco das línguas históricas individuais, pelo que fazem parte do saber idiomático dos falantes (Coseriu, 1982; López Serena, 2012 *apud* Shibya, 2020)
- b) os estilos são tradições discursivas correspondentes aos tipos textuais, aos gêneros, às formas de conversação, aos atos de fala, etc., por isso compartilham o mesmo caráter supraidiomático (Koch, 1997; Kabatek, 2007; Kabatek, 2018b *apud* Shibya, 2020).

Shibya (2020) distingue, então, dois níveis diferentes de estilo: (i) individual e (ii) supraindividual:

- i) O estilo individual não representa por si só uma tradição discursiva, já que (...) as escolhas individuais de um autor permitem reconhecer um uso particular da língua, traços específicos, e com isso distinguir textos de diferentes autores, como, por exemplo, os de José Saramago. A possibilidade de distinguir o uso indivi-

---

<sup>1</sup> Para uma discussão mais ampla sobre o estilo e Tradição Discursiva, consultar o artigo de Shibya (2020).

dual da língua a partir de traços específicos é o postulado fundamental da linguística forense. (Shibya, 2020, p. 576).

- ii) Os estilos supraindividuais se baseiam em configurações funcionais genéricas interlinguísticas, que cada língua atualiza de acordo com suas características tipológicas (Shibya, 2020, p. 578); preestabelecem certas pautas para a realização de determinados tipos de discurso: o estilo científico, técnico, periodístico, religioso, jurídico, etc. pero también de barroco, manierismo, modernismo, etc. (Shibya, 2020, p. 576). Essa linguagem especializada extrapola as fronteiras das línguas históricas. Desta maneira, os conceitos de tradição discursiva e estilo não são equivalentes, mas que se interseccionam parcialmente (Shibya, 2020).

O Fenômeno estilo é bastante complexo e há vertentes conceituais distintas: as perspectivas da língua, dos gêneros, semiótica, textual e a perspectiva da Linguística de Texto Co-seriana, esta última é a proposta apresentada por Moreira (2018)<sup>2</sup>. Pelas limitações deste capítulo, estamos considerando, apenas, os dois níveis de estilo abordados por Shibya (2020), o individual e o supraindividual, e, delimitando ainda mais, vamos nos deter ao segundo tipo. Em consonância com a tese defendida pelo autor de que apenas o nível supraindividual tem correspondência com um tipo de TD (Shibya, 2020, p. 571),

---

<sup>2</sup> Para uma discussão mais ampla sobre as vertentes conceituais do fenômeno estilo, consultar a dissertação de Moreira (2018).

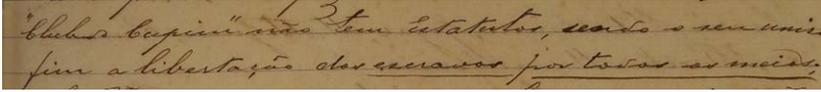
passaremos a analisar 21 (vinte e uma) atas do Club Cupim. As questões norteadoras para a discussão desses documentos históricos de narrativas de violência e de resistência, no cenário de luta abolicionista pernambucano, no século XIX, são:

- (1) Como eram produzidas as atas do Club Cupim no cenário de resistência e de luta abolicionista pernambucano no século XIX?
- (2) Quais estratégias de verbalização e de textualização evidenciam o contexto sócio-histórico e o caráter revolucionário das atas do Club Cupim?

## **1. HORIZONTE SÓCIO-HISTÓRICO DO CLUB CUPIM**

A resistência do povo negro, intensamente viva e urgente nos dias de hoje, tem herança em muitos movimentos sociais que se espalharam Brasil afora, ao longo dos séculos, em busca da liberdade e da dignidade dos escravizados (exemplo 1). Uma dessas lutas foi travada pelo Club Cupim, nos anos de 1884-1888, durante o movimento abolicionista no Recife-PE. Os cupinzeiros, como eram chamados os integrantes, lutavam, por todas as vias possíveis, pelo fim da escravidão na Província de Pernambuco e tinham como referência a emancipação já ocorrida no Ceará, primeira província do Império a se emancipar, seguida pelo Amazonas, pela cidade interiorana do Rio Grande do Norte, Mossoró, e por Porto Alegre, na província do Rio Grande do Sul (Braga, 2015).

Ex. 1



["Club Cupim" não tem Estatuto, sendo o seu unico fim a libertação dos escravos por todos os meios.]<sup>3</sup>

(Ata nº 14 do *corpus* organizado para este estudo, 03 de setembro de 1885)

Consistia em um clube secreto, cujos embates favoráveis à causa abolicionista eram marcados por ações violentas, perseguições e assassinatos dos negros, durante as fugas, e de abolicionistas e apoiadores, nas ações de fuga dos escravizados. Era composto por figuras notáveis da sociedade, como José Mariano, João Ramos e Fernando de Castro, e também por personagens anônimos, incluindo gente pobre, trabalhadores, personalidades políticas e mulheres. As mulheres nunca puderam exercer publicamente seu papel político durante a monarquia, mas não significou, de forma alguma, que estivessem de mãos atadas, prova disso foi a criação do jornal *Aves Libertas*, sociedade abolicionista unicamente feminina (Braga, 2017, p. 106). No quadro 1, encontra-se uma amostragem de alguns membros fundadores do Club Cupim.

---

<sup>3</sup> Para facilitar a leitura dos exemplos, foram retiradas as marcas de transcrição.

**Quadro 1:** Membros do Club Cupim

<b>Membros fundadores do Club Cupim</b>	<b>Nomes de guerra (Províncias)</b>
<b>João Ramos: ( ? - 1926), foi um político brasileiro.</b>	<b>Ceará</b>
Numa Pompílio: Foi um cirurgião-dentista	Matto-Grosso
<b>Alfredo Pinto Vieira de Melo: Nasceu em 20 de junho de 1863, no Recife, e morreu em 8 de julho de 1923, no Rio de Janeiro. Foi um juiz, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1886.</b>	<b>Minas-geraes</b>
<b>Antonio Faria</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>
Guilherme Pinto	Goyaz
Gaspar da Costa	Rio de Janeiro
Nuno Alves da Fonseca	Alagôas
Luiz Amaral	Pernambuco
Fernando da Costa	Maranhão
Joaquim Pedra	Rio Grande do Norte
Alfredo Ferraz Pinto	Bahia
João Lages	Amazonas

Fonte: Corpus do presente estudo

Por se tratar de uma associação anônima, na província do Norte, conforme a região era designada na época, as práticas subversivas, por meio da língua(gem) empregada, eram uma questão de resistência. Sua atividade secreta impunha a utilização de topônimos (nomes de províncias) como codinomes (Quadro 1), assim como a utilização de senha de acesso “destruir sem rumor”, em consonância com a simbologia do nome do grupo “Club Cupim” (Nabuco, 1958, p.174-175).

Pouco se sabe sobre esses personagens, porque a documentação é escassa. Em destaque, no quadro 1, está João Ramos (O Ceará), presidente do Club e figura bastante requisitada por sua influência e articulação para embarcar os escravizados do Porto de Recife ao Ceará, conforme atestam as suas corres-

pondências passivas. Apesar dos inimigos e das ameaças, os cupinzeiros enviaram para o Ceará quase 2 mil escravizados até fevereiro de 1888 (Castilho, 2008, p.150 *apud* Braga, 2015, p. 5). Alfredo Pinto Vieira de Melo (O Minas Geraes - secretário) e Antonio Faria (O Rio Grande do Sul - secretário interino) são os escreventes das 21 atas que serão analisadas no tópico seguinte, eis o motivo do realce.

## ATAS DO CLUB CUPIM: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA

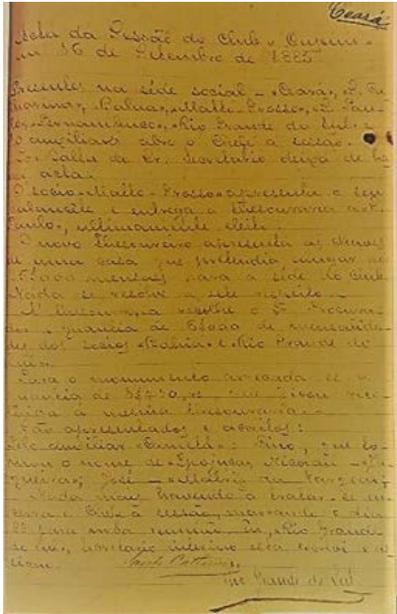
No conjunto de Tradições discursivas (gêneros textuais-discursivos) que compõem a documentação, podemos distinguir aquelas que são sobre o movimento abolicionista (notícias e editoriais de Jornais como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Norte, entre outros) e aquelas próprias do movimento abolicionista (correspondências e atas, entre outros). O *corpus* utilizado no presente estudo é constituído por 21 atas do Club Cupim do século XIX, sendo 11 produzidas no primeiro ano de atividade (1884) e 10 atas produzidas no segundo ano (1885), coletadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), arquivadas em livros-ata, na caixa 16, digitalizadas e compartilhadas pelo historiador Dirceu Marroquim.

As atas foram transcritas de acordo com as normas do projeto nacional Para História do Português Brasileiro (PHPB)<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> Grupo que foi coordenado pelo professor Ataliba T. Castilho e atualmente é coordenado pelo Prof. Sandro Drummond. O objetivo geral do grupo é pesquisar a história do português brasileiro, com a participação de 13 equipes regionais: Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará-Oeste, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

através da ferramenta computacional (eDictor)<sup>5</sup>, conforme os exemplos a seguir:

**Figura 1:** Transcrição do corpus - Edição: Cristiane Alves de Lima



**Ferramenta Computacional Edictor - (Normas de Edição do Projeto Nacional PHPB)**  
**Edição : LIMA, Cristiane de**

1. Modalidade: Língua Escrita
2. Tipo de Texto: Ata
3. Assunto: Deliberação a respeito do novo tesoureiro; discussão para o aluguel de uma casa para sede do clube e apresentação de novos membros auxiliares
4. Data do documento: 16 de Setembro de 1885
5. Local de origem do documento: Brasil - Pernambuco - Recife
6. Local de depósito do documento: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco - Fundo fia - caixa 16
7. Identificação do autor: Dr. Antônio de Faria
8. Número de palavras: 190
9. Editor do documento: LIMA, Cristiane Alves de

Acta da sessão do Club "Cupim" | em 16 de Setembro de 1885 ||

Presentes na sede social - "Ceará", "S. Ca- | tharina", Bahia, Matto-Grosso", "S. Pau- | lo", Pernambuco", "Rio Grande do Sul e 10 auxiliares abre o chefe a sessão. | Por falta do Sr. Secretario deixa de ha- | ver acta. | O socio "Matto-Grosso" apresenta o seu balançolle e entrega a Thesouraria a "S. | Paulo", ultimamente eleito. | O novo Thesoureiro apresenta as chaves | de uma casa que pretendia alugar por | 25\$000 mensaes para a sede do club. | Nada se resolve a este respeito. - | A Thesouraria recolhe o Sr. Procura- | dor a quantia de 6\$000 de mesalida- | de dos socios "Bahia" e "Rio Grande do | Sul". | Para o momento arrecada-se a | quantia de 1\$410 rs. que ficou reco- | lhibida a mesma thesouraria. - | São apresentados e aceitos: | Pelo auxiliar "Carmela": Lino, que to- | mou nome de "Ipojuca", Nicolau - "Ja- | queira", José - "Matriz da Varzea"; | Nada mais havendo a tratar-se- | en- | cerra o chefe a sessão, marcando o dia | 23 para nova reunião. Eu, "Rio grande | do Sul, Secretario interino esta escrevi e as- | signo. Santa Catharina | Rio grande do Sul.

A tradição discursiva ata “é um registro em que se relata pormenorizadamente o que se passou em uma reunião, assembleia ou convenção” (Medeiros, 2010, p. 64). Para os sujeitos que assumem a função de redatores desse documento, normalmente os secretários, é necessário conhecer e repetir alguns modos de fazer e de dizer que correspondem à natureza organizacional desse tipo de construção textual. Assim,

<sup>5</sup> eDictor é uma ferramenta computacional para edição filológica e anotação linguística automática.

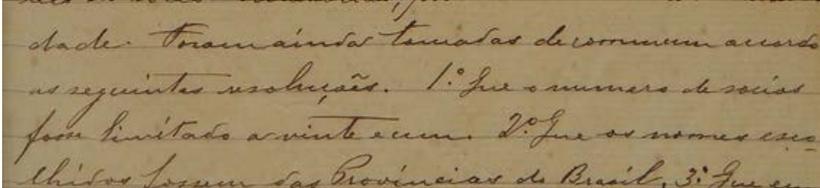
são atualizadas certas regularidades que incluem a organização retórica, o estilo do gênero, fraseologias e unidades lexicais que evidenciam certos traços que se mantêm na passagem de um século a outro, mesmo incorporando novos elementos, como atestou a pesquisa realizada por Moura (2011) com atas de câmaras municipais da Paraíba entre os séculos XIX, XX e XXI.

Neste estudo, buscamos conhecer como eram produzidas as atas do Club Cupim, no cenário de resistência e de luta abolicionista pernambucano, no século XIX. Verificamos que, por se tratar de uma tradição pertence ao domínio burocrático-administrativo, essas atas apresentam um modo de fazer recorrente, ou seja, registram metodicamente as deliberações tomadas pela associação. Uma das especificidades desses documentos é exatamente a narrativa acerca da luta abolicionista evidenciada nas ações realizadas pelos cupinzeiros. O contexto de produção desses textos pode ser resgatado em cada página, inclusive pelos modos de dizer que subvertem o modelo habitual do gênero, o que consiste, sem dúvida, em uma estratégia necessária para o registro das deliberações de uma associação secreta.

No intuito de verificar quais estratégias de verbalização e de textualização evidenciam o contexto sócio-histórico e o caráter revolucionário das atas do Club Cupim, destacamos alguns componentes lexicais utilizados nesses textos, que são indicativos do contexto sociocultural e político de resistência. A atuação dos membros se mantém secreta através dos códigos de conduta e dos códigos linguísticos empregados, a exemplo da senha de acesso “destruir sem rumor”, como também a

utilização de pseudônimos por meio de topônimos, já mencionados anteriormente.

Ex. 2:

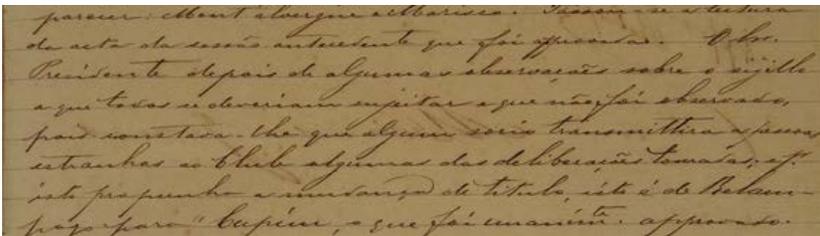


[Foram ainda tomadas de commum accordo as seguintes resoluções. 1º que o numero de socios fosse limitado a vinte e um. 2º que os nomes escolhidos fossem das Províncias do Brasil.]

(Ata nº 2 do corpus organizado para este estudo, 15 de outubro de 1884)

Segundo Braga (2015), na noite de 8 de outubro de 1884, foi fundado um clube chamado Relâmpago, mas como houve comentário externo sobre a reunião secreta, por uma questão de sigilo, o nome da associação foi modificado, como consta na ata de 15 de outubro de 1884.

Ex. 3:



[... O Sr. Presidente depois algumas observações sobre o sigillo a que todos se deveriam sujeitar e que não foi observado, pois constava-lhe que algum socio transmittira a pessoas estranhas ao Club algumas das deliberações tomadas; e por isto propunha a mudança de titulo, isto é de Relampago para Cupim, o que foi unanimemente approvedo.

(Ata nº 2 do corpus organizado para este estudo, 15 de outubro de 1884)

Os sócios que passavam a integrar o Club Cupim eram indicados, nas reuniões secretas, pelos membros mais antigos. A prestação de serviço de “roedor” é extremamente simbólica e representativa da ação central dos cupinzeiros: roer as amarras da prisão, da exploração, da degradação humana, enfim da escravidão. Em suma, os roedores eram conspiradores em prol da abolição.

Ex. 4:

O socio Alagôas agradecendo sua ad-

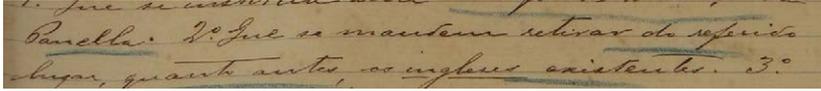
missão no Club oferece seus serviços de roedor, depois de dizer algumas pala- bras sobre a resolução do problema servil.

[... O socio Alagôas agradecendo sua ad- [fol. 1v] missão no Club oferece seus serviços de roedor, depois de dizer algumas palavras sobre a resolução do problema servil.

(Ata nº 19 do corpus organizado para este estudo, 15-10-1885)

Muito representativo também, na narrativa de resistência que compõem as atas, é o emprego do componente lexical *ingleses*, para se referir, de forma camuflada, aos escravizados que eram embarcados e que formavam colônias nas províncias emancipadas: “se faça uma *remessa de ingleses* na barçaça” (Ata nº 13, 03-08-1885); “havia procurado uma casa para *refugio de ingleses*” (Ata nº 14, 03-09-1885); “offereça garantias para fundar [?] *uma colonia inglesa no Amazonas*” (Ata nº 19, 15-10-1885).

Ex. 5:



[... 2º que se mandem retirar do referido lugar, quanto antes, os ingleses existentes.]  
(Ata nº 14 do corpus organizado para este estudo, 03-09-1885)

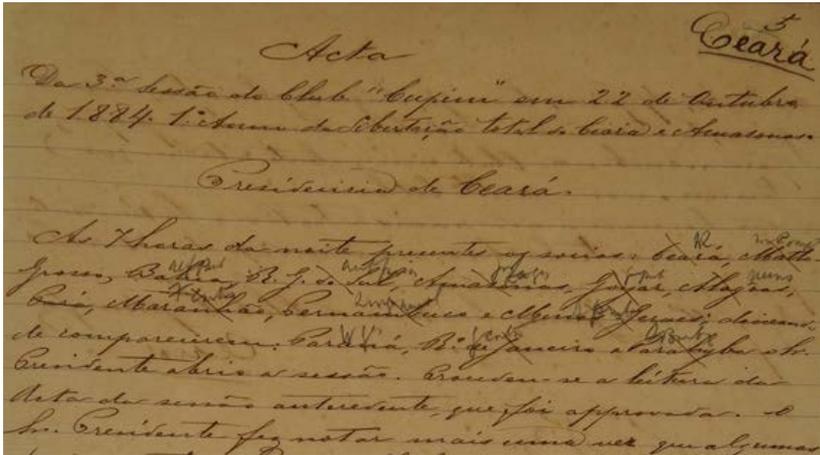
As atas do Club Cupim, como tradições discursivas que são, evocam práticas habituais de modos de dizer que remontam a práticas socioculturais de escrita anteriores, próprias da natureza deste gênero. Elas seguem modelos funcionais interlinguísticos aos quais respondem de acordo com suas características tipológicas, que ficam registradas na materialidade textual. Esses modelos correspondem à dimensão supraindividual de estilo (Shibya, 2020) e diferenciam a ata de outros textos escritos burocrático-administrativos.

No que diz respeito à tradicionalidade composicional, de acordo com Medeiros (2010), a estrutura de uma ata corresponde ao cabeçalho, abertura, ordem do dia, expediente e fecho. Nas cartas do Club Cupim temos:

- (1) Protocolo inicial – Cabeçalho com a numeração ordinal da sessão, a datação cronológica e identificação do presidente; no início do texto há a indicação do horário de início, a relação dos sócios presentes, abertura da sessão, a leitura da ata anterior e aprovação.
- (2) Texto – ordem do dia, expediente, a narração de fatos ocorridos no curso reunião e o registro das deliberações.
- (3) Protocolo Final – o presidente encerra a sessão, marca a próxima reunião e o secretário registra a feitura da ata;
- (4) Assinatura do presidente, do secretário e, às vezes, de alguns membros.

De um modo geral, o protocolo inicial mantém os elementos constitutivos habituais e funcionais da ata, conforme o exemplo 6. A recorrência da forma de tratamento “senhor” para se referir ao presidente cumpre uma finalidade sociopragmática de formalidade, inerente aos documentos burocráticos e administrativos. As fraseologias (frases clichês) também são recorrentes na abertura da ata, por exemplo: “As 7 horas da noite presentes os sócios...”. Da mesma forma, o registro da leitura da ata como condição para a sua aprovação.

Ex. 6:



[Acta

Da 3ª sessão do Club “Cupim” em 22 de outubro de 1884. 1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas.

Presidencia de Ceará.

As 7 horas da noite presentes os socios Ceará <↑João Ramos><sup>6</sup>, Matto - Grosso <↑Numa Pompilio>, Bahia <↑Alfredo Pinto>, Rio grande do Sul <Antônio Pinto>, Amazonas <↑João Lages>, Goyaz <↑guilherme pinto>, Alagôas <↑Nuno>, [ilegível], Maranhão <↑Fernando Costa>, Pernambuco <↑Luiz Amaral> e Minas-Geraes; <↑Alfredo Pinto> deixando de comparecerem: Paraná <↑Wenceslao guimarães>, Rio de Janeiro <↑Gas-

6 Nomes dos sócios escritos em outro punho, a lápis e acima dos pseudônimos.

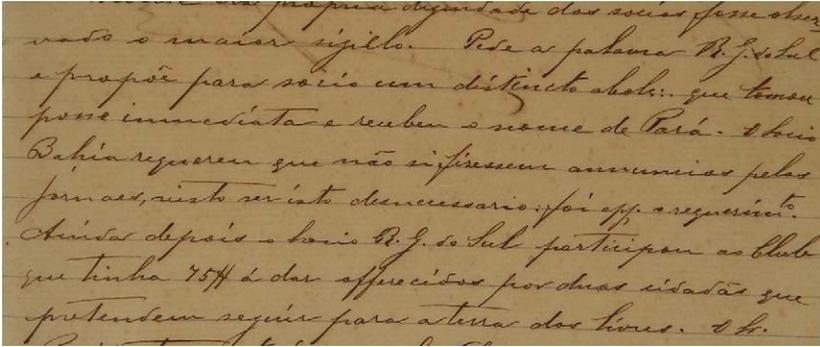
*par Costa* > e Parahyba <↑*Sales Barbosa*> o Sr. Presidente abriu a sessão. Procedeu-se a leitura da I acta da sessão antecedente, que foi aprovada.]

(Ata nº 3 do corpus organizado para este estudo, 22-10-1884)

A narrativa de resistência também se faz presente no protocolo inicial, subvertendo os modos de dizer tradicionais da abertura e deixando registrados, na materialidade do texto, os propósitos do Club Cupim rumo à emancipação também da Província de Pernambuco. O enunciado recorrente, que reforça a luta abolicionista, encontra-se logo após a datação cronológica: “1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas”. Sem dúvida, a insistente lembrança da emancipação de outras províncias, em todas as atas da amostra analisada, é um diferencial no protocolo inicial dessas atas. Além disso, o destaque dado ao presidente, referenciado pelo seu codinome toponímico, também é uma estratégia de verbalização que subverte a abertura tradicional das atas.

O corpo do texto segue o modelo funcional da tradição discursiva ata, contendo a ordem do dia, o expediente, a narração de fatos ocorridos no curso da reunião e o registro das deliberações. Das estratégias linguístico-textuais recorrentes, encontram-se: a incidência da voz passiva, “foi aprovado o requerimento”; a retextualização com citação das falas de forma direta ou indireta, “O socio Bahia requereu que não se fisessem annuncios pelos jornaes...”. Assim, são mantidos hábitos tradicionais que configuram o estilo supraindividual das atas.

Ex. 7:



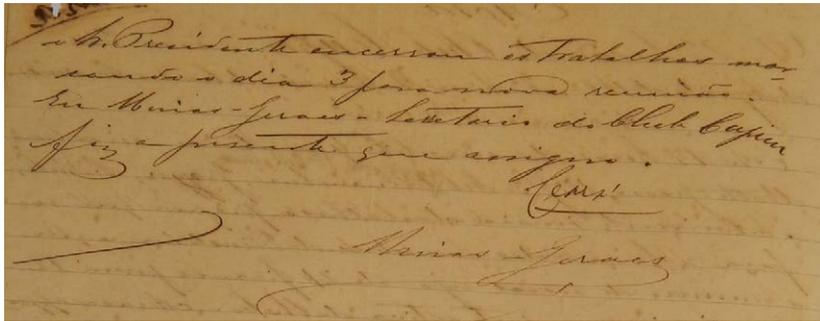
[... Pede a palavra Rio Grande do Sul I e propõe para socio um distincto abolitionista: que tomou posse immediata e recebeu o nome de Pará. O socio Bahia requereu que não se fizessem annuncios pelos jornaes, visto ser isto desnecessario; foi *app. e requerimento*. Ainda depois o socio Rio Grande do Sul participou ao Club que tinha 75[réis] á dar offerecidos por duas cidadãs que pretendem seguir para a terra dos livres...]

(Ata nº 3 do *corpus* organizado para este estudo, 22 de outubro de 1884)

Esse ponto central da ata, em que se encontram registradas todas as deliberações tomadas nas reuniões secretas do Club Cupim, é um espaço efervescente de resistência, contendo, conforme o exemplo 8: a proposição de novos sócios; o cuidado com as publicações nos jornais; os valores destinados a custear o embarque das/dos escravizadas/os para “a terra dos livres”, entre tantos outros conteúdos que relatam as conspirações e ações em favor da liberdade e da dignidade. Assim, cada ata expõe, na materialidade do texto, a memória dessa mobilização social que subvertia a ordem escravocrata em prol da abolição. Um fato que precisa ser conhecido e propagado como referência histórica na atualidade.

Assim como no protocolo inicial, no final, os sujeitos-autores que exercem a função de secretariar a reunião repetem

fórmulas de encerramento que são habituais e que marcam o estilo da ata, diferenciando-a de outros documentos da esfera burocrática. No exemplo 8, destacam-se: “Não havendo nada mais a tratar”; “Eu Minas Geraes secretario do Club Cupim fiz a presente que assigno”. No final do documento, também fica registrado o encerramento proferido pelo Presidente e ambos assinam.



[Não havendo nada mais á tratar [fol. 1v] o *Senhor* Presidente encerrou os trabalhos marcando o dia 3 para nova reunião. Eu Minas-Geraes – Secretario do Club Cupim fiz a presente que assigno.]

Ceará

Minas Geraes

(Ata nº 13 do *corpus* organizado para este estudo, 03 de agosto de 1885)

Em um cenário de violência que requer sigilo, o que há de peculiar no fechamento dessas atas e que remete a atitudes de resistência é a preservação do anonimato por meio da assinatura com os pseudônimos. Considerando as condições de produção das atas do Club Cupim, essa é uma prática subversiva necessária. Assim, esses textos se configuram em eventos intermediados por ordens de discurso, que atualizam os

elementos que vão mudando ou permanecendo ao longo do tempo e que fazem, com objetivos determinados, parte da materialidade linguística (Andrade; Gomes, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de contribuir com as discussões acerca do tema referente à documentação histórica e às narrativas de violência e de resistência nos séculos XVIII e XIX, a abordagem das atas do Club Cupim foi norteadas por duas questões centrais:

- (1) Como eram produzidas as atas do Club Cupim no cenário de resistência e de luta abolicionista pernambucano no século XIX?
- (2) Quais estratégias de verbalização e de textualização evidenciam o contexto sócio-histórico e o caráter revolucionário das atas do Club Cupim?

Não foram poucos os movimentos sociais espalhados pelo Brasil em prol da libertação do povo negro da escravidão. Em Pernambuco, a documentação sobre o Club Cupim e os documentos produzidos pelos membros do grupo, como as vinte e uma atas aqui analisadas, atestam essa luta e retratam um contexto de violência e de resistência que, guardadas as devidas proporções, não difere muito das lutas travadas atualmente. As atas foram escritas por Alfredo Pinto Vieira de Melo (O Minas Geraes) e por Antonio Faria (O Rio Grande do Sul), respectivamente secretário e secretário interino da associação secreta.

Esses escreventes, ao produzirem as atas, evocaram modos tradições de dizer e modos de fazer o texto, que atendem à intenção comunicativa pretendida. A configuração funcional das atas expõe, na materialidade do texto, algumas características tipológicas próprias da esfera burocrática-administrativa. A linguagem especializada correspondente ao estilo supraindividual da ata, estilo que não é idiosincrático, mas interlinguístico, a situa nessa esfera, e não na científica, periodística ou religiosa.

Conforme a natureza dessa tradição discursiva, as atas cumprem o propósito de registrar metodicamente as deliberações tomadas pela associação; mantêm a tradicionalidade composicional (cabeçalho, abertura, ordem do dia, expediente e fecho); registram o emprego da forma de tratamento “senhor”, com a finalidade sociopragmática de marcar a característica formal do documento; evidenciam o emprego de fraseologias (frases clichês) recorrentes, sobretudo na abertura e no encerramento do texto; são utilizadas também estratégias linguístico-textuais recorrentes, como a voz passiva e a retextualização com citação das falas de forma direta ou indireta. Em suma, as atas analisadas mantêm elementos habituais, recorrentes e próprios de sua natureza genérica.

O contexto sócio-histórico, cultural e político em que as atas do Club Cupim foram produzidas é responsável pelo caráter revolucionário e subversivo desses documentos. A narrativa de resistência pode ser identificada por meio das estratégias de verbalização e de textualização empregadas, a exemplo: da seleção dos componentes lexicais que compõem o código linguístico-comunicativo empregado pelos secretários e demais cupinzeiros; da utilização de pseudônimos por meio

de topônimos, como uma medida de sigilo, a fim de proteger a identidade dos membros da associação secreta; da inserção, no protocolo inicial, de um enunciado recorrente, que reforça a luta abolicionista, encontrado logo após a datação cronológica: “1º Anno da Libertação total do Ceará e Amazonas”. Essas e outras estratégias são peculiaridades desses documentos e constroem a narrativa subversiva e de resistência concernente com o contexto de luta abolicionista.

Neste estudo, buscamos conhecer como eram produzidas as atas do Club Cupim, no cenário de resistência e de luta abolicionista pernambucano, no século XIX, e verificar quais estratégias de verbalização e de textualização evidenciam o contexto sócio-histórico e o caráter revolucionário das atas do Club Cupim. Ainda há muito a estudar e os primeiros passos estão sendo dados, que venham outros caminhantes para contribuir com o labor histórico.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; GOMES, Valéria Severina Gomes. Tradições discursivas: reflexões conceituais. In: ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; GOMES, Valéria Severina Gomes (Orgs.). Ataliba T. de Castilho (Coord. Geral). **História do Português Brasileiro** - Tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudanças dos gêneros discursivos. São Paulo: Contexto, p. 23-43, 2018.

BRAGA, Flávia. Roendo a madeira da escravidão: o Club do Cupim como espaço de luta política (Pernambuco, 1884-1888). In: **Caravana 25 anos da ANPUH Pernambuco**: Diálogos entre a pesquisa e o ensino, 2015 (ISBN: 978-85-415-0743-1).

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **'Ditadura', Abolição e República**: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889). Dis-

sertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Tradição Discursiva, Filologia e Corpus histórico-diacrônico: análise de requerimento do século XVIII. **Revista da Abralin**. v. 19 n. 3, p.582-598, 2020.

KABATEK, Johannes. Como investigar la tradiciones discursivas medievales? El exemplo de los textos jurídicos castellanos. *In*: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (Edd.). **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica**: Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología. Frankfurt am Main, Vervuert/Madrid, Iberoamericana, p. 97-132, 2001.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. *In*: LOBO, Tânia *et al.* (Orgs.). **Rosae**: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, p. 533-542, 2012.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação empresarial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Juzelly Fernandes Barreto. **O estilo segundo a linguística textual coseriana**: uma proposta de conceptualização. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

MOURA, Adivânia Franca de. **Tradições Discursivas**: inovações e conservadorismo em atas de câmaras paraibanas dos séculos XIX, XX e XXI. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

SHIBYA, Alfonso Gallegos. La compleja relación entre tradiciones discursivas y estilo. **Revista da Abralin**, v. 19.3, 568-581, 2020.



# EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS: CARTAS DA VILA DE CAMAMU DO SÉCULO XVIII

---

Tamires Sales de Quadros

Universidade Federal da Bahia/ PPGLINC–UFBA/ CAPES

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Universidade Federal da Bahia

## INTRODUÇÃO

A leitura de Cartas propõe o contato com o curso dos acontecimentos, com a história ou as histórias de uma ou de muitas vidas organizadas no tecer do tempo. As Cartas pertencentes à vila de Camamu<sup>1</sup> circularam entre autoridades públicas, representantes políticos e a coroa portuguesa, que se atualizavam a respeito dos acontecimentos e deliberações acerca desta localidade e expressavam reivindicações dos moradores, dos donatários de terras, jesuítas e povoamentos indígenas.

Sem dúvida, esses documentos são úteis para a análise de manuscritos do passado, mas também servem à constituição de *corpora* para análises linguísticas, evidenciando não somente os caracteres da língua em uso àquele momento nessas regiões, mas também as variáveis sociais, históricas, culturais e políticas que as influenciaram.

---

<sup>1</sup> Pertencem ao fundo do Arquivo Histórico Ultramarino e foram catalogadas pelo Projeto Resgate, em 2009, sendo disponibilizadas na plataforma digital da Biblioteca Nacional.

O estudo aqui proposto é desenvolvido a partir da perspectiva filológica como análise crítica (Maia, 2012), visando à edição de textos e buscando compreender os fatos do presente e do passado da língua, considerando aspectos dos contextos discursivos que circundam os textos (Paixão de Sousa, 2006; Gonçalves, 2018). Sob este posicionamento teórico, a constituição de *corpora* para o estudo das tradições discursivas presentes nestas Cartas apresenta relevância para a trajetória destas pesquisas no Brasil, visto que procura identificar fenômenos linguísticos que constituem tradições do discurso (Kabatek, 2011).

Assim, considera-se que as edições e o estudo das tradições discursivas dessas cartas contribuem para o estudo histórico dos textos e das línguas, pois vincula o estudo minucioso do texto com a análise e interpretação da língua (Gonçalves, 2020). O presente estudo, portanto, visa apresentar os resultados iniciais da edição e estudo de tradições discursivas de Cartas referentes às vilas de Cairu e Camamu datadas do século XVIII<sup>2</sup>, a partir da edição semidiplomática de uma Carta, datada em Camamu, em 8 de setembro de 1731, assinada por Manuel Fonseca Jordão, que trata de uma queixa sobre o procedimento administrativo de um funcionário do alto escalão.

---

<sup>2</sup> Pesquisa em desenvolvimento no curso de Mestrado da Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

## A RELEVÂNCIA DAS CARTAS SOBRE CAMAMU

A Carta selecionada para estas reflexões é referente à vila de Camamu, correspondente ao território abrangido atualmente pela Baía de Camamu, que compõe a extensa região denominada Costa do Dendê e pertence ao território de identidade do baixo-sul da Bahia. Segundo Dias (2007) e informações do Portal Cidades do IBGE, a região que compreendia a vila de Camamu foi habitada primordialmente pelo povo aimoré. Com a invasão da colonização portuguesa, no século XVI, o território foi dividido como parte da Capitania dos Ilhéus, pertencente a Jorge Figueiredo Correia, à época (Nunes, 2013; Tavares, 2001).

Houve intensas investidas dos povos originários para recuperar as terras (Santos, 2004), mas, em 1750, os indígenas foram vencidos e a população de migrantes se firmou na região. Destaca-se que o povoamento nesta região foi iniciado pelos colonizadores a partir da Companhia Jesuítica. Tal localidade desempenhou ainda importante papel econômico para o mercado colonial da colônia brasileira, como zona de abastecimento interno de alimentos e matéria-prima (Dias, 2007), tornando-se, por causa disso, um alvo de invasões estrangeiras. Mais especificamente, a região de Camamu foi palco de lutas e revoltas, tanto de indígenas, como de negros escravizados, revelando a intensa mobilização destes povos em busca de terras e de liberdade (Santos, 2004). Hoje, essa região desenvolve relevante função para a economia baiana, através do turismo, que atrai visitantes interessados principalmente nas belíssimas paisagens e belezas naturais (Virgens, 2010), muitas

vezes comprometendo os ecossistemas locais, riquíssimos em biodiversidade.

No entanto, a região do Baixo-Sul apresenta muito mais implicações para o conjunto da população baiana do que suas admiráveis e estonteantes paisagens são capazes de sinalizar. O conjunto das obras naturais esconde muita história, resultante da combinação da vida simples e de comunhão com a terra, promovida pelos habitantes originais e o que sobreveio à exploração e destruição da Mata Atlântica brasileira.

Além disto, as narrativas encontradas nas Cartas trocadas entre a administração colonial portuguesa e seus representantes de além-mar também têm muito a dizer e possuem um outro tanto a acrescentar à interpretação dos acontecimentos históricos, e principalmente a captar, nos usos linguísticos, as relações com a história, o tempo e o espaço.

O estudo de Cartas do século XVIII responde à necessidade da construção de um *corpus* significativo e representativo, que documente o passado da língua. Neste sentido, o trabalho filológico visa contribuir para os estudos em Linguística Histórica, pois tem como base a análise de manuscritos do passado e constituição de *corpora* para as análises sobre mudança linguística (Mattos e Silva, 2008).

Portanto, o *corpus* de análise atende ao interesse de investigar quais as regularidades e modos de dizer típicos da composição das tradições discursivas que circularam no período do século XVIII nestas Cartas, evidenciando não somente os caracteres da língua em uso àquele momento nestas localidades, mas também as resultantes sociais, históricas, culturais e políticas que a influenciaram.

A opção pelo modelo de Tradições Discursivas para efetuar as análises linguísticas foi motivada pela convicção de que esta teoria proporciona um entendimento preciso acerca da historicidade da língua e dos textos, ao preconizar a análise de dados linguísticos, de forma que o texto aponte os caminhos para as possíveis interpretações.

Assim, opta-se pela elaboração da edição semidiplomática por esta ser um “produto editorial que conserva as características linguísticas do texto, como a ortografia e a pontuação, além de sua constituição gramatical e lexical, desdobrando as abreviaturas que se configuram como obstáculos para a leitura dos textos do passado” (Gonçalves, 2018, p. 160), proporcionando uma maior fidedignidade do texto para fins de análise linguística, tendo em vista o profundo interesse por identificar usos linguísticos concernentes a esta época, e considerando que o trabalho filológico com documentação histórica acrescenta valor ao nosso conhecimento sobre o passado.

Deste modo, compreende-se que esta é uma proposta de trabalho, dentre outras, que não pretende encerrar definitivamente a forma e a significação do texto, por saber que o trabalho filológico responde às liberdades e limitações de seu tempo (Castro, 1995) e ainda, que será necessária a construção de um *corpus* significativo e representativo, que documente o passado da língua e que permita a coleta de amostras linguísticas satisfatórias para a análise que se pretende, a fim de contribuir para os estudos em Filologia e Linguística Histórica. Conforme Paixão de Sousa (2006, p. 44), “faz-se necessário, neste sentido, refletir criticamente sobre as condições do conhecimento – o recorte das análises, a herança das narrativas passadas, as contingências da nossa própria narração”.

## A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

O estudo apresenta caráter documental, analítico e qualiquantitativo, com base na constituição de *corpus* como amostra linguística e para composição de dados quantitativos para fins de análise das tradições discursivas. Em vista disto, optou-se pela edição semi-diplomática como produto editorial por tratar-se de documentos monotestemunhais, cuja intenção final é a lição conservadora do texto, por meio da edição semidiplomática para fins linguísticos (Borges, 2020; Lose; Telles, 2017).

Portanto, para dar início ao estudo e atender a primeira necessidade de pesquisa de um linguista histórico - ler o manuscrito (Telles, 2018) – vem fazendo-se necessário consultar os documentos disponibilizados pela Plataforma digital do Projeto Resgate, buscando observar e descrever, além de caracteres da escrita e da língua, com base nos pressupostos teóricos da Paleografia (Acioli, 1994; Cambraia, 2005; Spina, 1994), detalhes acerca do estado de conservação, tipo de suporte, quantidade de fólios, além de reunir as reproduções mecânicas para que sejam feitas as transcrições e edições dos manuscritos.

Destaca-se também a importância do diálogo com a Paleografia e com a Diplomática para responder questões sobre como preservar os manuscritos por meio de edições; como lutar contra a destruição, contra a perda e o esquecimento do passado, investigando a história da cultura escrita; como ler a história dos usos socioculturais da escrita (Gonçalves, 2017) e qual a relevância de se estudar os aspectos diplomáticos dos documentos emitidos em caráter oficial, ocupando-se da sua

estrutura formal, para observar sua estrutura, finalidade e relações hierárquicas (Bellotto, 2002).

Deste modo, a análise teórico-metodológica interdisciplinar, revela a importância da Filologia em interface com áreas afins como a Paleografia, a Diplomática, a Linguística, a História, a Geografia e a Arquivologia, para a edição de documentos históricos, que consideram o contexto histórico-social em que o manuscrito está inserido e outros aspectos fundamentais junto à composição de uma leitura paleográfica, tais como a descrição física e as características estruturais do documento, os critérios de transcrição, a descrição scriptográfica, na qual serão apresentadas as imagens dos diferentes tipos de escrita que aparecem no texto e a classificação das abreviaturas conforme Flexor (1991) e Megale (2006).

Para a realização da edição serão utilizadas, com as devidas adaptações ao *corpus* da pesquisa, as normas sugeridas pela Comissão de estabelecimento de normas para transcrição e edição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil, por ocasião do II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão, São Paulo, em 1998 (Cambraia; Cunha et. al., 2001; 2020).

A realização da edição semidiplomática dos documentos seguem as orientações de especialistas como Cambraia (2005), Spina (1994), Borges (2020), Gonçalves (2017; 2018; 2019; 2020) e Acioli (1994), de modo que se possa relacionar os escritos com as relações históricas, sociais, culturais e econômicas relativas ao desenvolvimento da vila de Camamu e analisar as possíveis implicações dos acontecimentos nos usos linguísticos registrados na escrita da época.

## DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

O documento editado e apresentado é um manuscrito da espécie documental Carta, disponibilizado em microfilmagem e digitalizado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco (2009), datado de 8 de setembro de 1731 e escrito em 1 fôlio recto, com 25 linhas. A Carta é uma cópia de outra Carta do ouvidor da capitania dos Ilhéus, Manuel da Fonseca Jordão ao vice-rei do Brasil [conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes] informando o procedimento do superintendente da conquista dos estados do Brasil e Minas, Manuel Francisco dos Santos Soledade. Consta no mesmo fôlio, uma cópia da Postura (Bellotto, 2002, p. 80) de Manuel Francisco dos Santos Soledade nos *arrayais de Jiquihe* (l. 43 – 44), contendo 20 linhas, que se iniciam no fôlio 1r e se encerram no fôlio 1v.

A Carta é um “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso” (Bellotto, 2002, p. 51). Acerca de sua estrutura, salienta-se que as cartas seguiram modelos de tradições textuais transmitidos historicamente (Coseriu, 1978). De acordo com Fonseca (2003, p. 147) “algumas práticas, formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação e a estrutura de certos documentos foram incorporados nas comunicações oficiais ao longo do tempo.”

Em relação à Postura, segundo Bellotto (2002, p. 80) é um “documento diplomático dispositivo normativo, descendente” que pretende uma deliberação municipal escrita, obrigando a população ao cumprimento de certos deveres de ordem pública. Apresenta como protocolo inicial o nome e a titulação da

autoridade: *Manoel Francisco dos Santos Sollidade Cavalheyro professo da Ordem/ de Nosso Senhor Jesus Christo Superintendente geral da conquista dos Estados do/ Brasil e Minas novamente descobertas nos mesmos Estados pela Real grande/za da Magestade que Deos goarde Vossamerce* (l. 27 – 30). O texto apresenta uma narração contendo os motivos da medida e o protocolo final inclui as datas tópica e cronológica.

A Carta contém letras com traçado cursivo, do tipo humanística, levemente inclinada para a direita, apresentando frequentes ligaduras entre as palavras e 8 abreviaturas que se repetem, além de outras 10 abreviaturas constantes na cópia da Postura. Ocorre também a presença de 1 carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino na altura da linha 1. A Carta possui ainda tinta repassada de um lado do fólio para o outro. Não é possível identificar o material do suporte por se tratar da versão facsimilar do documento. Também não é possível identificar e descrever coloração, formato, tamanho e tipo do papel, presença de vergaduras ou marcas d'água, pela mesma razão.

É possível, no entanto, avaliar que o texto foi escrito à pena, que não se verificam manchas, rasuras ou rasgaduras e que o documento mostra um reclame na passagem do fólio ||1r|| para o fólio ||1v||. A Carta demonstra em sua estrutura um protocolo inicial indicado por *Excelentissimo Senhor* (l. 1), o desenvolvimento do texto com conteúdo de teor narrativo e dispositivo (Spina, 1994) ao rei e um protocolo final sinalizado por *Vossa Excelencia hordenará oque for servido. Deos Goarde aVossaExcelencia [muitos] annos* (l. 23), seguido da datação tópica e cronológica e a assinatura *Manoel da Fon[se]ca Jordaõ* (l. 25).

## CRITÉRIOS DE EDIÇÃO

Por se tratar de um documento de caráter diplomático, histórico e tradição monotestemunhal, optou-se pela realização da edição semidiplomática, com a finalidade de garantir fidedignidade ao texto e ao mesmo tempo, o acesso a uma leitura mais facilitada pelo desenvolvimento das abreviaturas.

Para a referida edição semidiplomática, foram utilizadas, com as devidas adaptações, as normas sugeridas pela Comissão de estabelecimento de normas para transcrição e edição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (Cabraia et. al., 2001; 2020):

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “deJulho”; “ordenarme”; “doque”; “deVossa”; “aque”. A análise será feita da seguinte maneira:
  - a) se as palavras estiverem ligadas pelo mesmo traçado, ainda que haja uma distância entre elas, serão transcritas juntas;
  - b) caso as palavras não possuam ligaduras, serão transcritas separadas, mesmo que estejam muito próximas uma da outra.
4. A acentuação original será mantida. Exemplos: “Excellencia”; “huã”; “camara”; “certidaõ”; “deligencia”; “an-

daõ”; “passaõ”; “violencias”; “tomaraõ”. As variantes  $\overset{\frown}{\sim}$  e  $\sim$  serão transcritas como  $\sim$ .

5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no documento. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
6. Será realizada a padronização dos alógrafos de acordo com o alfabeto atual. Ex.:  $\int$  e  $s$  serão transcritos como  $s$ ; e  $\xi$  e  $h$  serão transcritos como  $h$ .
7. A divisão das linhas do documento será preservada, ao longo do texto, de maneira justalinear. As linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta linha. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor e será feita de maneira contínua por documento.
8. A indicação do fólio receberá a marcação entre barras verticais com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplo: ||f. 1r||
9. A assinatura simples será indicada entre colchetes. Exemplo: [Dezembargador Luiz Moreyra]
10. Intervenções de terceiros no documento devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplos, “Nota 1: À direita do título encontra-se escrito por outro punho: ‘copiado’”; “Nota 2: Na margem inferior encontra-se escrito por outro punho”.
11. Intervenções da editora hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, des-

de que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico. Exemplo: Fon[*se*]ca.

12. As letras sobrepostas no texto que não estiverem sinalizando abreviaturas, serão transcritas exatamente da mesma forma.

### **Edição semidiplomática de Carta de Manuel Fonseca Jordão**

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 39, D. 3578

VERBETE-RESUMO: CARTA (cópia) do ouvidor da capitania dos Ilhéus Manuel da Fonseca Jordão ao vice-rei do Brasil [conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes] informando o procedimento do superintendente da conquista dos estados do Brasil e Minas Manuel Francisco dos Santos Soledade.

LOCAL: Camamu

DATA: 8 de setembro de 1731





- <sup>345</sup>Excelentissimo senhor: Pela carta *que* recebi de *Vossa Excelencia* de 31 de julho proximo pa[ssad]oo foy *Vossa Excelencia* servido ordenarme que participe a *Vossa Excelencia* da noticia *que* tiver do  
prossedimento do superintendente Manoel Francisco Sollidade do*que* recebi o papel, ou  
copia desse incluza, como tambem huã ordem de *Vossa Excelencia* do méz de Março de  
5 1730 *aque* lhe mandey registrar no *livro* da camara desta Villa, e me pede lhe passe  
por certidão a forma com que o achei *quando* fuy ao seu Arrayal a *deligencia que*  
*Vossa Excelencia* me  
encarregou a qual certidão lhe não passo sem que *Vossa Excelencia* me ordene o *que* fazer  
com a ordem *que* *Vossa Excelencia* for servido.  
10 Anda de prezente tirando certidoens dos tabaliaens destas Villas em  
como diz *que* paga a todos os *que* andaõ na sua cometiva e não sey como os taballia  
ens lhas passaõ avista de haver tantos queyxozos de *que* elle faz violencias bastan  
tes e os soldados de Henrique Dias tomaraõ canoas *para* passagem *para* as suas deli  
gencias elevando negros sem lhes pagar, e *aque* lles que impugnaõ os violentaõ com  
15 prizoens e pancadas como fizeraõ a hum homem branco desta Villa *que* opren  
deraõ e lhe deraõ pancadas e a dous negros maes dos Rios desta mesma vil  
la e fazendo destes desacatos sem temor de ninguem ao *que* deve *Vossa Excelencia* por  
cobro hordenando aos juizes destas Villas *que* não consintaõ sem [?]antos  
prossedimentos aos officiaes e soldados do dito superintendente.  
20 Preguntando a dous capitaens *que* vieraõ com seis soldados a  
minha caza em que se occupava me dizem *que* faz rossar, e que tem feyto al  
gumas *deligencias* minerando mais *que* não acha ouro *que* tenha conta alguma.  
*Vossa Excelencia* hordenará o*que* for servido. Deos Goarde a *Vossa Excelencia* [muitos]  
annos Camamũ  
de Setembro 8 de 1731 Do ouvidor da Capitania dos Ilheos Manoel da  
25 Fon[se]ca Jordaõ.

Copia

- Manoel Francisco dos Santos Sollidade Cavalheyro professo da Ordem  
de Nosso Senhor Jesus Christo Superintendente *geral* da conquista dos Estados do  
Brasil e Minas novamente descobertas nos mesmos Estados pela Real Grande  
30 za da Magestade que Deos *garde Vossamerce*  
Pella prezente de minha letra e signal o real serviço do mesmo  
||f.1v||

do mesmo senhor ordeno dos meus comissários actuaes que entrem e logo as de  
ligencias necessarias para fazerem reconduzir com segurança prezas todas as  
desertoras dos meus arrayaes, e campanhas com espessialidade dos que tive

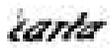
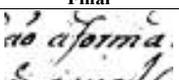
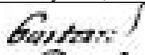
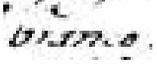
- 
- <sup>3</sup> Anotação de outro punho:  
"Copia da Carta que escreveo ao Excelentissimo Conde Vice Rey  
o Ouvidor da Capitania dos Ilheos
- <sup>4</sup> Anotação de outro punho:  
Baía  
1 setembro 1731
- <sup>5</sup> Carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino

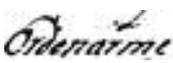
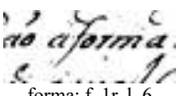
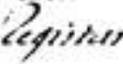
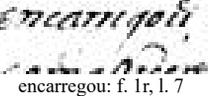
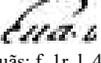
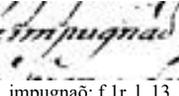
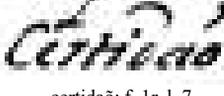
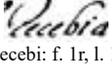
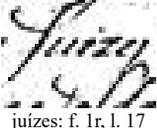
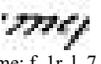
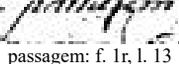
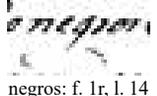
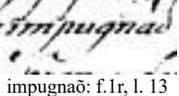
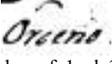
- 35 rem levado armas defogo ou outras couzas de meu trem e fabricas o que tu  
do haveraõ de quem e missaõ tiver comprando as aos mesmos desertores, ou outras en  
trepostas pessoas, e a este fim passaraõ ao dito commissario a prezenca do dignissimo  
ouvidor  
desta Capitanya para que pelos officiaes de justissa deeantesy e dos Juyzes Ordinarios  
dasVillas e nas annexas lhe mande fazer em tudo inteyra justissa executiva  
40 como tambem mando pedir aos Reverendissimos Missionarios das Missoens  
desta Costa do Sul seis indios capazes deguerra de cada huã das quaes lhe  
mandará passar quitaçoens efazer listra com clareza e distincão Dada hoje  
nomea Arrayal de Jesus Maria Joze Santo Antonio da Conquista dos Rios  
Vma Jiquihe o primero deSetembro de1731- Manoel Francisco dos Santos Sollidade.  
45 [Dezembargador Luiz Moreyra]

### Quadro de variantes grafemáticas

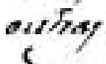
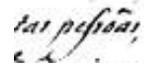
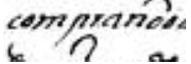
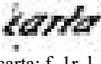
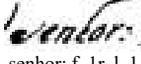
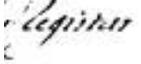
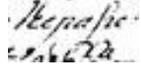
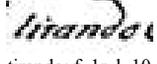
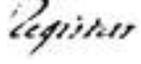
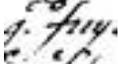
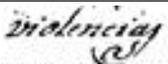
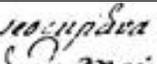
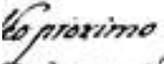
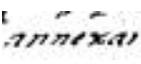
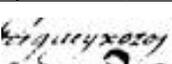
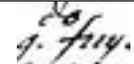
A edição semidiplomática possibilitou verificar as seguintes variantes grafemáticas minúsculas, dispostas em posição inicial, medial e final no manuscrito estudado e variantes grafemáticas maiúsculas, respectivamente. Para sanar as dúvidas quanto à grafia, foram consultados os trabalhos de Megale e Toledo Neto (2006), Andrade (2007), Costa (2007) e Xavier (2011), além dos critérios de transcrição.

**Quadro 1** – Variantes grafemáticas minúsculas

Grafema	Inicial	Medial	Final
A	 achey: f. 1r, l. 6	 carta: f. 1r, l. 1	 forma: f. 1, l. 6
B	 bastantes: f. 1r, l. 11  branco: f. 1r, l. 14	 tambem: f. 1r, l. 4	 recebi: f. 1r, l. 1
C	 carta: f. 1r, l. 1	 recebi: f. 1r, l. 1	 branco: f. 1r, l. 15

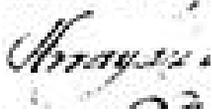
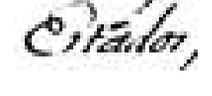
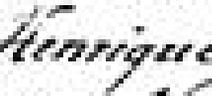
D	 de: f. 1r, l. 4	 ordenarme: f. 1r, l. 2	 servido: f. 1r, l. 2
E	 e me: f. 1r, l. 5	 tambem: f. 1r, l. 4	 de: f. 1r, l. 4
F	 forma: f. 1r, l. 6	 Officiaes: f.1r, l. 11	—
G	 grandeza: f. 1r, l. 29	 registrar: f. 1r, l. 5	 encarregou: f. 1r, l. 7
H	 huãs: f. 1r, l. 4	 achey: f. 1r, l. 6	—
I	 impugnaõ: f. 1r, l. 13	 certidaõ: f. 1r, l. 7	 recebi: f. 1r, l. 1
J	 juizes: f. 1r, l. 17	—	—
L	 lhe: f. 1r, l. 7	 Villa: f. 1r, l. 5	 Manoel: f. 1r, l. 3
M	 me: f. 1r, l. 7	 como: f. 1r, l. 11	 passagem: f. 1r, l. 13
N	 negros: f. 1r, l. 14	 impugnaõ: f.1r, l. 13	 ordeno: f. 1v, l. 32

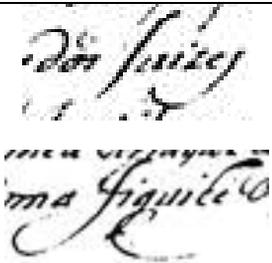
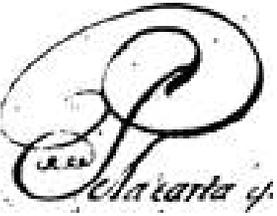
EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS

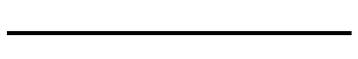
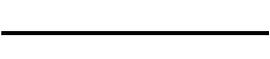
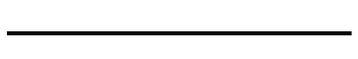
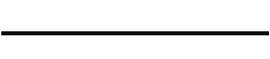
O	 outras: f. 1v, l. 36	 logo: f. 1v, l. 32	 ordeno: f. 1v, l. 32
p	 pessoas: f. 1v, l. 37	 comprando: f. 1v, l. 36	—
q	 que: f. 1v, l. 1	—	—
r	 recebi: f. 1r, l. 1	 carta: f. 1r, l. 1	 senhor: f. 1r, l. 1
s	 servido: f. 1r, l. 2	 registrar: f. 1r, l. 5	 passe: f. 1r, l. 5
t	 tirando: f. 1r, l. 10	 certidão: f. 1r, l. 7	 registrar: f. 1r, l. 5
u	 Julho: f. 1r, l. 1	 fuy: f. 1r, l. 6	 ou: f. 1r, l. 3
v	 violencias: f. 1r, l. 12	 avista: f. 1r, l. 11	 ocupava: f. 1r, l. 21
x	—	 proximo: f. 1r, l. 1	 anexas: f. 1v, l. 39
y	—	 queyozos: f. 1r, l. 11	 fuy: f. 1r, l. 6
z	—	 quizon: f. 1r, l. 1	—

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 2** – Variantes grafemáticas maiúsculas

Grafema	Imagem	Ocorrência
A		Arrayal: f. 1r, l. 6
B		Brasil: f. 1r, l. 29
C		Costa: f. 1v, l. 41
D		Dias: f. 1r, l. 13
E		Estados: f. 1r, l. 28
F		Francisco: f. 1v, l. 44
G		Goarde: f. 1r, l. 23
H		Henrique: f. 1r, l. 13
I		Iulho: f. 1r, l. 1

<p>J</p>		<p>Juizes: f. 1v, l. 38</p> <p>Jiquihe: f. 1v, l. 44</p>
<p>L</p>		<p>Luiz: f. 1v, l. 45</p>
<p>M</p>		<p>Manoel: f. 1v, l. 44</p>
<p>N</p>		<p>Nosso: f. 1r, l. 28</p>
<p>O</p>		<p>Ordinarios: f. 1v, l. 38</p>
<p>P</p>		<p>Pela: f. 1r, l. 1</p>

Q		
R		
S		Sollidade: f. 1r, l. 27
T		
U		
V		Vma: f. 1v, l. 44
X		
Y		
Z		

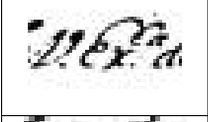
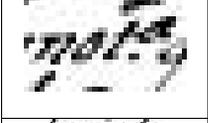
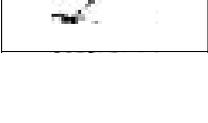
O tipo caligráfico identificado demonstrou compatibilidade com os tipos descritos em trabalhos como os de Acioli (1994), Megale e Toledo Neto (2006), Andrade (2007) e Costa (2007) e apesar das limitações do arquivo em formato digital, foi possível verificar o tipo caligráfico com bastante precisão. Foi observada, ainda, a existência de expressões formulaicas características da espécie documental Carta neste período, como *DEOS guarde aVossaExcelencia [muitos] annos* (f. 1r, l. 23), bem como aquelas que caracterizam os protocolos inicial e final.

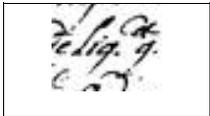
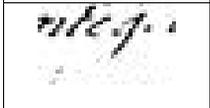
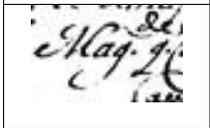
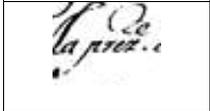
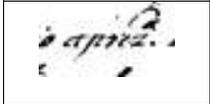
Mesmo se tratando de uma cópia, os procedimentos de verificação grafemática possibilitaram entrever a uniformidade da grafia, denotando um escrevente hábil. A análise grafemática demonstrou ainda maior variedade de grafias entre as letras **d** e **s** minúsculas. E a letra **r** em *Wanda* (f. 1r, l. 1) foi interpretada como letra minúscula conforme Megale e Toledo Neto (2006), Andrade (2007) e Costa (2007). A ausência de verificação de outros aspectos não inviabilizou o trabalho filológico.

### **Lista de abreviaturas e classificação**

Em conformidade com a classificação das abreviaturas apresentadas por Flexor (2008) e Sobral (2021), serão demonstradas nesse tópico as abreviaturas e siglas encontradas no documento. As abreviaturas podem ocorrer por letras sobrescritas (Flexor, 2008) ou sobrepostas (Sobral, 2021), quando outra letra de tamanho menor é escrita acima de uma letra ou da terminação da palavra, sem mostrar o elemento faltante, para indicar a supressão de letras intermediárias; abreviatura por suspensão ou apócope, quando uma palavra se encontra inacabada, faltando o seu final; e abreviaturas por contração ou por síncope, quando são suprimidas letras no meio do vocábulo. As siglas são indicadas por letras maiúsculas, que representam uma ou mais palavras completas, ou seja, que formam um todo, normalmente acompanhadas por um ponto.

**Quadro 3 – Abreviaturas**

<b>Imagem</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Forma abreviada</b>	<b>Forma desenvolvida</b>	<b>Classificação</b>
	f. 1r, l. 1	Ex <sup>mo</sup>	Excelentissimo	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 1	q. <sup>e</sup>	que	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 1	V. Ex. <sup>ca</sup>	Vossa Excelenca	sigla e abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 2	not. <sup>a</sup>	noticia	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 3	Fran. <sup>co</sup>	Francisco	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 4	M. <sup>co</sup>	Março	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 5	l. <sup>o</sup>	livro	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 6	q. <sup>do</sup>	quando	abreviatura por letra sobreposta

	f. 1r, l. 6	delig. <sup>ca</sup>	deligenca	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 13	p. <sup>a</sup>	para	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 23	G. <sup>e</sup>	Goarde	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 24	Setr. <sup>o</sup>	Setembro	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 28	g. <sup>e</sup>	geral	abreviatura por suspensão
	f. 1r, l. 30	Mag. <sup>de</sup>	Magestade	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 30	V. <sup>ce</sup>	Vossamerce	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1r, l. 31	prez. <sup>te</sup>	prezente	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1v, l. 37	prez. <sup>ca</sup>	prezenca	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1v, l. 44	M. <sup>el</sup>	Manoel	abreviatura por letra sobreposta
	f. 1v, l. 44	S. <sup>toz</sup>	Santoz	abreviatura por letra sobreposta

	f. 1v, l. 45	D. <sup>or</sup>	Dezbargador	abreviatura por letra sobreposta
---	--------------	------------------	-------------	----------------------------------

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância histórica, geográfica, ecológica, cultural, econômica e turística da vila de Camamu para o estado da Bahia e a região Nordeste já vem sendo investigada, mas a contribuição linguística dos habitantes e transeuntes dessa região ainda não foi totalmente desvendada e não acredito que o será tão logo por completo, em razão de terem sido majoritariamente excluídos durante muito tempo do processo de escolarização/alfabetização (Mattos e Silva, 2004, 2014).

Entretanto, os moradores das vilas de Camamu, mesmo os indígenas, ainda que não utilizassem da cultura escrita diretamente, estão presentes discursivamente nas Cartas. Fosse os escreventes ou não dos registros escritos, as Cartas pertencentes a Camamu apresenta modos de dizer e narrar a história das populações habitantes desta região, que, invariavelmente, podem ter recebido influências das diferentes etnias que compunham a população local.

A edição semidiplomática se mostrou eficaz para a apresentação do presente documento e acrescida de outras edições, pode constituir elemento investigativo importante para os estudos acerca da resistência negra e indígena neste período. As dificuldades foram sanadas à medida que surgiram e facultaram maior compreensão e aprendizado com relação às grafias da documentação histórica brasileira e da estrutura

documental da espécie Carta. O trabalho evidenciou, ainda, as características da língua em uso na época.

Ciente, portanto, de que a cultura e a história das populações influenciam as marcas linguísticas dos povos, espera-se que este trabalho também demonstre aspectos linguísticos, históricos, políticos e culturais desta região, contribuindo para os estudos filológicos e linguísticos por meio da edição e do estudo das tradições discursivas presentes nas Cartas de cunho administrativo que circularam entre as vilas e a administração colonial portuguesa.

A edição semidiplomática das Cartas da vila de Camamu podem contribuir para evidenciar os usos linguísticos que circularam nesta região no período do século XVIII e promover o resgate da memória desta população e da documentação histórica que lhes pertence. Tendo em vista a consolidação de direitos e políticas públicas em torno da divulgação destes materiais, as edições buscam fortalecer o resgate dessa documentação e valorizar os registros documentais, como os disponibilizados pela Biblioteca Nacional Digital, para reavaliar a trajetória de uma sociedade e narrar a sua história, construindo a memória coletiva em torno do passado e, ao mesmo tempo, ressignificando as características do tempo presente.

Por fim, entende-se que a produção de *corpora* do século XVIII contribui para os estudos linguísticos, especialmente para a Linguística Histórica e para a história da cultura escrita, ao enfatizar os aspectos paleográficos, diplomáticos e grafemáticos dos documentos.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: EDUFPE; FJN; Massangana, 1994.

ANDRADE, Elias Alves. **Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX**: edições fac-similar e semidiplomática. 2007. 435f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-17102007-141127/pt-br.php>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Superintendência de planejamento e gestão territorial. **Cenário atual do litoral sul**: desenvolvimento urbano regional. Diagnóstico Técnico. Bahia: SEDUR, 2014. 230p. Disponível em: < <http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/DIAGNOSTICOTECNICOCENARIOATUALDOLITORAL-SUL.pdf>> Acesso em: 26 set. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, v. 8).

BORGES, Rosa. Uma metodologia para edição de textos do século XIX. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 76, p. 787-805, jan.-abr. 2020. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/76supl/COMPLETO.pdf>

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/361273/mod\\_resource/content/1/Cambraia%20%282005%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/361273/mod_resource/content/1/Cambraia%20%282005%29.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2018.

CAMBRAIA, César Nardelli; OLIVEIRA, Gilvan Muller de; MEGALE, Heitor; (et.al.). Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: Rosa Virgínia Mattos e Silva. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Vol II: Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas, 2001, v. II, p. 553- 555. Disponível em: <http://150.164.100.248/profs/cesarnardelli/data1/arquivos/2001-CambraiaetalNormas.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

CAMBRAIA, César Nardelli; OLIVEIRA, Gilvan Muller de; MEGALE, Heitor; *(et.al.)*. **Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/assets/files/Norma%20de%20Edicao%20do%20PHPB.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. **Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários 'in memoriam' Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 511- 20. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3961741/mod\\_resource/content/1/CASTRO\\_1\\_995\\_RetornoFilologia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3961741/mod_resource/content/1/CASTRO_1_995_RetornoFilologia.pdf). Acesso em: 11 mar. 2021.

COSERIU, Eugenio. **Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio linguístico**. 3. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1978, 307p.

COSTA, Renata Ferreira. **Edição semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo**. 2007. 558f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10012008-112512/pt-br.php>. Acesso em: 15/01/2018.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. 2007. 435f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História; Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007\\_DIAS\\_Marcelo\\_Henrique-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_DIAS_Marcelo_Henrique-S.pdf). Acesso em: 26 set. 2020.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 2. ed. aum. São Paulo: UNESP/ Arquivo do Estado, 1991.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. **Caracterização Linguística de Cartas Oficiais da Paraíba dos Séculos XVIII e XIX**. 2003. 499f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística; Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7647/1/arquivo8188\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7647/1/arquivo8188_1.pdf). Acesso em: 15 set. 2017.

GOMES, Ana Elizabeth Costa. **A Baía de Camamu e a Diáspora Africana: vivências, memórias e a construção da Identidade Étnica em Por-**

to do Campo. 2008. 149f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: < [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8751/1/dissertacao\\_ana\\_gomes.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8751/1/dissertacao_ana_gomes.pdf) > Acesso em: 25 set. 2020.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e História: Lutas e Contextos de Violência em Documentos da Capitania da Bahia. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 191-218, Jan./Fev./Mar./Abril, 2017. Disponível em: < <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/468> > Acesso em: 06 maio 2019.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-174, ago./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/151476>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Diálogos entre Crítica Filológica e Linguística Histórica: construindo trilhas para o estudo linguístico de textos históricos. In: ATAÍDE, Cleber *et al.* (Org.) **Estudos linguísticos e literários** [recurso eletrônico]: caminhos e tendências. 1 ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2019. p. 11-20. Disponível em: [https://gelne.com.br/arquivos/Estudos%20linguisticos%20e%20literarios%20-%20vol\\_1.pdf](https://gelne.com.br/arquivos/Estudos%20linguisticos%20e%20literarios%20-%20vol_1.pdf). Acesso em: 30 dez. 2019.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Tradição discursiva, Filologia e *Corpus* Histórico-Diacrônico: análise de requerimentos do século XVIII. **Revista da Abralín**, v. 19, n. 3, p. 582 – 598, 2020. Disponível em: < <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1772> > Acesso em: 04 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Confederação Nacional de Municípios. *Cairu*. 2017. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cairu/historico> > Acesso em: 26 set. 2020.

KABATEK, Johannes. Tradição discursiva e gênero. In LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana (et.al.), orgs. **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 579-588. Disponível em: SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LOSE, Alícia Duhá; TELLES, Célia Marques. Qual edição e o que editar. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana-BA, n. 18, v. 2, p. 271-293, maio-ago. 2017.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia et al. **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-542. Disponível em: [http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308\\_38.pdf](http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308_38.pdf). Acesso em: 05 jun. 2019.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sociohistória do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004, p. 91 – 108.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica**: “ouvir o inaudível”. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do português brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil. In: SÁNCHEZ CORRALES, Víctor Mi. **XIII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (Alfal)**, 13, *Actas* v. 1. San José de Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2014, p. 81-94. Disponível em: [https://43f732ad-b5b-4-4926-ad06-b21be791f1d4.filesusr.com/ugd/c8e334\\_526096a134a54144a-01931daed595dd4.pdf](https://43f732ad-b5b-4-4926-ad06-b21be791f1d4.filesusr.com/ugd/c8e334_526096a134a54144a-01931daed595dd4.pdf). Acesso em: 04 mar. 2021.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. Cotia, SP: Ateliê Editorial. 2006.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. Sistema de Capitánias. In: NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Conhecendo a história da Bahia da pré-história a 1815**. Salvador: Quarteto, 2013, p. 59 – 74.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística histórica. In: PFEIFFER, Claudia Castelhanos; NUNES, José Horta (org.). **Linguagem, história e conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p. 11-48. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/caps/PAIXAO-DESOUZA\\_MC2006a.pdf](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/caps/PAIXAO-DESOUZA_MC2006a.pdf). Acesso em: 05 jun. 2019.

SANTOS, Lara de Melo dos. **Resistência Indígena e Escrava em Camamu no Século XVII**. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal da

Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: < [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/14\\_resistencia\\_indigena\\_e\\_escrava\\_em\\_camamu\\_no\\_seculo\\_xvii.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/14_resistencia_indigena_e_escrava_em_camamu_no_seculo_xvii.pdf)> Acesso em: 08 mar. 2021

SILVA, José Pereira da. A Edição Interpretativa e a Língua Portuguesa na Memória Colonial do Ceará. **Revista Philologus**, ano 20, n° 58. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2014, p. 21-32.

SILVA, José Pereira da. O método em Filologia. *Revista Solettras*. n. 23. Rio de Janeiro, jan./jun., 2012, p. 249-269. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/solettras/article/view/3883>. Acesso em: 06 mai. 2019.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: ArsPoetica; EDUSP, 1994. p. 23-57.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Capitánias na Bahia. In TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001, p. 92 – 100.

TELLES, Célia Marques. Paleografia e sociolinguística histórica. In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 92-124. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26224>.

VIRGENS, Daniela Araújo. **Turismo e transformações socioespaciais**: o caso do município de Cairu – Bahia. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências; Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19773/1/DANIELA%20ARAUJO.pdf>> Acesso em: 25 set. 2020.



# UM LIVRO DE REGISTRO CIVIL NO ANO DE 1899: UMA QUESTÃO DE COR NO ESTUDO PALEOGRÁFICO DIPLOMÁTICO DE TEXTOS DA CIDADE DA BAHIA

---

Arivaldo Sacramento de Souza  
Universidade Federal da Bahia

*Para Laís Reis*

## PRIMEIRAS PALAVRAS

Desde que temos debatido políticas de ações afirmativas na Universidade Pública, temos sido forçados a compreender o significado social da cor na formação social do Brasil. Estamos, frequentemente, entendendo as variáveis que vem à tona hoje para explicar a desigualdade social, a violência que promove o genocídio da juventude negra ou a ausência de representatividade política nas esferas sociais. Tivemos de entender o que é uma pessoa negra, numa sociedade que produziu um campo lexical fértil para, eufemisticamente, referir-se a pessoas não-brancas de pele escura das maneiras mais criativas e, logo, infelizmente, abusivas.

Do ponto de vista linguístico, tal produtividade revela-se muito antiga e já foi tematizada por diversos intelectuais e assunto de muitos romances, como *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, em que lemos uma avaliação bastante contundente sobre

a variável cor no subúrbio carioca: “Uma diferença accidental de cor é causa para que se possa julgar superior à vizinha; o fato do marido desta ganhar mais do que o daquela é outro.” (Barreto, 1948, p.112).

No contexto em que Lima Barreto escreveu, primeiros anos do século XX a 1922, temos os desdobramentos e consolidação da República, num gesto firme que acompanha a laicização do Estado, e, com ele, assistimos à reverberação de um projeto em que as elites econômicas e intelectuais se apropriaram das instituições públicas para manter, de maneira ressignificada, a sintaxe racial que foi produzida com a empresa da escravidão e que se traduz, cada vez mais, em nossa desigualdade social, ou melhor, rácio-social (Silva, 2017). É bem verdade que as tensões eram bem diferentes entre o Rio de Janeiro e Salvador, mas não é mais possível discordar que a dimensão racial foi (e ainda permanece) um elemento desencadeador de violências e inferiorização nas mais diferentes frentes em quaisquer regiões desta pátria (Carvalho; Barreto, 2007).

Nesse sentido, queremos nos debruçar sobre um livro de Registro Civil do penúltimo ano do século XIX, tomado aqui como um estudo de caso. Trata-se de um livro de registro civil de nascimento do Distrito de Sant’Anna, na Cidade de Salvador. Essa fonte possibilita diversos estudos: seria possível fazer uma análise de demografia histórica acerca dos nascimentos; poderíamos encarar esse documento na direção das práticas de cultura escrita finissecular; e, ainda, pensar questões relativas as diferenças de gênero presentes no registro. Diante de tantas possibilidades, escolhemos perceber um fator estrutural muito pouco observado nas pesquisas históricas e lingüís-

ticas e que diz respeito à configuração diplomática do tipo documental (Belloto, 2000), sua disposição, elementos variáveis que aparecem nos registros civis de nascimento do referido distrito.

A ideia é perceber a relação que há entre uma estrutura formal e o contexto de laicização jurídica que é operada na constituição dos registros civis. Para isso, discutiremos pontos acerca da Diplomática, da história da espécie documental Registro Civil de Nascimento e, nesse ponto, fazendo um recorte vertical acerca dos órfãos da Santa Casa de Misericórdia na Bahia no ano de 1899. Dado o cenário de discussão, devemos ainda dizer que, ao contrário das perspectivas que insistem em um discurso que atomiza o país num presente absoluto, sem recuperar a história de nossas barbáries, buscamos nesta discussão atuar junto a perspectivas que entendem o compromisso da pesquisa histórica como propostas hábeis de mudança social.

Desse modo, tomamos a leitura paleográfica e diplomática a partir de um viés filologicamente orientado. Isso quer dizer que confluímos o estudo do tema da escrita como objeto de reflexão material, em direção aos significados sociais dela, e, no caso da diplomática, almejamos discutir aspectos da autenticidade documental e da identificação da espécie e tipo documentais. Tudo isso sob um ponto de vista filologicamente orientado, afinal a escrita, a estrutura formular do documento, a tessitura textual como um todo forjada por agentes históricos deflagra uma cena de produção de sentido do texto que sempre deve ser lida historicamente. São os estudos filológicos um dos grandes aparelhos críticos comprometidos com essa

operação historiográfica de leitura crítica.

É no espaço da crítica filológica<sup>1</sup>, expressão que temos utilizado desde 2012 (Borges; Sacramento de Souza, 2012) para discutir uma dimensão da crítica material, que encontramos a construção de uma dicção crítica capaz de promover o entendimento do texto como artefato histórico. Isso vai significar que estamos pondo em necessário entrelaçamento diversas variáveis em função do compromisso de leitura. Por isso, seja no campo da Paleografia, da Diplomática, seja da Filologia, o que nos faz encontrar intersecção é a crítica, esse ato de acionar elementos materiais (da escrita, da materialidade formular diplomática e da sociabilidade do texto escrito) para entender gestos subjetivos que representam movimentos humanos no mundo dos sentidos terrenos, mundanos (Said, 2012).

Nesta abordagem, tomaremos como enfoque a Diplomática, entendendo-a como uma disciplina histórica. Com isso, estamos afirmando que o seu objeto de investigação variou no tempo e no espaço a partir da mediação de diversas subjetividades e motivações ideológicas. Por outras palavras, além de pensar a Diplomática como uma disciplina comprometida com a investigação da autenticidade documental ou como aquela que investiga as espécies e tipos documentais, propomos que reconheçamos uma dimensão histórica das estru-

---

1 Por Crítica Filológica, entendemos um investimento de leitura crítica que aciona a compreensão do significado material dos textos no contexto em que eles foram produzidos, circularam e foram lidos, de modo a perceber os usos sociais, os significados atribuídos pelas diversas subjetividades que se apropriaram, modificaram e transmitiram o texto. Nesse sentido, importa tanto ler o texto no contexto quanto reconhecer o lugar de pesquisa que mobiliza a leitura e reconhece as redes e os atravessamentos que são postos.

ras formais “dos atos de origem governamental e/ou notarial” (Bellotto, 2000, p. 13).

Tudo isso quer dizer que toda espécie/tipo documental possui uma história e que essa história está atrelada às transformações sociais da legislação, do Estado e da vida pública. Essa foi a conclusão a que Laís Reis (2017) chegou ao investigar a variação na estrutura dos registros civis do *Districto de Sant’Anna*, a partir das variáveis da elite social, das mães solteiras, dos órfãos e dos filhos das classes sociais menos abastadas. A depender de que família, a estrutura formular do registro do recém-nascido modificava-se bastante.

Para o recorte escolhido aqui, centraremos as discussões na legislação vigente para o registro civil de nascimento no ano de 1899 em comparação com o registro de crianças órfãs que, durante o ano de 1899, foram registradas pela Irmã Lasnier, “Superiora do Asylo de Expostos da Misericórdia” no referido distrito. A estrutura do registro bastante simples – dada a exiguidade de informações – é de admirar pela *datatio*, pela descrição e pelo sobrenome atrelado.

Tais questões são provas da contextualidade dos tipos documentais, de sua adequação e de sua variabilidade histórica. Decisivamente, precisamos compreender que, embora haja um paradigma legal para estruturar a redação do registro civil de nascimento, flutuações contextuais dos diversos modelos de família transformaram a disposição das informações e, conseqüentemente, oportunizando a investigação histórica das configurações familiares na dinâmica rácio-social pós-abolição.

## NOTAS SOBRE DIPLOMÁTICA

Antes de mais nada, o objetivo desta seção não é produzir a verdadeira definição de Diplomática, nem elaborar o estado da arte, tampouco a história da disciplina. O que pretendemos é reconhecer algumas transformações no campo decorrentes das ressignificações das práticas. É óbvio que, ao fazer isso, seguiremos o critério daquilo que diz respeito à história do tipo documental registro civil de nascimento.

Via de regra, os manuais que, contemporaneamente, se preocupam em ensinar a análise diplomática dos documentos com o objetivo de classificar os tipos documentais, quase nunca advertem que as estruturas formulares propostas pelo Estado e pelas instituições ou qualquer que seja a entidade, ao tomarem corpo situacional, podem apresentar variação em sua estrutura. O fato é que nem sempre o preceito corresponde à estrutura que os documentos apresentam. É frequente que inadvertidos busquem na estrutura do preceito a identidade da forma. Parece-nos que a situação é – digamos – uma tanto mais que dialética.

Dito isso, ao pensar numa análise que seja reconhecer a correspondência entre as partes (preceito e tipo documental de uma instituição dada), parece que estamos fundando uma análise de ausências e incorreções, já que os contextos históricos de produção, circulação e recepção demandaram alterações na estrutura devido à complexidade de elementos que envolve a questão.

O que, de fato, sugerimos é que, em atenção ao preceito, compreendamos as razões pelas quais um dado documento histórico foi composto tomando mais proximidade ou distância do modelo que o instrui. Tais relações é que parecem ser

úteis para a interpretação histórica do documento, pois permitem reconhecer a dinâmica social e histórica responsável pelas transformações a que temos acesso. Ora, se da espécie ao tipo documental há transformações materiais em qualquer que seja a situação, parece-nos fundamental que, para além da discussão da autenticidade e identificação, a análise diplomática também possa oferecer, com nitidez ímpar, a dimensão histórica do texto documental.

Mas, precisamos nos perguntar quando o pressuposto passou a análise empírica, ou seja, quando a regra interessou mais que o fato. A primeira impressão – temos de sublinhar – advém da cultura dos manuais de análise, cujo didatismo e compromisso pedagógico, muitas vezes, leva a uma preocupação mais com a descrição do “protocolo, texto e escatocolo...” (Belloto, 2000; Berwanger; Leal, 1995), por exemplo, que com a análise mais crítica ou com o aspecto mais dinâmico que envolve a crítica diplomática.

É bem verdade que, em *Noções de Paleografia e Diplomática*, A. R. Berwanger e J. E. F. Leal discutem vários aspectos importantes dos estudos diplomáticos, a saber: origens, as críticas, tipos de documentos. Chegam a falar da função crítica da Diplomática, mas dizem que é muito importante para os historiadores, pois permitem distinguir os documentos falsos dos autênticos. Quanto à análise diplomática, como dissemos, seguem os demais manuais que orientam a decomposição das três partes do documento: início, corpo e final (Berwanger; Leal, 1995, p. 30). Assim como foi esse manual, podem ser listados vários e tantos quantos que se repetem nessas estruturas pedagógicas contemporaneamente mais questionáveis. Há

que se respeitar e guardar as devidas contextualizações históricas.

Um dos grandes dilemas que afligem as disciplinas do texto escrito e da palavra é compreender se elas são uma técnica ou uma crítica. Essa decisão impacta diretamente o fato de elas serem consideradas ciências auxiliares ou ciências independentes. Por isso, a depender da cronologia e da geografia, podemos encontrar perspectivas e escolas de Diplomática bastante diferentes. Em cada região, a Diplomática ora desenvolveu-se mais próxima aos estudos históricos medievais; ora, e mais recentemente, mais próxima aos estudos da Arquivologia. Mais raramente, nas áreas de Letras, mantendo-se no rol de disciplinas dos estudos filológicos clássicos e modernos.

Parece-nos que, mais no terreno da Arquivologia que da História, a Diplomática alcançou um estatuto mais autônomo e ressignificou-se em Contemporânea ao lado da emergente Tipologia Documental (Belloto, 2000). Nessa perspectiva, houve autores que assumiram que a Diplomática é um conjunto de procedimentos técnicos, originalmente preocupados com documentos medievais, voltados à verificação da autenticidade dos documentos. Outros reconheceram, na dimensão metodológica, aspectos de crítica que sustentam a independência da disciplina em função de sua origem, objeto, função, metodologia bastante consolidados (Rondinelli, 2013; Richter, 2004).

Todavia, parece-nos que um grande monumento bibliográfico citado por todos os manuais e que, de certa forma, definiu os contornos da Diplomática a partir do século XVII é o *De Re Diplomatica*, de Jean Mabillon, de 1681. É um texto produzido no âmbito religioso, quando jesuítas puseram em questão a

autenticidade (e autoridade) de diplomas beneditinos. Os episódios decorrentes dessa *bella diplomatica* para autores como Tognoli e Guimarães (2007) engendraram as “disciplinas técnicas modernas”, quais sejam: Paleografia, Diplomática, Sigilografia etc.

Mais uma vez, se retomarmos a nossa querela com o técnico como “auxiliar de” nas hierarquias afetivas dos campos disciplinares acadêmicos, precisamos advertir que o técnico deixa de perceber a dimensão crítica, aquele que produz a teoria à medida que perfaz sua prática. Não é porque em sua origem não houve uma discussão teórica que não se pode depreender uma perspectiva epistêmica definidora de seus empreendimentos. O debate argumental em torno da autenticidade e o caráter descritivo a partir das provas ajudam a caracterizar bem que não se tratava de opor crítica a técnica.

Além disso, não podemos esquecer que o século XIX também contribuiu para a periferia dos estudos diplomáticos, paleográficos etc. Especialmente, como nos lembra MacNail (2006) e Belloto (2000), quando essas disciplinas estiveram bastante associadas, nas escolas europeias, à História e ao Direito, sobretudo à vertente eclesiástica. Certamente, essa fronteira fez da Diplomática uma vertente cada vez mais normativa, próxima aos debates acerca da autenticidade documental e orientada pela atmosfera positivista.

Nas palavras de Rondinelli, leitora de Guyotjeannin (1996), “[...] sob forte influência da filologia clássica e da historiografia positivista, a diplomática se firmou como disciplina autônoma justamente porque, ao se tornar uma ciência auxiliar da história, refinou seus métodos de análise documental” (2011, p.

110). Dessa passagem, queremos louvar o reconhecimento da influência da Filologia na formação da Diplomática, tal aspecto não poucas vezes foi esquecido na história da Diplomática, quando não foi desconhecido.

Uma das mais recentes pesquisas a observar a importância dessa relação no terreno dos estudos da Ciência da Informação é a que Mabel Mota (2021) fez ao discutir acervos pessoais de intelectuais múltiplos na Bahia. Ela mostra como noções como fé pública, literariedade e não-literariedade, orientam as diferenças do que é considerado ou não objeto da Diplomática e da Filologia. Esta, até então, muito comprometida com os estudos literários, em especial, com a edição de textos literários; aquela, com os estudos não-literários. Mota (2021) afirma-nos que noções como genuinidade, tradição, gênese documental, presentes, por exemplo, nos estudos de Diplomática Contemporânea, constituíram-se a partir das relações com os estudos filológicos.

De fato, quando cotejamos as definições de tradição, por exemplo, dadas por Belloto em seu manual *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*, com aquela que os filólogos dão para tradição textual, o paralelismo é inequívoco, embora diferenças devam ser guardadas. Vejamos primeiro a definição de Belloto (2000, p. 104, grifos da autora):

A Tradição Documental é a parte da Diplomática que se ocupa dos vários modos de transmissão do documento no decorrer do tempo. Ela estabelece a *ingenuidade documental*, isto é, o grau de relação entre o documento e sua matriz. Conforme o grau de ingenuidade em que

esteja, o documento apresenta-se em diferentes formas. *Forma*, portanto, é a configuração do documento segundo o estágio de transmissão ou gradação de ingenuidade documental. Nesta escala, o básico é o original, sendo as outras formas as de antes e depois dele. Há, assim, três momentos na tradição documental: o anterior ao original, o original e o posterior ao original.

Para Luiz Fagundes Duarte, em seu *Breviário de termos da crítica textual* (2019, p. 399), tradição consiste em: “Totalidade dos testemunhos, manuscritos ou impressos, conservados ou desaparecidos, em que um texto se materializou ao longo da sua transmissão [APL, 1990]”. Embora sejam flagrantes as diferenças entre uma e outra – a primeira está de fato ligada ao universo dos “documentos” em seus processos históricos; a segunda está situada no universo da produção, circulação e recepção do texto, sobretudo aquele que, por muito tempo, foi entendido como literário –, tradição nos dois casos quer dizer estudo dos processos de transmissão. Melhor: refere-se à identidade comum de textos que, com os usos sociais, foram copiados, transmitidos, por vezes, diferenciados entre si.

O fato é que, nos estudos filológicos, os estudos de tradição textual dependem de um processo de levantamento exaustivo de cópias existentes (*recensio*), da comparação para verificação do nível de semelhanças e de diferenças (*collatio*) e, enfim, depois de eliminadas as cópias definidas como idênticas conforme o método reconhecido como lachmanniano (*eliminatio*), podemos perceber ou desenhar, hipoteticamente, a genealogia do processo de transmissão. A seguir, viriam as etapas de restituição do texto, mas aqui não entraremos nessa questão,

porque queremos tratar da tradição texto que é o cerne do método de reconstrução textual da Filologia.

Provavelmente, os estudos de Diplomática Contemporânea não tomaram o termo tradição apenas no século XIX do universo dos estudos filológicos. Aliás, é possível, inclusive, desconfiar dessa lógica de fonte-influência que costuma organizar as relações nas histórias disciplinares. Todavia, não é possível desconhecer a atmosfera que os estudos das letras e dos documentos estavam imersos, nem os atravessamentos que os intelectuais compartilhavam mutuamente.

Um bom exemplo disso está no próprio contexto de emergência do método desenvolvido por Jean Mabillon que buscava comparar diplomas para estabelecer respostas para as dúvidas lançadas acerca da autenticidade dos diplomas disponíveis. Em seu clássico *Apologia da História ou Ofício de Historiador*, Marc Bloch utilizará como exemplo paradigmático de Mabillon para pensar o que ele chamou de “tentativa de uma lógica de um método crítico”. Vejamos:

Suponhamos que, de uma civilização desaparecida, subsista um único objeto; que, além disso, as condições de sua descoberta impeçam até de relacioná-lo com características alheias ao homem, tais como sedimentações geológicas (pois, nessa busca das ligações, a natureza inanimada também pode ter sua participação). Será completamente impossível tanto datar esse vestígio único como se pronunciar sobre sua autenticidade. Só se estabelece, de fato, uma data, só se controla e, em suma, só se interpreta um documento por sua inserção em uma série cronológica ou um conjunto sincrônico.

Foi aproximando os diplomas merovíngios seja entre si, seja de outros textos, de época ou de natureza diferente, que Mabillon fundou a diplomática; foi da confrontação dos relatos evangélicos que nasceu a exegese. Na base de quase toda a crítica inscreve-se um trabalho de comparação (Bloch, 2001, p. 109).

Assim, tanto o intelectual beneditino do século XVII que produziu a Diplomática, quanto filólogos humanistas, bizantinos e antigos alexandrinos, igualmente realizaram a tarefa da operação crítica: a comparação, o cotejo, procedimento que implica a dúvida, a reflexão, o juízo, a necessidade de estabelecimento de critérios operatórios e a construção de argumentos que mobilizem um posicionamento. A crítica do documento, i. e., a leitura histórica. Mas, o lugar que Bloch dá para Mabillon e para a Diplomática na constituição da história do método crítico do ofício do historiador faz com que em nós desperte imediatamente a dúvida acerca da ideia ancilar e tecnicista com que os manuais de Diplomática e de Paleografia descrevem a história e a disciplina. Para Bloch,

O verdadeiro progresso veio no dia em que a dúvida tornou-se, como dizia Volney, “examinadora”; em que regras [objetivas] em outros termos foram pouco a pouco elaboradas, as quais, entre a mentira e a verdade, permitem uma triagem. O jesuíta von Paperbroeck, ao qual a leitura das *Vidas dos santos* inspirara uma incoercível desconfiança em relação à herança da [alta] Idade Média inteira, considerava falsos todos os diplomas merovíngios preservados nos mosteiros. Não, responde em substância Mabillon; existem, incontestavelmente,

diplomas inteiramente forjados, remanejados ou interpolados; há também os autênticos; e eis como é possível distinguir uns dos outros. Nesse ano — [1681,] ano da publicação do *De re diplomática*, uma grande data, na verdade, na história do espírito humano — a crítica de documentos foi [definitivamente] fundada. (Bloch, 2001, p. 90, grifo do autor).

“a dúvida tornou-se [...] ‘examinadora’”. É com essas palavras que não podemos deixar de pensar que o procedimento – a técnica como queiram, embora não possamos deixar de ver nisso um esvaziamento histórico – empregado para análise da autenticidade. Bloch comemorou: “a crítica de documentos foi [...] fundada”. Precisamos pensar nessa crítica como um exercício de pensamento, juízo, exame capaz de agenciar uma diversidade de saberes a favor do argumento, em nome da “dúvida examinadora”. Precisamos parar de pensar na Paleografia e na Diplomática como disciplinas meramente descritivas, como disciplinas técnicas, até mesmo porque, no terreno da investigação histórica o que julgamos como detalhe pode ser simplesmente nosso primeiro erro de interpretação.

Sobre essa passagem de Bloch cabe um parêntesis muito relevante. Embora ela nos sirva para mostrar a dimensão da reflexão, e descartar que se tratava simplesmente do proceder técnico como parece emergir no anacronismo das leituras mais contemporâneas, ela tem um compromisso epistêmico com uma verdade institucionalizada pelo saber europeu etnocentricamente instituído. Não compactuamos com isso. O fato é que como um viajante, tomado pelas impressões que criavam o outro e a si próprio, Volney defendia uma centralidade e uma

verdade absoluta. Em *Orientalismo*, Edward Said afirma: “As opiniões de Volney eram canonicamente hostis ao islã como religião e como sistema de instituições políticas” (1990, p. 90). Muitas vezes crítico aos pensamentos vigentes, inclusive nos temas bíblicos, o conde de Volney “via-se como um cientista cuja tarefa era sempre a de registrar o *état* do que quer que ele visse” (Said, 1990, p.90). O fato é que essa dimensão “científica” parece nunca se ter livrado das estruturas discursivas de elaboração de uma beneditina verdade documental. Com isso, afirmamos que o pensamento que emerge como científico no âmbito da crítica documental, embora laicize-se social e filosoficamente, mantém o discurso e a vontade de verdade de que beneditinos como Jean Mabillon ou jesuítas como von Paperbroeck professavam a fé.

Assim, temos de entender que o interesse pela autenticidade no âmbito da Paleografia e da Diplomática preservam esse traço vestigial cristão, platônico, sobretudo quando pensamos nas estruturas de originais e cópias, nas diversas formas de autenticação como um mecanismo de sintetização da verdade e em todas as adversidades provocadas pelas construções como a propriedade intelectual, direito de autor etc. A Diplomática precisa ser compreendida historicamente, a partir de seus diversos usos, mas, sobretudo, a partir de suas renovações, sem que percamos sua historicidade, não só terminológica, mas disciplinar, isto é, seu modo de operar.

Portanto, queremos entender tanto a Paleografia quanto a Diplomática como ciências filologicamente orientadas. Primeiro, pelos diferentes recortes do objeto texto/documento; segundo, pelo procedimento crítico de leitura material e histórica de suas bases; e terceiro, pela interseccionalidade que a

história das práticas de cultura escrita (Paleografia), o estudo das formas de composição discursiva dos textos/documentos quer com vistas ao exame da autenticidade, quer ao reconhecimento do tipo documental (Diplomática) e dos processos históricos de transmissão textual (Crítica Textual/Filologia).

Cada uma dessas vertentes toma o texto – em seu sentido lato – como fonte e recortam, isto é, constroem um objeto disciplinar basicamente fundada na diferença entre texto e documento, numa diferença explicada pelo significado proveniente dos usos sociais, sua referencialidade, sua literariedade ou, por exemplo, sua função no mundo do Direito. Assim, não defendemos que haja uma, entre essas disciplinas, inter ou transdisciplinaridade, mas um atravessamento de interesses em torno dessas disciplinas da erudição e da palavra a que comumente a tradição ocidental adjetiva de filológica.

Na próxima seção, queremos pensar de que modo a análise paleográfico-diplomática de um registro civil de nascimento pode mobilizar a função e a análise da Diplomática para pensar de que modo a estrutura da espécie/tipo documental permite compreender a sintaxe rácio-social da capital baiana no ano de 1899.

## **UM LIVRO DE REGISTRO DE NASCIMENTO DO “DISTRICTO DE SANT’ANNA”**

Como dito na primeira seção, tomaremos as transcrições e análise preliminares desenvolvidas por Laís Reis (2017), a elas acrescentaremos os meses de outubro, novembro e dezembro. Foram feitas revisões na transcrição semidiplomática anteriores, procedendo algumas revisões na leitura e ajustes para me-

lhor disposição para a proposta aqui definida. Seleccionamos um conjunto de treze Registros de Nascimento de crianças expostas e todas declaradas pela Irmã Lasnier do “Asylo dos Expostos da Misericórdia”. A presente proposta reduziu-se a este número pelo fato de o Arquivo Público Municipal de Salvador ainda se encontrar em reforma, o que não permite acesso à totalidade dos documentos.

O livro de registro aqui tomado possui título *Arquivo da prefeitura Nascimento Santa Anna 1899 a 1901* assentado numa lombada de aparente encadernação posterior. Ele é um dos volumes de uma coleção maior a que ainda não tivemos acesso. Segundo Reis (2017, p. 16):

O livro é denominado *Arquivo da prefeitura Nascimento Santa Anna 1899 a 1901*, o título está sobre a lombada, que já está desgastada pelo manuseio e ação do tempo. A encadernação também está deteriorada, parece ter sido refeita ou reencadernada posteriormente, já que o primeiro relato da organização do AHMS sob a nomenclatura de Arquivo municipal data de 1931 e o livro contém registro de 1899 a 1901. Uma fita azul na carcela do livro mantém a capa colada à folha de rosto. Existem partes soltas à encadernação, folhas perfuradas e páginas contendo registros do mês de agosto se perderam. Existem indícios de aplicação de técnicas de conservação equivocadas, foi detectada uma folha contendo fita adesiva fechando uma perfuração.

Em tinta preta de boa fixação, numa cursiva humanística de módulo moderado e inclinado para a direita, em 1º de agosto de 1899, Clarindo Cyro do Valle, escrivão, compõe o termo

de abertura nas nove linhas iniciais da primeira folha para Pedro d'Alcantara dos Santos Almeida, Juiz de Paz, assinar, nos seguintes termos:

Este livro há de servir para os termos de registros de nascimentos d'este districto o qual em observancia do disposto no art.º 1º do Dec. nº 605 de 26 de Junho de 1890, faço este termo de abertura; vão todas as folhas por mim rubricadas e não paga sêllo em virtude da isenção concedida pelo §º único do citado art. le-va no fim termo de encerramento. Bahia e districto de Sant Anna 1º de Agosto de 1899.

Pedro d'Alcantara dos Santos Almeida<sup>2</sup>

Além do termo de abertura, o livro possui mais de um termo de encerramento, pois ele é feito anualmente. O de 1899, ano do contexto dos registros, aparece na folha 60 e também é assinado pelo mesmo juiz de paz. Ele começa no verso da folha 59, depois do registro de nascimento de Pedro de Araújo Prata Filho:

- 
- 2 A transcrição semidiplomática de todos os textos foi realizada seguindo os critérios abaixo. Elaboramos uma transcrição de caráter conservador, mantendo, na maior parte do tempo, as escolhas do escrivão, assim:
- a) não foi efetuada nenhuma correção gramatical;
  - b) as letras ramistas foram mantidas;
  - c) as assinaturas e rubricas transcritas grifadas;
  - d) as palavras grifadas unidas permaneceram dessa forma;
  - e) as palavras de decifração ilegível serão indicadas com a palavra [ilegível], entre colchetes;
  - f) a acentuação e a pontuação foram mantidas conforme o original;
  - g) as maiúsculas e minúsculas foram mantidas conforme o original;
  - h) as abreviaturas foram desdobradas, as letras acrescentadas receberam destaques em itálico;
  - i) a translineação foi respeitada, sendo as linhas separadas por barra (|);
  - j) a hifenização da separação silábica será marcada por um traço após a última letra da linha.

Termo de encerramento.

Aos trinta e um dias do mez de | Dezembro de mil oito-  
centos no | venta e nove neste districto de | Sant Anna  
e meu cartorio on | de se achava o Cidadão Pedro | de Al-  
cantada dos Santos Almeida | Juiz de paz em exercicio  
d'este dest- | tricto em conformidade do que | dispõe a  
primeira parte do artigo | vinte e dois do Decreto numero  
no- | ve mil oitocentos e oitenta e seis de | sete de março  
de mil oitocentos e oi- | tenta e oito, faço o encerramento  
| da escripturação correspondente | n'este livro ao anno  
findo de mil oi- | centos noventa e nove com a de- | cla-  
ração de que, durante o referido período se fêseram tre-  
zentos e cin- | coenta e sete assentos de nascimen- | tos  
sem que houvesse, durante o | anno occurrência alguma  
rela- | tivamente as retificações de que tractão os artigos  
deseseis e dezese- | te do referido Decreto. E para constar  
lavrei este termo que vai assignado pelo Juiz de paz, como  
deter- | mina o artigo segundo do Decre- | to numero seis  
centos e cinco de | vinte seis de Julho de mil oitocen- | tos  
e noventa, que alterou a se- | gunda parte do referido ar-  
tigo | vinte dois do supra menciona- | do decreto numero  
nove mil oito | centos e oitenta e seis. Eu Clarindo | Cyro  
do Valle Escrivão de paz e official do registro civil o escrevi  
Pedro d'Alcantara dos Santos Almeida

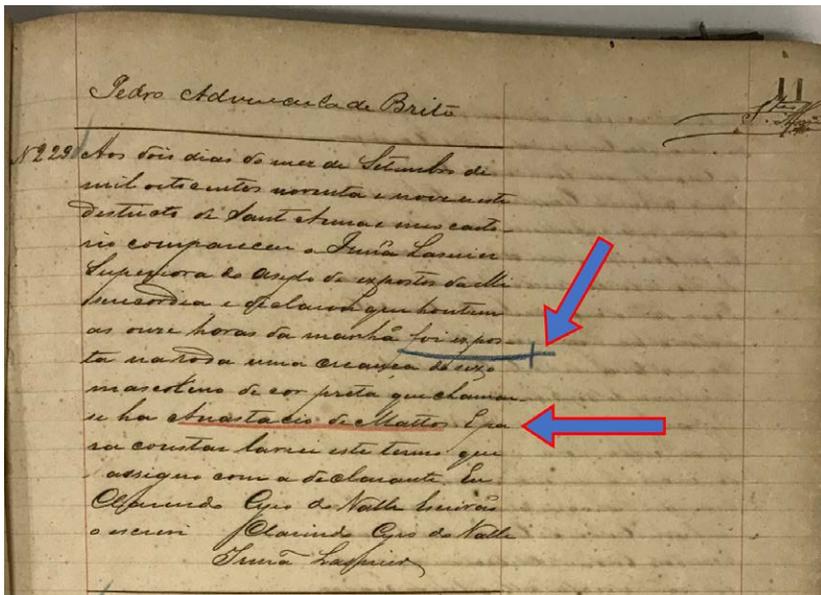
Do “Termo de Encerramento” acima, vale a pena desta-  
car não só o recurso de validação e a legislação citada, mas  
também o número de registros realizados, quais sejam: 357 as-  
sentos de registros. Desse total, só pudemos trabalhar com 13,  
que corresponde a 3,64% dos assentamentos do ano de 1899, o  
que permite conhecer o tipo documental, mas não conclusões



Uma vez situado o nosso objeto de reflexão, apresentaremos os registros civis de nascimentos das crianças expostas na roda do Asilo da Misericórdia. Pretendemos, com isso, compreender o que não é previsto, esperado, por exemplo, pela estrutura formal da espécie documental Registro Civil de Nascimento, conforme a legislação vigente – trataremos disso mais adiante. Confessamos que o atípico é extremamente importante por trazer problematizações e exigir esforços pragmáticos de escrivães, notários, tabeliães os mais diversos, a depender de cada situação.

De modo geral, os registros foram lançados pelo escrivão em livro de registro numerados no canto superior direito, quase sempre com a rubrica S<sup>tos</sup> Almei<sup>a</sup>, isto é, Santos Almeida. A folha apresenta-se dividida em duas colunas: a da esquerda, mais larga, possui o registro do ato lavrado pelo escrivão e pela ou pelo declarante; e a da direita, destinada a observações posteriores, quase sempre vazias. Havia também margens direita e esquerda: nesta, estão lançados os números dos registros; naquela, nas folhas que há, rubricas. Por isso, vamos dispor os registros transcritos em 4 colunas só para manter a *mise-en-page* que funcionava como um mecanismo de consulta para emissão de certidões de nascimento. Vale, antes de lançarmos as transcrições, dizer que, além da tinta preta de boa fixação utilizada pelo escrivão Valle, há uma sublinha em vermelho ou em azul para identificação dos nomes do declarante ou do recém-nascido. A sublinha azul segue até a margem direita onde recebe outro traço para formar uma cruz. No caso das crianças expostas, há, às vezes, sublinhas. Observem o registro de Anastacio de Mattos:

Figura 2 – Registro Civil de Nascimento Distrito de Santana



Digitalização: Ari Sacramento (2017)

A seguir, apresentaremos a transcrição semidiplomática que segue os mesmos critérios utilizados na transcrição do termo de abertura, (cf. nota 2):

N229	<p>Aos dois dias do mez de setembro de   mil oitocentos noventa e nove n                  este   districto de Sant Anna e meo carto   rio compareceu a Irmã Lasnier                    Superiora do Asylo de expostos da Mi   sericordia e declarou que hon-                  tem   as onze horas da manhã foi expos-   ta na roda uma creança do sexo                    masculino de cor preta que chamar-   se há Anastacio de Mattos. E pa                    ra constar lavrei este termo que   assigno com a declarante Eu   Clarindo                  Cyro do Valle Escrivão o escrevi ___ Clarindo Cyro do Valle  <u>Irmã Lasnier</u></p>
------	---

N230	<p>Aos dois dias do mez de Setembro   de mil oitocentos noventa e nove n'   este destricto de Sant Anna e meo   cartorio compareu a Irmã Larni-   er Superiora do Asylo de Expostos da   Misericórdia ao Campo dos Mar   tyres e declarou que hontem as doze horas da manhã, foi exposta na   roda uma creança do sexo mas-   colino de cor parda que chamar-se   há Raymundo de Mattos. E para   constar lavrei este termo que assig   no com a declarante Eu Clarin   do do Cyro Valle Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
N251	<p>Aos vinte um dias do mez de Setembro   de mil oitocentos noventa e nove neste   destricto de Sant Anna e meo carto-   rio compareceu a Irmã Lasnier   Superiora do Asylo de Expostos da Misericórdia ao Campo dos Martyres   e declarou que hontem as oito horas   da noite foi exposta na roda uma   creança do sexo masculino de cor par-   da que chamar-se há Lino de Mattos. E para constar lavrei este termo   que assigno com a declarante Eu   Clarindo Cyro do Valle Escrivão o   escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
N265	<p>Aos trez dias do mez de Outubro   de mil oitocento noventa e nove, n este   destricto de Sant Anna e mei carto-   rio compareceu a Irmã Lasnier   Superiora do Asylo de expostos da Mi   sericórdia ao Campo dos Martyres   e declarou que hontem as cinco horas   da manhã foi exposta na roda uma   creança do sexo masculino de cor   parda que chamar-se há Bento de   Mattos. E para constar lavrei es   te termo que assigno com a decla   rante. Eu Clarindo Cyro do Valle Escrivão o escrevi.</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
N266	<p>Aos trez dias do mez de Outubro   de mil oitocentos noventa e nove n' este   destricto de Sant Anna e meu carto-   rio compareceu a Irmã Lasnier   Superiora do Asylo de expostos da Mi   sericórdia, ao Campo dos Mar-   tyres   e declarou que hoje as cin   co horas da manhã foi exposta na   roda uma creança do sexo feminino   de cor parda que chamar-se há Julia   de Mattos. E para constar lavrei   este termo que assigno com a de-   clarante. Eu Clarindo Cyro do   Valle Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>

<p>N273</p>	<p>Aos nove dias do mez de Outubro   de mil oitocentos noventa e nove   n'este destricto de Sant Anna e   meu cartorio compareceu a Ir-   mã Lasnier, Superiora do A-   sylo de expostos da Misericordia ao Campo dos Martyres e decla-   rou que hontem as cinco horas   da tarde foi exposta na roda uma   creança do sexo masculino que   chamar-se há Alfredo de Mattos   E para constar lavrei este termo que assigno com a declaran-   te Eu Clarindo Cyro Valle   Escrivão de paz e official do registro civil o escrevi.</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
<p>N282</p>	<p>Aos desesete dias do mez de Outu   bro de mil oitocentos noventa e no   ve n este destricto de Sant Anna   e meo cartorio compareceu a Irmã Lasnier Superiora do   Asylo de expostos da Misericor   dia ao Campo dos Martyres   e declarou que hontem as nove horas da noite foi exposta   na roda uma creança do sexo feminino de cor parda que cha   mar-se há Margarida de Mat-   tos E para constar lavrei este termo que assigno com a declaran-   te Eu Clarindo Cyro do Valle Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
<p>N289</p>	<p>Aos vinte um dias do mez de Outu-   bro de mil oitocentos noventa e nove n'   este destricto de Sant Anna e meo car-   tório compareceu a Irmã Lasnier   Superiora do Asylo de expostos da   Misericordia ao Campo dos Marty-   res e declarou que hoje as seis horas   da manhã foi exposta na roda u-   ma creança do sexo masculino que   chamar-se ha Hilario de Mattos   E para constar lavrei este termo que assigno com a declarante   Eu Clarindo Cyro do Valle Escri   vão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
<p>N292</p>	<p>Aos vinte trez dias do mez de Outu-   bro de mil oitocentos noventa e nove   n'este destricto de Sant Anna e meo   cartorio compareceu a Irmã Las-   nier Superiora do Asylo de expostos   da Misericordia ao Campo dos Mar-   tyres e declarou que hontem as onze horas da noite foi exposta na roda uma creança do sexo masculino de cor parda que chamar-se há Felix   de Mattos E para constar lavrei este termo que assigno com a declarante. Eu Clarindo Cyro do Valle   Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>

N293	<p>Aos vinte seis dias do mês de Outu-   bro de mil oitocentos noventa e nove   n'este districto de Sant Anna e meo   cartorio comparaceu a Irmã Lasni-   er Superiora do Asylo de expostos da Mi   sericordia ao Campo dos Martyres   e declarou que hontem as nove horas   da noite foi exposta na roda uma creança do sexo feminino de cor parda   que chamar-se há Ignez de Mattos.   E para constar lavrei este termo que   assigno com a declarante Eu Clarindo   Cyro do Valle Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
N308	<p>Aos oito dias do mez de Novembro de mil   oitocentos noventa e nove neste des   tricto de Sant Anna e meu cartorio   compareceu a Irmã Lasnier Su-   periora do Asylo de expostos da Mi-   sericordia ao Campo dos Martyres   e declarou que hoje as sete horas da   manhã foi exposta na roda uma   creança do sexo feminino de cor par-   da que chamar-se há Hedwiges   de Mattos. E para constar lavrei este termo que assigno com a declarante. Eu Clarindo Cyro do Valle Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
N310	<p>Aos nove dias do mez de Novembro   de mil oitocentos noventa e nove   n'este districto de Sant Anna e   meio cartorio compareceu a Irmã   Lasnier Superiora do Asylo de   exposto da Misericordia ao Cam-   po dos Martyres e declarou que hon-   tem as nove horas da noite foi expos-   ta na roda uma creança do sexo   feminino que chamar-se há Ber-   narda de Mattos, de cor parda.   E para constar lavrei este termo   que assigno com a declarante   Eu Clarindo Cyro do Valle Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>
N350	<p>Aos vinte cinco dias do mez de De-   zembro de mil oitocentos noventa   e nove n'este districto de SantAnna   e meu cartorio compareceu a Ir-   mã lasnier Superiora do Asylo de   expostos da Misericordia ao Cam-   dos Martyres, e declarou que   hontem as sete e meia horas da noite   foi exposta na roda uma creança do   sexo feminino de cor parda que cha-   mar-se há Julia de Mattos. E para Constar lavrei este termo que assigno   com a declarante Eu Clarindo Cyro   do Valle Escrivão o escrevi</p> <p style="text-align: center;"><u>Clarindo Cyro do Valle</u> <u>Irmã Lasnier</u></p>

Uma vez transcrito os 13 assentos de expostos, constatamos que, embora haja uma regularidade na fórmula diplomática do tipo documental, há uma variação no texto, provavelmente decorrente das circunstâncias na qual o escrivão Clarindo Cyro do Valle escrevia. A mera observação dos fac-símiles é suficiente para apontar a alternância morfológica dos grafemas, sobretudo o módulo, velocidade, inclinação, ângulo e peso, mas a mão mantém-se a mesma. No que diz respeito às questões que os filólogos tratam como substantivas, localizamos diferenças quando repetimos a operação histórica – convenhamos – mais antiga entre filólogos: a comparação para construção da crítica.

A primeira questão a ser destacada é que no Registro n. 229, o locativo do “Asylo de expostos da Misericórdia” não aparece, nos demais todos temos a presença dele, a saber: “Asylo de Expostos da Misericórdia ao Campo dos Martyres”. Campo dos Martyres, como dissemos acima, diz respeito ao hoje denominado Campo da Pólvora (Pinho, 1985). É onde está localizada a nova sede do Asylo da Santa Casa de Misericórdia. O outro episódio se trata do Registro n. 273 em que Clarindo Cyro do Valle, ao investir-se da autoridade de escrivão, o faz com outras palavras que não as costumeiras, a saber: “Eu Clarindo Cyro Valle | Escrivão de paz e oficial do registro civil o escrevi”, em lugar de seu mais modesto “Eu Clarindo Cyro do | Valle Escrivão o escrevi”.

Não estão evidentes as razões pelas quais houve essas modificações, mas nenhuma delas alteram a *dispositio* que, por sinal, por se tratar de crianças órfãs, possui uma configuração bastante diferente em relação àqueles casos de “famílias tra-

dicionais”. Por isso, na próxima seção, discutiremos questões relativas à estrutura diplomática dos registros civis de nascimento, em especial os relativos aos órfãos expostos na roda da Misericórdia.

## **INVESTIGAÇÃO DIPLOMÁTICA DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO**

A história do Registro Civil de Pessoas Naturais, escrito assim em maiúsculas, como matéria jurídica, é bastante controversa e tem interessado pouco como tema na historiografia do Direito Civil brasileiro. Na tradição ocidental, os ritos de batismo cristão constituíram-se como uma das principais expressões de assentamento de nascimento, sobretudo após a cristianização do Império Romano.

O processo de laicização dos registros de nascimento vai ser intensificado a partir do pensamento iluminista e todo o discurso de fortalecimento do Estado pela separação dos discursos religiosos. Para Tiziani (2016), o melhor paradigma para pensarmos esse processo é a constituição francesa que, em 1791, passou a considerar o casamento, um contrato civil e a prever que o poder legislativo estabelecesse assentos de nascimento e óbito também.

No cenário brasileiro, os debates dos registros civis só tomaram corpo na segunda metade do século XIX. Anteriormente, as Ordenações Manuelinas e Filipinas atribuíam o registro de pessoa natural à Igreja em conformidade ao *Codex Juris Canonici* (1210), aprovado pelo Papa Inocêncio II, fato que, inclusive, era reconhecido pelo Estado. Para Euclides de Mes-

quita, um dos primeiros passos para a laicização d'O *registro civil da pessoa natural no Direito brasileiro* foi dado com a lei n. 586, de setembro de 1850, que em seu art. 17, §3º, “[...] autorizava a expedição de Regulamento, que seria o primeiro no Brasil, para a organização do Registro Civil. Para esse fim, foi baixado o decreto n.º 788, de 18 de janeiro de 1852. Nêle, expressamente, se declarava não afetar o registro consequente batismo, regulado pelas leis canônicas.” (Mesquita, 1957, p. 61)

A rigor, essa era uma lei orçamentária, mas continha a autorização para a criação do Censo Geral do Império, o que produziu a demanda de registro de nascimento e de óbitos. Tais providências precisam ser lidas, conforme Tiziani (2016), como desdobramos da chegada da nobreza portuguesa ao Brasil. Para realização do Censo, criou-se o decreto n.º 798/1851 cujos desígnios trouxeram suspeição da população e não foram bem aceitas. O episódio ficou conhecido como o “ronco das abelhas”. É que o Decreto instituía juízes de paz nos distritos para fazer assentos de nascimento e óbito, mas boatos correram num sentido totalmente adverso e muitos acreditaram que o recenseamento tinha objetivo de tornar livres, escravos. Esse é mais um episódio da dimensão racializada da política brasileira oitocentista.

Outras tentativas também não tiveram muito êxito, como os decretos n.º 1.144/1861 (Registro para acatólicos), o de n.º 3.069/1863 (para pessoas que professavam fé diferente da do Estado). Em 1870, o Governo sancionou a Lei 1.829, de 09 de setembro, determinando o recenseamento e a criação da Diretoria Geral de Estatística para organização anual dos registros de nascimentos, casamentos e óbitos. Quatro anos mais tarde,

com o Decreto n.º 5.604, de 25 de abril de 1874, definiu-se ser o registro civil estatal e laico, mas, como nos demais casos, sem data para começar. Uma vigência só veio com o Decreto n.º 9.886, de 07 de março de 1888 e o Decreto n.º 10.044, de 22 de setembro de 1888, que definia a implementação dos registros civis no Brasil no dia 1 de janeiro de 1889. Assim, a partir dessa data, os registros civis passam a assumir a prova do nascimento, idade, nome, filiação das pessoas naturais etc. (Tiziani, 2016; Castro, 1953).

São esses decretos as primeiras orientações para composição da estrutura da espécie e tipo documental Registro Civil de Nascimento. Os elementos necessários, a disposição e cada contexto situacional (legítimo, ilegítimo, exposto, gêmeo etc.) começam a aparecer primeiro no *Regulamento do registro civil de nascimento, casamento e óbitos*, instituído pelo Decreto n. 5.604/1874. Dividido em dois títulos, o *Regulamento...* traz disposições gerais que definem os papéis dos sujeitos da cena dos registros nos centros urbanos e nas regiões mais afastadas (título I, cap. I); define a materialidade dos livros para a “escripturação” do registro civil, bem como a disposição do texto e circunstância, além de todas as estratégias de precaução e validação (título I, cap. II); dispõe sobre anotações e averbações dos assentos (título I, cap. III); e, como não podia deixar de ser, estabelece os emolumentos, penalidades e recursos dos registros (título I, cap. IV).

É no Título II, capítulo I, que está a parte que mais nos interessa para o texto aqui presente, pois é a seção que dispõe do registro de nascimentos. Acima de todos, o art. 51 dispõe sobre o que o assento deve conter. Transcrevemo-lo:

Art. 51. O assento do nascimento deverá conter:

- 1.º O dia, mez, anno e lugar do nascimento, e a hora certa ou approximada, sendo possível determiná-la;
- 2.º O sexo do recém-nascido;
- 3.º O facto de ser gêmeo, quando assim tenha acontecido;
- 4.º A declaração de ser legítimo, ilegítimo ou exposto;
- 5.º A declaração de ser filho de mulher livre ou escrava, e sendo de escrava, o nome do senhor desta;
- 6.º O nome, no caso de já ser baptizado;
- 7.º A declaração de que nasceu morto, ou morreu no acto ou logo depois do parto;
- 8.º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido;
- 9.º Os nomes, sobrenomes e appellidos dos pais; a naturalidade, condição e profissão destes; a parochia onde casaram e o domicilio ou residencia actual;
- 10.º Os nomes, sobrenomes e appellidos de seus avós paternos e maternos;
- 11.º Os nomes, sobrenomes, appellidos, domicilio ou residencia actual do padrinho, da madrinha e de duas testemunhas pelo menos, assim como a profissão destas e daquelle, se o recém-nascido já fôr baptizado. (BRASIL, 1874, p. 442)

Não há, nesse *Regulamento*, nenhuma obrigatoriedade de menção à cor do recém-nascido, nem no caso dos expostos, em que quase a totalidade das informações requeridas pelo art. 51 são impossíveis de ser encontradas, os elementos obrigatórios não vão aparecer no art. 53, que diz: “Sendo exposto, declarar-se-ha o dia, mez e anno, e o lugar em que foi exposto; a hora em que foi encontrado, a sua idade aparente e o envoltorio, rou-

pas e quaesquer outros objectos e signaes que tiver, e que possam à todo tempo fazel-o reconhecer.” (BRASIL, 1874, p. 443).

Como os reveses foram muitos, esse Decreto n.º 5.604/1874 não foi cumprido e logo substituído pelo Decreto n.º 9.886, de 7 de março de 1888, que, como dito, teve data marcada para começar em janeiro de 1889. Assinado pela “Princeza Imperial Regente”, o Decreto n.º 9.886 trazia também um *Regulamento do Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos* também dividido em dois títulos, a saber: o primeiro contendo definições, papeis e agentes do registro geral de nascimento, casamento e óbito no cap. I; elementos materiais sobre a “escripturação dos livros do registro civil”, elementos que a Diplomática consideraria como extrínsecos, mas que preferimos pensar aqui como estabelecimento dos significado das formas materiais, no cap. II; disposição e averbação dos assentos dos registros no cap. III; e, também no quatro, aparecem toda a regulamentação “dos emolumentos, penalidades e recursos” dos registros. O segundo título, também intitulado “Das diversas especies de registro”, traz em primeiro lugar as questões relativas ao Registro de Nascimento, reduzindo de 30 para 3 dias o prazo para registro de nascimento de recém-nascido, com exceção para 8 dias para aqueles que moram distante do distrito de paz, nos acampamentos do Exército, a bordo dos navios de guerra e mercantes em viagens.

Nesse último Decreto n.º 9.886/1888, que orienta as bases legais do Distrito de Paz de Sant’Anna, de onde consultamos o livro e transcrevemos os registros dos expostos da Casa de Misericórdia, observamos no art. 58 a disposição do que deve estar contido no texto do registro, a saber:

Art. 58. O assento do nascimento deverá conter:

1º O dia, mez, anno e logar no nascimento, e a hora certa ou approximada, sendo possível determiná-la;

2º O sexo do recém-nascido;

3º O facto de ser gêmeo, quando assim tenha acontecido;

4º A declaração de ser legítimo, illegítimo ou exposto;

5º O nome e sobrenomes que forem ou houverem de ser postos a criança;

6º A declaração de que nasceu morta, ou morreu no acto ou logo depois do parto;

7º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido;

8º Os nomes, sobrenomes e appellidos dos pais; a naturalidade, condição e profissão destes; a parochia ou logar onde casaram e o domicilio ou residencia actual;

9º Os nomes, sobrenomes e appellidos de seus avós paternos e maternos;

10º Os nomes sobrenomes, appellidos, domicilio ou residencia actual do padrinho, da madrinha e de duas testemunhas, pelo menos, assim como a profissão destas, e a daquelle, si o recém-nascido já fôr baptizado. (Modelo n. 2.) (BRASIL, 1888, [sem paginação]).

Quase todo artigo é semelhante ao art. 51, do Decreto n.º 5.604/1874, senão pelo parágrafo “5.º A declaração de ser filho de mulher livre ou escrava, e sendo de escrava, o nome do senhor desta”, que foi suprimido, certamente pela circunstância política e do clima abolicionista implementado. Como o outro *Regulamento...*, este traz um modelo que nos dá ciência da *mise-en-page* requerida pela legislação, qual seja:

**Figura 3** – Modelo de registro de Nascimento conforme Decreto nº 9.886/1888

MODELO N. 2

Assento de nascimento

N.º ..... - Aos..... dias do mez de..... do anno de....., neste..... Districto de Paz da Parochia de....., Municipio de....., Provincia de....., compareceu no meu cartorio F....., e em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas declarou:  
- Que (seguir-se-hão as declarações indicadas nos arts. 58 a 62, conforme as circumstancias especiaes relativas á criança apresentada, ou não apresentada, conforme o caso, e ás pessoas que têm de ser contempladas nas mesmas declarações). -  
Do que para constar lavrei este termo em que commigo assignam o declarante e as testemunhas (nome, profissão e morada de cada uma). - Eu F....., Escrivão de Paz, o escrevi.

F....	(O Escrivão)
F....	(O declarante)
F....	(As testemunhas)
F....	

Fonte: (BRASIL, 1888, [sem paginação]).

Da mesma forma, esse regulamento não traz qualquer referência à obrigatoriedade de menção à cor da pele do recém-nascido no registro de nascimento, nem nos casos de expostos, seguindo a mesma lógica que a do Decreto anterior, como podemos observar no art. 60, que diz:

Art. 60. Tratando-se de exposto, far-se-ha a registro de acôrdo com as declarações que a Santa Casa da Misericordia, nos logares onde existirem estabelecimentos para esse fim, communicarem ao official competente, nos prazos mencionados no art. 54 e sob as penas do art. 50.

Si, porém, o exposto fôr de casa particular, declarar-se-ha o dia, mez e anno, o logar em que foi exposto, a hora em que foi encontrado, e a sua idade apparente. Neste caso o envoltorio, roupas e quaesquer outros objectos e signaes que trazer a criança, e que possam a todo tempo fazel-a reconhecer, serão numerados, alistados e fechados em

uma caixa lacrada e sellada, com o seguinte rotulo - pertencente ao exposto tal, assento de fl... do livro..., e remetidos immediatamente, com uma guia em duplicata, ao Juiz de Orphãos, para serem recolhidos ao cofre de orphãos; recebida a duplicata com o competente conhecimento do deposito, que será archivada, far-se-hão á margem do assento as notas pelo modo indicado no art. 41. (BRASIL, 1888, [sem paginação]).

Com muito mais detalhamentos que o anterior, esse decreto trouxe à cena o papel da Santa Casa de Misericórdia, instituição religiosa, católica que em todo Império português esteve “vocacionada” para com o cuidado com os expostos. Na Bahia, uma das possíveis datas para a criação da Santa Casa de Misericórdia é o ano 1549 e, segundo Santana (2008), em tese de doutoramento acerca da história da educação na Instituição, podemos definir a Casa como uma “irmandade de inspiração religiosa, mas formada por leigos, independente da igreja e do governo, cujos membros são voluntários, com espírito associativo, que contribuem com tempo, dedicação e dinheiro” (Santana, 2008, p. 11). É que, com a Invasão Holandesa na Bahia, muita documentação a respeito foi perdida.

Um das principais ações filantrópicas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia era o acolhimento de crianças abandonadas, muitas vezes, deixadas nas portas da Instituição ou na Roda dos Expostos. Foi para acolher essas crianças que a Santa Casa criou o “Asylo de Nossa Senhora das Misericórdias”, a que o escrivão Ciro do Valle se reporta frequentemente como Asylo dos Expostos da Misericórdia, localizado no Campo dos Martyres (Campo da Pólvora), onde ainda hoje está localizada

a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (Santana, 2008). Àque-la altura, a Santa casa tinha a liderança da Irmã Lasnier, que atuou de 1862 a 1905, superiora que aparece como declarante em todos os registros civis declarados, do Mordomo Antonio Lacerda, administrador, atento às questões financeiras da Santa, bem do Irmão Provedor.

Dito isso, interessa-nos apresentar o tipo documental Registro de Nascimento de exposto n. 229, de Anastacio Mattos, para compreendermos a sua estrutura formal resultante da aplicação.

**Quadro 1** – Tipo documental Registro de Nascimento de Exposto

Disposição do tipo documental registro de nascimento districto de Santana			
PROTOCOLO INICIAL	Data cronológica	Dia; Mês; Ano.	Aos dois dias do mez de setembro de   mil oitocentos noventa e nove
	Data tópica	Nome do distrito; Cartório.	n este   districto de Sant Anna e meo carto   rio
TEXTO	Declarante	Irmã Superiora do Asylo da Misericórdia	compareceu a <u>Irmã Lasnier</u>   Superiora do Asylo de expostos da <u>Mi</u>   sericordia
	Descrição do fato	Dia da exposição; Hora da exposição; Sexo da criança; Cor; Nome.	declarou que hontem   as onze horas da manhã foi expos-   ta na roda uma creança do sexo   masculino de cor preta que chamar-   se há <u>Anastacio de Mattos</u>
ESCATOCOLO	Fecho	Fórmula de encerramento prevista no regulamento; Identificação do Escrivão de Paz.	pa   ra constar lavrei este termo que   assigno com a declarante. Eu   Clarindo Cyro do Valle Escrivão o escrevi
	Validação	Assinatura.	Clarindo Cyro do Valle Irmã Lasnier

Fonte: Elaboração autoral.

Uma vez realizada a partição diplomática para reconhecimento dos elementos de que são compostos os registros dos expostos, uma vez que as informações prototípicas evidentemente são desconhecidas, conseguimos reconhecer que o padrão estabelecido por Clarindo Valle e pela Irmã Lasnier é caracterizado por Procotolo Inicial (data cronológica: dia mês e ano e data tópica: nome do distrito e cartório), Texto (Declarante: Irmã Superiora do Asylo da Misericórdia e a descrição do fato: Dia da exposição, hora da exposição, Sexo da criança, cor, nome) e Escatocolo (Fecho: fórmula de encerramento prevista no regulamento e identificação do escrivão de Paz).

Um fato importante a ser destacado nos treze registros analisados diz respeito à antroponímia dos registros de nascimento dos expostos. Enumerá-la pode trazer a dimensão para nossa argumentação:

- a) Anastacio de Mattos (02/09/1899);
- b) Raymundo de Mattos (02/09/1899);
- c) Lino de Mattos (21/09/1899);
- d) Bento de Mattos (03/10/1899);
- e) Julia de Mattos (03/10/1899);
- f) Alfredo de Mattos (09/10/1899);
- g) Margarida de Mattos (17/10/1899);
- h) Hilario de Mattos (21/10/1899);
- i) Felix Mattos (23/10/1899);
- j) Ignez de Mattos (26/10/1899);
- k) Hedwiges de Mattos (08/11/1899);
- l) Bernarda de Mattos (09/11/1899);
- m) Julia de Mattos (25/12/1899).

Embora o texto do registro civil não traga as razões pelas quais os prenomes e sobrenomes foram escolhidos, chegamos à percepção de que muitos nomes são de proveniência religiosa e que o sobrenome é sempre o mesmo: Mattos. Em consulta ao *Regulamento do Asylo dos Expostos*, aprovado em sessão no dia 21 de março de 1863 e impresso pela Typographia do Diario em 1874, encontramos a razão para tal. Lemos no Art. 6º:

Art. 6º O exposto que não trouxer nome receberá o do Santo do dia de sua exposição; e se por qualquer circumstancia não for isso possível, o que o Mordomo lhe der: e terá o **cognome do padrinho**, se ele nisso convier, e sempre o de – **Mattos** – em prova de reconhecimento ao primeiro Bemfeitor da Santa Casa. (REGULAMENTO..., 1874, p. 6-7, grifo nosso).

Assim, entendemos que o sobrenome Mattos diz respeito a João de Mattos Aguiar que, conforme Cerqueira (2016, p. 40), “deixou uma enorme herança para a construção do Recolhimento de meninas no final do século XVII, no valor de 217:092\$475 réis. SCMBA. Livro contendo as verbas de disposições testamentárias de João de Mattos e Aguiar. 199 B (1731-1732)”. Trata-se de um cavaleiro da ordem de Cristo, banqueiro e senhor de engenho português que participava da sintaxe social do período colonial brasileiro. Cerqueira, historiador preocupado com o trabalho dos órfãos do Asylo da Misericórdia, acrescenta: “A Misericórdia da Bahia tornou-se uma das maiores credoras do Brasil colonial, devido aos privilégios concedidos pela Coroa e pela função de administrar os bens de terceiros, os aluguéis de equipamento fúnebres e as atividades creditícias” (2016, p. 39). No que diz respeito aos prenomes, alguns dos nomes estão de

acordo com o dia da santa, como é o caso de Margarida de Matos cuja exposição se deu no dia de Santa Margarida Maria Alacoque, dia 16 de outubro. Em alguns outros casos, ainda não foi possível aferir a que Santo específico a referência é feita, dada a homonímia existente entre os nomes dos santos latinos.

Precisamos, por fim, pensar na cor como um elemento interessante nessa estrutura. O art. 60 do *Regulamento* de 1888 não traz qualquer obrigatoriedade, mas recomenda que seja feito o registro conforme a declaração da Santa Casa de Misericórdia. Quando recorremos ao que diz o *Regulamento do Asylo dos expostos* em seu art. 7º, encontramos o seguinte:

Art. 7º. A Superiora terá um livro de registro geral dos expostos (modelo n.), onde fará as declarações precisas acerca de cada um.

Designará á margem o dia em que foi baptizado, o nome que recebo, a ama a quem foi confiado, e o dia em que foi restituído ao Estabelecimento. Terá, além disso, outro livro para registro especial dos expostos que trouxerem recommendações e signaes designados. Neste livro escreverá todas as particularidades de cada um, signaes naturaes e postos, indicados e não indica dos nas recommendações: tambem mencionará a qualidade e quantidade da roupa que trouxer, copiando a carta ou papel com que vier. A carta original será remettida pelo Mordomo á Secretaria, e ahí archivada.

Neste registro se fará menção do termo a que cor responde no livro de registro geral.

De um e outro registro a Superiora fará logo extrahir uma copia que enviará à Secretaria, onde haverá uma escripturação egual. (REGULAMENTO..., 1874, p. 6-7, grifo nosso)

A descrição da circunstância, das características das vestes e dos “signaes naturaes e postos” são elementos fundamentais que aparecem nas recomendações deste Regulamento e que não são transmitidos ao registro civil, a não ser o elemento cor, que ao lado do dia, mês e ano da exposição e do nome, são as únicas informações declaradas. É bastante categórica a presença da cor nos registros de nascimento de expostos e, na comparação, contrativa com a ausência desse dado nas outras “espécies de registro de nascimento”, na extensão analisada por Reis (2017) e por nós aqui. Se, de fato, a presença da cor nos registros dos expostos é um dos “signaes naturaes” para reconhecimento futuro ou qualquer que seja o uso para a memória da criança, a diferenciação entre os expostos pela cor é nula, pois todos eles são reconhecidos como de cor preta ou parda, sem nenhuma outra referência. Nenhum sinal fenotípico outro é inserido no registro civil, tampouco há menção à cor branca na extensão analisada. Acreditamos que isso se deva à limitação da amostra, uma vez que pesquisas apontam que o Asylo dos Expostos abrigava crianças brancas (Souza, 2017), mas precisamos saber como eram os registros civis delas para compreendermos a complexidade da questão que se desenha.

## **QUESTÕES FINAIS**

A leitura paleográfica e diplomática dos registros civis de nascimento dos expostos do Asylo da Misericórdia, da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, assentados no Distrito de Santana no ano de 1899, permite compreender como tais disciplinas consideradas descritivas podem ser mobilizadas

para investigação de sujeitos marginalizados historicamente. Considerando a arquitetura diplomática do tipo documental registro de nascimento e a idiossincrasia que acomete os expostos, pudemos observar como a cor é um marcador social de reconhecimento, singularmente organizado pela declaração da instituição acolhedora, através da Irmã Lasnier, e pelo registro do escrivão de paz Clarindo Cyro do Valle.

Mais do que um mero elemento de descrição, entender a cor como um elemento exclusivamente presente em registro de expostos é significativo. Primeiro, porque o contexto de 1899 é de apenas 11 anos após a Abolição da Escravatura e 10 anos após a Proclamação da República. Esse contexto de grande agitação política e de permanente negação da cidadania aos negros (Albuquerque, 2009) não foi um contexto em que as diferenças raciais foram esquecidas, ao contrário, elas foram organizadas nos estamentos de classe e nas metáforas da meritocracia institucional branca. Será com a legislação da República que a cor passa a ser um elemento obrigatório nos registros civis de nascimento, o que mais contemporaneamente vivenciaremos com a institucionalização das políticas de cotas no final do século XX ricocheteia o contexto histórico aqui estudado. Ironicamente, os grupos hegemônicos beneficiados historicamente e que avançaram de braçada nas instituições públicas arquitetam todas essas legislações e formulações coloristas esmeram-se no olvidável.

Ainda precisamos de um parêntesis final, uma agenda futura. Nos registros de óbito, e isso não discutimos ao longo do texto por ser tema para outra discussão, desde os Regulamentos presentes nos decretos n.º 5.604/1874 e n.º 9.886/1888, a cor

é um elemento solicitado quando o “falecido” é desconhecido. É preciso pensar a relação entre *causa mortis* e a cor. Entre abandono e cor. Portanto, se ampliarmos ainda mais a argumentação, de alguma maneira, a legislação imperial e republicana produziu uma vinculação entre o anônimo e cor da pele. Estudar esses registros civis desde seus preceitos diplomáticos ratifica o entendimento de que a violência contra pessoas negras no Brasil está na estrutura social, política e legal desde os fundamentos mais republicanos desta terra. Rer ler essa história é um compromisso ético com a memória ancestral, mas também um gesto de produção de saber.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos.** Rio de Janeiro: Mérito, 1948.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística;** reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo e Arquivo do Estado, 2000 (Projeto Como Fazer). Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf8.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, Joao Euripedes Franklin. **Nocões de Paleografia e de Diplomática.** 2. ed. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 1995. 94 p. (Livros didáticos).

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Rosa; SACRAMENTO DE SOUZA, Arivaldo. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa et al. **Edição de texto e crítica filológica.** Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.

BRASIL. Decreto n.º 1.144, de 11 de setembro de 1861. Faz extensivo os efeitos civis dos casamentos, celebrados na fôrma das leis do imperio, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados ao registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e obitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar actos que produzem efeitos civis. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1144-11-setembro-1861-555517-publicacaooriginal-74767-pl.html>>. Acesso em: 01 jun 2021.

BRASIL. Decreto n.º 10.044, de 22 de setembro de 1888. Fixa o dia em que deve começar a ter execução, em todo o Imperio, o Regulamento do Registro Civil dos nascimentos, casamentos e obitos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10044-22-setembro-1888-542833-publicacaooriginal-52347-pe.html>>. Acesso em: 01-06-2016.

BRASIL. Decreto n.º 3.069, de 17 de abril de 1863. Regula o registro dos casamentos, nascimentos e obitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3069-17-abril-1863-555008-publicacaooriginal-74026-pe.html>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

**BRASIL. Decreto n.º 5.604, de 25 de abril de 1874.** Manda Observar o Regulamento desta data para execução do art. 2.º da Lei n.º 1829 de 9 de Setembro de 1870, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-marco-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>>. Acesso em: 01-06-2016.

BRASIL. Decreto n.º 5.604, de 25 de abril de 1874. Manda observar o Regulamento desta data para execução do art. 2.º da Lei n.º 1829 de 9 de Setembro de 1870, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-marco-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>>. Acesso em: 01 jul 2016.

BRASIL. Decreto n.º 9.886, de 07 de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870 na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, do accôrdo com a autorisação do art. 2º do Decreto

n. 3316 de 11 de Junho do 1887. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>>. Acesso em: 01 jan 2022.

BRASIL. Decreto n.º 9.886, de 7 de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870 na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, do accôrdo com a autorização do art. 2º do Decreto n. 3316 de 11 de Junho do 1887. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. Lei n.º 586, de 06 de setembro de 1850. Manda reger no exercício de 1851-1852 a lei do orçamento número 555 de 15 de junho do corrente ano. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-586-6-setembro-1850-59826-publicacaooriginal-82237-pl.html>>. Acesso em: 01-06-2016.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, Vanda Sá Barreto. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. **Cadernos metrópole**, n. 18, São Paulo, PUC-SP, 2007. p. 251-273. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8737>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CASTRO, Sylvio Brantes de. **Manual dos Oficiais do Registro Civil**. São Paulo: Ed. Brasil Editora S.A, 1953.

CERQUEIRA, Alan Costa. **De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2016.

DUARTE, Luiz Fagundes. Breviário de termos da crítica textual. In: \_\_\_\_\_. **Os palácios da memória: ensaios de crítica textual**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 377-400. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/47057>>. Acesso em: 06 set. 2019.

GUYOTJEANNIN, Olivier. The Expansion of Diplomatics as a Discipline. **Archival Science**, v.59, p.414-21, outono 1996.

MACNEIL, Heather. Contemporary Archival Diplomatics as a Method of Inquiry: Lessons Learned from Two Research Projects. **Archival Science**, n.4, p.199-232, 2006.

MESQUITA, Euclides. O Registro Civil da Pessoa Natural no Direito Brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 5, dez. 1957. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6607>>. Acesso em: 02 fev. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v5i0.6607>.

MOTA, Mabel Meira. **A literatura a(na)rquivada**: contribuições da Diplomática Contemporânea e da Crítica Filológica à representação da informação no arquivo pessoal de Ildásio Tavares. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2021.

PINHO, José W. de A. “A Bahia – 1908-1856” In. HOLANDA, Sérgio B. de. História Geral da Civilização Brasileira. SP: DIFEL, 1985. Tomo II, Livro Primeiro.

REIS, Laís. **Nascidos nos últimos anos do século XIX: análise paleográfica e diplomática de registros civis do Districto de Sant’Anna**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia e Documentação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à Arquivologia**. 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

RONDINELLI, Rosely Curi. Diplomática a arquivologia: trajetórias que se cruzam. In: \_\_\_\_\_. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisitação conceitual necessária. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

SAID, Edward. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. **Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa: 1862-1934**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2008.

SILVA, Mayara Plácido. **“Revolução sem sangue” na “decantada pátria de Lucas”**: Cidadania e experiências de trabalhadores negros/as e migrantes em Feira de Santana/Bahia (1890-1930). 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, 2017.

SOUZA, Ana Paula de. **Educação e trabalho no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA.

TIZIANI, Marcelo Gonçalves. **Uma breve história do registro civil contemporâneo**. Disponível em: <<https://portaldori.com.br/2016/10/11/artigo-uma-breve-historia-do-registro-civil-contemporaneo-por-marcelo-goncalves-tiziani/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/pXsQkdYw4W3BMkS33WtcDRC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 fev. 2022.



# CULTURA E PODER ATRAVÉS DO DISCURSO JURÍDICO: “O AUTO DE DEFLORAMENTO DE M. J.”

---

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz  
Universidade Estadual de Feira de Santana

## INTRODUÇÃO

“Mariana. Pode ser Ana. Ou Maria. Ou Joana. Não importa o nome. É mulher. Usava saia? Poderia usar vestido, burca, calça comprida, short, bermuda. Não importa. É mulher. Estava numa festa? Poderia estar na rua, na igreja, em casa, na escola. Não importa. É mulher. Já foi modelo? Poderia ter sido freira, professora, estudante, doutora. Não importa. É mulher. Tinha fotos sensuais? Poderia ter foto séria, sorrindo, de arte, turismo. Não importa. É mulher. Tinha cabelo mediano? Poderia ser curto, crespo, liso, alisado. Não importa. É mulher. Estava de noite? Poderia ser de dia, de tardinha, madrugada. Não importa. É mulher. Usava batom? Poderia estar sem nada, rosto limpo, sem maquiagem, cara lavada. Não importa. É mulher. Foi dopada? Drogada? Tinha prova? Tinha filmagem? Não importa. Se foi estuprada, é culpada.” (Heine, Palmira. *In*: Facebook da autora).

A epígrafe de Palmira Heine nos dá a tônica do presente artigo. A cultura do estupro que se perpetua ao longo de tantos séculos.

Deste modo, a linguagem é uma das marcas da Cultura, sendo por seu intermédio que ocorrem as trocas simbólicas nas quais se dá a comunicação. Neste sentido, as relações sociais são geradas, o que possibilita o pensamento abstrato e a formação dos conceitos. Segundo Araújo (2004, p. 9): “Sem linguagem, não há acesso à realidade. Sem linguagem, não há pensamento.”

Uma das principais funções da linguagem é fazer com que o falante comunique ao ouvinte a posição que pensa ou que de fato ocupa na sociedade da qual faz parte. Para Gnerre (1998, p. 5): “As pessoas falam para serem ‘ouvidas’, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos.” É através da linguagem que o homem se comunica e transmite seu pensamento, ou seja, que dá forma a valores, crenças, objetivos, sentimentos, enfim tudo aquilo que perpassa à sua consciência em seu dia a dia. De acordo com Benveniste ([1902-1976]): “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro.” (Benveniste, 1989, p. 93).

Contudo, se não houver os fatores de situação de fala, contexto, intenção, comportamento verbal, circuito de comunicação, efetividade do dito e do dizer, não há linguagem. Isso, no dizer de Benveniste ([1902-1976]1989, p. 93), significa que há uma estreita relação entre linguagem e sociedade e que ambas nasceram da mesma necessidade, ou seja, do uso de símbolos e signos codificados por meio de regras de emprego. Todo falante tem de agir verbalmente de acordo com tais regras.

O uso da linguagem pela sociedade implica em língua, que, para Saussure ([1857-1913]): “[...] é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade.” (Saussure, 2006, p. 22).

Há diversos modos pelos quais a linguagem pode ser caracterizada e estudada, a depender de suas dimensões, a saber: *de signo*, enquanto significação, simbolização e semiotização; *de proposição*, de acordo com a relação entre significado, referência e valor de verdade; *de ato de fala*, entendido como forma de comportamento e valor dos atos de fala; *de discurso*, enquanto efetivação do dizer e do dito. É este último modo que será tomado aqui como referência de análise do documento lavrado no início do século XX, em Santo Amaro – BA, ou seja, o Auto de Defloração de M. J.

## OS AUTOS DE DEFLORAMENTO

Autos de defloração são documentos jurídicos que relatam histórias de jovens defloradas, ou seja, que foram desvirginadas, com emprego de violência ou não. Os autos de defloração, além de veicularem informações acerca do crime contra mulheres virgens, representam também o pensamento da sociedade brasileira dos primeiros anos da República, a qual prezava o progresso, sendo este aliado aos aspectos políticos, econômicos e sociais. Dentre os aspectos sociais havia um fator importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade: o papel da família e a ordem social.

Nos primeiros anos da República a honra feminina era cunhada pela virgindade, símbolo das mulheres solteiras e que marcava, também, a honestidade de sua família. Este símbolo só deveria ser maculado após o matrimônio, para o qual a mulher deveria ir casta e pura. No entanto, isso não é uma máxima da República brasileira, mas já disseminada desde o Concílio de Trento, em que a Igreja Católica pregou a solidificação dos valores do sacramento matrimonial e com isso impôs limites rígidos para a sexualidade. Assim, as mulheres recebiam um lugar na sociedade, baseado em papéis sociais bastante definidos e pré-estabelecidos, que não passavam do seu doce lar. Deste modo, a mulher casta deveria permanecer nessa condição até o matrimônio.

Tradicionalmente, a história reservou para a mulher um lugar pequeno, principalmente porque, por muito tempo, privilegiou o espaço e as cenas públicas, privilegiou os heróis e os reis, as batalhas e as guerras, lugares por excelência masculinos, onde a mulher quase não aparece (Nader, 1997, p. 68).

Contudo, independente de lugar, cor ou classe social, muitas mulheres burlaram as normas de conduta, morais ou jurídicas, a elas impostas, sejam pela Igreja ou pela sociedade em geral. Ou seja, muitas mulheres tiveram envolvimento com seus noivos ou namorados antes das núpcias. Entretanto, a sociedade e a justiça, através da moralidade e da legislação, respectivamente, julgavam essas mulheres.

Não existe a “mulher”, geral e abstrata, mas mulheres concretas, inseridas em classes sociais historicamente

determinadas. Se é certo que em todas as classes de nossa sociedade a mulher é oprimida, não se pode, no entanto, esquecer que a intensidade e, sobretudo, a natureza dessa opressão são diferenciadas (Giacomini, 1988, p. 17).

A afirmativa de Giacomini (1988) reforça o que aconteceu com a jovem M. J., cuja cor da pele e classe social favoreciam a sua discriminação. Entretanto, os artigos que tratam do crime de defloramento não mencionam nem a cor e nem a classe social da vítima.

O termo “defloramento” consta do Código Criminal Brasileiro de 1830, tomado de empréstimo das Ordenações Filipinas, Livro V, o qual trata, dentre outros assuntos, do caso em que homem “forçou alguma mulher” (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, Título CXVII, p. 1273)<sup>1</sup>. O Código Criminal Brasileiro de 1830<sup>2</sup>, Capítulo II – “Dos Crimes contra a Segurança da Honra”, traz os artigos 219 a 225 referentes ao delito de estupro. O artigo 219 apresenta o seguinte texto: “**Deflorar** mulher virgem, menor de dezasete annos.” O 222, este: “Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.” E o 225, o seguinte: “Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas.” O Código Criminal Brasileiro de 1890<sup>3</sup>, Título VIII – “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l5p1273.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 20 out. 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 20 out. 2020.

ultraje publico ao pudor” – Capítulo I – “Da violencia carnal”, traz os seguintes textos: Art. 267 - “**Deflorar** mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude: Pena – de prisão cellular por um a quatro annos.”; Art. 268 – “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena – de prisão cellular por um a seis annos. § 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena – de prisão cellular por seis mezes a dous annos.” Conclui-se, então, que as mulheres tinham seus direitos garantidos, embora o agressor da mulher honesta tivesse que cumprir uma pena mais pesada. Também se constata que a palavra “deflorar” é mantida, mesmo tendo sido transcorridos alguns séculos desde a efetivação das Ordenações Filipinas, sancionadas em 1595, no reinado de Filipe I, mas que passaram a vigorar em 1603, já no reinado de Filipe II.

Para Scremin (2006), com base em Boris Fausto (1984):

[...] o crime de defloramento definia a preocupação central de uma sociedade que materializava a honra em uma peça anatômica, o hímen, além da proteção da vagina. O hímen representava, desta maneira, um acidente biológico facilitador de um controle da sexualidade feminina, pois através dele podia-se distinguir as mulheres puras e impuras. Destaca-se, ainda, que era dever da mulher manter o “selo” intacto. O homem temia pela ruptura da membrana fora do leito conjugal ou expor-se ao ridículo ao casar-se com uma moça, empregando o termo popular, “furada” (Scremin, 2006, p. 2).

Estes artigos são fundamentais para o entendimento de todo o engendramento dos autos de defloramento, pois expli-

cam o porquê de muitas mulheres buscarem a justiça para que sua honra fosse restabelecida. De acordo com Abreu (2004):

A jovem que procurasse reparar um defloramento e que desejasse alcançar o *status* de ofendida, teria que articular um discurso convincente sobre a sua honestidade, sendo que estaria sempre enfrentando os estreitos e extremos paradigmas dos juristas: o ideal da mulher/mãe (a mulher preparada para as responsabilidades da maternidade e do casamento) e o seu inverso, a “maldita” prostituta (Abreu, 2004, p. 292).

Assim, M. J. e sua mãe, M. M., tentam provar que houve o defloramento, exigindo da justiça que o “mal” fosse reparado, com o casamento ou com a prisão do acusado. Objetivando isso, dão entrada na Promotoria Pública, em 1903, na cidade de Santo Amaro, Bahia, acusando B. da R. D. como sendo o autor do delito e assim surgindo o documento intitulado “Auto de defloramento de M. J.”

## **O AUTO DE DEFLORAMENTO DE M. J.**

O auto de defloramento de M. J. é um documento jurídico, lavrado entre os anos de 1903 a 1915, pertencente ao Arquivo Público Municipal de Santo Amaro – Bahia – Brasil, assim descrito: série: Defloramento, seção: Judiciária, escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta e azul, em sessenta fôlios. O texto do documento apresenta grafias distintas, comprovando que foi escrito por escrivães diferentes. A vítima de defloramento é uma menor de catorze

anos, de nome M. J., filha de M. M. O delito ocorreu entre 7 e 8 horas da noite, quando a vítima retornava da igreja para sua casa. O acusado de ter cometido o defloramento é identificado como B. da R. D., pessoa conhecida da vítima e que já vinha fazendo todo tipo de promessa a fim de seduzir M. J., conforme consta da queixa prestada por M. M., transcrita a seguir:

M. M., pessôa miseravel, residente / nesta cidade, tendo em sua companhia uma filha / menor de nome M. J., vem trazer ao / conhecimento de **Vossa Senhoria** que a dita sua filha foi se/duzida e deflorada, na noite de antehontem, quan/do voltava da Igreja do Rozario para a sua casa, / por B. de tal, que logo após abandonou-a E co-/mo este fato constitua um crime publico, atten/dendo-se a presente representação que a **Vossa Senhoria** diri/jo, espera a supplicante que a justiça se manifes/tará, para punir o crime e desaggravar a honra. / Offereço para testemunhas: M. F., E. do P., J. de D., E. M., J. de tal, moradores n'esta cidade. Santo Amaro 31 de Maio de 1903 (Auto de Defloramento de M. J., f. 3r).

O acusado de ter cometido o defloramento é identificado como B. da R. D., pessoa conhecida da vítima e que já vinha fazendo todo tipo de promessa a fim de seduzir M. J.

[...] as sete para as oito horas da / noite do dia vinte e dous de maio proxí- / mo passado vindo ella da Igreja, a sos, / encontrara-se em um lugar deserto na / estrada dos Carros, com B. da R. / D., que levara-a para o mato e em/pregando força a deflorara; prometten-/do-lhe deitar casa e sustentala.” (Auto de Defloramento de M. J., f. 6r).

## A EDIÇÃO DO AUTO DE DEFLORAMENTO DE M. J.

Para se proceder ao estudo do discurso engendrado no Auto de Defloração de M. J., efetivamos a sua edição semidiplomática, a qual contou com os seguintes critérios:

Na descrição do documento, verificamos:

- a) Número de colunas;
- b) Número de linhas da mancha escrita;
- c) Existência de ornamentos;
- d) Maiúsculas mais interessantes;
- e) Existências de sinais especiais;
- f) Número de abreviaturas;
- g) Tipo de escrita;
- h) Tipo de papel.

Na transcrição, cumprimos o dever de:

- a) Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos etc.;
- b) Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- c) Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- d) Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- e) Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- f) Abreviar nomes das vítimas, acusados e testemunhas constantes em documentos jurídicos com menos de cem anos, a fim de preservar as identidades dos mesmos;
- g) Utilizar colchetes para as interpolações: [ ];
- h) Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:

- ((†)) rasura ilegível;
- [†] escrito não identificado;
- (...) leitura impossível por dano do suporte;
- // leitura conjecturada;
- < > supressão;
- () rasura ou mancha;
- [] acréscimo;
- \* \* interferências de terceiros.

## AMOSTRA DA EDIÇÃO: FÓLIO 2R

f. 2r

Número 142 Escrivam Alcebiades  
Santo Amaro 16 de junho 1903

A

Senhor Doutor Juiz de Direito Supplente

- 5 D. A. sejam intimadas as testemunhas para o dia que  
Designar virem depor neste juízo sobre o facto,  
Adjunto do Promotor. . Santo Amaro 15 de junho de 1903
- B
- 10 O Adjunto do Promotor Publico desta Commar  
ca pondo em pratica as atribuições que lhe  
sao outhorgadas por lei, vem denunciar a  
B. da R. D., pelo seguinte facto

M. M., mulher do povo

- 15 vivendo do produtco parco de grosseiros tra-  
balhos, tinha em sua companhia uma filha  
menor de nome M. J., de quem cui  
dava com zelo de mãe extremoza, tanto ma  
is, quanto presentia della se aproximar
- 20 iminente perigo na pessoa do denunciado  
que por todos os meios procurava seduzir  
sua referida filha com fascinantes e enga-  
nosas promessas.

Infelizmente não poderam os cuidados preser  
25 val-a da pessoa desse ladrão da honra, que  
em dias do mez de Maio próximo findo, quan  
do a infeliz M. voltava da Igreja do Rosario  
das 7 para as 8 horas da noite, em procura de  
casa, inopinadamente surgiu o denuncia  
30 do que a conduzio para uns mattos proxi  
mos, onde a defloro, abandonando-a em  
seguida.  
E é corrente que o denunciado, affeito á  
pratica do crime pelo qual o denuncio  
35 a mais de uma infeliz tem atirado ao  
lodaçal da prostituição [...]

## ESTUDO DO DISCURSO

Pode-se definir o discurso como o objeto produzido pelo sujeito da enunciação e como objeto de comunicação entre um destinador e um destinatário. Foucault (2000) questiona o que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita, quais poderes e perigos se imagina que ele possa ter. Pelo discurso pode-se “[...] supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades.” (Foucault, 2000, p. 8).

O discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Segundo Fiorin (2005, p. 34), “[...] o discurso materializa as representações ideológicas. As idéias, as representações não existem fora dos quadros lingüísticos. Por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas.”

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem material, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (Brandão, 2004, p. 11).

## O DISCURSO JURÍDICO

A Teoria Geral do Direito considera o homem como produtor e sujeito de relações jurídicas, pois está submetido aos contatos, às interações e aos conflitos próprios da vida social. Desta forma, a Cultura e o Direito, em particular, representam uma fonte de preceitos éticos, jurídicos e políticos que abarca todo tipo de ordens específicas, valores, proibições, rituais e tabus.

O Direito tem como uma de suas funções sociais normatizar comportamentos e solucionar litígios. A prática do Direito consiste, basicamente, em argumentar. O “bom jurista” é entendido como aquele que tem a capacidade de construir e manejar habilmente argumentos. Neste sentido, o discurso jurídico apresenta uma tipologia própria, caracterizada pelo poder e pela persuasão. A ideologia permeia o discurso jurídico de modo mais contundente. As manifestações ideológicas da norma jurídica possuem características diferenciadas, no entanto, todas elas perpassam pelo poder e pela persuasão. Para Aristóteles (384-322 a. C.), “[...] os discursos da matemática, da história, *do judiciário* (grifo nosso), da família etc. são o lugar da persuasão.” (*apud* Citelli, 2005, p. 11).

O discurso jurídico, sendo tipologicamente de persuasão e poder, se apóia através das várias retóricas. Umberto Eco (1971) afirma que a retórica era vista como fraude sutil. Para ele, no entanto, este ponto de vista mudou, devendo a retórica ser entendida como “[...] uma técnica de raciocínio humano controlado pela dúvida e submetido a todos os condicionamentos históricos, psicológicos, biológicos de qualquer ato humano.” (Eco, 1971, p. 74). Segundo Citelli (2005, p. 18), “A credibilidade do argumento fica dependendo da capacidade de comprovar as afirmativas. Essa fase do discurso é particularmente significativa no discurso judiciário, no qual as provas se tornam determinantes para a ordem do processo.”

Para Perelman ([1912-1984]), o ponto de partida para uma teoria da argumentação jurídica está centrado na análise dos raciocínios utilizados pelos políticos, juízes e advogados. Desta forma, interessa ao autor citado a estrutura da argumentação, a sua lógica. De acordo com Atienza (2002, p. 84): “[...] é fundamental, na argumentação, a referência a um *auditório* ao qual se trata de *persuadir*.” (grifos do autor).

Toda argumentação pede a adesão dos indivíduos, ou seja, de um auditório para o qual se deve dirigir. Para haver argumentação é necessário que existam condições estabelecidas previamente, a saber: linguagem comum ou a participação ideal do interlocutor, que deve ser mantida durante todo o processo da argumentação. Nesta, distinguem-se três elementos: o discurso, o orador e o auditório, sendo este o que tem papel predominante, definido por Perelman e Olbrecht-Tyteca (1958) como o conjunto ao qual o orador quer influenciar com a sua argumentação.

A argumentação é, na realidade, uma ação – ou um processo – com o qual se pretende obter um resultado; conseguir a adesão do auditório, mas só por meio da linguagem, quer dizer, prescindindo do uso da violência física ou psicológica (Atienza, 2002, p. 87).

A partir do final do século XIX o Direito ou o Sistema de Justiça passa a funcionar articulando questões como soberania e igualdade política a práticas de saber – poder. Este sistema age de acordo com o que se espera dele: ouvindo, examinando, julgando e condenando ou não.

## O DISCURSO DO AUTO DE DEFLORAMENTO

O Auto de Defloração de M. J. é um documento jurídico, lavrado entre os anos de 1903 a 1915, pertencente ao Arquivo Público Municipal de Santo Amaro – Bahia, assim descrito: série: Defloração, seção: Judiciária, escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta, em sessenta fólios.

A vítima de defloração é uma menor de catorze anos, de nome M. J., filha de M. M. O delito ocorreu entre 7 e 8 horas da noite, quando a vítima retornava da igreja para sua casa. Assim procede a acusação:

M. M., pessoa miseravel, residente / nesta cidade, tendo em sua companhia uma filha / menor de nome M. J., vem trazer ao / conhecimento de **Vossa Senhoria** que a dita sua filha foi se/duzida e deflorada, na noite de antehontem, quan/do voltava da Igreja do Rozario para a sua casa, / por B. de tal, que logo após abandonou-a E

co-/mo este fato constitua um crime publico, atten/den-  
do-se a presente representação que a *Vossa Senhoria*  
diri/jo, espera a supplicante que a justiça se manifes-  
tará, para punir o crime e desaggravar a honra. (Auto  
de Defloramento de M. J., f. 3r)

O acusado de ter cometido o defloramento é identificado  
como B. da R. D., pessoa conhecida da vítima e que já vinha  
fazendo todo tipo de promessa a fim de seduzir M. J.

[...] as sete para as oito horas da / noite do dia vinte e  
dous de maio proxi- / mo passado vindo ella da Igreja, a  
sos, / encontrara-se em um lugar deserto na / estrada dos  
Carros, com B. da R. / D., que levara-a para o mato e em-  
pregando força a deflorara; prometten-/do-lhe deitar  
casa e sustentala.” (Auto de Defloramento de M. J., f. 6r).

Analisando-se o Auto de Defloramento de Maria Juliana,  
de 1903, percebe-se que a prática jurídica se desloca da recons-  
tituição do episódio para a observação e a reconstrução da  
conduta social dos envolvidos. Neste sentido, os agentes inqui-  
rem à ré da seguinte forma:

Perguntada como se dêo o facto cons-/tante da petição  
de folhas duas? / Respondeo que as sete para as oito  
horas da / noite do dia vinte e dous de maio proxi-/mo  
passado vindo ella da Igreja, **a sos, / encontrara-se em**  
**um lugar deserto na / estrada dos Carros**, com Bento da  
Roxa / Doria, que levara-a para o mato e em-/pregando  
força a deflorara; prometten-/do-lhe deitar casa e sus-  
tentala. (Auto de Defloramento, f. 6r).

Sendo assim, os agentes judiciários querem convencer o auditório de que a vítima, de catorze anos, não devia ter passado sozinha, à noite, por um local deserto, estando sujeita a qualquer tipo de violência. Na seqüência, perguntam se o agressor utilizara-se de alguma arma para forçá-la ao ato sexual:

Perguntado se quando Bento da / Roxa Doria a agredira estava munido / de armas e se usara de alguma? / **Respondeo que Bento não estava arma-/do e que apenas a subjugara por meio / da força.** (Auto de Deflora-mento, f. 6v).

Aqui, os agentes judiciários querem mostrar que a vítima poderia ter reagido de alguma forma, já que o agressor não portava nenhuma arma que pudesse ter usado para forçar a vítima ao ato sexual. Prosseguindo, os agentes continuam reforçando essa tese:

Perguntada **por que razão não pe-/dio socorro** contra a agressão de Bento / da Roxa Dorea? Respondeo / Responde que deixou de fazelo por ser o lugar onde foi agredida muito distante das / casas, de modo que os seus gritos não se-/rião ouvidos. (Auto de Deflora-mento, f. 6r e 6v).

Neste contexto, a hipótese de que a vítima tenha se deixado deflorar é reforçada, pois a mesma não pediu nenhum tipo de socorro, mesmo estando distante das casas. Com o exame de corpo de delito, os peritos também corroboram essa idéia, afirmando que a menor possui constituição física forte, subentendendo-se que ela poderia de alguma forma ter reagido:

Que em cumprimento de determinado no au-/to supra passarão a proceder o exame / na pessoa de Maria Julianna, que / é uma rapariga de cor preta, de quin-/ze annos mais ou menos, de fisionomia / agradável, corpo regular, **constituição for-/forte**, [...] (Auto de Deflora-mento, f. 7r).

Por outro lado, a mãe da jovem quer convencer aos agentes judiciários que a sua filha foi realmente vítima do agressor e que ela, a mãe, nada pode fazer para que o ato de defloramento não ocorresse:

**Infelizmente não poderam os cuidados preser/val-a** da pessoa desse ladrão da honra, que / em dias do mez de Maio proximo findo, quan/do a infeliz Maria voltava da Igreja do Rosario / das 7 para as 8 horas da noite, em procura de casa, inopinadamente surgio o denuncia/do que a condusio para uns mattos proxi/mos, onde a defloro, abandonando-a em / seguida. (Auto de Defloramento, f. 2r).

Outra situação que merece destaque é o fato dos peritos perguntarem qual a profissão da vítima, isso apóia a tese de que ela se deixou deflorar com o intuito de receber o prêmio prometido pelo agressor, ou seja, a montagem da casa e o seu sustento:

Perguntada qual o seo nome, ida-/de, feliação, naturalidade e proffissão / Respondeo chamar-se Maria Juliana, / de trese annos, solteira, filha de Maria / Maximiana, natural de Ouriçangas; / e **sem proffissão**. (Auto de Defloramento, f. 6r).

O exame de corpo de delito também reforça a hipótese de que não houve violência no ato sexual. Os peritos deviam, após o exame, responder às seguintes questões: 1) Se houve efetivamente o defloramento; 2) Qual o meio empregado; 3) Se houve cópula carnal; 4) Se houve violência para fins libidinosos; 5) Quais teriam sido essas violências; 6) Se em virtude do meio utilizado ficou a vítima impossibilitada de resistir e defender-se. No auto, constam as seguintes respostas:

verificarão ser comple-/ta a **delaceração**, dando passagem / franca ao **dedo endicador** que **pene-/trou facilmente** em toda a vagina. Convem notar que **não encontraram** [...] **vestígios de violencia**. Pelo que / passarão a responder aos quesitos / Ao 1º afirmativamente. Ao 2º **natu-/ralmente a penis** Ao 3º Afirmamente. / Ao 4º Não podem afirmar por não em-/contrarem vestígios: Ao 5º fica prejudi/cado pela resposta acima Ao 6º tam-/bem prejudicado pela mesma respos-/ta [...] (Auto de Defloramento, 7v).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ordem persuasiva dos discursos percorre um caminho de inúmeras possibilidades. Desde a escolha das palavras até a organização das frases há uma estreita relação entre signo, ideologia e construção do discurso.

Os discursos persuasivos, manifestados através de um enunciador, que pode ser individual ou coletivo, resultam nas formações discursivas. Para Umberto Eco (*apud* Citelli, 2005, p. 95):

A maior parte dos discursos que fazemos nas relações com os nossos semelhantes é discurso de persuasão. Temos necessidade de persuadir e ser persuadido. O discurso persuasivo, em si mesmo, não é um mal; só o é quando se torna o único trâmite da cultura, quando prevarica, quando se torna o único discurso possível, quando não é integrado por discursos abertos e criativos.

A investigação de um discurso público (o discurso jurídico) confere aos estudos da linguagem um caráter privilegiado para o entendimento da formação de atitudes e significados dentro de uma comunidade. Desta forma, constata-se que “[...] não há um conhecimento neutro, pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais.” (Fiorin, 2005, p. 29). O homem compreende a si e aos outros a partir das alusões e referências ao contexto cultural e social.

É difícil se chegar a um acordo entre as partes na argumentação jurídica. Isso só é superado mediante uma decisão baseada na autoridade. Para Foucault (2000, p. 18): “[...] o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada [...] senão por um discurso de verdade.” Os discursos, no interior dos saberes, representam constantemente um embate, ou seja, um confronto. Daí, dessa luta, saem os discursos considerados verdadeiros e os considerados falsos. Não incluídos em um plano ideológico, esses discursos fazem parte das práticas sociais.

A vontade de afirmar um discurso sobre outro perpassa pela necessidade maior de uma produtividade persuasiva. A prática jurídica, como as demais práticas sociais, é uma prática discursiva de poder, inter-relacionada com os conceitos de gênero, classe, raça/etnia. O discurso perpetrado pelos agentes judiciários, no Auto de Defloração de M. J., foi elaborado com a finalidade de persuadir o auditório de que a vítima foi, na verdade, a grande culpada pelo ato de defloração.

Os agentes jurídicos constantes no Auto de Defloração de M. J. avaliaram o seu comportamento social e a penalizaram pela sua conduta. As discriminações de gênero, classe e etnia inerentes ao Sistema Jurídico são práticas históricas. Os discursos jurídicos do final do século XIX e início do século XX (Auto de Defloração de M. J., a qual sofreu preconceito de cor, raça e classe social) associam o padrão de honestidade ao comportamento e à conduta social. Sendo assim, após doze anos de processo (de 1903 a 1915), o réu foi absolvido e o processo arquivado.

Assim, pode-se notar, nos processos de crime sexual, uma estampa comum, masculina, a toda a sociedade. Visão que não se limita ao fato de que o aparelho repressivo, bem como o corpo de jurados era composto em sua maioria por homens, que investigavam e julgavam os delitos praticados por pessoas do sexo masculino, cujas vítimas eram em sua maioria mulheres (Scremin, 2006, p. 2).

A Filologia é a ciência do texto, tendo como labor fixar, reconstruir, criticar os textos transmitidos ao longo da história. Deste modo, toma o texto como produto de uma cultura.

Sendo assim, os autos de defloração são produtos de uma cultura que vê a mulher como objeto sexual e reprodutor.

Em todos os documentos estudados e editados, podemos comprovar que a prática de subjugar as mulheres ainda não chegou ao fim, pois os casos de feminicídio e estupro seguem com números alarmantes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 290-316.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ATIENZA, Manuel. **As razões do Direito**: teorias da argumentação jurídica. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. 2. ed. São Paulo: Landy, 2002.

BENVENISTE, Émile [1902-1976]. **Problemas de lingüística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas-SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2004.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. rev. e atual. 2. imp. São Paulo: Ática, 2005.

CÓDIGO CRIMINAL BRASILEIRO – 1830. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 20 out. 2020.

CÓDIGO CRIMINAL BRASILEIRO – 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 20 out. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

ECO, Umberto. **A Estrutura ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. rev. e atual. 2. imp. São Paulo: Ática, 2005.

FOUCAULT, Michel [1926-1984]. **A Ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. 3. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 1997.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1273.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie ([1958]). **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Marcas persuasivas e ideológicas em um auto de defloramento de 1903. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). **Múltiplas perspectivas em lingüística**. Uberlândia-MG: EDUFU, 2008. v. 1, p. 2632-2640.

SAUSSURE, Ferdinand de [1857-1913]. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCREMIN, João Valério. A Influência da medicina legal em processos crimes de defloramento na cidade de Piracicaba e região (1900-1930). **Histórica** - Revista on line do Arquivo Público de São Paulo, n. 8, mar. 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia03/texto03.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

# VIOLÊNCIA CONTRA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA BAHIA: LEITURA FILOLÓGICA DE DOCUMENTO DO SÉCULO XVIII

---

Pollyana Macêdo de Jesus  
Universidade Federal da Bahia/ PPGLINC–UFBA

Eliana Correia Brandão Gonçalves  
Universidade Federal da Bahia

## INTRODUÇÃO

Não é de agora que os povos minoritários e subalternizados sofrem com o apagamento ou silenciamento de sua história. As populações indígenas vivenciam, ainda hoje, diferentes formas de violência a sua cultura, aos seus modos de vida, a suas terras e aos seus corpos. Nesse sentido, este estudo apresenta reflexões sobre a situação dos povos indígenas no Brasil a partir da leitura de documentos históricos, contribuindo para a sociedade e para a academia, com o fim de adicionar forças às vozes desses povos, para que não continuem sendo silenciadas. Nesse sentido destaca-se que essa ação de resgate da memória é possível através do labor filológico, reconstituindo textos fidedignos por meios de edições criteriosas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Artigo vinculado à minha dissertação de Mestrado *Notícias de viagem por entre vilas e aldeias de indígenas sublevados na Bahia colonial: edição semidiplomática, edição interpretativa e glossário*, que foi desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Correia Brandão Gonçalves – coordenadora do GEFILL – e teve o apoio da FAPESB.

Desse modo, as considerações apresentadas neste trabalho partem da análise filológica do manuscrito intitulado *Notícia da Viagem, e Jornadas, que fêz o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto Entre os Índios sublevados nas Villas, e Aldêas das Comarcas dos Ilhéus, e Norte na Capitania da Bahia*. O documento histórico encontra-se no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e está disponibilizada, em formato de arquivo pdf, através do Acervo Digital do site da Biblioteca Nacional Digital.

O documento tem sua escrita atribuída ao Capitão Barreto e datação divulgada no Acervo da Biblioteca como sendo posterior ao ano de 1792, apesar de não constarem essas informações no documento em si. Possui dezessete fólios escritos em recto e verso, além de cinco mapas (também chamados no documento de *Plantas*) que o acompanham, mas que são indicados no site da BND como estampas.

Conforme o título já adianta, o manuscrito registra notícias a respeito do período em que o Capitão Barreto esteve viajando pela região conhecida por Comarca dos Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia. Relata a passagem do Capitão Muniz Barreto por vilas e aldeias baianas e registra narrativas relevantes para a história social e geográfica da Bahia Colonial. O documento também explicita aspectos culturais e outros modos de vida dos povos indígenas habitantes das regiões mencionadas, suas vivências e suas formas de resistência, como as sublevações, por exemplo.

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS “ÍNDIOS SUBLEVADOS” NA BAHIA

Apesar de o documento *Notícias da Viagem* não ter sido escrito por sujeitos indígenas, não podemos desprezar as narrativas nele registradas. É necessário conhecer o documento em questão, visto que é relevante para os estudos acadêmicos e para entender uma parte da história de populações que tiveram e continuam tendo suas vozes silenciadas. Tendo em vista que mais de dois séculos já se passaram desde a escrita do documento, cabe analisar brevemente a situação sociopolítica dos povos originários que viviam no território baiano naquele período.

Na segunda metade do século XVIII foi publicada uma lei que se caracterizou por determinar diretrizes que deveriam ser seguidas nas colônias de Portugal. Conhecida como *Diretório Pombalino*, a lei foi publicada em 1758 e pretendia, dentre outros objetivos, administrar a força de trabalho na colônia, regular a liberdade das populações indígenas, além de integrar e assimilar os povos indígenas à sociedade colonial. Para que fossem concretizados esses objetivos, algumas mudanças precisaram ser feitas na política relativa à mão de obra indígena.

Nesse contexto, vale destacar alguns pontos acerca da influência que o Diretório Pombalino teve na história daquelas populações, sobretudo se pensarmos nas seguintes questões: Quem eram e por que aqueles indígenas estavam sublevados? Quem era o Capitão e quais as intenções dele ao relatar a situação dos indígenas? De acordo com Souza e Lobo (2016), o parágrafo terceiro do Diretório, entre outras questões abordadas, mencionava a necessidade de

cristianizar e civilizar os índios, para que, retirados do estado de barbaridade e rusticidade a que se achavam reduzidos em pleno século XVIII, como se ainda vivessem nos incultos sertões, a despeito de mais de dois séculos do início da colonização portuguesa, pudessem ser úteis a si mesmos, aos moradores e ao Estado (Souza; Lobo, 2016, p. 47).

Apesar de as notícias do Capitão não mencionarem de forma muito detalhada o Diretório, é possível estabelecer um diálogo entre as narrativas feitas por ele e os objetivos da Lei em questão, a exemplo do trecho em que o capitão reclama à Coroa Portuguesa que os indígenas habitantes daquelas localidades pudessem se “empregar em serviço dapublica utilidade” (NOTÍCIA DA VIAGEM, Século XVIII, f. 2v., L 34-35).

Ademais as ações referentes à civilidade dos índios, outros aspectos podem ser notados nas *Notícias da Viagem*, como os relativos ao cultivo da terra e ao comércio dos produtos das suas plantações, perceptível também na escrita do capitão, ao chamar atenção para que “se tente a melhor civilizaçã dos Indios, que | estaõ aldêados naquelle vasto Continente, ecostu- | ma-los a agricultural, para depois passar a amansar aos- | -que se achaõ embrenhados, eseguindo os erros do paganismo.” (Notícia da Viagem, Século XVIII, f. 2r., L. 15-18)

As medidas apontadas faziam parte da estrutura em que estavam inseridos os povos nativos naquele período: o sistema de aldeamentos. A estrutura citada, apesar de ter sofrido modificações a partir da publicação do Diretório Pombalino, surgiu ainda no século XVI e, segundo Santos (2007), uma das razões para o estabelecimento do Diretório se deveu também ao fato de que

As aldeias indígenas seriam transformadas em vilas ou povoados, não mais sendo administradas pelas ordens religiosas. A estas, restaria o trabalho de enfrentar os sertões bravios em busca de povos nativos na tentativa de conduzi-los pacificamente para junto das povoações coloniais a fim de serem convertidos e doutrinados. A publicação destas Leis se deu em 1757, ano em que foi também redigido o Diretório das Povoações dos Índios do Pará e Maranhão, propugnando uma série de medidas destinadas a melhor preparar os índios para assumirem o governo civil de suas aldeias. (Santos, 2007, p. 114-115)

Desta maneira, dentre os objetivos de Pombal estava também o de tentar tornar os indígenas em aliados, no entanto, caso não fosse possível concretizar as investidas dos colonizadores e houvesse resistência por parte dos nativos, estes seriam considerados rebeldes e inimigos, acarretando a legitimação do extermínio ou do domínio (Santos, 2016).

Nessa conjuntura, o Capitão Muniz Barreto se refere a esses povos como “índios sublevados” exatamente por estarem eles fora de seus aldeamentos, como se nota no trecho “Fazendo-me desentendido inteiramente, | não só dos Crimes, que tinhaõ comêttido em desampa- | rar, sem ordem superior, as suas Aldêas” (Notícia da Viagem, Século XVIII, f. 7v., L. 202-204). Considera-se, portanto, uma sublevação já que os “índios envolvidos nele não podiam sair das aldeias onde estavam confinados, sem a autorização dos Diretores de Índios ou dos Capitães-Mores aos quais estavam subordinados” (Nobre, 2011, p. 142).

Nesse sentido, vale ressaltar que, com os relatos do Capitão Barreto – nos quais são expostas algumas de suas reflexões

a respeito do comportamento daquelas populações indígenas e que, segundo ele, poderia ser mais pacífico ou rebelde, a depender da vila ou aldeia em questão – evidenciam que, o que de fato eram os nativos, se apagou no tempo novamente. Isso se deve, infelizmente, à perpetuação da forma como esse comportamento de povos marginalizados (nesse caso em específico os povos indígenas), foi e vem sendo retratado por aqueles que escreviam a história, de maneira literal, nos diversos documentos redigidos ao longo do tempo.

É preciso salientar também que, embora não fosse do interesse do capitão analisar a situação dos indígenas quanto às violências sofridas, não podemos continuar desprezando o modo como viviam e como eram tratados. No entanto, nem só de sofrimento é feita a história desses povos. As lutas e a resistência desses sujeitos integram a sua história também, como se pôde perceber através desse breve estudo filológico sobre os “índios sublevados”. Desse modo, urgem então novos olhares e novas leituras, voltando-se para a história das populações indígenas e dos que foram subalternizados no decorrer dos séculos.

## **EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DA NOTÍCIA DA VIAGEM**

As considerações realizadas até aqui são frutos da pesquisa com texto escrito, objeto de estudo da Filologia, que “permite repensar os documentos históricos tanto na sua materialidade, através dos usos linguísticos, quanto em sua imaterialidade, estabelecida pela construção simbólica dos sentidos” (Jesus; Gonçalves, 2020, p. 238-239). Articulada

à História e outras áreas afins, a Filologia fornece mecanismos para o resgate da memória cristalizada nos documentos históricos. Nesse ínterim, tendo em vista os objetivos deste trabalho, ressalta-se que,

[...] para que uma produção editorial seja organizada para fins linguísticos, é preciso pensar no resgate e na interpretação de diversos registros escritos produzidos pelos grupos, ao longo de sua história, na pluralidade de usos da língua na escrita. (Gonçalves, 2018, p. 155-156).

Segundo Fachin (2008, p. 237), a Filologia Portuguesa “passa por um momento muito produtivo no que diz respeito aos trabalhos de edição voltados para a conservação do estado de língua de documentos manuscritos”. Desse modo, considerando que o *corpus* deste trabalho é um manuscrito, cuja escrita já ultrapassa mais de um século e cuja leitura demanda habilidade com a prática filológica, estabeleceu-se a necessidade de elaborar a edição semidiplomática, que tem por objetivo possibilitar a leitura do texto para o público especialista que se interessa pelos aspectos linguísticos, visto que não há a obrigatoriedade de se recorrer ao documento modelo.

Até o que se sabe, existe apenas um testemunho do texto *corpus* deste trabalho. Trata-se então de um documento de tradição monotestemunhal. Sendo assim, escolheu-se realizar uma edição semidiplomática porque

A edição semidiplomática é um produto editorial de mediação intermediária, que conserva as características linguísticas do texto – como a ortografia e a pon-

tuação – além de sua constituição gramatical e lexical. A edição semidiplomática pode ser antecedida da edição fac-similar, reprodução mecânica do documento, e pode vir acompanhada de outro produto editorial de caráter modernizador, com o fim de dinamizar a leitura do texto para o público não especializado, a exemplo da edição interpretativa, em textos com tradição monotes-temunhal, e da edição crítica, em textos com tradição polítestemunhal. Normalmente, nesse tipo de edição, as abreviaturas são desdobradas com grifo – itálico, negrito ou sublinhado – por se constituírem como dificuldades para a leitura de textos do passado (Gonçalves, 2020, p. 82-83).

Sobre este tipo de edição, Cambraia (2005) afirma que há,

[...] um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais [...] (Cambraia, 2005, p. 95).

Essas modificações, contudo, precisam estar amparadas em critérios pré-estabelecidos que deixem o leitor a par das escolhas do editor. Toledo Neto (2020) afirma que “dessa forma, o leitor sempre poderá recuperar o(s) modelo(s) por meio de uma transcrição que segue rigorosamente normas explícitas” (Toledo Neto, 2020, p. 194).

Para Xavier (2011, p. 716), a rigorosidade e o cuidado com as normas são imprescindíveis, pois conferem “objetividade ao texto editado, evitando que o filólogo se funde tão somen-

te em suposições para o estabelecimento do texto. Ademais, tende a impedir a realização de edições arbitrárias, muito dissidentes e sem cientificidade.” Assim, é dever do editor respeitar as particularidades do texto, seguindo os critérios pré-estabelecidos.

## CRITÉRIOS DA EDIÇÃO

Para a elaboração da edição do documento foram utilizadas as *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos (2001)* e *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos - Edição Semidiplomática (2020)*, ambas estabelecidas pelo PHPB, fazendo-se as adequações necessárias ao *corpus* de pesquisa. Apresentam-se, portanto, da seguinte forma:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura. Ex.: *Capitania*.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: «eVillas”; “aAldêa”; “porisso”. A análise será feita da seguinte maneira:
  - a) se as palavras estiverem ligadas pelo mesmo traçado, ainda que haja uma distância entre elas, serão transcritas juntas;
  - b) caso as palavras não possuam ligaduras, serão transcritas separadas, mesmo que estejam muito próximas uma da outra.

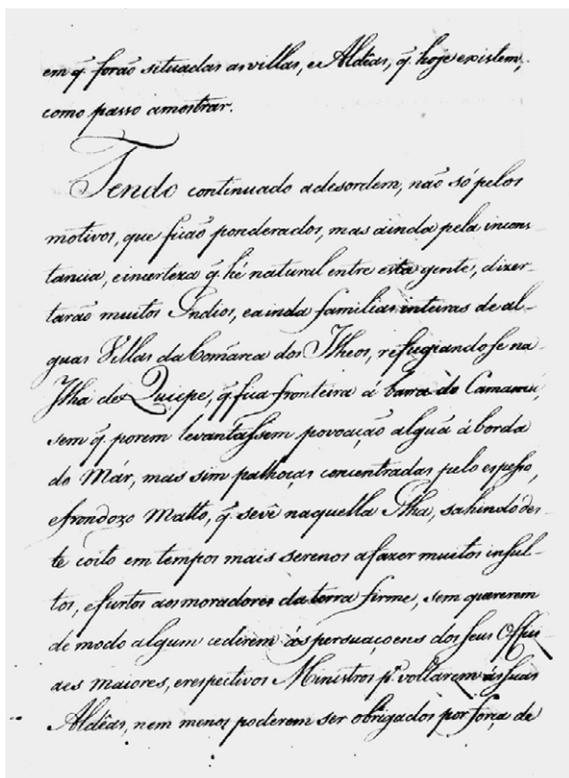
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escrevente entre as palavras, será marcado: (espaço)<sup>2</sup>. Exemplo: “Aldêa de Massaraõ dupió. (espaço) Os Indios *que* achei nes-|ta”.
5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “Parocho”; “Lugár”.
6. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no documento de base. Exemplos: “; “atira- | mos” e “atira= | mos”.
7. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no documento. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
8. Será realizada a padronização dos alógrafos de acordo com o alfabeto atual. Ex.: **f** e **s** serão transcritos como **s**; e **ξ** e **h** serão transcritos como **h**.  e  serão transcritos como **r**.
9. As letras ramistas **v**, **u**, **i** e **j** serão mantidas como no manuscrito.
10. O sinal de nasalização ou til, quando com valor de **m** e **n**, será mantido.

<sup>2</sup> Serão utilizados parênteses em substituição aos colchetes, a fim de não causarem dúvidas na leitura, visto que o scriptor já os utiliza em seu texto.

11. Intervenções de terceiros no documento devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplo: Nota 6: “Acima da linha 78 consta um carimbo com o escrito “BIBLIOTHECA NACIONAL SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS RIO DE JANEIRO”.
12. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre parênteses e em itálico. Exemplos: “*edois canivet(e)s, que me agradeceão*”; “*eadministrar lhes (opasto espiritual, por seacharem)*”.
13. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre parênteses: (ilegível).
14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre parênteses conforme o caso: (?) para letras, (*inint.*) para vocábulos e (*inint.* + n linhas) para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “estas observaçoens (?)ia taõbem com sagacidade”.
15. A divisão das linhas do documento será preservada, ao longo do texto, de maneira justalinear. As linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta linha. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor e será feita de maneira contínua por documento.

16. A indicação do fôlio receberá a marcação entre barras verticais com o respectivo número e indicação de frente ou verso<sup>3</sup>. Exemplo: ||f. 1r||
17. Não serão desenvolvidos os números ordinais. Ex: “Mappa Numero 1<sup>o</sup>”; “Planta Numero 3<sup>o</sup>”

**Imagem 1:** Reprodução do fôlio 3v. da *Notícia da Viagem*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

<sup>3</sup> Percebe-se, no documento, que não consta numeração de páginas realizada pelo *scriptor* nem pela Instituição de Guarda. No entanto, na edição, será feita esta indicação utilizando-se o recurso estabelecido no critério.

Excerto da Edição do fólho 3v. da Notícia da Viagem

|| f. 3v. ||

em *que* foraõ situadas as villas, eAldêas, *que* hoje existem;  
como passo amostrar.

Tendo continuado adesordem, não só pelos  
65 motivos, que ficaõ ponderados, mas ainda pela incons-  
tancia, eincerteza *que* hé natural entre esta gente, dizer-  
taraõ muitos Indios, eainda familias inteiras de al-  
guas Villas daComârca dos Ilheos, refugiandose na-  
Ilha de Quiepe, *que* fica fronteira á barra do Camamú,  
70 sem *que* porem levantassem povoação alguã á borda  
do Már, mas sim palhoças concentradas pelo espesso,  
efrondozo Matto, *que* sevê naquella Ilha, sahindo des-  
te coito em tempos mais serenos afazer muitos insult-  
tos, efurtos aos moradores da terra firme, sem quererem  
75 de modo algum cederem ás persuaçoes dos seus Offici-  
aes maiores, erespectivos Ministros *para* voltarem ás suas  
Aldêas, nem menos poderem ser obrigados por força de

## ANÁLISE PALEOGRÁFICA DA NOTÍCIA DA VIAGEM: BRE- VES REFLEXÕES

Conforme já mencionado, o documento histórico utilizado como *corpus* deste trabalho trata-se de uma cópia digitalizada dos relatos de viagem do Capitão Barreto pelas vilas e aldeias das Comarcas dos Ilhéus e Norte na Capitania da Bahia, com datação posterior a 1792, indicada pela Biblioteca Nacional Digital. Para Azevedo Filho (1987, p. 17), a Paleografia se volta “para o estudo gráfico de textos antigos [...] escritos em material perecível, como o papiro, o pergaminho e o papel”. Propõe-se, então, a apresentação de uma análise breve a respeito de elementos paleográficos encontrados na *Notícia da Viagem*.

O manuscrito possui 17 fólhos escritos em recto e verso, com exceção do fólho 1, escrito somente no recto. Possui 544 linhas ao todo, tendo uma média de 15 a 16 linhas em cada fólho. Apresenta escrita de tipo cursiva, com alguma inclinação para a direita, possui uma certa variedade na escrita e ligaduras entre as palavras. Ocorre a presença de letras capitulares ao longo de todo o documento e algumas letras são bastante elegantes.

No que concerne à ocorrência de abreviaturas, “forma reduzida de se escrever uma palavra” (Costa, 2006, p. [s.n.]), o manuscrito apresenta, ao todo, 307 abreviaturas, que foram desenvolvidas seguindo os critérios utilizados na edição. A classificação das abreviaturas foi realizada seguindo a leitura de Flexor (2008), para a composição de quadro de classificação, mas apresentado aqui parcialmente, como amostragem das abreviaturas por letra sobrescrita.

**Quadro 1** – Quadro de amostragem das abreviaturas por letra sobrescrita

Imagem	Forma abreviada	Forma desenvolvida	Ocorrências	Classificação
	p. <sup>a</sup>	para	f. 3r, L. 52, 56. f. 3v, L. 76.	abreviatura por letra sobrescrita
	m. <sup>to</sup>	muito	f. 4v, L. 110.	abreviatura por letra sobrescrita
	Ex. <sup>mo</sup>	Excellentissimo	f. 5r, L. 116, 122. f. 5v, L. 138.	abreviatura por letra sobrescrita

	Gov. <sup>or</sup>	Governador	f. 5r, L. 122.	abreviatura por letra sobrescrita
	Cap. <sup>ão</sup>	Capitão	f. 5r, L. 122. f. 5v, L. 131.	abreviatura por letra sobrescrita
	Com. <sup>de</sup>	Comandante	f. 5v, L. 131.	abreviatura por letra sobrescrita

Sobre a presença de carimbos, verificou-se a ocorrência de 3 tipos: o primeiro situado acima da linha 1 do fôlio 1r, escrito “BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro”. O segundo tipo de carimbo possui o registro “BIBLIOTHECA NACIONAL SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS RIO DE JANEIRO”. Este tipo pode ser encontrado à altura da linha 3, acima da linha 78, acima da linha 311 e outro à altura da linha 540. O terceiro tipo é um carimbo “DA REAL BIBLIOTHECA”, encontrado no primeiro fôlio verso, o qual não possui mancha escrita, além de outro à altura das linhas 541, 542, 543 e 544.

**Imagem 2:** Carimbo BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro



Localização: f. 1r.

**Imagem 3:** Carimbo BIBLIOTHECA NACIONAL SECÇÃO DE MANUSCRITOS RIO DE JANEIRO



Localização: f. 1r.



Localização: f. 4r.



Localização: f. 11r.



Localização: f. 17v.

**Imagem 4:** Carimbo DA REAL BIBLIOTHECA



Localização: f. 1v.



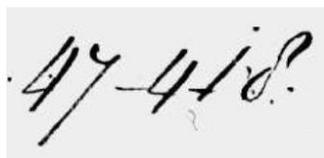
Localização: f. 17v.

No que concerne à anotações feitas por outras mãos, verifica-se uma anotação não legível e uma anotação supostamente posterior abaixo da linha 11, que indica o número de registro do documento na Biblioteca.

**Imagem 5:** Anotações de mãos não identificadas



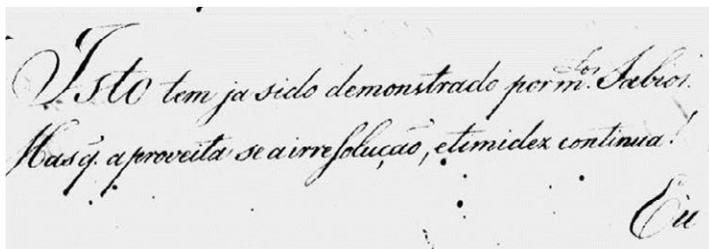
Localização: f. 1r.



Localização: f. 1r.

Ocorre ainda a presença de uma nota marginal abaixo da linha 156, no fólio 6r. O documento, aparentemente, não apresenta manchas ou rasgaduras, mas apresenta algumas rasuras, ainda que raras. Nota-se, além disso, a presença recorrente de reclames no documento, podendo ser encontrados nos fólhos 2r, 2v, 4r, 4v, 6r, 6v, 7v, 8r, 8v, 9r, 9v, 10r, 11r, 11v, 13r, 13v, 14v, 15r, 15v e 16v. De acordo com Dias (2005, p. 6), “são chamadas Reclames as repetições de palavras que se dão ao final de um fólio e no início do fólio seguinte. Uma das utilidades reconhecidas do reclame é indicar a sequência dos fólhos e adiantar sua leitura”. A ocorrência de reclames no documento é de grande relevância, pois, por não haver numeração de páginas inserida pelo *scriptor* nas Notícias de viagem, a identificação da ordem dos fólhos ficou mais evidente.

**Imagem 6:** Reclame no f. 2r.



## REFLEXÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho possuem grande relevância para a sociedade, tendo em vista que os povos indígenas, apesar de sua enorme importância para a história da Bahia e do Brasil, ainda não tiveram o reconhecimento que lhes é devido em sua totalidade. Sendo assim, faz-se necessário destacar que essas discussões continuam sendo urgentes e atuais. Isto se deve ao fato de a nossa história, a nossa identidade, a nossa cultura e a nossa língua estarem diretamente ligadas aos povos nativos. Espera-se, portanto, que os assuntos relativos às narrativas indígenas sejam colocados em destaque, conquistando espaço merecido de debate e ocupando mais espaço na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão “necessária, urgente e inadiável”. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH: 50 anos, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH** - Associação Nacional de História, 2011.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, Renata Ferreira. Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita? **Histórica** (São Paulo. Online), v. 1, p. n° 15, 2006.

COSTA, Renata Ferreira. **Edição semidiplomática de “Memória histórica da Capitania de São Paulo”, códice E11571 do arquivo do Estado de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de

São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-10012008-112512. Acesso em: 2021-11-06.

DIAS, Elizangela Nivardo. A História, a Codicologia e os Reclames. **Histórica** (São Paulo), São Paulo, v. 4, p. 1-9, 2005.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S. l.], n. 10-11, p. 237-262, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**. Manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3 ed. ver. aum. (Publicações Técnicas; n. 53). 600p. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. A Paleografia na leitura da documentação histórica sobre a Bahia. In: LOSE, Alícia D.; SOUZA, Arivaldo S. (Orgs.). **Paleografia e suas Interfaces**. 1 ed. Salvador: Memória & Arte: Edufba, 2018b, p. 125-142.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 22, n. Especial, 75-92, 2020.

JESUS, Pollyana Macêdo de; GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Lugares, registros e memórias: contribuições extraídas de relatos de viagem pela Bahia do século XVIII. **Estudos Interdisciplinares da Linguagem** – v. 02. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 231-246. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/71978>>.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil**: processos distintos de formação no período colonial. 229 f. il. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

NOTÍCIA da viagem e jornadas que fez o Capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, entre os índios, sublevados nas Vilas e Aldeas das Comarcas de Ilheus e Norte da Capitania da Bahia. Bahia: [s.n.], [Séc. XVIII]. 44 p. BNRJ\_Manuscritos – CF-50,01,29. N° de registro no Acervo Digital: s. l., s.d. (POSTERIOR A 1792). 3,1,18.

SANTOS, Bruna Trindade Lima. **Edição do Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil**: contribuições para aspectos sócio-históricos do português no Brasil do século XVIII. 130 p. Dissertação (Mestrado). –

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa. 2016.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. **Revista de História** (USP), v. 156, p. 107-128, 2007.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos; LOBO, Tânia Conceição Freire. Da aplicação do Diretório Pombalino ao Estado do Brasil: povos indígenas e políticas linguísticas no século XVIII. **A Cor das Letras** (UEFS), v. 17, p. 46-59, 2016.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. **Travessias Interativas**, v. n.20/v.10, p. 192-208, 2020.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Normas de edição: o compromisso com a objetividade. In: II Sinalel - II Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, 2011, Catalão-GO. **II Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística: Linguagem, História e Memória**. Catalão-GO: UFG, 2011. p. 714-723.

# TEMIRECÔ, EMIREKÓ: GÊNERO, CASAMENTO, PODER E COLONIZAÇÃO

---

Vânia Maria Losada Moreira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## INTRODUÇÃO

A importância e o protagonismo das mulheres indígenas no contexto colonial da América portuguesa representam um campo de investigação que tem despertado crescente interesse, mas o tema continua novo e pouco explorado, problematizado e conhecido. Em parte, isso se deve ao fato de a categoria “gênero” ter ingressado tardiamente na historiografia – tanto a brasileira quanto a internacional. Joan Scott (1995, p. 76) salienta que até a década de 1970 a percepção dominante era a de que os estudos de gênero representavam um campo periférico da historiografia, porque supostamente não tinham conexões significativas com as grandes questões da política, do poder, da diplomacia e da guerra. Seu eixo fundamental seria as relações entre os sexos, com destaque para a história das mulheres, das crianças e da família. No Brasil, Rachel Soihet e Joana Pedro (2007) demonstraram que o interesse pela história das mulheres foi coetâneo ao internacional. Mas, como observaram as autoras, essa historiografia estava se desenvolvendo ao largo da categoria gênero, que teve um ingresso tardio na produção historiográfica brasileira. Era, como observaram as autoras, uma novidade em 1989, quando foi publicado o dossiê

da *Revista Brasileira de História* (RBH) intitulado “A mulher no espaço público”. A mesma apreciação é reiterada por Margareth Rago, que informou ter tomado conhecimento do *gender studies* em um congresso em Nova York, em 1990: “Construção social e cultural das diferenças sexuais, assim se definiu o ‘gênero’, categoria que trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava.” (1998, p. 89).

Do ponto de vista histórico, o sujeito indígena foi “genericado” pelo discurso e pela política colonial desde o princípio das relações interétnicas, atingindo tanto homens quanto mulheres. Mas é particularmente evidente nas relações que dizem respeito às mulheres, as quais foram destacadas como de grande sensualidade e luxúria, sendo fartamente utilizadas no processo de conquista e colonização por meio de matrimônios, uniões mistas e escravizações. Padre José de Anchieta (1846), por exemplo, sublinhou que elas andavam nuas, não sabiam recusar as investidas sexuais dos europeus e até mesmo tinham por honra deitar-se com eles, procurando-os por vontade própria com liberdade e frequência. Nascia, com essas narrativas, o que Ronald Raminelli (2006) chamou de *Eva tupinambá, i.e.*, a tradução da mulher nativa realizada pelo campo normativo do colonizador. Uma mulher frequentemente acusada por missionários e cronistas de ser a fonte dos pecados e descaminhos dos homens e imortalizada em *Casa Grande & Senzala* como a responsável pelo ambiente “priápico” que supostamente grassava no Brasil dos primeiros contatos interétnicos (Freyre, 2005, p. 169).

Fazendo coro com Joan Scott (1995, p.72), sublinho que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e um

modo de significar e de simbolizar as relações de poder. É também uma categoria de análise fundamental para problematizar e compreender os elementos que permitem tanto a manutenção da ordem social quanto sua transformação. Posto isso, o tema central deste capítulo é refletir sobre o lugar ocupado pela mulher indígena nas políticas matrimoniais de indígenas e colonizadores, dando especial destaque à instrumentalização do matrimônio pelo poder colonial e aos sinais de resistência, adaptação e resiliência dos povos indígenas em relação ao modelo matrimonial tridentino e aos casamentos mistos.

## **MULHER, CASAMENTO E POLÍTICA NA SOCIEDADE TUPINAMBÁ**

Os Tupinambá representam um dos povos mais conhecidos do período colonial. Foram com eles que colonizadores estabeleceram os primeiros contatos e relações interétnicas, dando início ao progressivo processo de conquista e colonização. Resultou daí a produção de registros e testemunhos históricos de diferentes naturezas, que servem de base indispensável à investigação de suas estruturas sociais, econômicas e culturais. Mesmo assim, o conhecimento histórico acerca de seus sistemas de gênero, família e matrimônio possuem inúmeras e importantes lacunas. Para outros incontáveis povos e grupos étnicos que viviam em regiões mais afastadas da costa atlântica e das margens dos grandes rios da bacia platina, não existem fontes semelhantes, tornando muito mais difícil – quando não impossível – a produção de conhecimento histórico e etno-histórico sobre eles. Sobre os Tupinambá, dois

estudos se destacam: *Organização social dos Tupinambá*, de Florestan Fernandes (1963), e *De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil*, de João Azevedo Fernandes (2016). Para além da dimensão propriamente reprodutiva, João Azevedo Fernandes delineou o lugar social e a função econômica da mulher, bem como do casamento na organização da sociedade tupinambá:

Ali onde não existem distinções de casta ou classe e onde o trabalho é organizado em função de linhas de sexo e idade, com predominância clara do trabalho feminino, é o casamento que regulará privilégios e hierarquias, desigualdades inerentes a qualquer organização social humana (2016, p. 35).

Florestan Fernandes salientou que, entre os Tupinambá, casamento e poder caminhavam juntos e criava, nas palavras do autor, uma “gerentocracia”. Nesse sistema social, o poder dos mais velhos – homens e mulheres – prevalecia sobre o dos jovens, porém eram os homens que assumiam a liderança em suas respectivas famílias e aldeias:

Cada grupo local contava, pelo menos, com um chefe, principal ou morubixaba. Segundo a descrição de Evreux, “as aldeias são divididas em quatro habitações, sob o governo de um morubixaba, para o temporal, e um *pagy-uaçu*, ‘um feiticeiro’, para as moléstias e bruxarias”. Esse chefe era selecionado através dos critérios acima descritos: “o mais Valente capitão, o que maior número de proezas fez na guerra, o que massacrou maior número de inimigos, o que possui maior número

de mulheres, maior família e maior número de escravos adquiridos graças ao seu valor próprio”. Como consequência dessas qualidades, reconheciam-no tacitamente, pois “não [é] eleito publicamente, mas em virtude da fama conquistada e da confiança que nele depositam”. Outras fontes confirmam tal explanação (Fernandes, 1963, p. 323).

João Azevedo Fernandes reitera as conclusões de Florestan Fernandes. Frisa que, entre os Tupinambá, a “noção de chefia se confundia com a posição de sogro, de ‘doador’ de mulheres” (2016, p. 35-36) e estava vinculada à capacidade de esses homens manterem em suas malocas os filhos homens, por meio do matrimônio virilocal, e de atraírem genros graças à uxorilocalidade preferencial na sociedade tupinambá. Para o autor, o sistema social tupinambá era “androcêntrico”, como eram “androcêntricos” o sistema social europeu e o olhar dos cronistas, missionários e autoridades coloniais sobre as mulheres daquela sociedade. Em razão disso, o papel social das mulheres e seu protagonismo social e político ficou obscurecido não apenas nas fontes históricas, mas também nos estudos históricos, etno-históricos e antropológicos baseados em tais fontes de dados e informações:

O problema da poliginia é exemplar disso: instituição central para os Tupinambá – e no contexto interétnico colonial – e abominada pelos jesuítas; encarada por nossa sensibilidade ocidental como algo que desvaloriza a figura feminina e que serve inclusive como índice de domínio masculino, a poliginia pode ser revista à luz de trabalhos mais recentes que mostram o interes-

se demonstrado pelas esposas mais velhas no aumento do número de esposas de seus maridos, mulheres mais jovens sobre as quais exercerão autoridade e controle (Fernandes, 2016, p. 47).

Entre os Tupinambá, a poligamia estava associada principalmente aos grandes chefes e pajés. Ter muitas esposas e filhas possibilitava o acesso a muitos genros. Desse modo, os grandes chefes e pajés prosperavam na guerra com os homens e na agricultura com as mulheres. Entre eles, o parentesco se estabelecia por meio da linhagem paterna, e era tabu o casamento consanguíneo. A regra matrimonial mais praticada era a de tipo avuncular, que dava ao tio materno a preferência de casamento com as jovens sobrinhas, pois elas não eram consideradas parentes consanguíneas. Essa regra matrimonial era secundada pelo casamento entre primos cruzados. A fixação da residência dependia do status dos cônjuges e da posição do noivo em relação à família da mulher. Mas, como salientou Florestan Fernandes (1963, p. 251), o mais frequente era a moça ir morar na casa dos pais do marido, seu tio materno. Além disso, as regras matrimoniais reforçavam a “gerontocracia”, permitindo que os homens mais velhos reservassem para si um grande número de mulheres, ao mesmo tempo em que criava para os homens jovens dificuldades de acesso às mulheres em idade fértil (Fernandes, 1963, p. 217 e 153).

Os Tupinambá incorporaram os primeiros europeus à sociedade nativa segundo seus próprios interesses, respeitando a geopolítica de suas alianças de guerra e de matrimônio. Darcy Ribeiro (1995) deu o nome de “cunhadismo” a este modo de

os Tupinambá acolherem estranhos recém-chegados em suas terras. De acordo com o autor, o processo era simples e direto, consistindo “em lhes dar uma moça indígena como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo” (1995, p. 81). A historiografia sobre a colônia tem destacado, por sua vez, que o casamento com mulheres indígenas – à moda nativa e/ou no estilo cristão – representou a mais segura e promissora porta de entrada para aceder-se à sociedade indígena e para garantir a própria vida dos colonos, permitindo posteriormente a expansão das famílias coloniais pelos sertões (Metcalf, 2005a). As mais conhecidas e famosas uniões interétnicas — e que geraram grande descendência de mamelucos que serviram de base à colonização portuguesa — aconteceram em Pernambuco, na Bahia e em São Vicente. Em Pernambuco, o cunhado de Duarte Coelho uniu-se a uma das filhas do grande chefe potiguar Arcoverde; em São Vicente, João Ramalho selou sua aliança militar com o chefe Tibiriçá, casando-se à moda indígena com Bartira, filha do chefe em questão; e, na Bahia, Diogo Álvares, também conhecido como Caramuru, viveu entre os Tupinambá, teve muitas mulheres e tornou-se o chefe de extensa linhagem de mamelucos (Metcalf, 2005b, p. 106-107).

Quando os indígenas firmavam união com cônjuges não indígenas, isso poderia gerar diferentes formas de inclusão e de adaptação social dos contraentes indígenas no mundo colonial e até mesmo redefinir a condição étnica, social e civil da prole. A influência social e cultural da escravidão institucionalizada de africanos e afrodescendentes era profunda na sociedade colonial, incidindo, inclusive, nas regras matrimo-

niais da cristandade ocidental. Do ponto de vista da Igreja, as mulheres deveriam acompanhar os maridos. Mas, com a instituição da escravidão no Brasil, vigorava o princípio do *partus sequitor ventrem*, que impunha à prole a condição civil da mãe (Goldschmidt, 2004, p. 116). Por isso mesmo, um caso extremo era a união ou o casamento misto de um homem indígena com uma mulher escravizada, pois isso reduzia a prole à condição de escravizados e aproximava o cônjuge da condição civil e de vida de sua esposa ou companheira escravizada. Esse princípio foi mantido mesmo depois das reformas de Pombal na década de 1750. Assim, depois da Lei das Liberdades de 1755, que proibiu todo e qualquer cativo de índios, a única forma legal de reduzir um índio a essa condição era ser filho de mãe escravizada, como aconteceu com a mestiça Inácia, cujo pai era índio carijó e a mãe escrava africana (Goldschmidt, 2004, p. 15).

O casamento misto, embora pudesse criar condições para o surgimento de novos arranjos e lugares sociais para os cônjuges indígenas, suas famílias e descendentes, não desfazia necessariamente os laços de contraentes e descendentes com o mundo indígena, com seus inúmeros e diferentes grupos étnicos. Mas as uniões e os casamentos mistos, bem como a proliferação de prole de pessoas mestiças tornaram muito mais complexa e socialmente movediça a realidade local. Ronaldo Vainfas (1995) explorou os desafios da mestiçagem para a análise histórica, ao salientar as ambiguidades e ambivalências culturais dos mamelucos no primeiro século da colonização, por meio do caso de Domingos Fernandes Nobre, vulgo Tomacaúna, filho de um pedreiro português com uma indígena chamada Joana. De um lado, ele era em tudo um Tupinambá:

falava a língua, bebia cauim, tatuava o corpo para registrar que matara e comera muitos inimigos e possuía muitas esposas porque era um guerreiro valente. De outro, era também um cristão: casou-se à moda tridentina com uma mulher branca, prestou serviços aos portugueses e participou de expedições para matar e resgatar indígenas. Como frisou Vainfas (1995, p. 143), Tomacaúna exemplifica a “ambivalência cultural dos mamelucos” e confirma a dificuldade de a historiografia explicar o lugar social das pessoas e seu pertencimento étnico apenas a partir das classificações que aparecem na documentação histórica. Para entender o lugar social dos mestiços e o mundo novo em formação no espaço colonial, é preciso ir além dos termos que aparecem nas fontes e explorar os contextos sociais e as lealdades que esses personagens e grupos mestiçados assumem em diferentes temporalidades, lugares e situações sociais. Afinal, como argumentou Vainfas, os mamelucos transitavam entre os mundos dos indígenas e dos colonos, servindo a um ou ao outro dependendo das circunstâncias sociais e, ao fim e ao cabo, isso testemunha “a própria fluidez da situação colonial, fronteira incerta entre as culturas europeia e ameríndia.” (1995, p. 146).

Apesar da fluidez e da interculturalidade em curso no mundo colonial, a documentação primária sobre a colonização do Novo Mundo fornece inúmeros testemunhos de que as mulheres indígenas foram atraídas para “o *pool* reprodutivo” europeu, especialmente no primeiro século da colonização, resultando em uma diminuição da população nativa e no aumento da mestiça (Bacci, 2006, p. 20). Em relação à sociedade colonial em formação e em desenvolvimento na América por-

tuguesa, a antropologia e a historiografia têm destacado, pelos menos desde Gilberto Freyre, a importância das mulheres indígenas nos processos de formação da família e da sociedade colonial. Nesse sentido, vale notar que o segundo capítulo de *Casa Grande e Senzala* intitula-se “O indígena na formação da família brasileira”, mas bem poderia ser “A indígena na formação da família brasileira”, já que são as “mulheres gentias” o centro do problema enfrentado por Freyre. O autor sublinhou o interesse sexual dos portugueses pelas indígenas, o suposto clima “priápico” dos encontros interétnicos e o protagonismo sexual da mulher nativa, que se interessou pelos ocidentais (2005, p. 161). Do encontro sexual e interétnico entre o europeu e a indígena, formou-se uma sociedade em que a “mulher gentia” foi “a base física da família brasileira”. Desse modo, organizou-se uma sociedade “híbrida”, “(...) cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família” (Freyre, 2005, p. 160). Décadas depois, o argumento freyriano foi renovado e sublinhado por Darcy Ribeiro (1970, p. 244), que afirmou ser o indígena a “protocélula” do povo brasileiro.

Na longa duração colonial, casamentos e uniões entre brancos e indígenas efetivamente geraram um aumento do “pool reprodutivo” português no Brasil. Exemplo importante desse processo é o aparecimento de comunidades estáveis de moradores considerados “brancos”, como aconteceu em Meiaipe (atual Meaípe), um povoado próximo da vila de Guarapari na capitania do Espírito Santo (Moreira, 2015). Aos olhos de Saint-Hilaire, que visitou pessoalmente o local e operava com os padrões europeus de classificação racial baseada em critérios fenotípicos, os moradores de Meiaipe não passa-

vam de um punhado de mamelucos em meio a uma maioria totalmente indígena. Mas ser índio na capitania do Espírito Santo no início do século XIX não era apenas uma questão de origem étnica e menos ainda de cor ou de outros atributos físicos. Além de laços de pertencimento a uma ancestralidade indígena (consanguinidade), ser índio correspondia a um lugar na estrutura e na hierarquia colonial da sociedade regional, dividida em três categorias principais: “livres”, “escravos” e “índios” (Moreira, 2019). Nessa formação social, os moradores de Meiaípe assumiam-se como brancos e eram tratados como tal pelos outros moradores e pelas autoridades da capitania, podendo gozar das prerrogativas dos homens e das mulheres “livres”, em um mundo que extraía trabalho compulsório de escravizados africanos e afrodescendentes e de indígenas vilados e aldeados.

Os casos de Tomacaúna, mencionado anteriormente, e de Meiaípe demonstram que a mestiçagem atribuída aos sujeitos históricos com base em casamentos ou uniões mistas, traços fenotípicos ou etiquetas sociais não são suficientes por si sós para definir os lugares sociais das pessoas e das comunidades, suas lealdades políticas e os esquemas de transformação e/ou mobilidade étnico-sociais abertas ou impostas pelos processos de mestiçagem. Indivíduos e grupos marcados por traços de mestiçagem precisam ser analisados em suas relações sociais concretas. Não é demais insistir, além disso, na importância e centralidade da mulher indígena na sociedade colonial e na conformação das relações interculturais e diplomáticas.

## CASAMENTO E POLÍTICA COLONIAL

Na colônia, a transição dos casamentos realizados sob a égide do modelo matrimonial nativo para o tridentino iniciou-se com a chegada dos primeiros jesuítas em 1549, por meio da crescente exigência da monogamia, da indissolubilidade matrimonial e do casamento sacramentado pela Igreja, afetando indígenas e portugueses. Com vistas a ampliar e assegurar seu poder, a Igreja começou a exercer controles mais sistemáticos e rígidos sobre a sexualidade e o casamento, pelo menos, desde as reformas gregorianas, suprimindo o matrimônio para os padres e impondo aos leigos sua benção e fiscalização (Vainfas, 1992, p. 32; Vainfas, 1989). O Concílio de Trento reforçou os princípios da monogamia e da indissolubilidade matrimonial e ainda empoderou os jesuítas na sua condição de missionários militantes da Contrarreforma no Novo Mundo.

O interesse missionário em impor o matrimônio tridentino aos indígenas estava diretamente relacionado com o projeto de evangelização cristã no Novo Mundo, pois homens e mulheres casados à moda nativa não poderiam ser convertidos nem batizados. Na cristandade do Antigo Regime, o casamento e a família eram percebidos simultaneamente como fatos naturais e como instituições civis e religiosas (Hespanha, 2005, p. 150). Por isso mesmo, Charlotte Castelnau-L'Estoile (2009, p. 101) observou que a chave para entender o interesse e o debate entre teólogos e missionários sobre o casamento ameríndio é o tema do casamento natural. O objetivo era verificar se prevalecia entre os índios algum tipo de matrimônio regido pelas leis naturais, que basicamente significava o compromisso do

casal de viver uma vida comum e ter filhos (Castelnau-L'Estoi-le, 2013, p. 78). Em caso afirmativo, o segundo passo era consa-grar o casamento natural, transformando-o em matrimônio cristão e dando prosseguimento ao processo de evangelização de homens e mulheres adultas.

Um bom exemplo é Padre José de Anchieta, que se dedi-cou a observar a vida conjugal dos Tupinambá e escreveu um texto importante sobre o assunto, posteriormente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (An-chieta, 1846). Seu objetivo era identificar a existência do casa-mento natural entre as múltiplas uniões indígenas por meio da identificação da *uxor vera*, *i.e.*, da esposa verdadeira. An-chieta utilizou da linguística e da observação direta para ava-liar as relações familiares entre os Tupinambá, com destaque para o uso dos termos nativos para se referir aos diferentes membros da família (Moreira, 2018). Seguindo este método, verificou que os homens nominavam de *temirecô* as filhas e irmãs concedidas em casamento a um homem.<sup>1</sup> Era por meio dessa entrega que as uniões (casamentos) eram seladas entre “Tamoios e Temiminós do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os Tupis de S. Vicente, os Tupinambás da Bahia e, finalmente, todos da costa e sertão do Brasil, dizendo leva esta para tua mulher (...)” (Anchieta, 1846, p. 258).

Todavia, os indígenas também chamavam de *temirecô* às suas diferentes mulheres (esposas): “com esse nome tem diver-

---

1 Baseando-se em Anchieta e outras fontes, Eduardo de Almeida Navarro propõe outra grafia: *emirekô*, em vez de *temirecô*, e *emirekô-etê*, em vez de *temirecô-etê*, mas com o mesmo sentido que aparece no texto de Anchieta aqui utilizado, significando, respectivamente, esposa e esposa legítima (2013, p. 100).

sas em diferentes aldêas, e todas no mesmo foro que aquelas que têm consigo mais de assento em sua própria aldêa” (1846, p. 257). Também chamavam de *temirecô* as mulheres que cativavam em guerra e que tomavam por esposa. Por fim, eram chamadas de *temirecô* igualmente as mulheres que se uniam (amancebavam) aos portugueses. Desse ponto de vista, o termo *temirecô* era insuficiente para identificar a *uxor vera*. Por isso, Anchieta passou a buscar uma *temirecô etê*, já que *etê* podia ser traduzido por legítimo/legítima. Em sua investigação, contudo, descobriu que “etê” não se aplicava às relações de parentesco. Ademais percebeu que, por influência e insistência dos missionários, alguns índios passaram a designar algumas mulheres de *temirecôetê* para indicar a mais querida e estimada, mas não a “legítima” ou “verdadeira” (1846, p. 259).

O modo como os indígenas usavam as palavras *xeremirecô* ou *xeraicig* (a mãe dos meus filhos) e *xemêna* ou *xemembira rûba* (o pai dos meus filhos) tampouco solucionou a busca de Anchieta pela *uxor vera* e pelo *maritus vero* (1846, p. 259). A conclusão de padre Anchieta foi a de que inexistia um casamento natural entre os Tupinambá: “Os índios do Brasil parecem que nunca têm ânimo de se obrigar, nem o marido à mulher, nem a mulher ao marido, quando se casam: e por isso a mulher nunca se agasta porque o marido tome outra ou outras” (1846, p. 254). Faltavam às uniões ameríndias um verdadeiro “ânimo marital” (1846, p. 261) – *i.e.*, uma inclinação para ter filhos em uma união duradoura, baseada em obrigações recíprocas de afeto, cuidado e respeito. Com todas as mulheres, assinalou o padre, os homens se juntavam com o mesmo ânimo, e com nenhuma delas o “ânimo” indicava um compromisso que pudes-

se ser interpretado como um “casamento natural”. Além disso, homens e mulheres não davam demonstrações de “ciúmes” nas ocorrências de relações extraconjugais e, para Anchieta, isso era mais uma prova de que não se tinham por verdadeiros maridos e esposas (1846, p. 255).

A mesma convicção de que inexistia um casamento natural entre os índios foi compartilhada por outros inacianos que se dedicaram ao assunto (Castelnau-L’Estoile, 2013, p. 78), gerando consequências importantes para a prática de evangelização jesuítica. Desde então, passaram a casar os índios de modo mais rápido e fácil, sem se preocuparem em identificar a existência de alguma união natural legítima anterior que necessitasse ser sacramentada pela Igreja (Moreira, 2018). A questão, todavia, não era uma unanimidade no mundo cristão. O capuchinho francês Yves d’Evreux destacou, por exemplo, que entre os Potiguar do Maranhão existiam relações de reciprocidade econômica e simbólica entre genros e sogros. Desse modo, opinou pela existência de casamentos naturais entre os Tupinambá, baseadas em leis naturais de obrigação recíproca (Castelnau-L’Estoile, 2013, p. 73 e 78).

Nas fontes coloniais, a poligamia aparece especialmente associada aos grandes chefes, guerreiros e pajés, sendo que alguns chegavam a ter 30 mulheres (Métraux, 1946, p. 112). Todavia, mais de uma união ou casamento não simultâneo ao longo da vida de um indivíduo representava uma regra mais comum, e isso foi outro desafio enfrentado pela Igreja. Em relação à imposição da indissolubilidade matrimonial, a documentação atesta a dificuldade dos missionários de implantarem essa norma entre os indígenas. A pesquisa de Manuel

Rendeiro Neto (2017) explorou as visitas pastorais do padre José Monteiro de Noronha às aldeias dos rios Xingu, Tapajós e Amazonas durante a década de 1750. Um dos maiores dissabores de Padre Noronha foi observar as práticas heterodoxas utilizadas pelos missionários para desfazer os casamentos indígenas consagrados pela Igreja. O método era simples: o missionário convocava os índios à igreja, segurava as mãos unidas do casal e, com o auxílio de sua estola, desatava as mãos do casal, persuadindo os indígenas que, desse modo, ficava dissolvido o vínculo matrimonial anteriormente sacramentado pelo missionário e a Igreja (Rendeiro Neto, 2017, p. 45). Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (2017; 2021) observa, por sua vez, que, no tribunal episcopal do Maranhão, os indígenas foram largamente denunciados por relacionamentos considerados incestuosos, segundo as normas da Igreja, e por concubinato, enquanto, nas denúncias e nos processos inquisitoriais, a acusação de bigamia foi um dos desvios de conduta mais comumente associado a homens e mulheres classificados como índios (Corrêa, 2017, p. 207).

As dificuldades de impor aos indígenas o modelo matrimonial tridentino não foram poucas, tampouco as consequências e transformações sociais oriundas do espraio do casamento cristão entre eles. Charlotte de Castelnau-L'Estoile (2013) salienta o empobrecimento material e simbólico provocado pela repressão à poligamia, uma vez que o poder político e econômico de grandes chefes e de suas aldeias e parentelas estava bastante associado à capacidade de ter muitas mulheres e filhos e de conseguir muitos genros, consolidando redes de trocas materiais e militares por meio dos matrimônios. Modificações

aparentemente mais sutis, como a antecipação do casamento, especialmente para os homens, também precisam ser destacadas, pois podiam desorganizar e transformar estruturas normativas profundas da sociedade tupinambá (Moreira, 2018).

O desenvolvimento e desfrute da sexualidade entre os ameríndios não estavam restritos aos enlaces matrimoniais. Mas o acesso a uma mulher fértil e à possibilidade de formar descendência, geralmente, acontecia para os homens por volta dos 25 anos, quando conseguiam demonstrar ser um guerreiro valoroso e capaz de matar seus inimigos no campo de batalha e/ou no terreiro da aldeia nos rituais antropofágicos. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, o verdadeiro casamento do homem tupinambá só acontecia depois de consumada a primeira vingança, pois todo “filho era filho de um matador, e as mulheres recusavam-se a quem não houvesse matado” (2009, p. 82). Nos aldeamentos coloniais, todavia, a estratégia jesuíta foi a de antecipar o casamento dos jovens por volta dos 17 anos (Bacci, 2006). A medida foi adotada e aplicada segundo a velha concepção que vigorava na Igreja europeia, que considerava o matrimônio como necessário à procriação da humanidade, mas também como o mais eficaz remédio à concupiscência dos fiéis (Pimentel, 2007, p. 34). Tal fórmula, contudo, atropelava normas e valores caros aos Tupinambá, permitindo que homens sem a prerrogativa de bom guerreiro tivessem acesso ao casamento, ao mesmo tempo em que enfraquecia a autoridade de pais e tios na organização de suas respectivas parentelas e aldeias.

Ao fim e ao cabo, o casamento tridentino promovia transformações nas estruturas sociais e simbólicas e nas relações

de poder prevaletentes na sociedade tupinambá, e os próprios indígenas, ou parte deles, perceberam essa correlação. Ao analisar as perspectivas e vozes indígenas que aparecem na narrativa de Claude d'Abbeville, Castelnau-L'Estoile (2013, p. 72) sublinhou que o chefe potiguar Momboré Ouassou percebeu claramente, por exemplo, que a imposição do casamento cristão pelos missionários era a antessala da capitulação e do início da escravização.

## **CASAMENTOS MISTOS E REFORMISMO POMBALINO**

Duzentos anos depois da chegada dos primeiros missionários no Brasil e da imposição do matrimônio cristão entre os indígenas, uma segunda intervenção de grande porte foi realizada na vida familiar dos povos aldeados no perímetro colonial, graças aos incentivos oficiais aos casamentos mistos entre índios e “brancos”, impulsionados durante o reinado de D. José (1750-1777). Desde então, pode-se dizer que a miscigenação e a assimilação dos povos indígenas se tornou uma política de Estado, tendo sido reiterado na Carta Régia de 12 de maio de 1798, que aboliu o Diretório. Dentre outras providências, essa carta régia, apesar de abolir o Diretório, concedeu novos incentivos aos casamentos mistos, garantindo aos brancos que se casassem com mulheres indígenas o privilégio de isenção de prestarem serviços públicos por certo número de anos e aos soldados pagos o prêmio de receber a baixa no serviço militar (Moreira, 2018).

No reinado de d. José, expulsaram-se os jesuítas da colônia, mandou-se erguer vilas e povoados em antigos aldeamentos

dirigidos pelos missionários e operou-se uma profunda reforma no processo de governança dos indígenas, editando novas leis sobre seus direitos e deveres. O mais importante mentor e responsável pelas reformas desse período foi o secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, posteriormente conhecido como Marquês de Pombal, que defendeu, propôs e implementou o novo corpo legal. No plano mais geral, a nova legislação visava consolidar a liberdade dos índios e inovar as relações sociais no mundo colonial, propondo a equiparação de “índios” e “brancos” em termos de privilégios políticos e distinção social.

As reformas pombalinas relacionadas aos indígenas podem ser divididas em dois momentos, sendo o primeiro o ano de 1755, quando foram editadas três leis cruciais. O Alvará de 4 de abril incentivou os casamentos entre índios e brancos, justificando a medida como um meio de aumentar a população colonial e a prosperidade da Coroa. Para alcançar a meta, concedeu privilégios aos “brancos” que contraíssem núpcias com indígenas, garantindo expressamente que contraentes e descendentes ficariam livres de “infâmia” e estariam habilitados a receber terras, empregos e outras honrarias. Também proibiu que os índios, os contraentes de casamentos com eles e seus descendentes fossem tratados com termos ou expressões pejorativas, como “cabocoulos” (Moreira, 2018). Pouco depois, foi editada a Lei das Liberdades, de 6 de junho de 1755, declarando a plena liberdade dos índios com relação às suas pessoas, aos seus bens e ao seu comércio. A terceira lei editada nesse ano foi o Alvará de 7 de junho, que aboliu o poder temporal dos missionários sobre os indígenas, ordenando que eles, quando

considerados idôneos, tivessem preferência para ocupar os cargos de governança de suas vilas e aldeias. Se morassem em vilas, teriam preferência no acesso aos cargos de vereadores, oficiais de justiça e ordenança. Caso vivessem em aldeias, deveriam ser governados por seus principais (Moreira, 2018).

Com exceção da Lei de 4 de abril, que era extensiva a todos os índios da América portuguesa, as de 6 e 7 de junho foram inicialmente projetadas para reger a vida dos que viviam no Grão-Pará e Maranhão e, somente mais tarde, foram estendidas aos demais índios da América portuguesa. Além disso, enquanto a Lei das Liberdades, de 6 de junho, reassegurava direitos que já existiam em ordenamentos legais precedentes – pois versava sobre os direitos à liberdade pessoal e de possuir terras –, as Leis de 4 de abril e de 7 de junho inovavam ou ampliavam significativamente os direitos dos povos nativos na América lusa (Moreira, 2019). A Lei de 4 de abril, que versava sobre os casamentos mistos, por exemplo, inovava ao tentar romper com a mentalidade do Antigo Regime português acerca da “pureza de sangue” como um dos elementos essenciais para determinar a “qualidade” das pessoas e grupos sociais. A partir de então, os indígenas não deveriam ser considerados globalmente uma raça ou povo de “inferior qualidade”. Ao contrário, deveriam ser considerados “como se fossem brancos” e tratados de acordo com seus postos e gradações sociais (Moreira, 2019). A Lei de 7 de junho, por sua vez, referenda esse ponto de vista, ao equiparar índios e portugueses em termos de direitos e distinção social, estendendo-lhes as mesmas prerrogativas políticas desfrutadas por portugueses do reino e da colônia (Moreira, 2016).

O segundo momento das reformas pombalinas refere-se aos anos de 1757 e 1758. As normas editadas nesse período procuraram restringir a ampla liberdade e paridade concedida aos índios do Grão-Pará e Maranhão em 1755, adaptando as novas leis às demandas dos moradores por trabalhadores indígenas. Ao fim e ao cabo, como detalhou Mauro Cezar Coelho (2007, p. 31), a ampla liberdade e os novos direitos concedidos aos índios podiam acender a revolta dos moradores na colônia, especialmente naquelas regiões que dependiam da exploração do trabalho compulsório dos indígenas. Para evitar esse quadro, a Coroa regulamentou as liberdades indígenas concedidas em 1755, reduzindo-as sensivelmente por meio do *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar ao contrário*.<sup>2</sup>

Para extinguir “totalmente a odiosa e abominável distinção” entre indígenas e brancos, o Diretório referendou o Alvará de 4 de abril, regulamentando vários aspectos referentes aos casamentos mistos. Além disso, adotou políticas adicionais de assimilação social e cultural dos indígenas, como a proibição do uso das línguas nativas em aldeias, vilas e escolas, tornando obrigatório o uso do português; a proibição de que os índios fossem chamados de “negros”, pois isso impedia que fossem honrados e tratados “como se fossem Brancos”; e a orientação de que os diretores assegurassem que todos eles tivessem nome e sobrenome português, para “os tratar e honrar como se fossem Brancos” (Moreira, 2019). Finalmente, não

---

2 DIRETÓRIO In: ESPÍRITO SANTO. **Livro tombo da vila de Nova Almeida**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

é demais frisar que, no centro da política metropolitana dos casamentos mistos, figuravam as mulheres nativas, porta de acesso dos não indígenas às terras e aos privilégios representados pela ocupação de cargos civis, judiciais e militares nas vilas e povoações de índios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casamentos e uniões mistas entre índios e portugueses (pardos e brancos) são ainda tratados pela historiografia de maneira simplificada. Esta permanece atrelada aos limites das interpretações construídas por Gilberto Freyre (2005) e Caio Prado Júnior (1975) nas décadas de 1930 e 1940. Esses importantes autores deram grande destaque aos casamentos e uniões mistas para explicar como a miscigenação foi importante para a formação do povo mestiço brasileiro e para o progressivo desaparecimento dos indígenas como grupos étnicos distintos da população nacional, em razão da miscigenação e da ocidentalização de valores e modos de vida. Reflexo dessa influência duradoura são as conclusões mais recentes de Maria Luiza Marcílio, pesquisadora de reconhecida importância nos estudos de demografia histórica: “Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, que coincidiu com o lançamento das novas políticas de Pombal destinadas a estimular o crescimento da população por meio da mistura de raça, a população indígena ingressou num novo período de declínio e absorção” (2009, p. 318).

Nas abordagens clássicas, citadas acima, há pouca sensibilidade em relação aos códigos morais, bem como às normas

e interesses sociais e políticos de indígenas e não indígenas, prevalecendo uma naturalização dos casamentos e uniões mistas e da mestiçagem social daí decorrente. Até mesmo a historiografia dedicada à investigação da história dos índios e do indigenismo no Brasil não avançou muito na problematização das uniões mistas, abordando a questão basicamente como uma política metropolitana de assimilação dos indígenas e de destruição de suas comunidades étnicas, sem se perguntar como os próprios indígenas lidaram com a questão. Apesar disso, as reformas pombalinas deram importantes incentivos à mudança de valores, normas e comportamentos sociais, sugerindo a necessidade de a historiografia investigar e verificar como a população indígena e colonial reagiu à política metropolitana.

Mais recentemente, o protagonismo indígena e sua capacidade política, propositiva, reativa e/ou adaptativa em relação aos novos desafios impostos pelo processo colonial se tornaram eixos fundamentais da investigação historiográfica, renovando as questões de pesquisas e a análise de novas fontes ou de outras já conhecidas. A documentação histórica referente aos indígenas da capitania do Espírito Santo durante as reformas pombalinas demonstra, por exemplo, que os indígenas da Vila de Benevente reagiram às reformas pombalinas em seus próprios termos e segundo seus interesses. Passaram a controlar os aforamentos de suas terras, condicionando-os aos casamentos com mulheres indígenas negociados e autorizados por eles e gerando como resultado uma bem sucedida capacidade de conter e de controlar a entrada de portugueses pardos e brancos em suas terras, situação que prevaleceu

desse modo até o final do século XVIII (Moreira, 2016). Outro aspecto importante é que os forâneos casados com mulheres nativas da vila ficaram, ao fim e ao cabo, subordinados aos chefes principais indígenas e aos valores, normas e práticas locais. Dessa forma, o protagonismo, a criatividade e a política dos indígenas de Benevente inverteram a lógica da política metropolitana do período, pois, durante mais de 30 anos, foram capazes de absorver os portugueses pardos e brancos em suas comunidades, em vez de serem totalmente assimilados e absorvidos pelo mundo colonial (Moreira, 2016).

Apesar das importantes e profundas mudanças socioculturais vivenciadas pelos indígenas de Benevente, que não foram poucas, não restam dúvidas de que as mulheres e o controle sobre elas continuavam sendo um aspecto central do poder e da organização social indígena. Mas ainda está por ser melhor investigado o protagonismo assumido pelas mulheres no novo contexto histórico desse período e os possíveis desafios que o protagonismo feminino trazia aos mundos androcêntricos indígena e colonial.

## REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. 1846. **Informação dos casamentos dos índios do Brasil**. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo VIII, p. 254-262. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, [2a. edição, 1867]. Disponível em: Biblioteca Digital Curt Nimuendaju <[http://biblio.etnolinguistica.org/anchieta\\_1846\\_casamentos](http://biblio.etnolinguistica.org/anchieta_1846_casamentos)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BACCI, Massimo Livi. 2006. **Los estragos de la conquista. Quebranto y declive de los indios de America**. Barcelona: Crítica.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. 2009. Le mariage des infièles au XVIIe siècle: doutes missionnaires et autorité pontificale. **Merfrim**. 12/1. p. 95-121

\_\_\_\_\_. 2013. Interações missionárias e matrimoniais de índios em zonas de fronteira (Maranhão, início do século XVII). **Revista Tempo**, vol. 19, n. 35, jul.-dez. p. 65-82. p. 78.

COELHO, Mauro Cezar. 2007. A construção de uma lei: o diretório dos índios. **RIHGB**, Rio de Janeiro, ano 168, n. 437, p. 29-48, out./dez.

CORREIA, Luís Rafael Araújo. 2017. **As idas e vindas de um índio mandingueiro nas malhas da Inquisição: religiosidade, relações interétnicas e mestiçagem no Espírito Santo e Rio de Janeiro (século XVIII)**. Tese (História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 2009. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify.

DIRETÓRIO. In: ESPÍRITO SANTO. 1945. **Livro tombo da vila de Nova Almeida**. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo.

FREYRE, Gilberto. 2005. **Casa grande & senzala**. 50 ed. São Paulo: Global.

FERNANDES, Florestan. 1963. **Organização social dos Tupinambá**. 2 ed.. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

FERNANDES, João Azevedo. 2016. **De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. 2004. **Casamentos mistos**. Liberdade e escravidão em São Paulo colonial. São Paulo: Annablume.

HESPAÑA, António Manuel. 2005. **Direito luso-brasileiro no Antigo Regime**. Florianópolis: Fundação Boiteux.

MARCÍLIO, Maria Luiza. 2009. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. São Paulo: Edusp, vol. II, p. 311-338.

METCALF, Alida. **Family and frontier in colonial Brazil**. 2005a. Santana de Parnaíba 1580-1822. Austin: University of Texas Press.

\_\_\_\_\_. **Go-Betweens and the Colonization of Brazil: 1500-1600.** 2005b. Austin, TX, USA: University of Texas Press.

MÉTRAUX, Alfred. 1946. The Tupinamba. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). **Handbook of South American Indians.** Vol 1: The marginal tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: Government Printing office, 1946, p. 119-126. *Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.* Disponível em: <[http://etnolinguistica.wd-files.com/local--files/hsai%3Avol3p95-133/vol3p95-133\\_tupinamba.pdf](http://etnolinguistica.wd-files.com/local--files/hsai%3Avol3p95-133/vol3p95-133_tupinamba.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MOREIRA, Vânia Maria Losada Moreira. Territorialidade, casamentos mistos e política entre índios e portugueses. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 35, n. 70, jul./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. 2016. Poder local e “voz do povo”: territorialidade e política dos índios nas repúblicas de maioria indígena do Espírito Santo, 1760-1822. **Tempo,** v. 22, n. 40, p. 239-259, maio/ago.

\_\_\_\_\_. 2018. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi,** Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez.

\_\_\_\_\_. **Reinventando a autonomia:** Liberdade, propriedade, auto-governo e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822. 2019. São Paulo: Humanitas, 409 p.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça. 2021. “**O primeiro bispo deste Estado**”. **D. Gregório dos Anjos e a jurisdição episcopal na Amazônia,** 1679-1689. DOI: 10.17533/udea.trahs.n17a02, v. 17, p. 30-54.

\_\_\_\_\_. 2020. D. Fr. Timóteo do Sacramento: administração diocesana, reforma de costumes e conflitos na Amazônia Portuguesa (1697-1713). **Revista Brasileira de História,** v. 40, p. 79-97.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. 2013. **Dicionário de tupi antigo:** a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Globa.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1971. **Formação do Brasil contemporâneo.** 11. ed. São Paulo: Brasiliense.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. 2007. A ambiguidade da moral colonial: casamento, sexualidade, normas e transgressões. **Univ. FACE,** v.4, n 1/2, p. 29-63, jan./dez. 2007. p. 34

RAGO, Margareth. 1998. Descobrimos historicamente o gênero. **CADERNOS Pagu** (11): pp. 89-98.

RAMINELLI, Ronald. 2006. Eva tupinambá. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto.

RENDEIRO NETO, Manoel. 2017. **Casar, civilizar, colonizar: mulheres indígenas e a política de matrimônios mistos na Capitania de São José do rio Negro (1755-1779)**. Monografia (História), Departamento de História, Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Darcy. 1970. **As Américas e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. 1995. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SCOTT, Joan Wallach. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul.-dez, pp. 71-99.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. 2007. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300.

VAINFAS, Ronaldo. 1989. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Campus.

\_\_\_\_\_. 1992. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. 2. ed.. São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_. 1995. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **Eliana Correia Brandão Gonçalves**

Professora da Área de Filologia e Linguística Histórica do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua na Graduação e como Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – Mestrado e Doutorado (PPGLinC-UFBA), vinculada à Linha de Pesquisa Filologia Textual e Linguística Histórica. Graduada em Letras pela UFBA, Mestre em Letras e Linguística – Crítica Textual – e Doutora em Letras e Linguística – Linguística Histórica – pela UFBA e Pós-doutoramento em Filologia e Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP). Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL-UFBA). Membro do grupo de pesquisa Nova Studia Philologica. Desenvolve pesquisa na área de Filologia, Paleografia, Linguística Histórica, História da Língua Portuguesa, Lexicologia, Lexicografia e Onomástica.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Maria Filomena Gonçalves**

Professora Catedrática (Departamento de Linguística e Literaturas), Doutoramento em Linguística Portuguesa (Universidade de Évora, 1999), Mestrado (Universidade de Évora, 1990) e Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (Port.-Franc) (Universidade de Coimbra, 1982). Atua como investigadora do CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, com Domínios/ Especialização nas Áreas de Linguística Histórica, História da Língua Portuguesa, Historiografia Linguística, Lexicologia e Lexicografia e Variação Linguística. Coordenadora do projecto RECOPA – Rede de Coleções Patrimoniais do Alentejo – o CIDEHUS-UÉ/FCT Coordenadora do Projecto Memória (Meta)linguística do Português na Biblioteca Pública de Évora: para uma biblioteca digital (MEP-BPEDig.) (até 2013). Membro do Projecto “Gazetas manuscritas: informação e sociedade (1729-1759)”, coord. João Luís Lisboa (FCSH/UNL), financiado pela FCT (PTDC/HAH/64759/2006). Membro do Projecto “Os Livros e as Bibliotecas no espólio bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)” / “The Books and Libraries in the Bibliographic Heritage of D. Manuel do Cenáculo (1724-1814)”, coord. Prof. Francisco Vaz (Universidade de Évora), financiado pela FCT. (POCTI/HEC/56279/2004). (Concluído). Coordenação do Grupo lpt - Literacias e Património Textual - CIDEHUS-UÉ. Colaboração na L2 do CIDEHUS (Património Imaterial). Exerce diversos cargos: Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional (Responsável), Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Socie-

dades (Membro Integrado Doutorado) e Conselho Científico (CIDEHUS) (Conselheiro). É membro de vários projetos internacionais a exemplo do projeto “Portuguesismos atlânticos (séculos XVIII-XXI)”, coord. Dolores Corbella Díaz, Universidad de La Laguna, Entidade financiadora: Ministerio de Economía y Competitividad (2017-2020).

### **Ivo Castro**

Licenciado em Filologia Românica (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969), Doutor em Linguística Portuguesa (Universidade de Lisboa, 1984), Agregado em Linguística Portuguesa (Universidade de Lisboa, 1993), Professor Catedrático Aposentado (2013), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa e Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (2016). Doutor Honoris Causa pela Universidade de Santiago de Compostela (2023). Membro do Conselho Editorial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (desde 1998). Coordenador das Edições Críticas das obras de Fernando Pessoa, de Camilo Castelo Branco e de Leite de Vasconcelos, editor e crítico de textos medievais e barrocos e Coordenador do Grupo de Trabalho para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa (Equipa Pessoa), do Ministério da Cultura (desde 1988). Exerceu diversos cargos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre as quais: Presidente da Assembleia de Faculdade da FLUL (2012-2013); Director da Área de Ciências da Linguagem (2009-2013); Director do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (2008-10); Presidente do Departamento de Linguística Geral e Românica (2004-2006); Director da

Cátedra de Estudos Galegos (1995-2004); Presidente do Conselho de Leitura da Biblioteca da FLUL (1996-1998); Coordenador da área de Filologia e Linguística Histórica do Departamento de Linguística Geral e Românica da FLUL, a nível da graduação e da pós-graduação; e Consultor onomástico do Instituto dos Registos e Notariado, Ministério da Justiça (1996-2013).

### **Célia Marques Telles**

Graduada em Letras Neolatinas pela Universidade Federal da Bahia (1965), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1971), Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (1982) e Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1988). De dezembro de 1970 a setembro de 2012, Professor de Filologia Românica e de Crítica Textual na Universidade Federal da Bahia. Em setembro de 2012 aposentou-se como Professor Titular de Filologia Românica da Universidade Federal da Bahia (Concurso Público realizado em 1999). Desde setembro de 2012 desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, dentro do PROPAP. Tem experiência na área de Linguística Histórica, com ênfase em Linguística Românica e Filologia Textual. Eleita três vezes vice-Coordenadora do GT de Estudos Medievais, biênios 2012-2014, 2014-2016 e 2018-2020; biênio 2016-2018 foi coordenadora do GT de Estudos Medievais. Foi eleita membro do Conselho da Société de Linguistique Romane, sediada na França, por um período de seis anos (2013-2019). Por três períodos sucessivos, até 2010, foi Coordenador Adjunto da área de Letras e Linguística da CAPES. Teve bolsa de produtividade em Pesquisa desde 1997

até fevereiro de 2023, chegando ao nível 1D. Em 2013, por votação dos pares, recebeu, do CIFEFIL, a Medalha Serafim da Silva Neto. Neste mesmo tempo, foi homenageada com Honra ao Mérito pela Universidade Federal da Bahia. Recebeu o título de Sócio de Honra da Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL), em julho de 2017. Em 17 de junho de 2021, foi-lhe outorgado pela UFBA, o título de Professor Emérito.

### **Phablo Roberto Marchis Fachin**

Professor Associado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. Pesquisador nas áreas de Filologia, Paleografia, Cultura Material e História da Língua Portuguesa. Publicou “Descaminhos e dificuldades: leituras de manuscritos do século XVIII” (Trilhas Urbanas, 2008) e, com Silvia Hunold Lara, organizou “Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678”(Chão editora, 2021). Ao longo dos anos tem se aventurado por trilhas filológicas, sempre em busca de conhecer a história dos textos, dos seus autores, editores e dos sentidos escondidos em suas entrelinhas, materialidades e formas de transmissão.

### **Luana Leão Silva**

Graduanda em Letras, com habilitação em Português e Linguística, pela Universidade de São Paulo - USP (FFLCH).

### **Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto**

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana, especialista em Metodologia do

Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci e Graduada em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Professora Adjunta II de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Oeste da Bahia, onde atua como coordenadora do projeto de desenvolvimento tecnológico “Plataforma de corpus eletrônico de textos literários e não literários dos séculos XVIII Ao XXI: Fontes de estudo, pesquisa e ensino do português brasileiro” e do projeto de pesquisa “Crítica textual, ciências do léxico e ensino de línguas: Edição e estudo de textos literários e não literários dos séculos XVIII ao XXI”, como docente permanente da linha de pesquisa “Ensino, memória e identidade” do Programa de Pós-Graduação em Ensino, como Coordenadora de Ensino e Vice-Diretora do Centro das Humanidades e como líder do GEPELIN - Grupo de Estudo, Pesquisa e Ensino de Línguas. No âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, atua como docente permanente da linha de pesquisa “História, descrição, análise e documentação de línguas faladas no Brasil” do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFMT), como líder do Folium Grupo de Estudos de Filologia e História, em parceria com a Profa. Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima.

### **Carolina Akie Ochiai Seixas Lima**

Professora (Associado I) de Latim, Filologia Românica e Língua Portuguesa no Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora em História (PPGHis - Programa de Pós-graduação em História/UFMT), em 2018. Mestre em Estudos de Linguagem, em 2007 (PPGEL - Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem/UFMT). Pós-gra-

duação em Descrição Linguística (Filologia - IL - UFMT), em 2002. Graduação em Letras (Português/Literaturas - UFMT), em 1999. Coordenou Projeto de Extensão - Latim I e Latim II e orientou graduandos no Projeto - Tutoria em Língua Portuguesa e no Projeto - Monitoria em Latim. Ainda, coordenou por 3 anos a Revista Acadêmica (impressa) “Borboletas”, resultado do Projeto de Extensão do Instituto de Linguagens/ Departamento de Letras/ UFMT, campus Cuiabá. Foi coordenadora do Curso de Letras (UFMT) entre os anos de 2009 e 2012. Foi editora-chefe da Revista Acadêmica Discente Outras Fronteiras, pertencente ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS/UFMT) entre os anos de 2015 e 2017. Foi editora-chefe, durante os anos de 2018 a 2020, do Periódico Científico Polifonia pertencente ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL-UFMT) do qual também foi coordenadora entre os anos de 2019 a 2021. É uma das líderes do Grupo de Pesquisa “FOLIUM”, criado em 2018. É membro do Grupo de Pesquisa PHPB - Para a História do Português Brasileiro, desde 2018 e membro da Associação Internacional de Linguística do Português (AILP). Atualmente é Diretora do Instituto de Linguagens (UFMT).

### **Eliana Correia Brandão Gonçalves**

Professora da Área de Filologia e Linguística Histórica do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua na Graduação e como Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – Mestrado e Doutorado (PPGLinC-UFBA), vinculada à Linha de Pesquisa Filologia Textual e Linguística Histórica. Graduada em Letras pela UFBA, Mestre em Letras e Linguística – Crítica Textual – e Doutora

em Letras e Linguística - Linguística Histórica - pela UFBA e Pós-doutoramento em Filologia e Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP). Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL-UFBA). Membro do grupo de pesquisa Nova Studia Philologica. Desenvolve pesquisa na área de Filologia, Paleografia, Linguística Histórica, História da Língua Portuguesa, Lexicologia, Lexicografia e Onomástica.

### **Danilo Luiz Marques**

Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2008), Mestrado (2013) e Doutorado (2018) em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com período de estágio sanduíche na Michigan State University (2017), nos Estados Unidos, com bolsa PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Capes. Tem se dedicado a pesquisar temas tais como História do Brasil no século XIX, Resistência Escrava, Gênero e Escravidão, e História e Historiografia Alagoana. É membro da Equipe Editorial da Revista Crítica Histórica. Atua na formação de professores com a temática étnico-racial e foi professor efetivo de História da Rede Pública Estadual de Educação de São Paulo. Coordenou o Curso de Especialização em História da África: educação, cultura e relações internacionais do Centro Universitário Assunção (UNIFAI), onde ministrou as disciplinas Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, História do Negro no Brasil e Antropologia Cultural. Foi professor efetivo de História no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Santana do Ipanema. Atualmente, é professor efetivo de His-

tória do Brasil I e Ensino de História na Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões. Membro do corpo docente do PPGH-UFAL. Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFAL.

### **Philippe Manoel da Silva Moreira**

Pós-doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Doutor em História Moderna e Colonial pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialista em História do Brasil pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Graduado em História pela Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Atua em estudos relacionados à História e Geografia, dedicando-se especialmente aos seguintes temas: navegação de cabotagem, economia, escravidão, caminhos de comércio, cartografia, ecologia histórica, geo-história, cultura afro-brasileira e história dos africanos no mundo atlântico. Atualmente, participa das atividades do LABEH: Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-RIO, onde desenvolve pesquisa que visa analisar a paisagem colonial e a memória sobre dinâmicas socioespaciais do entorno dos caminhos antigos e da navegação de cabotagem na bacia do rio Estrela-Inhomirim no antigo Recôncavo da Guanabara.

### **Valéria Severina Gomes**

Possui pós-doutorado em Letras Vernáculas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014), doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (2007), mestrado em

Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1994). Atualmente é professora titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência em Linguística de Texto, Linguística Aplicada, Linguística Socio-histórica e Tradições Discursivas. Consultora Ad Hoc da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe-FAPITEC/SE; vice-líder do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq TRADICE (Tradições Discursivas do Ceará); Coordenadora Regional, em Pernambuco, do Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB), no período de 2008-2018, atualmente integra a equipe como pesquisadora. Também atua como pesquisadora no Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LEDOC) da Universidade Federal de Pernambuco. Presidente do Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste - GELNE, no biênio 2014-2016 e vice-presidente no biênio 2016-2018. Professora colaboradora da Escola de Conselhos de Pernambuco, Programa de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde atua como Coordenadora Pedagógica do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente. Professora colaboradora do ProfLetras da Universidade de Pernambuco (2017-2020). Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenadora do Grupo de pesquisa HISTEL - Historicidade do Texto e Ensino de Língua, em parceria com Joaquim Dolz (Universidade de Genebra) e Áurea Zavam (Universidade Federal do Ceará). Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2023-2025).

### **Cristiane Alves de Lima**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da UFRPE. Graduada em Letras (Português/Espanhol) pela UFRPE. Foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), de 2020 à 2022, na área da Linguística. É extensionista voluntária no Projeto de Extensão “Além das Letras” do Departamento de Letras da UFRPE. Atuou como Professora Residente no Programa da CAPES no IFPE. É sócia benemérita diplomada do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO), onde atua como Subcoordenadora na ação de Inventário e Catalogação do acervo da Instituição, e sócia efetiva do Instituto Histórico, Arqueológico, Geográfico e Cultural do Cabo de Santo Agostinho. Atualmente atua como revisora no projeto “Da Ditadura de 1964 à Constituição de 1988: memórias de um deputado federal constituinte”.

### **Tamires Sales de Quadros**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC - UFBA), vinculada à Linha de Pesquisa Filologia Textual e Linguística Histórica e bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2020). Foi bolsista CNPq/PIBIC-UFBA (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - UFBA) entre 2017-2019. Foi professora de Língua Portuguesa do município de Igarassu (PE). Foi estagiária pela Secretaria de Educação do

Estado da Bahia (2019-2020). Membro do GEFILL – Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (UFBA) e integrante do Grupo de Pesquisa Nova Studia Philologica. Desenvolve pesquisas nas áreas de Filologia e Linguística Histórica, atuando com o tema relacionado à edição filológica e estudo de Tradições Discursivas de Cartas do século XVIII das Vilas de Cairu e Camamu. Tem experiência na área de ensino de língua portuguesa e com a edição e o estudo linguístico de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX.

### **Arivaldo Sacramento de Souza**

Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2005), mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2008) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2014). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Filologia, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica textual, filologia românica e estudos que põem em intersecção questões de gênero, raça, sexualidade e classe. Desde 2007, atua nas áreas de (i) Paleografia; (ii) Teorias Filológicas; e (iii) Linguística Românica, do Instituto de Letras da UFBA. Em 2020, realizou Pós-doutoramento em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual de Feira de Santana, a partir de estudos de Humanidades Digitais.

### **Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz**

Pós-doutorado em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2016-2017). Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (2002) pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Letras e Lingüística (1995) pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Graduada em Letras Vernáculas (1989). Professora Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Nesta instituição, coordenou os projetos de pesquisa: Documentação de Feira de Santana: um trabalho lingüístico-filológico (1996-2013) e Edição crítica de autores baianos [(2005-2013) Financiamento FAPESB (2008/2011)]; coordena os projetos Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX [(2004-2015) Financiamento FAPESB (2004/2007)]; e Língua e cultura: estudos sobre o léxico (2010-2015); foi editora responsável da Revista A Cor das Letras (2004-2006) e da revista Scripta Philologica (2005-2010); foi professora permanente do Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural (2004-2013); é professora permanente do Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos (2010-); foi colaboradora do Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade de 2006 a 2009. Coordena o Grupo de Edição de Textos e o Núcleo de Estudos do Manuscrito (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq); é orientadora de alunos de mestrado e de bolsistas de iniciação científica (PIBIC-CNPq, FAPESB e PROBIC-UEFS). Autora de vários livros; tem diversos trabalhos publicados em periódicos e anais de congressos, tanto no Brasil quanto no exterior. Foi professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus V, de 2005 até 2009. Atua na área de Filologia Românica, desenvolvendo trabalhos com os seguintes temas: documentação manuscrita; preservação - memória; história - cultura; crítica textual; estudo do vocabulário.

### **Pollyana Macêdo de Jesus**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Língua e Cultura pelo PPGLinC-UFBA. Graduação em Letras Vernáculas e Português como Língua Estrangeira pela Universidade Federal da Bahia. Membro do GEFILL – Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (UFBA) e integrante do grupo de pesquisa Nova Studia Philologica. Desenvolve pesquisas através de documentos que registram viagens do Capitão Muniz Barreto pela Bahia Colonial. Tem experiência na área de Linguística Histórica, com ênfase em Filologia. Possui experiência com as temáticas referentes à violência, movimentos contestatórios e punição na Bahia. Atualmente, integra o corpo docente da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN), atuando como professora de Língua Portuguesa e suas literaturas para jovens do ensino médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária.

### **Vânia Maria Losada Moreira**

É Professora Titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisadora 2 do CNPq desde 2010 e Cientista do Nosso Estado - CNE/ FAPERJ. Atualmente, é Professora Visitante junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em História

pela Universidade de Brasília (1986), doutorado em História pela Universidade de São Paulo (1995) e pós-doutorado pela Stanford University (Estados Unidos, 1999/2000) e pelo Consejo Superior de Investigación Científica (Espanha, 2016). É autora dos livros “Brasília: a Construção da Nacionalidade” (1998), “Espírito Santo Indígena” (2017) e “Reinventando a Autonomia” (2019). Dedicase à pesquisa em História Social e Política, com ênfase na História dos Indígenas (Brasil - séculos XVIII e XIX). Participa de redes de discussão sobre a questão indígena no período colonial e no processo de formação dos Estados nacionais na América Latina, envolvendo investigadores de diferentes instituições e países. Coordena a rede colaborativa de investigação e produção de dados históricos VIP - Vilas Indígenas Pombalinas e é orientadora de doutorado e mestrado.

ISBN 978-858413605-6



9

788584

136056